

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

HÉCTOR ROLANDO GUERRA HERNÁNDEZ

**“Ma(d)jermanes: passado colonial e presente
diasporizado. Reconstrução etnográfica de um dos últimos
vestígios do Socialismo colonial europeu”**



**TESE de DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTOR, NA ÁREA DE: ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**ORIENTADOR
PROF. DR. OMAR RIBEIRO THOMAZ**

CAMPINAS, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

G937m Guerra Hernandez, Héctor Rolando, 1969-
Ma(d)jermanes: passado colonial e presente
diasporizado: reconstrução etnográfica de um dos últimos
vestígios do socialismo colonial europeu / Héctor Rolando
Guerra Hernandez. -- Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Conflito social – Moçambique. 2. Pós-colonialismo.
3. Socialismo – Alemanha (Oriental). I. Thomaz, Omar
Ribeiro, 1965- II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Ma(d)jermanes: colonial past and diasporical present:
Ethnographic reconstruction of one of the last relict of the European
colonial socialism

Palavras-chave em inglês:

Social conflict - Mozambique

Postcolonialism

Socialism – (Germany East)

Área de concentração: Antropologia

Titulação: Doutor em Antropologia

Banca examinadora:

Omar Ribeiro Thomaz [Orientador]

Peter Henry Fry

Lorenzo Gustavo Macagno

Marta Denisse da Rosa Jardim

Christiano Key Tambascia

Data da defesa: 07-11-2011

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

HÉCTOR ROLANDO GUERRA HERNÁNDEZ

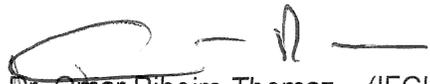
**“MA(D)JERMANES: PASSADO COLONIAL E PRESENTE DIASPORIZADO.
RECONSTRUÇÃO ETNOGRÁFICA DE UM DOS ÚLTIMOS VESTÍGIOS DO SOCIALISMO
COLONIAL EUROPEU”**

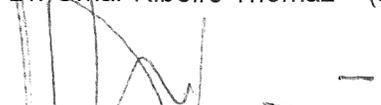
Tese apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social sob orientação da Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora no dia 07 de novembro de 2011.

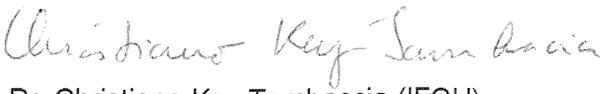
Comissão Julgadora:

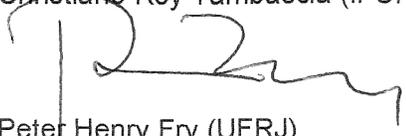
Titulares:


Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz – (IFCH) - (Presidente)


Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno (UFPR)


Profa. Dra. Marta Denisé da Rosa Jardim (IFCH)


Prof. Dr. Christiano Key Tambascia (IFCH)


Prof. Dr. Peter Henry Fry (UFRJ)

Suplentes

Prof. Dr. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)
Prof. Dr. Osmundo Santos de Araujo Pinho (UFRBA)
Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida (IFCH)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Eduardo Mondlane (UEM), especialmente ao Centro de Estudos Africanos dessa universidade, a minha supervisora Profa. Dra. Isabel Cassimiro e aos professores e funcionários dessa universidade, que me deram todo o apoio que precisei durante a pesquisa de campo.

Agradeço muito à FAPESP, que proporcionou que eu realizasse todo o doutorado com bolsa de estudos.

Agradeço especialmente à ATMA – Associação dos Antigos Trabalhadores Moçambicanos na Alemanha, e aos seus integrantes com quem compartilhei vivências e experiências durante todo meu tempo em Maputo. Agradeço de coração ter-me recebido na Base e em suas casas. Em especial a Lázaro Magalhães, grande amigo e companheiro de debate, que sem ele muita informação contida neste volume, não teria sido acessível. Agradeço de coração a paciência e dedicação que mostraram. Sei que vou esquecer mais de alguns, mas mesmo assim agradeço nomeadamente a Zeca Cossa, Arnaldo Mendes, Juma Madeira, Ade Tamimo, Aida Chimene, Maria Cumaio, Francisco Atibo, Carmona Siguaque, Carlos Mauro (que lamentavelmente não está mais entre nós), Pedro Jeque, Jaime Matola, Amissina, Amelia, Matange, Machaieie, Cachopa, Zeca, Ali, Lúcio, Constantino, Belisário, Rosinha, Gito, Manoel, Chaúque, Jacinto Natamingo e a MONARDA da Beira, Mauricio de Homóine, Virgílio da Maxixe, Luiz, Luis, António, Maio, José, Benzane, Vijay, Muchanga, e tantos outros com quem teve a oportunidade de intercambiar impressões e histórias de vida.

Um agradecimento especial para ICMA – Instituto Cultural Moçambique Alemanha, e sobretudo para sua diretora Birgit Plank-Mucavele, quem sempre mostrou disposição e boa vontade em todas as iniciativas que tentamos realizar com a Associação.

Meus sentimentos de gratidão para José Luis Cabaço e sua família, que me acolheram nos meus primeiros passos por Moçambique.

Agradeço de coração também à mana Aissa e toda a sua família e amigos por ter me acolhido não apenas na sua casa, mas também por me fazer sentir em família durante o tempo que passei em Maputo.

Agradeço aos meus amigos de Alemanha, que sei estão sempre presentes: Marcos Barra, Ina Säumel, Marcos Peñaylillo, Francisca Cruz, Angelita Kasper, Aldo Repetto, Basia Cruz, Mauricio Palacios, Jan Stelhe, Christian Russau, Jan Dunkhorst, ao equipe do FDCL.

Agradeço em especial a Sel, que sem a sua paciência e carinho (sobretudo paciência), nada disso teria sido emocionalmente possível. Agradeço também de coração aos meus amigos de jornada e companheiros de luta, por estar ai sempre: Lucybeth, Diego, Marta, Carlos, Andréa, Joanna, Anna Maria, a todos vocês muito obrigado!!!

Agradeço aos meus amigos de Chile, que a pesar de ser poucos, nunca desistiram e sempre me deram força: Alberto, Alfredo, Niko, Paola, Giglia, Claudia, Margaret.

Agradeço à banca da qualificação, sua leitura atenciosa e instigantes comentários: Professoras Dra. Bela Feldman-Bianco e Dra. Marta Jardim.

Do IFCH, agradeço à aos professores e funcionários da secretaria, especialmente à Maria José pelo grande apoio que me deu, e à turma de doutorado em Antropologia Social de 2006.

E agradeço ao Omar, meu orientador, por ter aturado com paciência meus delírios sintácticos e alemanismos hispanizados.

Por último, agradeço a minha mãe que nunca soube certamente o que fazia mas sempre me apoiou, ao meu pai, que a pesar de ter marchado tão cedo, nunca duvidou das minhas capacidade, aos meus irmãos e irmãs Freddy, Mario, Nora, Lucy, Roxana, sobrinhos e sobrinhas, e toda essa enorme prole que é minha família, e que esta longe e a quem dedico, de coração, esta tese.

Resumo:

O objectivo deste trabalho, foi o estudo de um grupo social formado essencialmente pelos antigos trabalhadores moçambiqueños na desaparecida República Democrática Alemã, conhecidos atualmente como “Magermane”. Procurou-se estabelecer linhas de continuidade e ruptura entre o passado transnacional deste colectivo como migrantes trabalhistas e seu presente como grupo reivindicativo obliterado pelas esferas do poder, o qual leva 20 anos lutando por seu reconhecimento econômico e social em Moçambique. Este país africano, com uma história de ocupação colonial efetiva de não mais de 70 anos, depois de sua independência de Portugal em 1975, se transformou numa República independente, assumindo um projeto de desenvolvimento que a transformaria, entre 1977 e 1987, numa espécie de nova colônia dos países socialistas do chamado “Segundo Mundo”, e posteriormente, com o fim da guerra fria e a queda do Muro de Berlim, tornar-se-ia numa depositaria dos novos postulados neoliberais. Estes antecedentes históricos são cruciais para o entendimento dos processos que intervieram na produção do Estado pós-colonial atual. Um processo que transparenta aquilo que constitui um dos fundamentos das “narrativas de injustiça” Magermane, e que consistem em denunciar uma realidade social que se sustenta e reproduz a partir da presença e persistência de um Estado contra sua sociedade, o qual recriar uma estrutura social conhecida, que situa na ponta de sua hierarquia uma elite empresarial patrimonialista. Uma estrutura que parece contemporizar com as percepções e representações de formas de dominação passadas, entendidas como superadas. Uma estrutura, finalmente, que se alimenta e reproduz de sua população, à qual persiste em tratar como súbditos.

Palavras Chaves: Conflito social – Moçambique. Pós-colonialismo. Socialismo – Alemanha (Oriental)

Summary:

The aim of this work, went the study of a social group formed essentially by the ancient Mozambican workers in the missing German Democratic Republic, known at present like "Magermane". It looked for establish lines of continuity and breaking-off between the transnational past of this community as labour migrants and his present as a obliterate vindicate group by the spheres of the power, which carries 20 years struggling by his economic and social recognition in Mozambique. This African country, with a history of effective colonial occupation of no more than 70 years, after his independence of Portugal in 1975, transformed in an independent Republic, assuming a project of development that would transform it, between 1977 and 1987, in a species of new colony of the socialist countries of the called "Second World", and later, with the end of the cold war and the fall of the Wall of Berlin, it would became in a depository of the new neoliberals postulates. These historical antecedents are crucial for the understanding of the processes that took part in the production of the current postcolonial State. A process that show what constitutes one of the foundations of the Magermane's "narratives of injustice", which consist in reporting a social reality that sustains and reproduces from the presence and persistence of a State against his society, which re-create a well-known social structure, that situates in the top of his hierarchy a patrimonialist business elite. A structure that seems to be accommodating toward to the perceptions and representations of old forms of domination, understood as surpassed. A structure, finally, that feeds and reproduces of his population, to which persists in treating like tributary subject.

Key Words: Social conflict – Mozambique. Postcolonialism. Socialism – (Germany East)

Siglas:

ADECOMA: Associação de Cooperação Moçambique Alemanha

AGP: Acordo Geral de Paz

AMAL: Associação de Amigos de Alemanha

AMODEG: Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra

AR: Assembléia da República

ARA: Associação dos Regressados da Alemanha

ATMA: Associação de Antigos Trabalhadores Moçambicanos na Alemanha

AZARA: Associação Zambeziana dos Regressados da Alemanha

CEA: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane

CFM: Caminhos de Ferro de Moçambique

CIDAC: Centro de informação para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

COCIMOL: Confederação dos Sindicatos Livres de Moçambique

DED: Serviço de cooperação alemã

FDGB: Freier Deutscher Gewerkschaftsbund

FIR: Força de Intervenção Rápida

FORTMORD: Fórum dos Antigos Trabalhadores Moçambicanos na ex-RDA

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

GPE: Gabinete de Promoção do Emprego

GTZ: Serviço de Cooperação Técnica alemã

ICMA: Instituto Cultural Moçambicano Alemão

IVA: Imposto de Valor Acrescentado

KOKO: Komerzielle Koordinierung

LDH: Liga dos Direitos Humanos de Moçambique

MDM: Movimento Democrático de Moçambique

MITRAB: Ministério do Trabalho

MONARDA : Associação Nacional dos Trabalhadores da ex-RDA

NURA: Núcleo dos Regressados de Alemanha de Nampula

OJM: Organização da Juventude de Moçambique

OMM: Organização das Mulheres Moçambicanas

OTM: Organização dos Trabalhadores de Moçambique
PPI: Plano Prospectivo Indicativo
PRM: Polícia da Republica de Moçambique
RAND: Terras do Rand, moeda sul-africana
RDA: República Democrática Alemã
RENAMO: Resistência Nacional de Moçambique
RPM: República Popular de Moçambique
SED: Sozialistische Einheit Deutschlands
SNASP: Serviço Nacional de Segurança Publica
SOCREMO: Sociedade de Crédito de Moçambique
STASI: Ministerium für Staatssicherheit
UNAMO: União Nacional de Moçambique
UNIMAZ: United Nations Operation in Mozambique
WENELA: Witwatersrand Native Labour Association

Conteúdo

Apresentação:.....	3
Introdução.....	15
Capítulo 1. Espaço de resistência e organização.....	25
1.1. A “Base Central Madgermany”.....	25
1.2. Associativismo para conter ressentimentos e a violência Magermane?.....	34
1.3 A Teoria da Prática: Assembléias e reuniões como escola política.....	53
1.4 Excurso: Observando o Jardim desde o Dondo.....	61
1.5 De volta a Maputo: Sem marchas, mas com muita assembléia.....	68
Capítulo 2 Visibilidade Magermane, exteriorizando um conflito.....	83
2.1 Marchas das quartas feiras: a arma psicológica contra o poder.....	83
2.2 Transgressão, apropriação e ressignificação de ícones.....	90
2.3 “O processo”: o complicado caminho entre o político e o legal.....	97
2.4 A memória dos ressentimentos e a reconstrução da fraternidade social:.....	110
2.5 Ressentimento, memória e reconhecimento: identidade Magermane?.....	121
Capítulo 3 Procurando sentido no passado: o período alemão.....	131
3.1 “Die Buschmenschen kommen!”: Trabalhadores moçambicanos na Republica Democrática Alemã.....	131
3.2 Inimigo de classe e antissocial: as construções do Fremde na RDA.....	135
3.3 A construção social de um estranho I. Amizade socialista.....	140
3.4 Rituais de amizade e concorrência cotidiana: o paradoxo da integração.....	148
3.5 “Unsere mosambikanische Freunde”: vigiados e controlados pela STASI.....	158
3.6 A construção social de um estranho II: Xenofobia pós-socialista.....	172
Capítulo 4 Anti metáfora de um estado sombra contra sua sociedade.....	181
4.1 Modernidade predatória: figuras de exclusão e marginalidade em Maputo.....	181
4.2 "Burros, Confusos e Bandidos": delimitações do próprio e do alheio, dentro e fora da Base.....	184
4.3 "Homens Novos": figuras contraditórias de um projeto?.....	200
4.4 Trabalho e direitos: percepções locais e sentidos conflitantes em torno da cidadania.....	207
4.5 “Desenrascar-se”: dinâmicas de sobrevivência em uma urbe precarizada.....	210
Reflexões finais.....	231
Bibliografia Consultada.....	239
ANEXOS:.....	253
ANEXO 1: Fragmentos do tempo em Alemanha:.....	255
ANEXO 2: O Retorno em Imagens.....	261
ANEXO 3 Magermane hoje.....	269
ANEXO 4: Alguns perfis Magermane.....	279

Apresentação:

Até o ano de 2005, minha relação com Moçambique, sua história e sua população, poderia defini-la, sem sentir remorso de reconhecê-lo, como de desconhecimento mútuo. Nessa altura, condicionando certamente pelo meu estatuto de estudante estrangeiro no Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim, meus interesses estiveram pautados maioritariamente por um confronto intenso com o debate sobre migração e identidade. Sobretudo, porque nessa altura minhas atividades acadêmicas se centraram em entender dois eventos específicos: de um lado as migrações internacionais e políticas de integração na Europa, principalmente a imigração de pessoas da América Latina para Espanha, Suécia e Alemanha. De outro, a instigante falta de interesse de parte dos institutos regionais existentes na minha Universidade¹, na produção de conhecimento suscetível de ser aplicado na procura de soluções efetivas aos problemas cotidianos dos imigrantes dentro das próprias fronteiras alemãs, e no caso do Instituto de Estudos Latino-americanos preferindo analisar os problemas da fronteira Estados Unidos – México, como se aquele fenômeno fosse a pedra angular para a compreensão de todos os conflitos de identidade, representação e poder, provocados pelos fenômenos de mobilidade social.

Finalizado meu mestrado em Alemanha², parti para o Brasil por sugestão do professor Sérgio Costa para apresentar meu projeto de doutorado na Unicamp ao seu colega e meu futuro orientador Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz. Chegado em Campinas em Março de 2005, fui apresentar meu projeto de pesquisa inicial que consistia resumidamente em pesquisar as agências de matrimônio binacionais entre brasileiros/as e alemães, desde uma perspectiva de mobilidade social forçada, centrando minha atenção sobre o papel negociador e mercantil que estas agências

¹ Como Institutos Regionais entende-se particularmente aqui o Instituto de Estudos Latino-americanos, o Instituto de Estudos Norte-americanos e o Instituto de Estudos da Europa do Leste. Todos eles atingidos na atualidade por fortes processos de reestruturação e reforma no que respeita as linhas de pesquisa e ensino. No caso do Instituto de Estudos Latino-americanos, recém no último lustro foram incorporados como temas de análise e pesquisa a migração de latino-americanos à Europa. O debate pós-colonial porém, nessa altura, ainda se mantinha como referência bibliográfica e fixada à literatura oriunda principalmente dos Estados Unidos

² O título da minha dissertação foi: “VAMOS MUVUCAR BERLIM. Discursos de integración y exclusión en el proceso de formación identitaria: experiencia de campo en un colectivo de inmigrantes afrobrasileños en Berlín”, defendido no Instituto Latino-americano da Freien Universität Berlin, em fevereiro 2005.

cumpriam. Fenômeno que tinha chamado minha atenção fortemente durante a minha pesquisa de campo no mestrado. O professor Thomaz, depois de ouvir a exposição do meu projeto atentamente, durante pelo menos meia hora, me respondeu:

acho interessante o tema, mas lamentavelmente eu não trabalho com migração de brasileiros, aqui na UNICAMP tem o CEMI (Centro de Estudos de migrações Internacionais) que o faz e eu poderia te apresentar à professora responsável deste centro. Contudo, eu tenho aqui comigo uma proposta. Olha, em Moçambique tem um grupo de pessoas que todas as semanas marcha pela capital portando bandeiras da ex República Democrática Alemã, e o que é muito instigante é o fato de que eles durante a marcha xingam ao governo. Porquê instigante? Porque em Moçambique a população não se manifesta publicamente para exigir reivindicações, e menos ainda xingam ao governo. Eu vejo que você domina o alemão e tem uma experiência anterior com esse país, penso que poderia ser interessante você pensar na possibilidade de estudar esse grupo, pois até hoje não existe nada significativo sobre eles em Moçambique

Minha primeira reação, foi explicar que eu não tinha experiência com África que não fosse pelo meu trabalho com imigrantes e refugiados desse continente em Alemanha, mas pedi um mês, para pesquisar o que existe em Alemanha sobre estes antigos imigrantes moçambicanos. Isso fora em março como já diz. Em meados de abril, depois de uma breve mas intensiva pesquisa em Berlim, enviei para o professor, o primeiro rascunho do que viria a ser este projeto de pesquisa. Entre abril e outubro do mesmo ano, continuei pesquisando e acumulando informação para o projeto, e mantendo correspondência eletrônica com o professor Thomaz. Até que final do mês de outubro recebo a notícia que meu projeto teria sido aceito pelo programa de pós-graduação em antropologia social na Unicamp.

Assim foi que começou para mim uma desconhecida, mas empolgante aventura, que significou dedicar meu tempo e interesse a uma inesperada história de migração e mobilidade; significou ademais, um novo processo de deslocamento físico e epistemológico, uma confrontação literal com todo o aprendido até esse momento, um desafio para minha própria situação transnacional. Contudo, quando dei início a este projeto, a minha primeira abordagem esteve influenciada em grande medida, por uma desconfiança política em torno do marco teórico analítico a partir do qual categorias como “migrante”, “refugiado” e “estrangeiro” eram definidas e operacionalizadas no discurso oficial alemão. A maneira “academicista” no discurso político, de entender e trabalhar com estas categorias, desenvolveu em mim um ceticismo e desconfiança em

relação a esta forma de enquadramento um tanto ambivalente, sobretudo pela maneira como se misturava de um defendido “rigor” científico e a repetição formatada e, muitas vezes acrítica, do próprio discurso acadêmico em relação a fenômenos de mobilidade social e processos de integração.

Desconfiança, aliás, também desenvolvida durante meus anos de ativismo político como estrangeiro, com imigrantes e refugiados na Alemanha, sobretudo porque a partir desta experiência pude comprovar a complexidade e o caráter discursivo e negociador dos processos de adscrição a uma identidade determinada, mas sobretudo a maneira pragmática como estes sujeitos faziam uso destas categorias “obrigatórias” no interior deste “estado social”, as quais, por sua vez, estavam determinadas, antes de tudo, pelo objetivo que cada grupo e indivíduo estabelecia como estratégia de articulação na luta pelas suas reivindicações como sujeitos de direito. Lembro de uma conversação que tive com alguns colegas ativistas da organização dos “sem papéis” na Alemanha, os quais ironizavam sua própria situação, pois uma vez que carregavam o rótulo de refugiados, deviam representá-lo o tempo todo, e eles nem sabiam como era ou devia ser um refugiado, nem como deviam atuar para serem reconhecidos como tais. Eles só sabiam o que eram antes de *transformarem-se* em refugiados e gostariam de algum dia *voltar* a ser eles mesmos.

No entanto, a reflexão que acompanhou esta desconfiança, concentrou-se principalmente em compreender qual (is) era(m) o(s) regime(s) de verdade(s) que governava(m) a produção acadêmica, e se os sujeitos adscritos à ditas categorias, teriam alguma possibilidade real de libertar-se destas camisas de força analíticas em direção às quais os cientistas sociais os empurrávamos, em nosso afã de codificar os fenômenos para dar-lhes uma coerência explicativa ao debate político. Sobretudo porque, paralela e independentemente à complexidade construída pelos mesmos cientistas sociais em torno da relação entre o condicionamento estatutário e a auto percepção dos próprios sujeitos, muitas vezes a falta de senso crítico frente a estas construções, parece ser produto precisamente da maneira como o conhecimento é (re)produzido e, portanto, deveríamos prestar maior atenção à maneira como esta circulação de conceitos e a suas relações, muitas vezes assimétricas, funciona.

Foi neste contexto que o debate pós-colonial começou fazer parte do meu

repertório analítico. Especialmente o debate desenvolvido em Alemanha desde meados dos anos 90, e causado pela entrada vertiginosa dos estudos subalternos de origem anglo-saxônica, tanto da Inglaterra quanto dos Estados Unidos, e como consequência daquilo, pelo renascimento e revitalização da crítica à responsabilidade colonial de Alemanha frente a suas antigas colônias, as chamadas “Schutzgebiete”, perdidas após de primeira guerra mundial. Crítica saída de setores intelectuais subalternizados, fundamentalmente, imigrantes. Os trabalhos de Steyerl (2003) e Nghi Ha (2000, 2003) nesse momento específico, foram muito significativos.

O primeiro, porque propunha compreender a história convulsionada deste país como uma espécie de palimpsesto, no qual os distintos episódios históricos pareceram se sobrepor uns aos outros, se incomodar e ressoar e, finalmente, se eliminar mutuamente. Daí a dificuldade e o perigo do transplante alinhado ou adaptação textual dos conceitos desenvolvidos pela crítica pós-colonial – cujo centro de produção localizar-se-ia sem dúvida no contexto anglo-americano – visto que ao caracterizar a história recente da Alemanha, o decisivo não era precisamente sua curta, porém brutal fase colonial, mas a existência sobreposta de diferentes formas de dominação biopolítica³. Steyerl reconhece aqui, cinco formas de dominação política na história moderna da Alemanha: a Monarquia, a República de Weimar, o nacional-socialismo, as configurações da RFA e RDA do pós-guerra. Por sua vez, Nghi Ha considerava que a falta de um debate geral que tenha por objeto o entrelaçamento das distintas políticas migratórias, sobretudo na procura de rupturas e continuidades entre as correspondentes “economias de alteridade” (Economies of Otherness), incluindo os discursos e práticas desenvolvidos e aplicados através de toda a existência da Alemanha como nação moderna, seria o produto de um consenso silencioso e do medo de perder ou sujar a própria imagem. Esta atitude foi definida pelo autor como “Koloniale Erinnerungsabwehr” (negação da memória colonial) e caracterizada como um estado de amnésia deliberado, que reproduz muitas vezes atitudes românticas ou

³ Porém, devemos esclarecer que o termo pós-colonial continua sendo uma expressão ambígua, perigosa e confusa, para dizer o mínimo. Ambígua, porque abrange e homogeniza diversas histórias coloniais e processos de descolonização, localizados em diversos espaços e tempos. Perigosa, porque esconde a potencialidade discursiva de constituir-se como uma oposição à hierarquia estabelecida na circulação e distribuição de conhecimento. Mas confusa, também, porque cria a ideia de excepcionalidade, sobretudo porque com categorias como “hibridização”, “mestiçagem”, entre tantas outras, sugere-se a ideia de descontinuidade entre a configuração colonial do objeto de estudo e a posição pós-colonial do lugar da teoria. Para uma reflexão pormenorizada em torno da crítica pós-colonial, vide Mignolo, Walter (2005, 2001, 1996)

minimalistas frente ao passado colonial alemão⁴.

Nesse momento minha atenção com Moçambique e seus cidadãos, especialmente com os antigos trabalhadores moçambicanos na RDA, circunscreveu-se a confrontar a linha de análise supracitada à reduzida literatura existente em Alemanha sobre o assunto⁵. Além de trabalhos da história social contemporânea encontrados, os quais muitas vezes se referiam ao estrangeiro como sujeitos genéricos (BADE: 1994, 1992; HERBERT: 2003, 1999; ELSNER: 1994, 1992) não encontrei um trabalho relevante que abordasse a problemática destes sujeitos desde uma perspectiva mais antropológica⁶. A presença de milhares de trabalhadores moçambicanos nas fábricas da extinta República Democrática Alemã, durante pouco mais de uma década, todos eles subsumidos na categoria genérica de “Vertragsarbeiter” (trabalhador contratual) foi se constituindo no eixo central das minhas preocupações iniciais: quem foram estes trabalhadores? Sob que contexto eles se tornaram migrantes? Quais as percepções em torno desta experiência? etc. Esta abordagem inicial permitiria contextualizar de maneira mais detalhada a migração regulada de quase 20 mil moçambicanos deslocados para trabalhar na RDA entre 1979 e 1990, seu cotidiano no país receptor e sua volta apressada a Moçambique depois do abrupto desaparecimento da RDA em 1990. Permitiria ainda procurar pelas motivações da atuação da FRELIMO no que diz

⁴ Para revisar esta produção e suas crítica, vide: Steyerl, Hito; Gutierrez Rodríguez, Encarnación (Hg.): *Spricht die Subalterne deutsch?: Migration und postkoloniale Kritik*, Editorial Unrast, Münster 2003. Em relação ao conceito de biopolítica ver Agamben, Giorgio: “Homo Sacer. Die souveräne Macht und das nackte Leben” Suhrkamp, Frankfurt am Main (2002).

⁵ Até esse momento, o material coletado o constituíam alguns trabalhos: Oppenheimer, Jochen: “Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã: Passado e presente” Revista Lusotopie, Leiden, pp 85 - 105, 2004. Döring, Hans-Joachim: “Es geht um unsere Existenz”. Die Politik der DDR gegenüber der Dritten Welt am Beispiel von Mosambik und Äthiopien, Berlin 1999. Müggenburg, Andreas: Die ausländischen Vertragsarbeitnehmer in der ehemaligen DDR, em: Berliner Referat der Beauftragte der Bundesregierung für die Belange der Ausländer, Berlin 1996 Word-Dokument. Schüle, Annegret: "Die ham se sozusagen aus dem Busch geholt.": die Wahrnehmung der Vertragsarbeitskräfte aus Schwarzafrika und Vietnam durch Deutsche im VEB Leipziger Baumwollspinnerei - 2003. In: Fremde und Fremd-Sein in der DDR / hrsg. von Jan C. Behrends - Berlin, 2003 - S. 309 – 324. e: Vertragsarbeiterinnen und-arbeiter in der DDR: "Gewährleistung des Prinzips der Gleichstellung und Nichtdiskriminierung"? - 2002. In: 1999 - 17 (2002), 1, S. 80 – 100. Kuck, Dennis: "Für den sozialistischen Aufbau ihrer Heimat"? : ausländische Vertragsarbeitskräfte in der DDR . - 2001 In: Fremde und Fremd-Sein in der DDR / hrsg. von Jan C. Behrends - Berlin, 2003. - S. 271 – 281. Gruner-Domić, Sandra : Zur Geschichte der Arbeitskräftemigration in die DDR: die bilateralen Verträge zur Beschäftigung ausländischer Arbeiter (1961 - 1989).- 1996. In: Internationale wissenschaftliche Korrespondenz zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung - 32 (1996), S. [204] – 230 e: VEB “Herrenbekleidung Fortschritt”, in: “Da sind wir keine Ausländer mehr”, S. 129-136.

⁶ Devo salientar que a produção intelectual em torno dos estrangeiros na Alemanha é imensa, porém, poucas são produto de etnografias, e isto, me parece, contribui para a afirmação da figura do estrangeiro como sujeito genérico, do tipo: Ausländer, Fremde, Vertrags- Gast- Fremd- Saisonarbeiter, entre os mais “neutrais”.

respeito a esta migração específica e sua importância para o projeto desenvolvimentista iniciado imediatamente após sua independência.

Desta maneira é que surgiu a ideia de intitular este projeto: *“Ma(d)germane: Passado colonial e presente diaspORIZADO. reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do socialismo colonial europeu”*. Levando em consideração o risco de não conseguir, afinal, dar conta de tamanho título, nesse momento o propósito era trazer implícitas as duas áreas de conhecimento que pareciam estar imbricadas neste fenômeno: o pós-colonialismo e o pós-socialismo. Nesse momento, pareceu-me de importância substancial, incorporar o debate pós-socialista à crítica pós-colonial, sobretudo porque a maioria dos estudos antropológicos enquadrados nesta perspectiva concentravam-se geograficamente na Europa do leste e na Ásia⁷, omitindo voluntária ou involuntariamente à RDA⁸, e obliterando visivelmente os países da esfera socialista na África.

Durante 2006 e a primeira metade de 2007, o roteiro de pesquisa esteve circunscrito a dois meses em Lisboa e quatro em Berlim e Halle. Por sugestão do meu orientador, quem insistiu na necessidade de procurar semelhanças e diferenças entre a migração destes trabalhadores para Alemanha e a migração dos mineiros para as minas do Transvaal na África do Sul, é que decidi realizar um estágio de dois meses em Lisboa, principalmente nos Arquivos do CIDAC⁹, o qual contém um vasto e rico material em relação a esta temática, sobretudo diversas fontes primárias como foram os relatórios elaborados pelo Centro de Estudos Africanos durante os primeiros anos da independência. Mas também no que diz respeito ao período da luta de libertação, assim como a relação deste Moçambique já independente com as agências de cooperação internacional ocidentais. Moçambique, no momento de sua independência, optou pelo modelo de desenvolvimento socialista, da mesma maneira que Angola e a Guiné-Bissau, todas ex-colônias de Portugal¹⁰. No caso de Moçambique, esta situação

⁷ Um dos trabalhos mais relevantes dentro desta área é a coletânea elaborada por Chris Hann em 2002 *Postsozialismus: Transformationsprozesse in Europa und Asien aus ethnologischer Perspektive*, editora Campus, Frankfurt 2002 A qual inclui significativos trabalhos de Caroline, Humphrey e Katherine Verdery.

⁸ No entanto, devemos destacar alguns trabalhos realizados por Thelen (2005, 2005a) e Eidson (2003, 2001)

⁹ Mas também se realizou uma pesquisa bibliográfica das fontes secundárias existente nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, assim como na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ICS.

¹⁰ A experiência socialista no continente africano é diversa como são os seus países, também no que diz respeito à morfologia política. Moçambique optou pela definição de “república popular”, assim como Angola (mas

permitiria reconhecer, por um lado, uma importante tensão entre manutenção, reprodução e quebra das estruturas e instituições de caráter colonial, e, por outro, contextualizar seu processo de modernização pela via socialista e suas repercussões, visíveis ainda na atualidade. Foi neste contexto, que a figura dos antigos trabalhadores moçambicanos na RDA, assumiu uma relevância sem precedente, por ser esse grupo social quem conjugava estas duas realidades, na sua prática e discurso reivindicativo, em torno das transformações e convulsões vividas pelo país nas últimas décadas. Pretendi assim abranger um aspecto da política internacional do governo da FRELIMO, geralmente caracterizada por uma suposta dependência do mundo socialista e, assim, explorar novas perspectivas comparadas para entender a política de migração laboral e deslocamento da mão de obra interna para regiões além da fronteira, como fazendo parte de um conjunto de estratégias globais para aceder a recursos econômicos

Durante os quatro meses em Berlim e Halle¹¹, o levantamento bibliográfico foi guiado pela necessidade de contextualizar e compreender as relações estabelecidas entre o governo da FRELIMO e a RDA, no contexto mais amplo da política internacional da Alemanha Oriental. O propósito foi relacionar migração e socialismo como efeitos de relações de poder e como eventos concomitantes no processo de construção nacional, tanto na RDA quanto em Moçambique no seu período socialista, mas também desentranhar relações de caráter colonial em contexto anticoloniais e internacionalistas. e com o discurso desenvolvido pelos dois países socialistas com relação a então chamada “irmandade dos povos” e com o “internacionalismo proletário”. O impacto que vai ter esta relação contratual assimétrica, unida a um discurso de suposta horizontalidade das relações, foi indispensável para entender um aspecto importante a

diferente da Guiné-Bissau), ao tempo em que outros países como a Guiné-Conacry ou a Tanzânia procuraram afirmar um projeto de “socialismo africano”. Devemos lembrar ainda as experiências da Etiópia (comparável a Moçambique em termos de radicalidade) e do Egito de Nasser (por sua singularidade). Em todo caso, a experiência moçambicana é, em grande medida, exemplar, pois este país é dos poucos que assume a idéia (e uma prática) “marxista-leninista de base científica” e promove uma revolução radical.

¹¹ Neste estagio de pesquisa concentrei meus esforço principalmente na colheita e analise de documentos, em Berlim: no Arquivo Federal do Ministério de segurança do Estado (BstU), no Arquivo Federal da Fundação de Arquivos dos partidos e organizações de massas da RDA (SAPMO) e no banco de dados do Arquivo do “Terceiro Mundo”, a importância deste último arquivo se deve a que durante 1989 e 1995 foram particularmente três as ONGs que sobressairam na “representação” e “proteção” dos moçambicanos, KKM(KoordinierungsKreis Mozambik: circulo de coordenação Moçambique), IZA (Informationszentrum Afrika: Centro de Informação África e BAOBAB (não tem tradução, mas é uma ONG que trabalha especificamente com problemas de desenvolvimentos nos países africanos). Em Halle, visitando a biblioteca do Instituto Max-Planck de Antropologia Social e assim atualizar o conhecimento em torno dos trabalhos sobre Pós-Socialismo desenvolvidos pelos seus pesquisadores.

experiencia destes antigos trabalhadores moçambicanos, os quais na atualidade conformam efetivamente o último vestígio desta migração trabalhista.

Os trabalhos mais significativos que encontrei, em relação a situação específica dos trabalhadores moçambicanos na RDA, foram os estudos de Oppenheimer (2004), Döring (1999) e Müggenburg (1996), os quais descreveram a situação material destes antigos trabalhadores. Mas também foram incluídos os trabalhos de Schüle (2003), Kuck (2001) e Gruner-Domic (1996), principalmente porque se debruçaram na descrição de situações de convivência entre trabalhadores moçambicanos e alemães ao interior das fábricas. Nesta análise incorporamos ademais os Protocolos de Landoln Scherzer (2004), os depoimentos de Almut Berger (2005), antiga encarregada dos assuntos estrangeiros da RDA para o período da reunificação, mas também a grande quantidade de informação coletada dos arquivos de algumas Ongs alemãs¹², às quais durante o período da unificação alemã trabalharam na integração dos moçambicanos que não retornaram. Todo isto, sem mencionar o enorme material de fontes primárias coletadas nos arquivos visitados, os quais foram de importância crucial para a elaboração do terceiro capítulo desta tese.

Contudo, minha aproximação a Moçambique e sua história continuava condicionada a uma relação mais bibliográfica do que empírica. E este estado de coisas se estenderá até agosto de 2007, quando viajo pela primeira vez para Maputo, capital do país africano sul-oriental. Esta ida e as subsequentes, tornaram-se o elemento central de todo este trabalho. Foi a partir do meu primeiro encontro com estes antigos trabalhadores, sua cotidianidade, suas histórias, enfim sua presença real no universo da minha pesquisa, que toda a literatura e arquivos revisados e sistematizados até esse momento, começaram a se estruturar, abrindo o campo para uma realidade mais complexa e enriquecedora. Foram tantas as possibilidades de enfoque que se abriram, que para evitar acabar diluído querendo abranger todas, vi-me obrigado a optar por um caminho apenas e a partir daí organizar meus estágios de campo.

Na primeira visita ao campo, entre agosto e setembro de 2007, concentrei-me em reconhecer e descrever os aspectos reivindicativos do grupo em seu coletivo,

¹² Durante 1989 e 1995 foram particularmente três as ONGs que sobressaíram na “proteção” dos moçambicanos, KKM(KoordinierungsKreis Mozambik: círculo de coordenação Moçambique), IZA (Informationszentrum Afrika: Centro de Informação África e BAOBAB (não tem tradução, mas é uma ONG que trabalha especificamente com problemas de desenvolvimentos nos países africanos) .

acompanhando as marchas e compartilhando o cotidiano no Jardim 28 de Maio, onde se localiza sua “Base Central”. Este primeiro estagio de campo consistiu em visitar o Jardim durante o dia e ficar com eles até final da tarde, e assim participar mais do cotidiano e entender um pouco mais da sua rotina. Este Jardim, para além de representar o que alguns chamariam de “sala de estar” estendida dos Magermane, configurar-se-ia também como um espaço de dissidência apropriado pelo coletivo. Um espaço público organizado em detalhe. A cara visível de um coletivo repleto de matizes, onde se exercita o que eles entendem e definem por cidadania, onde se gera discussão, se organiza a rebeldia, se estabelecem as alianças e se nutrem as lealdades, e onde também se resiste ao inimigo. Durante este período tentei me concentrar nas inter-relações ali presentes, fora já da ótica reivindicativa, tentei “virar um nativo”, de tal maneira que conversava sobre os temas de interesse mais recorrentes, assim como compartilhava com eles as refeições, trocava experiências das “nossas” estadias na Alemanha, ouvia as histórias sobre bandidos e criminosos que muitas vezes mesclavam policiais, membros do governo e os próprios bandidos como fazendo parte da mesma “quadrilha” e, sobretudo, tratava de entender o complexo emaranhado de relações interpessoais ali construído durante os últimos 20 anos.

Da mesma maneira, e continuando com o roteiro definido para este trabalho, o meu segundo estagio de campo, entre novembro de 2008 e março de 2009, além de continuar visitando a Base Central, concentrou-se em coletar de maneira mais sistemática as histórias de vida de alguns Magermane. Durante os finais de semana, que era o momento mais idôneo para participar da sua vida fora da Base, visitei seus lugares de moradia, conheci o entorno social no qual estavam inseridos, procurei identificar o tipo de relacionamento com a vizinhança e seus familiares, realizei entrevistas semi-estruturadas com um total de doze Magermane escolhidos, tanto em suas casas como no Jardim. Os eixos de interesse nestas entrevistas compreendiam uma série de questões relativas às motivações para ir a Alemanha, sua estadia naquele país, a percepção da sua própria experiência, tanto durante seu período de afetação como logo depois do seu retorno a Moçambique, até a atualidade.

Nesta segunda estadia privilegiei o convívio fora do Jardim e acompanhando o cotidiano de alguns indivíduos fora da luta reivindicativa. O propósito era

necessariamente sair da dimensão discursiva para poder desvendar outros aspectos obliterados, voluntária ou involuntariamente, pelos meus interlocutores. Entender o cotidiano em torno dos diversos usos e sentidos que eles dão ao dinheiro para além da reivindicação coletiva; introduzir-me no universo das relações familiares e de vizinhança; como também descobrir os vínculos um tanto ambivalentes com o poder, quer pensando sua relação com o governo, quer com a oposição, quer também com os diversos grupos que fazem parte do que denominarei “nova” elite maputense. Entender o jogo dinâmico de adscrições, sentidos de pertença e alteridade flutuantes nos diversos espaços de interação, a relação constante entre ressentimento, memória e reconhecimento como elemento constitutivo de uma identidade não apenas coletiva. Entender, finalmente, qual seria a função ou as funções sociais que este grupo ocupa no emaranhado social moçambicano, levando em conta que a sua presença no imaginário social maputense e nacional supera os 20 anos, não sem conflitos e ambigüidades. Sobretudo, pensando a presença contestatória do grupo junto ao processo de modernização levado a cabo pela Frelimo nas últimas duas décadas.

As páginas que seguem são o resultado de todo este processo de escolhas e recortes espaço temporais, sistematização da bibliografia e fontes primárias encontradas nos diversos arquivos. O produto de cinco anos dedicados a conhecer, entender e conviver com e em um mundo até esse momento desconhecido. Mas também, o resultado da maneira escolhida para assumir este campo de pesquisa e suas possibilidades metodológicas e analíticas. Um campo que me obrigou ademais a tomar decisões em torno do como transitar por um contexto político, social e econômico altamente complexificado, num país cujos 36 anos de história republicana independente diz mais a respeito, da inviabilidade do uso irrefletido de categorias duais do tipo modernidade/tradição ou rural/urbano, entre outras, como formula explicativa dos problemas de desenvolvimento e inclusão social, do que das possibilidades inestimáveis de poder abranger um imenso universo de aparente continuidade lotado de rupturas e negociações. Desta forma assumo desde já as escolhas feitas, consciente dos perigos de reducionismo e superficialidade, dos quais, acredito, não fiquei isento, mas entendendo que este trabalho é apenas o início de desenvolvimentos posteriores, nos quais os enfoques descartados serão abordados com a devida

extensão e profundidade em produções bibliográficas temáticas e, desta forma, poder dar conta da pluriversalidade desta rica história humana.

A tese esta dividida em quatro capítulos. No primeiro tento identificar e descrever o espaço específico, assim como o rico universo de relações interpessoais, práticas e percepções políticas, e também o cotidiano associativista e ações de resolução de conflitos ao interior do Jardim dos Magermane. No segundo capítulo, me interesso pela maneira como este grupo transporta e difunde seu conflito com o governo, sua lógica interna, assim como o complexo processo de construção de uma memória, baseada em muitos caso num ressentimento histórico acumulado que ajuda a elaborar suas “narrativas de injustiça”, as quais, por sua vez, constituem a argumentação reivindicativa na arena legal e política. No terceiro, realizo um exercício de reconstrução histórica dos seu “período alemão”. Descrevendo o cotidiano controle aos qual foram sometidos, mas também tentando desvendar seu processo de socialização e talvez um processo embrionário de gestação de um indivíduo novo, moçambicano, moderno. No quarto e último capítulo, introduzo-me num terreno difícil e complexo e arrisco uma descrição do projeto modernizador e sua lógica modernizante, a partir da percepção dos Magermane em sua relação cotidiana com o poder e a população. A minha intenção neste capítulo é tentar descrever os diversos sujeitos sociais produzidos por este projeto, procurando entender as adscrições e formas classificatórias que este grupo da ao contexto social no qual estão inseridos, definir seu enquadramento social e as diversas práticas sociais e suas respectivas lógicas, com a única intenção de contribuir a enriquecer as possibilidades de enfoque dos problemas devenidos desta modernidade moçambicana. As propostas que de este trabalho emanam não pretende ser conclusivas, mas propositivas e encaminhadas a abrir um debate aberto e inclusivo em torno do papel que este grupo humano específico teve e ainda hoje tem, para entender os processos sociais e políticos desta jovem nação.

Introdução

O documentário de Licínio Azevedo *Adeus RDA*¹³ nos apresenta imagens eloquentes. Entre elas, surpreende a sequência dos membros de uma banda de rock que, atravessando uma rua de Maputo, capital de Moçambique, vestem roupas, correntes, aros e colares semelhantes aos de um grupo de punks dos subúrbios de Londres dos anos oitenta. Mas estamos em 1990 e em Maputo. Até aquela altura, ninguém podia prever ou imaginar o que estava para acontecer com a vida dos moçambicanos que, durante cerca dez anos, alternadamente, trabalharam nas fábricas e indústrias da antiga República Democrática Alemã (doravante RDA). O documentário apresenta-nos fragmentos do cotidiano destes trabalhadores – relatados por eles mesmos – logo após o desaparecimento da RDA e seu retorno obrigatório a Moçambique. Mostra também aqueles que ficaram em Alemanha. Tanto estes últimos, quanto os que voltaram apressadamente para Moçambique através do programa de repatriação organizado pela República Federal de Alemanha¹⁴ relatam-nos uma história similar: a ida à Alemanha foi uma chance de aceder a um futuro melhor. Na Alemanha, muitos alcançaram níveis de vida "inimagináveis". Muitos dos relatos coincidiam em uma coisa: *o socialismo da RDA foi melhor do que o de Moçambique*.

De 1979 até o fim da República Democrática Alemã, em 1990, o governo de Moçambique promoveu a migração de milhares de trabalhadores para a Alemanha do

¹³ Azevedo, Licínio: “Adeus RDA” [Film, 1991] VHS Documentário 26 min., produtora Ébano Multimédia, Maputo 1991. Importante Cineasta, produtor e escritor brasileiro, Licínio Azevedo nasceu em 1951, em Porto Alegre (Brasil). Viveu em Portugal, na Guiné e percorreu a América Latina. Radicado em Moçambique desde 1975, trabalhou no Instituto Nacional de Cinema, acompanhando trabalhos dos realizadores Ruy Guerra e Jean-Luc Godard. Orientou, durante cinco anos, o programa de televisão semanal, Canal Zero, do Instituto de Comunicação Social em Moçambique. É um dos fundadores da empresa moçambicana de produção de cinema Ébano Multimedia. Produziu a sua primeira longa-metragem moçambicana de ficção, O Tempo dos Leopardos, baseando-se no seu próprio livro sobre a guerra da independência Relatos do Povo Armado (1983). Realizou vários documentários que obtiveram diversos prémios, como os documentários The Well (1986), The Tree of our Forefathers (1994), The Water War (1996); e realizou os seguintes filmes: A Guerra da Água (1996), A Ponte (2001) e Desobediência (2002). Fonte: In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. [Consult. 2011-11-16]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$licinio-azevedo](http://www.infopedia.pt/$licinio-azevedo)>

¹⁴ O programa de retorno foi organizado por uma comissão ad hoc constituída por membros da mesa redonda que discutiram e coordenaram o processo de transição da RDA para a RFA durante 1990

Leste¹⁵. Segundo a introdução do próprio acordo¹⁶, um dos eixos centrais desta relação de cooperação bilateral contemplava inicialmente a formação profissional e técnica dos trabalhadores imigrantes. Porém, segundo alguns autores alemães, o principal propósito desta migração era amortizar os encargos da dívida contraída pela RPM com a RDA, a qual teria se tornado insustentável¹⁷ (DÖRING: 1999). Em muitos aspectos, esta migração mostrou semelhanças com a dos mineiros moçambicanos para a África do Sul durante o período colonial e que continuou depois da independência em 1975: enquadramento legal e institucional paternalistas, contratação rotativa de jovens solteiros (entre 18 e 25 anos), pagamento diferido de partes dos salários, segregação e controle social e habitacional no país de acolhimento (OPPENHEIMER, 2004: 100).

Primeiramente, é necessário contextualizar as condições materiais que permitiram a migração à RDA, pois é claro que sem o acordo assinado entre o SED¹⁸ e a FRELIMO, não teria existido a possibilidade de que mais de 21 mil moçambicanos pudessem sair para a Alemanha. Para começar então, podemos dizer que 1977 foi um ano decisivo. Foi quando o movimento FRELIMO se transforma em Partido Frelimo, marxista-leninista; e foi também em 1977 que o recrutamento de trabalhadores para as minas do Transvaal, que havia sido de 128.000 em 1975, se verá reduzido para 42.000 por ano, deixando um excedente de mão de obra da ordem de 86.000 em condição de "reserva". Este processo foi acompanhado por um redirecionamento da utilização dos serviços dos portos e caminhos de ferro de Lourenço Marques pela África do Sul (na época da independência, serviços prestados pelos portos e caminhos de ferro de Moçambique eram direcionados quase exclusivamente para os países vizinhos). Com uma economia largamente dependente dos serviços prestados aos países vizinhos e

¹⁵ Segundo as estatísticas oficiais do ex-ministério do interior da RDA, até dezembro de 1989 foram contabilizados cerca de 15.600 moçambicanos. BStU MfS - HA XVII. Nr 8645/25. Segundo outras fontes, entre 1979 e 1989 passaram pela RDA 21.600 trabalhadores moçambicanos, entre homens e mulheres. (SCHLEICHER, 1991; HEYDEN, 1994) Segundo o relatório da Comissão de Petições da Assembleia da República foram 21.817 trabalhadores os que passaram pela RDA (Resolução 11/2003, pág. 5) NO terceiro capítulo entregamos uma informação pormenorizada deste contingente, assim como os distritos onde estiveram alocados dentro do território alemão oriental.

¹⁶ Abkommen zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werktätiger in sozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik (vom 24. Februar 1979)

¹⁷ Em 1990, na altura de sua extinção, e de assunção desta posição pela RFA alargada, a dívida externa acumulada de Moçambique com a RDA foi avaliada em 450 milhões de dólares. E isto depois que três reajustes, consentidos pela RDA em 1983, 1985 e 1989. (ver detalhes em OPPENHEIMER: 2004).

¹⁸ Partido Socialista Unificado da Alemanha, em alemão: SED Sozialistischer Einheit Deutschlands.

na sequência dos novos tipos de relações agora existentes com a Rodésia (atual Zimbábue) e a África do Sul, Moçambique viu assim drasticamente diminuída a entrada de divisas para o país.

Essa dependência econômica, de caráter estrutural, com a África do Sul, obriga a FRELIMO a buscar estratégias duais que, por um lado, permitissem manter o fluxo de mineiros, e por outro, indicassem novos aliados no seu processo de construção nacional como república independente. No caso da África do Sul, *“ambos países não só mantiveram suas obrigações contratuais¹⁹, mas também ampliaram a cooperação nas áreas econômicas e de infra-estrutura”* (WEIMER, 1983: 48). Mas essa cooperação foi constituída sobre uma relação assimétrica em favor da África do Sul. Imediatamente após a independência moçambicana, a África do Sul reduziu drasticamente o recrutamento de trabalhadores para as minas do RAND. Em 1978, a África do Sul anula a *“Gold Option”* unilateralmente. Esta cláusula era a que regulava as transferências diferidas em ouro pela contratação dos moçambicanos para as minas. Essa situação diminuiu ostensivamente o ingresso de divisas para Moçambique de cerca de 150 a 175 milhões de dólares em 1975, a 15 milhões em 1978. (WEIMER, 1983: 51). Por outro lado, entre 1975 e 1977, foi reduzido o recrutamento de trabalhadores de maneira tal que deixou um excedente ativo de "reserva" de cerca de 86 mil trabalhadores. Na sua maioria, tratava-se de trabalhadores que não obtiveram o "bônus" (carteira de recontração) ao terminar seu contrato e não puderam renová-lo²⁰, mas, principalmente, também daqueles que iam pela primeira vez às minas do RAND. Em um relatório elaborado pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) em 1977, esta situação é colocada como um dos problemas mais urgentes a se solucionar. No ponto número 8, se coloca:

A mobilização deste estrato mais pobre de *‘operários-camponeses’*, que inclui a grande maioria dos jovens parece-nos constituir uma tarefa imediata devido à

¹⁹ Os contratos de 1912, conhecido como “Mozambique-Convention”, assinados entre África do Sul e Portugal, foram negociados novamente em 1975 com a FRELIMO. Neste contrato era regulado o trânsito de trabalhadores moçambicanos para as minas do Rand no sul, assim como as transferências em ouro que fazia a WENELA por trabalhador empregado. Ver: Weimer (1983).

²⁰ No livro de Maghezi faz-se referencia ao problema derivados da obtenção destes "bonus certificates": *"Há menos pessoas a irem para a África do Sul. Se lhes fossem dados bonus certificates neste momentos, todos eles partiriam para a África do Sul imediatamente! No passado, um homem que estivesse de férias das minas, podia passar uns dias extras (sem a permissão do empregador) por forma a reparar ou construir uma nova casa, e podia, depois regressar à mina sem nenhuma dificuldade. Mas hoje (1981) se um trabalhador se atrasasse um dia a voltar a mina, ele seria despedido!"* (MAGHEZI, 2003: 130 - 131)

posição precária em que atualmente se encontra este grupo, resultante da drástica redução do recrutamento. Não o conseguir pode significar ou a constituição de um proletariado rural de camponeses pobres trabalhando a terra dos camponeses ricos, ou uma fuga para as cidades onde iriam engrossar as fileiras de desempregados. Um processo deste tipo arrastaria consigo uma séria desmobilização do que pode constituir uma poderosa força da transição para o socialismo²¹ (grifos meus)

Paralelamente, no mesmo ano, aproveitando o terceiro congresso do Partido, a FRELIMO declara Moçambique como república socialista marxista-leninista, o que irá agravar a difícil situação fronteiriça, tomando em conta a situação de conflito na região, provocado pela guerra fria. O primeiro passo nesse campo será afiançar os laços estabelecidos com a RDA²² durante a guerra anticolonial e, conjuntamente, ampliar e regularizar a relação de cooperação econômica e militar com este país. Essa relação se concentrará então sob dois eixos: o militar²³, para a proteção do processo revolucionário, alvo de ataques subversivos; e o de cooperação econômica, técnica e científica, com o objetivo de dissociar-se paulatinamente do sistema capitalista (WEIMER, 1983: 116). Em novembro de 1977, o secretário do Ministério do Trabalho e Salário da RDA, recebe uma petição da FRELIMO para a formação técnica profissional de trabalhadores moçambicanos. No texto consta:

A República Popular de Moçambique quer enviar, em 1978 e 1979 respectivamente, 2.000 trabalhadores à RDA para que recebam uma formação prática durante um ano. Os melhores trabalhadores entre eles deveriam obter a possibilidade de uma formação (formação em determinadas especializações) de dois anos.²⁴

A resposta do secretário não se fez esperar. A petição foi rejeitada pelas seguintes razões: *“A ocupação de trabalhadores moçambicanos em trabalhos que não exigem nenhuma formação anterior, não é possível justificar politicamente e não tem nenhum*

²¹ Relatório do CEA sobre a situação camponesa no sul de Moçambique, entregue ao Ministério do Trabalho em 1977. Arquivo CIDAC, material fotocopiado, pág. VI 10.

²² Neste ponto, ver o capítulo de Hans-Joachim Döring, dedicado à relação da RDA com a FRELIMO antes da independência. Döring (1999).

²³ Para ter uma dimensão relativamente geral sobre esta cooperação militar, ver entre outros: Döring (1999); Wolf (1998) e Schleicher (1996). Outra fonte de incalculável riqueza são os pormenorizados relatórios do Ministério de Segurança do Estado alemão, nos quais revelam a periodicidade das relações entre os ministérios encarregados da segurança pública, a frequência de visita dos instrutores alemães, assim como a chegada de quadros moçambicanos para a sua formação na Alemanha, entre muitas outras coisas.

²⁴ *“Die VR Mozambik will 1978 und 1979 jeweils 2000 Arbeiter in die DDR zur einjährigen praktischen Ausbildung entsenden. Die besten Arbeiter unter ihnen sollen die Möglichkeit einer zweijährigen Ausbildung (Ausbildung in bestimmten Spezialisierungen) erhalten”*. Stellungnahme der Staatssekretariates Arbeit und Lohn zum Vorschlag der VRM über die Ausbildung mozambikanischer in Betrieben der DDR, 3.11.1977. BAZ DY 3022190 (Büro Mittag). (Apud Döring, 1999).

uso na economia moçambicana.” (DÖRING, 1999: 231). Entretanto, esta atitude da RDA mudará rapidamente. A necessidade de criar novas fontes de divisas e, desta maneira, nivelar sua própria balança comercial, e garantir assim sua produtividade econômica, a leva a olhar a sua contraparte africana como uma alternativa barata de aquisição das divisas necessárias. Desta maneira, da rejeição inicial se passa a um acordo de intercâmbio econômico e técnico que contempla a ocupação temporária de trabalhadores moçambicanos no país europeu. Um dos pontos principais destes acordos bilaterais era a formação técnico-profissional dos trabalhadores migrantes²⁵.

A implosão da RDA levou a um repatriamento precipitado destes trabalhadores, seguido por um processo de reintegração traumático em Moçambique que derivou em um longo conflito entre os regressados e o partido governante em Moçambique desde 1975: Frente de Libertação de Moçambique (doravante FRELIMO). Um conflito focalizado principalmente no caótico reembolso das transferências dos salários e dos descontos – benefícios acumulados por estes trabalhadores durante a estadia na Alemanha – para a segurança social em Moçambique, assim como das indenizações pagas pela RDA²⁶. Sob este passado de mobilidade e exploração trabalhista, nasce este grupo social que faz valer suas reivindicações na atualidade recorrendo ao aprendizado das liberdades civis e instituições democráticas instauradas recentemente no Moçambique pós-guerra civil.

O passado comum como trabalhadores na antiga RDA parece criar, à primeira vista, certa unidade na coletividade. Porém, os dados recolhidos revelam que tal passado não conforma necessariamente uma unidade totalizante. De um lado, os depoimentos recolhidos e editados por Licínio Azevedo no seu curta-metragem nos apresentam um quadro relativamente homogêneo, algo assim com um discurso compartilhado pelos seus interlocutores; de outro, ao contrastar o cotidiano de cada um

²⁵ Em Moçambique, isto funcionou como incentivo para recrutar a mão de obra nos primeiros anos. Entre 1979 e 1985 a maioria dos trabalhadores em Alemanha conseguiram uma formação técnico profissional capacitando-lhes em diversas áreas da indústria (mineração, transportes, metalúrgica, montagem industrial, eletricidade, processamento de alimentos, etc...). Possibilidade que a partir de 1986, salvo algumas exceções, foi reduzida oficialmente ao ensino da língua alemã para logo ser incorporados nos diversos processos produtivos exclusivamente nas linhas de montagem.

²⁶ Segundo o Acordo entre a RDA e Moçambique de 1979, que é onde começa a vinda dos trabalhadores para a Alemanha do Leste, eles podiam transferir até 25% do salário mensal líquido a partir do quarto mês de emprego. Em 1986 aquela porcentagem foi aumentada para 60%, mas decresceu novamente em 1989 para 40%. Segundo as informações de Oppenheimer, em 1988/89 cada trabalhador moçambicano transferia mensalmente a média 300 Marcos do salário e 75 Marcos para a segurança social

deles, este nos revela uma realidade muito mais diferenciada e complexa. As condutas e comportamentos dos diferentes sujeitos não são regidos única e exclusivamente pela adesão ou não a um corpo identitário estático e atemporal adquirido: “Magermane”.

Procurando uma definição preliminar do termo, encontramos na site casa mocambique.de²⁷, a seguinte proposta:

Magermane, ou madgermanes ou Magermane = Mad (e in) Germany. Resumido: Mad'jermane. Trata-se de uma maneira peculiar dos moçambicanos designarem um produto “Made in Germany”, ou seja, vindo da Alemanha. Pode ser um aparelho de música da marca RFT ou um estudante da “Escola da Amizade” em Strausfurt ou ainda uma motocicleta da marca MZ. Em Moçambique “Made in Germany” é assinalado na língua moçambicana como Magermane.

O termo ficou, apesar do tempo, e agora é reivindicado como marca identitária pelos próprios antigos trabalhadores moçambicanos na RDA na luta pelo seu reconhecimento. Devemos ter presente, contudo, que a partícula “ma”, em boa parte das línguas do sul de Moçambique, designa o plural de determinada classe pronominal. Assim, o plural de changana, grupo linguístico majoritário no sul, é “machangana”, o plural de suazi, é “masuazi”, e assim por diante. Podemos imaginar que “Magermane” faça referência a “os alemães” ou “os que vêm da Alemanha”.

Contrariamente, e como veremos ao longo deste trabalho, a construção dos “Magermane” (doravante sem aspas), para além de ser uma figura criada expressamente quando do seu retorno a Moçambique, é antes o resultado da somatória de uma série de fatores, tal como: sua afetação²⁸ e preparação para viajar à RDA como parte de um projeto iniciado pela FRELIMO; sua estadia e enquadramento no interior de uma estrutura hierárquica alheia e desconhecida num país europeu; seu retorno e tentativa de reintegração, acelerado e traumático, numa sociedade moçambicana atravessada pela sequelas de uma guerra fratricida, prolongada e devastadora. Sua presença ativa no universo social do país africano interpela de maneira direta tanto os processos de modernização e construção nacional, como a uma elite - autoreferida como herdeira histórica - a qual, aos poucos, tem se tornado a

²⁷ Vide o site: <http://www.stud.uni-potsdam.de/~mucavele/fpportugues.html> último acesso 16/09/2010

²⁸ “Afetado”, “afetação”, são termos êmicos usados pelos moçambicanos já no período colonial e especialmente no período socialista, servia para definir o procedimento a partir do qual as pessoas eram enquadradas pelo Estado dentro do processo produtivo e não apenas no processo produtivo: mas sim pelo Estado em geral. Para o caso dos Magermane, especificamente, muitos dos relatos que elaboram a memória da sua ida para Alemanha usam este termo para explicar sua ida para este país. Fazemos este esclarecimento porque esta expressão aparecerá muitas vezes no texto.

beneficiária quase exclusiva destes processos.

Para poder atingir de maneira satisfatória estas afirmações, nos próximos capítulos tentarei desenvolver e refletir em torno dos diversos aspectos colocados a cima, e, da mesma maneira, com base nos antecedentes históricos encontrados, e apoiado numa metodologia processualista e interpretativa, centrada no trabalho de campo, tentarei reconstruir a situação social específica destes ex-trabalhadores em relação aos processos de representação política, dinâmicas de inclusão/exclusão, e sentidos sociais do trabalho e dinheiro, todas elas fazendo parte inquestionável das transformações políticas e sociais de Moçambique. É importante destacar que concentrei-me no contexto da capital do país: Maputo. Acredito que é nestes aspectos que encontramos correlações importantes para compreender e dimensionar o papel desta coletividade nos processos de modernização e construção do Estado nacional moçambicano.

Antes de entrar em contato direto com os Magermane, fui aconselhado por muitos a tomar cuidado, pois ia conhecer um grupo muito violento. Um grupo que fala pouco e estraga muito, se confronta à policia, insulta o presidente, agride a seus dirigentes, etc. Aliás um pastor da igreja protestante alemã me prevenia em seu alemão: *“mit dem Magermane ist nichts zu spassen!”*, o que em português viria a ser “os Magermane não são brincadeira”. Enfim, devia tomar cuidado de não ser mal compreendido e desta maneira cair vítima da violência deste grupo de “marginais”. Paralelamente, a pouca literatura encontrada sobre sua situação em Moçambique, os mostra, muitas vezes, como um coletivo de pessoas lesado em seus direitos e marginalizado na própria sociedade, ou seja, como vítimas. Curiosamente, a minha maior surpresa foi me encontrar com indivíduos alegres, abertos e “puxa papo”, munidos de uma cordialidade, por vezes fria, que explicaria mais o receio do primeiro encontro do que algum caráter ou uma maneira de ser intrínseca. Em muitos casos, não precisei escolher os temas de conversa, foram eles que me contaram a sua história... a "sua versão da história".

Resumir um conflito que se alastra há vinte anos não é tarefa fácil. Um conflito que no decorrer de todos estes anos tem assumido dinâmicas diversas e cuja complexidade está atrelada ao emaranhado processo de construção do que hoje denominamos nação moçambicana. Desde já me oponho a qualquer posicionamento

que proponha simplificar esta problemática rotulando-a de conflito isolado e marginal, o qual atingiria apenas um fragmento pouco significativo da sociedade moçambicana. Contrariamente, este conflito pode ser pensado como um referente inusitado para refletir um sem fim de situações sociais. A relação da sociedade com o Estado, as relações dos diversos grupos regionais entre si e com o Estado, refletir também em torno de uma serie de categorias que povoam o discurso pós-conflito armado, tais como “Sociedade civil”, “Esfera Pública”, “Desenvolvimentismo”, “Modernidade” e “Tradição”, etc. Este conflito também permite-nos refletir em torno das muitas continuidades representadas no espaço social moçambicano, principalmente as que dizem respeito às formas como se manifestam as relações de poder e processos de diferenciação social, produção de alianças e lealdades, e como consequência, sobre a produção de desconfianças e ressentimentos.

Na atualidade existem aproximadamente quatro trabalhos relativamente extensos e dois artigos publicados, dedicados exclusivamente a tratar a situação dos ex-trabalhadores moçambicanos da extinta RDA, nomeadamente uma dissertação de mestrado (Alemanha), um diplomado (Áustria) e duas monografias para obter o grau de licenciado (Moçambique), um em história e outro em sociologia²⁹. Apesar da diversidade de enfoques teóricos desenvolvidos em estes trabalhos, é possível distinguir um elemento em comum: todos eles apresentam o conflito entre Magermane e Governo como inextricável. O desafio será então, nas próximas linhas, tentar combinar fatos e relatos, documentos e relatórios, todos eles acumulados em estes últimos vinte anos em torno deste conflito para tentar, pela primeira vez, aventurar-nos numa explicação

²⁹ Jagemann, Katharina: *Biographien von mosambikanischen „Vertragsarbeitnehmern“ im Spannungsfeld individueller Lebensentwürfe und politischer Geschichte. – Eine empirische Analyse*. Magisterarbeit an der Technische Universität Chemnitz, 2007. Ulbrich, Theresia: *„Madgermanes“ - Moçambicanische VertragsarbeiterInnen in der DDR und ihre Rückkehr nach Moçambique ; zur kollektiven Identität der Madgermanes*. Diplomarbeit, Fakultät für Sozialwissenschaften, Universität Wien 2009. Canjale, Lucas Xavier: *O Fórum dos ex-trabalhadores da ex-RDA na cidade de Maputo (1999-2006)* Monografias (Licenciatura) Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 2007, registo: <http://hdl.handle.net/123456789/1058>. Lucas, Aníbal Fernando: *Mão-de-obra moçambicana emigrante na ex.República Democrática Alemã, 1979-1990*. Monografias (Licenciatura) Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 2002, registo: <http://hdl.handle.net/123456789/1408>. Cabe salientar que este último trabalho foi elaborado por um Magermane. Em relação aos dois artigos publicados, estes são: Oppenheimer, Jochen: "Magermanes. Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã", *Revista Lusotopie*, Leiden, 2004. pág. 85 - 105. Jagemann, Katharina: "Biographien von mosambikanischen „Vertragsarbeitnehmern“ im Spannungsfeld individueller Lebensentwürfe und politischer Geschichte", em Pinhero, Teresa (Ed.) *Portugiesische Migrationen: Geschichte, Repräsentation und Erinnerungskulturen*. Editora VS Verlag, Wiesbaden 2009. págs. 197 - 212

que, por sua vez, entregue antecedentes para entender o porquê desta inextricabilidade.

Contudo, parece-me necessário antecipar algumas das perspectivas a partir das quais se pretende realizar a análise deste processo. Trabalho e mobilidade são pensados aqui, tanto em sua acepção analítica em relação à produção de valor, mas, sobretudo, no sentido social como formador de subjetividades. Anselm Jappe (2006), realizando uma leitura cruzada de Marx, Durkheim, Mauss, Sahlins e Polanyi, sugere uma discussão em torno da relação entre fetichismo e antropologia. Nesta discussão, centraliza a dificuldade de atrelar o trabalho apenas a um conceito fora do seu contexto histórico cultural específico. Robert Kurz (1999), por sua vez, desenvolve algumas das noções que acompanham as reflexões dos capítulos, relativas ao conceito de trabalho dentro de uma dupla dimensão (real e abstrata). Kurz, assim como Jappe, compartilha da ideia de trabalho como uma construção moderna, *“e como tal foi acolhido acriticamente por ambos sistemas conflitantes do pós-guerra”* (KURZ, 1999: 18), no sentido principalmente utópico do termo. Para o conceito de “mobilidade”, dialoga-se com a definição elaborada por Jean-Paul Guademar (1977), na qual propõe que

Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista, toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada.” (GAUDEMAR, 1977: 17)

Desta forma, pretende-se apresentar a circulação, mobilidade e trabalho como elemento constitutivo do processo de modernização moçambicano, mas também entender a “afetação”, enquadramento e compulsão dos indivíduos inseridos neste processo como elementos constitutivos na construção dos diversos estamentos sociais, quer seja no período colonial, quer no período socialista pós-independência. O propósito é evidenciar a relação histórica entre uma suposta lógica colonial e a retórica da modernidade (MIGNOLO: 2005) e assim evitar deixar-se seduzir pela tendência desenvolvimentista dominante, a qual supõem um percurso linear e evolutivo entre os diferentes momentos vividos por esta jovem república, suposto que para esta pesquisa em especial não consegue dar conta do que se considera crucial, a saber: a complexidade dos universos relacionais, assim como o agenciamento, dinâmicas e

práticas dos diversos grupos humanos organizados, em especial destes antigos trabalhadores na extinta RDA, para além de um Estado entendido como em construção e portanto como processo estruturante das diversas práticas e relações dentro do atual contexto moçambicano.

Esta reflexão é importante, pois coloca no centro do debate a diversidade de discursos a respeito de uma mesma história. As contradições entre as categorias discutidas e a percepção da própria realidade e, por último, a conflitualidade implícita na construção de uma história oficial consensual, são constitutivas desta estrutura social, que almeja constituir-se como um corpo social coerente sob a ideia de nação, mas está atravessado por uma série de clivagens e temporalidades em fluxo contínuo. Uma “moçambicanidade” que se constrói sob muitas alteridades atuantes no espaço, mas, sem dúvida, estruturada sob duas específicas e concomitantes: uma constituída pela relação com o exterior e outra interna. Sendo possível entender esse processo conflitivo como a base estruturante das relações que se estabelecem entre esses diversos grupos no interior deste contexto. A dependência do ou a relação com o exterior passa então a fazer parte como um elemento diferenciador e de distinção, ao tempo que, no nível interno, um espécie de integracionismo excludente como prática política liderada pela elite governante, portadora e beneficiária, ao mesmo tempo, do modelo em questão, completaria os antecedentes a partir dos quais este processo de formação nacional se desenrola.

Capítulo 1. Espaço de resistência e organização

1.1. A “Base Central Madgermany³⁰”:



Figura 2: Jardim 28 de Maio, com destaque para a “Base Central Madgermany”. Fotografia: Héctor Guerra.

Aparentemente, o Jardim 28 de Maio ou Jardim da Liberdade, localizado no centro de Maputo, na divisa do bairro do “Alto-Maé A” com “Alto Maé B”, não é diferente de muitos outros que percorri, nos lugares que visitei durante as diversas estadias de campo nesta capital. É um lugar que se destaca pela grande quantidade de árvores com amplas copas, o que garante um espaço de sombra igualmente amplo para os dias excessivamente quentes, temperatura habitual na maior parte do ano. Um lugar que durante o dia fervilha com as atividades econômicas e sociais do cotidiano

³⁰ Existe uma série de formas usadas para a designação deste grupo de ex-trabalhadores, optei pela expressão “Magermane” que seria a versão coloquial do termo que eles mesmos usam para se autodefinir.

*desenrascar-se*³¹ do povo maputense. Três dos seus lados são ocupados pelo “comércio informal”³². Ao sul, na calçada que dá para a Avenida 24 de julho, e ao norte, na calçada que dá para a Avenida Ahmed Sekou Toure, os artigos postos à venda são principalmente calçados e roupas, mas também cintos, bolsas, etc. A Avenida 24 de julho é, além disso, ponto de parada dos *chapas*³³. Ao leste, na calçada que dá para a Av. Alberto Luthuli, encontram-se os vendedores que comercializam todo tipo de acessórios para viaturas, pneus, garrações plásticos de diversos tamanhos, macacos, triângulos, etc. No centro do Jardim, em torno a um chafariz seco, localizam-se os vendedores de água gelada, vendida em garrafas recicladas de meio litro e litro e meio com água congelada. A particularidade desta venda é que a procedência da água não é garantida, o que se reflete no preço, significativamente mais barato que as águas minerais oferecidas nos supermercados e armazéns dos arredores.

O Jardim 28 de Maio é rodeado de pequenas mercearias, locutórios para a realização de telefonemas e “lan houses” para o uso de internet, bem como de oficinas mecânicas, etc.; todos esses espaços são rodeados de caminhos de cimento, por onde circulam crianças vendendo amendoins, bananas, laranjas e *chamuças*³⁴, entre as

³¹ Esta expressão foi uma das mais ouvidas em minhas conversas com as pessoas em Maputo. Trata-se de uma expressão idiomática: um “moçambicanismo”, próximo ao “jeitinho” brasileiro. Significa aproximadamente “saber arranjar-se”, ou “se virar”. É usada sempre dentro do contexto econômico para explicar as múltiplas formas de arranjar dinheiro para o transporte e para a refeição cotidiana, e, em geral, serve como uma expressão que propõe também um estado de desamparo em relação à situação econômica e social do indivíduo moçambicano. Trata-se também de certo eufemismo para fazer referência à “economia informal”.

³² A noção de “informal” não será objeto de discussão exaustiva em nosso trabalho; as “aspas” procuram destacar o quanto a própria ideia de “informal” não se adequa a relações pautadas por rígidos códigos de conduta.

³³ Chapa (cem) n. m. ou f. transporte colectivo, *semiformal*; por extensão, qualquer automóvel que transporte pessoas a troco de algum dinheiro (de chapa, “preço único”, de cem meticais, preço cobrado quando o uso dos chapas se generalizou em Maputo nos anos 1980) fazer chapa: cobrar dinheiro pelas boléias que dá nas suas deslocções (“quando vai a Nampula comprar material, o Faustino faz sempre chapa”); usar um automóvel como chapa (“ele anda a fazer chapa com o carro da companhia”). Disponível em <http://mocambicanismos.blogspot.com/2009/02/c.html>, último acesso em 16/09/2010. Devemos destacar que no dia 5 de Fevereiro de 2008, ocorreram grandes e violentos distúrbios em muitos pontos da capital, provocados pelo aumento em 100% do preço do transporte, por parte do Governo (de 5 para 10 Meticais, 5 Meticais representa aprox. 0,24 centavos do real brasileiro). O resultado destes distúrbios foi que “cerca de uma dezena perdeu a vida e perto de meia centena ficaram feridas” (Jornal Savana, Dez. 2008). Os detalhes deste evento serão analisados no último capítulo.

³⁴ De acordo com o dicionário online Priberam: *chamuça* (hindi samosa) s. f. Culin. Pastel frito de massa folhada, de forma triangular, com recheio geralmente muito condimentado. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=chamu%C3%A7a>, último acesso 16/09/2010. Se o pastelzinho é de origem indiana, o fato é que foi incorporado na culinária urbana não só de Moçambique, mas em boa parte dos países da África Austral (em particular África do Sul, Zimbábue, Suazilândia, Zâmbia e Malauí) e da África Oriental (Tanzânia, Uganda e Quênia).

muitas outras refeições, seja para o *matabicho*³⁵ ou para o almoço, que o enorme e diversificado comércio ambulante tem para oferecer. O seu interior é composto por pequenas rotundas e por bancos em precário estado de manutenção, ou improvisados com pedaços de tronco, nos quais se vêem, na sua maioria, homens com pastas sob o braço, discutindo algum evento da atualidade em changana, ronga, ou alguma outra língua regional³⁶, ou até mesmo em português, ou ainda, certamente, misturando todas elas, como se costuma ouvir nas ruas e lugares públicos desta cosmopolita e agitada capital. Pela proximidade do Ministério do Trabalho³⁷, é possível imaginar que se trata de pessoas que freqüentam suas instalações à procura do que hoje em dia parece ser um artigo de luxo e de cobiça ao mesmo tempo: um trabalho formal.

Em meio a toda essa agitada efervescência urbana, sobressai a presença numerosa dos Magermane, os quais, à primeira vista, combinariam com a paisagem recém descrita, não fosse pelo fato de que todas as quartas-feiras marcharem, em formação militar e rígida disciplina, munidos de cartazes, tambores artesanais e expressando um imenso repertório de gritos e cânticos, pelas ruas de Maputo, cidade aparentemente carente de uma vida pública política³⁸. Os Magermane fizeram deste Jardim, desde 1993, a sua “Base Central de Operações”³⁹. Ocuparam um espaço público e transformaram-no em um “território libertado”, do qual eles seriam os donos.

³⁵ Em português de Portugal seria *pequeno-almoço*, no português do Brasil *café-da-manhã*. Aqui a expressão *matabichar*, segundo explicação dos meus colegas moçambicanos que freqüentam o Jardim, é matar o bicho da fome, a primeira que se manifesta depois do despertar.

³⁶ Na atualidade, em Maputo, para além do português, é habitual encontrarmos grupos falando as diversas línguas do sul (Xithswa, Bitonga, Xichopi, Xichangana e Xironga), mas também das regiões centro e norte, particularmente o Macua e Chuabo. Este ponto será desenvolvido mais adiante, na seção que discutirá os problemas em torno das formas classificatórias dos diferentes grupos em Maputo.

³⁷ O Ministério do Trabalho e Previdência Social se localiza na Avenida 24 de julho, uma das artérias principais da capital, entre as avenidas Francisco Samuel Magaia e Karl Marx, no bairro Central “B”, a três quarteirões do Jardim.

³⁸ A marcha deste grupo será analisada mais adiante. Aqui, talvez, caiba apenas dizer que em 2007 eram entre 100 a 200 pessoas os que marchavam, número que em 2010 aumentou significativamente para cerca de 800 a 1000 pessoas. Em relação a esta aparente falta de vida pública política, se destaca esta marcha pela sua irrupção no cotidiano da cidade, pois fora os comícios que o partido FRELIMO organiza para comemorar seus eventos, os Magermane são os únicos que, desde o começo da década de 90 até os dias atuais, se manifestam publicamente. Este aspecto será discutido também mais adiante.

³⁹ Esta expressão é significativa na medida em que remete a um conceito bélico extremamente controverso no universo moçambicano. De acordo com a noção Magermane do conflito, estes estariam em guerra com o partido FRELIMO e daí a importância de ter uma Base Central de operações desde onde poder dirigir a luta e concentrar as forças. A controvérsia nasce quando observamos que até o dia de hoje a própria RENAMO mantém uma base de operações autônoma em Maringue, na região centro do país, último eslabão na memória coletiva em torno da violenta guerra civil que este país viveu. Em última instância pretende representar uma provocação aberta ao poder coercitivo do partido governante, ao estar localizada no centro da capital moçambicana.

Todos aqueles que desejarem realizar seus negócios nessa região devem consultá-los para obter a permissão⁴⁰. A deteriorada “casa-de-banho”⁴¹ - único vestígio da outrora presença do Estado, e que na atualidade marca sua presença nesse setor através de indivíduos uniformizados e carros policiais -, foi ocupada e reformada para sua utilização como sanitário público, e é usado pelos homens e mulheres que fizeram deste Jardim seu lugar de trabalho e lazer.

O uso da casa-de-banho era taxado em Um metical (doravante MZn) em 2007, e aumentou para dois MZn em 2008. Esta cobrança é supervisionada por três Magermane: Benzane, Vijay e Manoel, responsáveis também pela manutenção e pelo bom estado das instalações. A arrecadação deste dinheiro é usada para o consumo diário dos muitos Magermane que passam a maior parte do dia no Jardim. Pode parecer irônico, mas em uma cidade caracterizada pela inexistência ou, no caso de existir, mau funcionamento de uma infra-estrutura sanitária pública, ainda que básica, e levando em consideração que grande parte da vida econômica e social dos habitantes desta capital realiza-se nas ruas - o que os obriga a satisfazerem em espaços públicos -, esta casa-de-banho parece representar uma tentativa de promover a higiene e a ordem nesse local⁴².

Sobre a “Base” (doravante sem aspas e com maiúscula), em duas das quatro paredes exteriores estão pintadas bandeiras da Alemanha, e na parede que dá para a Avenida 24 de Julho, quase à altura do Museu da Revolução⁴³, se lê a seguinte

⁴⁰ No jornal “Notícias”, de 15 de Fevereiro de 2006, constava a seguinte nota: *“Vendedores e `magermane` disputam Jardim 28 de Maio. O Jardim 28 de Maio conheceu ontem momentos de tensão com os antigos trabalhadores da ex-RDA, também conhecidos por `magermane`, a repudiarem a ocupação daquele espaço pelos vendedores ambulantes que para lá se dirigiram, alegadamente sob orientação do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. Só que esta situação não foi bem acolhida pelos `magermane` que, de imediato, trataram de protestar; afirmando que aquele jardim é a sua `Base Central` e, mais ninguém pode ocupá-lo”*. Parece-nos que a convivência entre os Magermane, os comerciantes e o Conselho Municipal da Cidade de Maputo, responsável oficial por este espaço público, está cheia de ambigüidades e silêncios. Segundo Zeca Cossa, presidente da ATMA, eles controlam tudo que acontece no Jardim. Por outro lado, existe uma associação organizada pelos feirantes que ocupa as calçadas externas do Jardim. De acordo com esta associação, os feirantes estão lá desde 2005, de maneira oficial, ou autorizados pelo Conselho. Em torno deste conflito gerado pelo uso e usufruto do lugar, o chefe Cossa explica que foi feita uma negociação. Alerta, porém, que a maneira como esta foi feita entre os diversos agentes não contou com a sua participação, o que nos leva a pensar que o relato do chefe Cossa e de outros Magermane seriam, antes de qualquer coisa, versões elaboradas pelos beneficiários destas negociações.

⁴¹ Trata-se de uma expressão própria do português de Portugal, utilizada em Moçambique, e cujo sentido é “banheiro” no português do Brasil.

⁴² Deve-se salientar que as próprias condições higiênicas e estruturais desta casa-de-banho são deploráveis. Esta observação só faz sentido se a comparamos com outros lugares encontrados na cidade que servem o mesmo fim.

⁴³ O Museu da Revolução se localiza quase à mesma altura da Base Central dos Magermane, na Avenida 24 de julho. É um prédio de cinco andares, em cujos cômodos encontramos uma periodização da Luta de Libertação

inscrição: “Base Central Madgermany”. Pode parecer uma curiosidade e até uma coincidência urbanística o fato da casa-de-banho localizar-se em frente ao Museu da Revolução; no entanto, não deixa de ser provocador aos olhos do Estado o fato dos Magermane terem pintado uma bandeira Alemã e inscrito o nome da Base Central na parede que está voltada para a Avenida 24 de julho, lugar onde está o Museu que a FRELIMO edificou para preservar a memória de um certo heroísmo nacional, hoje contestada não apenas pelos Magermane. Esta sujeira e a deterioração urbana marcam o cotidiano da cidade e do Jardim, especificamente, das quais o museu, do outro lado da calçada, também não escapa.

Dependendo de uma série de circunstâncias, mas, fundamentalmente, dependendo de alguém *ter arranjado um bico* ou não, o número de Magermane presentes cotidianamente no Jardim varia de 20 a aproximadamente 50 pessoas. Este “núcleo duro de combatentes” é composto quase em sua totalidade por homens (a presença feminina é significativamente menor, a maior parte das vezes só encontrei entre três e seis mulheres Magermane). São os últimos a abandonar o lugar junto com os dirigentes, a altas horas da noite. É necessário salientar que a quase totalidade desses “combatentes” (doravante sem aspas e cursivo) não possuem emprego. Segundo eles, não conseguem trabalho pelo fato de “serem Magermane”, o que equivale dizer, aos olhos dos outros, e segundo eles mesmos, serem revoltosos, briguentos e problemáticos. Porém, muitos deles sobrevivem com trabalhos informais qualificados como *bicos*⁴⁴. Ao inquirir o porquê da autodenominação de *combatentes*, o “chefe”⁴⁵ Cossa responde: *“porque são os que estão aqui de segunda-feira a sábado, nunca faltam às marchas e, sobretudo, são os dinamizadores nas discussões coletivas*

Nacional, iniciada em 1964. O Museu registra ainda elementos que fazem referência ao período de transição (7 de setembro de 1974 a 25 de junho de 1975) e à independência política deste país (25 de junho de 1975). O Museu contém espaços com vitrines que relatam as estratégias e as etapas da luta de libertação, assim como os combates e o arsenal bélico utilizado. Em linhas gerais, apresenta-se como um museu que exalta a grandeza da luta revolucionária de maneira cronológica, colocando mártires e heróis no centro do relato. Durante a minha visita, exceto pelos funcionários, a maioria dos visitantes que encontrei no percurso foram estrangeiros.

⁴⁴ O “bico” pode ser comparado com a idéia de *job* em inglês, ou seja, um trabalho de caráter intermitente que só resolve aquele momento, à diferença do que poderia se entender como trabalho temporário, o qual denota certa continuidade ocupacional. O “bico” é um trabalho específico que acaba quando a tarefa é cumprida e não supõe recontração. Devemos levar em consideração que em nível nacional o maior empregador é o Estado, a idade máxima para poder concorrer a uma vaga dentro deste sistema de emprego é de 34 anos. O setor privado é mais flexível neste sentido. De qualquer forma, devemos frisar aqui a brutal escassez do trabalho formal, caracterizado pelo emprego, é um problema geral que afeta quase 91,1% da população (CMI: 2010).

⁴⁵ Esta é a maneira como são designados os líderes da Associação, doravante citarei esta expressão sem o uso de aspas.

com a *'massa' que só vêem às reuniões e à marcha*". A denominada "massa" (doravante sem aspas e cursiva), por sua vez, seria o conjunto de Magermane que participa das marchas nas quartas-feiras, um grupo numeroso, que, dependendo das circunstâncias, pode chegar a aproximadamente 250 pessoas⁴⁶.

Voltando à localização da Base, o espaço ao redor da casa de banho é enfeitado com a bandeira da antiga RDA e também com a dos Estados Unidos. No espaço imediato que rodeia a casa-de-banho, localiza-se um parquinho, com seu trepa-trepa, balanços e gangorras em completo estado de deterioração e abandono, só compreensível pelo processo de reapropriação sofrido pelo lugar, de espaço de lazer para crianças, a um espaço adulto de discussão e luta⁴⁷. O espaço em torno da casa-de-banho é ocupado o dia inteiro, e por vezes até no período noturno. Os banquinhos que estão do lado da Avenida Sekou Toure são denominados pelos Magermane de "parlamento". Ali é habitual encontrar um grupo de seis a dez Magermane (nas quartas-feiras são sempre mais), todos em volta de "Sangue Novo", da maneira como é apelidado José Matange Luis, eleito vice-presidente de mesa da assembléia da Associação no dia 14 de janeiro de 2009. Quando inquiri sobre os motivos do nome "parlamento", alguns me dizem que é porque ali se discute o tempo todo sobre a situação interna da Associação, mas também sobre os problemas do processo apresentado à Assembléia da República (nome do parlamento moçambicano, doravante AR). Do lado oeste do Jardim, na calçada da Avenida Romão Fernandes Farinha, localiza-se o grupo mais numeroso dos Magermane, denominado *Gruppe Fünf*⁴⁸. Este grupo ocupa este lado da calçada, mas também o espaço em frente da casa-de-banho, lugar onde estão colocadas as bandeiras, fixadas em dois grandes troncos posicionados aleatoriamente, lugar onde costumam ficar os responsáveis pela manutenção da própria casa-de-banho, e um outro grupo significativo de Magermane,

⁴⁶ No entanto, desde maio de 2010, a participação de Magermane nas marchas tem aumentado significativamente, chegando contar com aproximadamente mil aderentes. Mais adiante trataremos os detalhes.

⁴⁷ Mais do que deterioro, com exceção do trepa-trepa, o que temos são ruínas destes mesmos brinquedos, dos quais só resta a estrutura. Ou seja, são gangorras sem gangorra, balanços sem balanços. Porém, todas as vezes que fiquei no Jardim pude comprovar que, apesar do estado de abandono, são muitas as crianças de rua que brincam nesse espaço. Ressignificando também seu uso, a estrutura do balanço vira uma trave para o jogo de futebol. Destaque-se que o deterioro das praças em Maputo é generalizado.

⁴⁸ *Gruppe Fünf* vem do alemão e significa "grupo cinco", fazendo alusão ao fato deste grupo pedir a todas as pessoas cinco MZn para a compra de bebidas alcoólicas, seja cerveja, vinho ou destilados de diversas origens e fabricação. Este dinheiro também é usado para o consumo alimentar dos Magermane usuários do Jardim.

discutindo sobre eventos da vida política e cotidiana da cidade, assim como sobre futebol e sobre as notícias divulgadas nos jornais⁴⁹. Do outro lado da calçada, o grupo de Magermane, além de ser numeroso, é formado também por algumas mulheres. Nesse mesmo local, reúnem-se os chefes, embora eles se revezem constantemente para que possam gerenciar as conversações dos outros grupos espalhados no entorno da casa-de-banho⁵⁰.

Entrando na casa-de-banho, deparamos com outros dois cômodos. O primeiro é um salão de barbearia, a “Barbearia Madgermane”, onde um jovem barbeiro trabalha. Trata-se de um cômodo de aproximadamente um metro e meio quadrado, onde se encontra uma mesa improvisada de caixotes coberta por uma toalha, sobre a qual há um espelho de tamanho médio e várias máquinas de cortar cabelo; o salão atende o público masculino. O jovem barbeiro, Amade, não pertence ao grupo dos Magermane, mas é sobrinho de Virgílio Amade, Magerman morto pela polícia em 2003, durante fortes confrontos com a polícia e a consequente repressão por parte do governo. Zeca Cossa insistiu que eu cortasse meu cabelo no local. Segundo ele muita gente corta o cabelo ali⁵¹, e que, portanto, é um negócio rentável. Logo me relatou que eles tinham cedido este espaço ao sobrinho de Virgílio, Magerman morto pela polícia, porque era também uma maneira de ajudar sua família enquanto o dinheiro das transferências não era devolvido (voltaremos a este tema mais adiante). Diante da barbearia, Gito, Momed e outros dois Magermane instalaram uma oficina improvisada onde confeccionam placas para carros, assim como um serviço de gravura do número da placa nos vidros e espelhos dos carros, sistema muito usado em Maputo para evitar roubos desses acessórios. Trata-se de um negócio iniciado por Gito em 2006, ao qual logo se

⁴⁹ As notícias dos jornais são um tema privilegiado nas conversas dos diversos grupos. Um aspecto que chama muito a atenção é que o Jornal “Notícias” não é considerado como órgão informativo. Muito pelo contrário: ele é rejeitado, pois é identificado como a voz do partido FRELIMO e, portanto, pouco crível. Somente quando aparece alguma notícia relacionada com o grupo e suas ações ele é adquirido. Os jornais mais lidos e discutidos são os jornais “Savana”, “Zambeze”, “A Verdade”, “Canal de Moçambique” e “Scorpião”, de tiragem semanal, e “O país”, jornal diário associado à oposição. Devido ao seu preço, a forma de acesso é mediante a compra de um exemplar que logo é passado de mão em mão para a leitura individual.

⁵⁰ Segundo Lazáro: *“estes dois grupinhos constituem os verdadeiros homens da dita Base dos Magermane, porque nunca ficam sem ninguém e quando estes dois grupinhos assumem uma decisão é para ser cumprida. A informação vital e em primeira mão circula aqui. Em suma, eles comandam o rumo dos acontecimentos.”*

⁵¹ Em sua maioria, são os próprios Magermane que cortam o cabelo neste local, inclusive o próprio chefe Cossa. O preço do corte oscila entre 15 e 20 meticais. Quando pergunto ao jovem cabeleireiro se dá para se *desenrascar* (“se virar”), ele responde afirmativamente, embora se queixe dos Magermane em relação ao pagamento, alegando que não costumam pagar como as demais pessoas.

incorporou Momed, que não é Magerman, mas tinha certo capital e contatos. O negócio começou a render altos lucros, situação que provocou certo desconforto entre alguns Magermane do grupo dos *combatentes*, que começaram a exigir que Gito pagasse uma taxa pelo uso do espaço. Esta exigência foi rejeitada por Gito com o argumento de que os custos dos materiais para a confecção das placas, assim como a eletricidade para os aparelhos, eram muito altos. Alguns começaram, então, a exigir participação no negócio, situação que acabou incorporando dois Magermane mais: Kumbula e Mário. Hoje o negócio atrai muitos clientes e funciona de maneira independente da Associação.

A outra dependência, localizada do lado oposto da barbearia, é um cômodo um pouco maior. A primeira vez que visitei este espaço havia algumas cadeiras e um fogão pequeno de duas bocas. “Aqui almoçamos”⁵², relatou-me naquele momento o mesmo dirigente, explicando que cada membro da organização contribuía com algo de dinheiro para o almoço diário. Naquele dia havia três mulheres cozinhando e fui convidado para almoçar. No cardápio: xima⁵³ com repolho e molho de tomate. Trata-se da base da alimentação do grosso da população, ou das pessoas sem dinheiro, – a maioria dos moçambicanos, ironizou o chefe Cossa (corresponde ao “feijão com arroz” do Brasil). Durante o almoço conversamos assuntos triviais, e o que me chamou a atenção foi o interesse dos comensais em saber se eu falava changana. Respondo-lhes que conheço três palavras: Kanimambo (obrigado), Machimbombo (ônibus) e Mulungo (branco)⁵⁴.

⁵² Refiro-me a uma ocasião em 2007. Em 2008, o fogão e as cadeiras já não encontravam lá, e o espaço tinha se transformado em uma espécie de depósito que guardava os cartazes, bandeiras e instrumentos da marcha, assim como parte da correspondência oficial, mantida e organizada por Muchanga. Ele foi considerado entre muitos Magermane como sendo uma pessoa em quem podiam confiar para receber e transmitir recados e guardar documentos com certa segurança, antes da chegada de chefes e secretários ou mesmo na sua ausência. Devido a esta confiança foi incumbido como responsável pela correspondência.

⁵³ Xima ou chima n. f. papa de farinha e água, usada como acompanhamento, massa, sadza, úchua: o dicionário Porto Editora registra o moçambicanismo e define chima como: “1. prato à base de farinha de mandioca e de cereais” e “2. alimentação fundamental dos macuas (do macua eshima, “id”)”. Há aqui várias incorreções: A chima não é um prato, a não ser que se considere um prato batatas cozidas, por exemplo. Trata-se de um acompanhamento de muitos pratos. A chima também não é de farinha de mandioca e cereais, mas sim de farinha de mandioca ou de farinha de milho ou de farinha de mapira (e, pelo menos na Zambézia, a massa de farinha de mandioca tem um nome especial, chama-se caracata). Disponível em <http://mocambicanismos.blogspot.com/2009/02/c.html>, último acesso em 16/09/2010. Em cada região do país, ganha um nome diferente, e trata-se de um acompanhamento recorrente nos países com os quais Moçambique faz fronteira.

⁵⁴ A questão da língua foi ganhando relevância ao longo da e pesquisa. Já em minha segunda estadia de campo, quando centrei a atenção no cotidiano dos Magermane fora do Jardim e muito mais na vizinhança e nos bairros onde eles moram, percebi que a compreensão do ronga ou do changana era crucial para uma aproximação ao

Quando pergunto pelos outros Magermane que estão fora se eles almoçam naquele mesmo local, a resposta do chefe Cossa me deixou um tanto perplexo: “*Aqui, entre os Magermane, existem grupos diferentes*”. A diferenciação que ele faz refere-se ao consumo de álcool, pois há um grupo que bebe principalmente álcool destilado, e outro - ao qual ele pertence - que bebe principalmente vinho. Esta diferenciação me chama a atenção pela maneira pejorativa como o chefe Cossa se refere ao grupo que bebe destilados. E não é apenas a referência em torno do consumo de álcool que atua como dispositivo de diferenciação. Existe um aspecto que chama atenção no mundo social maputense, precisamente porque se manifesta como um aspecto obliterado, não evidente, e, portanto relativamente arriscado. Trata-se de algo de acesso inicial difícil e delicado, mas significativo para entender os mecanismos de inclusão e exclusão social, e que diz respeito às pertenças regionais. Voltarei a este ponto mais adiante.

A presença deste grupo no Jardim não é casual. Como dito anteriormente, a razão principal para a escolha deste lugar como centro de operações, foi sua proximidade com o Ministério do Trabalho. Conversas com os dirigentes desta coletividade indicam-me que este Jardim foi ocupado após serem expulsos da calçada em frente ao mesmo Ministério⁵⁵. A importância de estarem localizados perto das dependências deste organismo estatal é definida por uma hierarquia dentro da escala de desafetos e de

universo de relações fora da cidade “do cimento”, especialmente nos bairros periféricos. Em maio de 2010, consegui participar de um curso de changana oferecido pelo Instituto Cultural Moçambique Alemanha. Embora de curta duração, cerca de um mês, foram meus primeiros passos para entender a origem de algumas palavras e, especialmente, aprender a distinguir os sobrenomes e reconhecer neles a origem da pessoa. Este aprendizado permitiu-me ampliar meu universo de observação e entender alguns tipos de classificação derivados desta diferenciação onomástica. Embora não domine o idioma changana, adquiri um conhecimento passivo que me permite acompanhar boa parte das conversas.

⁵⁵ Entre os dias 26 de dezembro de 1990 e 1º de Janeiro de 1991, uma série de artigos foram publicados no jornal “Notícias”, de Moçambique, informando sobre a onda de protestos e desordens organizados pelos regressados da RDA em frente do Ministério do Trabalho, onde exigiam o pagamento das transferências. Segundo o jornal, as paredes e vidros da fachada do Ministério teriam sido pintados com frases do tipo “*queremos nosso dinheiro*”, “*também queremos emprego*”. A origem dos distúrbios teria sido a lentidão do Ministério na entrega dos bens trazidos da Alemanha e a devolução do dinheiro das transferências referentes ao pagamento do seguro social que cada moçambicano teria feito durante sua estadia na RDA. Em uma entrevista com Jaime Matola, em 2007, ele relata que os protestos em frente ao Ministério eram tão frequentes e barulhentos que, desde 1991, o Ministério começou a ter proteção policial. Os Magermane iam quase todos os dias em grupos numerosos para bater panelas e latas em frente ao Ministério. Chegou um ponto em que a polícia teve que agir para expulsar a massa de Magermane já em 1991, o que levou os Magermane a ocuparem o Jardim 28 de Maio e passarem a realizar a marcha semanal. No início, a marcha passava na frente do Ministério do Trabalho, mas logo, a pedido do ministro, ela mudou sua trajetória para passar diante do Conselho Municipal, e assim evitar maiores tumultos. No entanto, as ocupações das dependências deste Ministério são relatos comuns nas conversas dos Magermane no Jardim. Tenho notícias de duas ações bem sucedidas. A primeira foi reportada pela imprensa oficial em 1990, a segunda foi relatada pelos Magermane, com fotos, e teria acontecido em 2003.

coadjuvantes que os próprios Magermane construíram ao longo destes anos. É neste Ministério onde tudo começou e é também onde estariam guardados os documentos que comprovariam a validade e veracidade de suas reivindicações.

A AR encontra-se a cinco quarteirões do Jardim, na direção oposta ao Ministério do Trabalho, mas na mesma avenida. Diferentemente deste Ministério, a relação que os Magermane têm com a Assembléia se caracteriza por uma contínua busca de diálogo, embora a maioria do parlamento seja composta por representantes do partido FRELIMO, o que por sua vez significaria também uma relação de inimizade e desconfiança. O motivo inicial de procurar este diálogo com o poder legislativo parte da existência da bancada opositora da RENAMO, partido com o qual os Magermane começaram sua política de alianças, já em 1994. Estes aspectos serão aprofundados posteriormente. Por enquanto a intenção foi uma aproximação inicial ao cotidiano deste grupo no Jardim, assim como sua interação com a população neste espaço urbano específico.

1.2. Associativismo para conter ressentimentos e a violência Magermane?

No dia 12 de julho de 2007 - seja, um mês antes da minha primeira viagem a campo – foi publicada no Boletim da República⁵⁶, a oficialização da Associação de Antigos Trabalhadores Moçambicanos na Alemanha (doravante ATMA). Se é evidente que sua criação diz respeito ao processo reivindicativo do movimento Magermane desde 1990, não podemos esquecer a existência de uma forte tradição de associativismo em Moçambique, vinculado ao próprio nascimento da nação⁵⁷. Ao mesmo tempo, a ATMA se insere num contexto pautado pelas agências internacionais de cooperação que apontam para a promoção e o fortalecimento de algo que seria uma “sociedade civil moçambicana”⁵⁸. Daí que uma discussão mais detida em torno da

⁵⁶ Cf. Série III, número 28, matricula na Conservatória de Registro das Entidades Legais, sob o n° 100015249.

⁵⁷ O Associativismo em Moçambique tem uma história bastante significativa por estar vinculada diretamente ao próprio processo de libertação nacional. Uniões e associações de ordem gremial e de classe podem ser encontradas já nos primórdios do século XX. Para uma visão extensiva do fenômeno, vide Iglésias: 2009; Rocha: 2002, entre outros.

⁵⁸ Trata-se de uma categoria controversa não apenas para o contexto moçambicano, mas de uma perspectiva mais geral, particularmente quando pensamos na África contemporânea. Seu uso nas últimas duas décadas, é

origem desta Associação necessite ser definida de melhor forma, e nada melhor para isso que usar os testemunhos dos próprios envolvidos. Desta forma, não apenas pretendemos salientar a força do agenciamento de sujeitos coletivos de maneira genérica, mas também e, sobretudo centrar nossa atenção na processualidade deste conflito que, como dizem os próprios Magermane, seria *“mais longo do que a própria luta de libertação”*. É através desta processualidade que pensamos poder enxergar de forma mais integral, a maneira como o ressentimento, a memória e o reconhecimento vão sendo configurados e atuam como dispositivos seletivos na interação e na construção destes agentes sociais específicos em sua relação com o poder.

Na memória revivida pelos Magermane, são recorrentes as histórias sobre a continuidade da sua luta. Em uma realidade atual, dispersa e atravessada por outra série de eventos, a memória atua como dispositivo para fortalecer o passado comum. De fato, muitos se orgulham de estar desde o começo na luta. Seus relatos coincidem em indicar que, imediatamente depois do retorno a Moçambique, cada um resolvia sua situação diretamente com o Ministério do Trabalho. Todos teriam recebido uma parte do montante transferido, e desde o início perceberam que os reembolsos que fazia o Ministério não coincidiam com a quantidade acreditada nas suas folhas de pagamento⁵⁹. A partir daí teriam começado a reclamar, cada um por si e diretamente com os funcionários do Ministério. Muitos insistiram em que a causa principal para este desencontro foi que, quando de sua chegada a Moçambique, o encarregado do Ministério do Trabalho lhes teria retirado as folhas de pagamento das transferências, estes eram os únicos comprovantes confeccionados pelas próprias empresas alemãs e que eles traziam junto aos seus documentos. A maioria teria entregado estes comprovantes esperando que o dinheiro fosse reembolsado integralmente. Em muitos casos, ao revisar estes depoimentos percebe-se que não existe a intenção de narrar

recorrente, indiscriminado e irreflexivo por parte das agências de cooperação internacional, empenhadas em forjar um sujeito do desenvolvimento em distintas regiões africanas. Pensar a sociedade civil apenas como agência que garante o desenvolvimento da democracia, sem refletir sobre as relações históricas de poder construídas no seu seio que, ao mesmo tempo, a definem, não apenas pulveriza a análise, como também reduz, de maneira deliberada, seu campo de aplicação, marginalizando para o caso de Moçambique uma porção significativa da população.

⁵⁹ “Nachweis über Lohntransfer”, denomina-se este documento em alemão. Um dado que é preciso antecipar, é que alguns dos Magermane colocaram seus documentos nos contentores com os bens adquiridos na Alemanha, e por isso foi possível anos depois incorporá-los não apenas no discurso da coletividade, mas, sobretudo, usá-los como provas da sua existência perante a AR, junto ao caderno reivindicativo que a associação vem elaborando desde 2003.

essas histórias de maneira cronológica e sim de acentuar o efeito da atuação dos funcionários do Ministério do Trabalho (retirar as folhas de pagamento no momento da chegada a Moçambique): entenderam este fato menos como um conduto regular e burocrático, e mais como uma prática de deslealdade e *aldrabice*.

Esta situação nos remete às vicissitudes de reconstruir uma história - a partir da memória oral -, dentro de uma lógica linear. Neste sentido, devemos antecipar que, para o caso que estou tentando desvendar, esta história se constrói basicamente a partir da percepção em torno dos fatos que os próprios Magermane elaboram. Assim sendo, e para poder dar conta desta produção autobiográfica, muitas das discussões e debates acontecidos durante as reuniões no jardim e as entrevistas levadas fora deste espaço, foram gravadas integralmente. O propósito foi, com a anuência dos próprios Magermane, começar a armazenar e sistematizar toda a informação relativa à história da sua existência como grupo social organizado⁶⁰. A escassa quantidade de trabalhos científicos locais em torno desta agrupação, a exceção dos trabalhos citados na introdução, foi determinante para optar pela compilação destas histórias orais, bem como para sistematizar as fontes documentais existentes⁶¹

Deve-se ressaltar ainda que desde seu retorno a Moçambique, mais especificamente a partir de 1990, dois anos antes da assinatura do tratado de paz que acabaria com uma prolongada guerra civil de proporções devastadoras, a visibilidade deste grupo social esteve, de um lado, marcada pela percepção de parte da população como uma organização com reivindicações concretas frente ao Estado⁶², e, de outro, ligada ao discurso criminalizador, de parte da FRELIMO, que construiu uma imagem de negatividade e violência, transformando estes trabalhadores numa espécie de Nêmeses do desenvolvimento, isto é, figuras vingativas que apenas se preocupavam com eles mesmos e, portanto antipatriotas, estigmatizando suas ações, como se de indivíduos marginais se tratasse, propagando a violência e a desconfiança numa sociedade atingida por uma crise sem precedentes. Nessa altura, o grau de

⁶⁰ Desejo salientar que todo o material reunido esta em mãos desta Associação.

⁶¹ Aqui devemos esclarecer que quando digo fontes documentais, refiro-me expressamente à recopilação de notícias de jornais e revistas, tanto impressa como digitais, assim como declarações e boletins informativos, acordos e resoluções produzidos durante todos estes anos em torno deste diferendo, feitos em Moçambique.

⁶² Devemos lembrar que entre outubro e dezembro de 1990, o jornal *Notícias* e o semanário *Tempo*, deram cobertura ao problema que atingia os regressados da Alemanha, destacando nas diversas reportagens uma posição favorável a respeito dos retornados e em favor de um atendimento de suas demandas.

desinformação existente em Moçambique e o lento desenvolvimento de uma esfera pública⁶³ autônoma e livre da coerção do partido governante, contribuíram para manter estes trabalhadores durante muitos anos excluídos do debate público. Suas aparições esporádicas nas manchetes da imprensa escrita, apenas contribuíram para a manutenção desta imagem estereotipada, composta por sujeitos violentos e revoltosos⁶⁴.

Devo esclarecer que este tema também é motivo de polêmica no seio da própria associação. Foram muitas as discussões às quais presenciei e outras tantas entrevistas em que toquei neste assunto. De todas essas discussões, um dos relatos que mais me impressionou foi o de Lázaro Magalhães, zambeziano, secretário de mesa da assembléia da ATMA⁶⁵, que em sua estadia na Alemanha cumpriu funções de chefe de grupo.

Os Magermane não são violentos por natureza, isso eu assino e não porque esteja lá. E compreendo que todo mundo diga que somos violentos, e aceito, não quero negar... porque é de acordo com a visão dessas pessoas, eu também tenho a minha visão. O processo em si foi que mudou às pessoas a esse extremo, eu entendo assim. Primeiro: o processo criou uma serie de situações de violência, de aldrabice, de corrupção, de não transparência... O processo arrastou-se tanto tempo que foi criando essas situações, mas não só isso, o gênesis em si dos Magermane, só podia permitir a violência... também.. O processo em si cria espaço para que haja violência, por quê? Explico:

Levar um quarto-classista, digo isso como padrão, pois tem alguns com segunda e terceira classe, até tem pessoas ai que não sabem ler nem escrever... nem escrever o nome sabem. Todas estas situações eram faladas entre nós, mas oficialmente não podia-se falar. Primeiro porque a política que nos enviou para lá não nos permitia, logo a política que encontramos lá também não nos permitia.

Agora chega cá para Moçambique e claro ninguém desconfia, se foram eles que nos levaram, assim como nós agora estamos a confiar no Zeca (presidente da Associação). Eu entreguei o mapa salarial à pessoa que me levou para Alemanha, porque confiava nela. Para logo, dias depois não ter acesso àquilo que acho devia ser meu direito. Muitas vezes foi lá para receber meu dinheiro e sempre a mesma resposta, "estamos a processar..." a processar o que? É uma

⁶³ Não é a minha intenção trabalhar com categorias prontas. Neste sentido, aplico esta categoria como referência, a qual pretendo desconstruir na medida em que avança esta reflexão.

⁶⁴ Durante a pesquisa pudemos verificar que, entre 1991 e 2001, as únicas notícias relacionadas à situação dos ex-trabalhadores da RDA, foram aquelas divulgadas nos boletins e jornais alemães (excetuando algumas divulgadas no jornal *Noticias*, em 2000). Porém, essas notícias estavam mais focadas em informar sobre a situação legal incerta na qual se achavam os moçambicanos que ficaram na Alemanha (aproximadamente 2 a 3 mil moçambicanos, de um universo de cerca de 15 mil antigos trabalhadores da RDA, decidiram ficar na Alemanha unificada). Em Moçambique voltamos a encontrar notícias só a partir de 2001.

⁶⁵ Este relato foi gravado e é muito mais extenso. O critério usado para a escolha do entrevistado foi que, entre todos os outros, Lázaro esforçou-se por apresentar uma explicação menos marcada pelo ressentimento acumulado e presente, e mais orientada a outorgar uma visão algo mais abrangente e diferenciada.

situação simples, eu transferi parte do meu salário para Moçambique, agora retornado quero meu dinheiro.

Na altura havia o grupo dos mais ou menos radicais, os radicais e os pacíficos. Então numa primeira fase se impus a fração dos mais ou menos radicais, aí começamos as marchas “queremos nosso dinheiro”, então teve violência mas não tão violenta. Mas como a resposta não vinha, os radicais disseram “estão a ver? vocês lutaram por essa via e não estão a pagar”... aí todos “poxa tem razão”. Dai se impus a fração mais radical e começaram as confrontações até a morte do colega (Virgílio Amade 2003). Aí os pacíficos disseram “estão a ver? Mesmo com muita violência não estão a pagar nosso dinheiro”. Nem as exigências de marchar nem a violência direta funciona. Então se decidiu ir pela via pacífica que é o estagio atual.” (Discussão em 2009)

Lázaro não nega a violência atribuída aos Magermane; pretende, contudo, dotar-lhe de sentido. Sobressai um sentimento de revolta com relação ao tratamento recebido, tanto quando do seu retorno, quanto durante todo este período. A expressão “*quarto-classista*” refere-se ao fato de que, depois de 1986, grande parte, senão a maioria dos *afetados* para a Alemanha, nem tinha concluído o que aqui no Brasil é atualmente chamado de quarta série. Precisamos rever este argumento para não generalizar demais. Concreto é que uma das condições centrais para serem enviados para Alemanha, a partir de 1986, era uma formação escolar até a quarta série, no mínimo. Porém, também é substancial, que uma fração significativa das pessoas que foram nesses anos tinha um nível de escolaridade mais alto. Portanto, a relação escolaridade e propensão à violência parece não estar em concordância direta, neste caso. Talvez devêssemos pensar este argumento fora do paternalismo com o qual ele é elaborado, e tentar percebê-lo a partir de outra ótica.

Na introdução ao conflito, se explica que em, 1985, o partido FRELIMO decidiu, sem consultar os seus trabalhadores na Alemanha, transformar os descontos dos salários de facultativos para obrigatórios e, a partir de 1986, estes descontos aumentaram de 25% para 60%. No começo esta decisão provocou diversas revoltas por parte de algumas *brigadas*⁶⁶, mas logo em seguida a maioria acabou acatando a decisão. Menciono este evento por ser um dos mais significativos neste conflito. Mas o

⁶⁶ A expressão “brigada” é constitutiva do discurso socialista daquela altura, como veremos no capítulo dedicado ao período de estadia destes ex-trabalhadores em Alemanha, as brigadas de trabalho constituíam o núcleo básico de produção. A denominação desta unidade em “brigada”, de forte conotação bélica, na linguagem socialista, tinha a pretensão de confrontar com a idéia de alienação do processo produtivo capitalista, daí a necessidade de revesti-las de uma mística própria e incentivá-las colocando nomes de personagens importantes e revolucionários nas fábricas, centros e mesmo brigadas de produção.

que se pretende destacar aqui é o fato desses trabalhadores, embora vivesse uma situação percebida por eles como de relativa liberdade durante seu período na Alemanha, nunca perderam o estatuto de subordinação ao Partido. É desta maneira que devemos interpretar as palavras de Lázaro: “*Todas estas situações eram faladas entre nós, mas oficialmente não podia-se falar. Primeiro porque a política que nos enviou para lá não nos permitia...*” Neste sentido, será o controle e a contínua arbitrariedade de parte dos funcionários responsáveis por estes trabalhadores, que conformará, pouco a pouco, uma relação de lealdade ambígua, alimentada por um sentimento de desconfiança e receio em relação ao partido. Esta arbitrariedade me foi explicada principalmente em relação a uma série de descontos que o partido fazia através das suas organizações, representadas nas brigadas de trabalho, assim, cada mês os trabalhadores deveriam pagar 5 marcos cada um, como contribuição para a OTM, OJM, no caso das mulheres a OMM. Lázaro, Jaime, Juma e tantos outros também mencionam uma série de...

... medidas disciplinares onde tínhamos que pagar 100 a 150 marcos, por exemplo, caso faltassem às reuniões. Não ir às reuniões do Partido; não fazer a limpeza no internato; ou ainda, fazer muito barulho; andar em MZ (motocicleta) ou de automóvel, todas essas ações estavam sujeitas às medidas provisórias. Os que pagavam, entregavam ao chefe de grupo e este encaminhava aos subdelegados, contudo, ninguém sabia o destino final desse dinheiro. (Lázaro, dezembro de 2008).

Um dado significativo é também o fato de que, se até 1985 eram apenas 4 mil trabalhadores produzindo na Alemanha, este número aumentará em 1988 para mais de 13 mil. Segundo Oppenheimer (2004):

De facto, se bem que até meados dos anos oitenta milhares de trabalhadores moçambicanos tenham recebido formação profissional, depois desta data o seu emprego passou a reger-se exclusivamente por interesses comerciais dos dois países (Apud OPPENHEIMER, 2004: 95)⁶⁷

Esta mudança será percebida, sobretudo pelos mais antigos, que relataram que o tipo de tratamento com os novos *recrutados*⁶⁸ era diferente daquele que eles tinham

⁶⁷ Segundo Girrbaach, a percentagem dos regressados com formação profissional era de 30 a 40% do total. (GIRRBACH, 1992: 12-13).

⁶⁸ A expressão “recrutados”, assim como “brigada”, possui uma forte conotação bélica e são oriundas do período socialista, especificamente, fazem parte do vocabulário elaborado pelo ideário de transformação revolucionária do “homem novo”, são expressões usadas tanto nos relatórios elaborados como nos contratos assinados pelos governos, e assumidos no discurso Magermane. Diferentemente a expressão “Base” e “combatentes”, assumida

recebido. Desta forma, parece plausível pensar, inicialmente, que a violência atribuída aos Magermane seria mais o resultado da concatenação de uma série de eventos no interior deste processo de *afetação* para trabalhar na RDA, do que uma característica intrínseca que possa justificar a forma como eles são representados e habitualmente tratados, como “revoltosos” ou “marginais”, por exemplo.

Outro aspecto, muito significativo também, diz respeito à experiência do retorno e ao fato de terem sido “muito acarinhados”, visto que eles chegaram como possuidores de um status econômico muito mais favorável que a maioria da população de Maputo, muito mais favorável inclusive que a dos próprios funcionários do Estado. A marca distintiva destes trabalhadores, naquela altura, não era apenas a roupa que eles usavam, mas também o fato de terem dinheiro e bens de consumo que a maioria dos moçambicanos cobiçava. Esta situação foi gerando um sentimento de admiração mesclado à inveja. Sentimento que foi se estruturando, por um lado, através das expectativas que a família e os círculos mais próximos colocariam em relação a essa inesperada riqueza dos recém regressados. Por outro, pelas contínuas situações de arbitrariedade no trato, abusos que eles começaram a sofrer da população em geral e, sobretudo, dos funcionários do Estado. São recorrentes as histórias em torno dos primeiros anos de retorno, que relatam aspectos do cotidiano maputense durante os últimos anos da guerra, relatos sobre propinas exigidas pela polícia de proteção, milicianos, que exigiam o pagamento de pedágio para poder ir de um lugar a outro, ou as inexplicáveis elevadas taxas impostas pelo serviço de correios e transportes, responsável pelo envio de encomendas ou traslado dos seus bens para as províncias de origem. Todas estas questões teriam sido denunciadas, naquela altura, pelos Magermane, junto à imprensa e ao Ministério do Trabalho, e não foram resolvidas oportunamente pelas instâncias responsáveis, que tampouco se posicionaram oficialmente a respeito. A sensação experimentada por estes trabalhadores foi a de desamparo por parte da “estrutura” que os tinham levado para Alemanha.

A todo este quadro soma-se um último aspecto, não menos significativo, que é a situação inflacionária que vivia o país durante o retorno, e que afetou diretamente as

pelos Magermane para denominar o espaço físico escolhido para sua ação política e seu sujeito, respectivamente, nos remitem ao período da guerra civil, como se explicou anteriormente. Neste parágrafo queremos apenas destacar que a maioria destes novos recrutados vinha do sul e já não mais das outras províncias.

transferências que estes trabalhadores teriam feito desde Alemanha. Seguindo as propostas de Neiburg (2007), pensaremos a inflação como um fenômeno no qual "a percepção da perda diária (ou hora a hora) do valor da moeda têm, entre outros efeitos, o tornar instável a identidade das pessoas, introduzindo agudas incertezas nas perspectivas temporais dos coletivos humanos." (Neiburg, 2007: 121)⁶⁹. Os Magermane nunca tinham experimentado uma conjuntura de inflação econômica⁷⁰. Poucos podiam entender, portanto, o que isso significava. Na atualidade, ainda é um tema difícil de ser compreendido para muitos. Em uma das discussões habituais, em torno do estrago que, "naquela altura", tinha feito a inflação sobre as remessas enviadas a Moçambique, o próprio Lázaro tentava explicar a Mendes, "Manito" (Vice-presidente da ATMA) que, desde seu ponto de vista, o problema da inflação, naquele período, não deveria ter afetado os reembolsos:

A inflação esta aonde Mendes? Nós recebíamos nosso salário em marcos, mas todos os documentos assinados foram feitos em dólares, aliás aqueles mapas que a embaixada de Alemanha mandou aparecem todos os valores em dólares. Então se é um dólar... na altura eu me lembro que meu avô recebeu do meu bisavô 20 dólares e ele deixou para meu pai usar, ele não usou, morreu e deixou comigo, então hoje em dia, amanhã quero trocar o dólar que meu bisavô deixou, não vou usar o cambio da altura que ele passou a meu avô, uso o cambio atual. Há uma lei que diz em caso da transferência se faz com o cambio do dia e não com o cambio do ano que a moeda foi fabricada... Então qual é o cambio do dia? Então vamos a identificar esse valor com o cambio do dia, nós queremos fazer matemáticas simples, de camponês, e não matemáticas de intelectuais... (Lázaro, 2009)

É neste sentido que podemos interpretar as palavras de Lázaro:

Eu entreguei o mapa salarial à pessoa que me levou para Alemanha, porque confiava nela. Para logo, dias depois não ter acesso àquilo que acho devia ser meu direito. Muitas vezes foi lá para receber meu dinheiro e sempre a mesma resposta, "estamos a processar..." a processar o que? É uma situação simples, eu transferi parte do meu salário para Moçambique, agora retornado quero meu dinheiro.

⁶⁹ Porém, aqui não podemos esquecer que essas situações de instabilidade provocada pela inflação só podem ser pensadas em sociedades onde o acesso ao dinheiro, na forma de salário ou renda – ou mesmo como herança -, inclui uma porcentagem significativa da população. Para o caso de Moçambique deve ser pensada de maneira mais restritiva, precisamente porque o acesso as formas de crédito e poupanças "clássicas" é muito menos generalizado. Devemos considerar que a inflação afeta única e exclusivamente o valor da moeda, para quem não tem acesso à moeda, este fenômeno não muda sua situação de precariedade.

⁷⁰ No momento da unificação Alemã, quando da conversão do Ost-Mark em Deutsche Mark, este foi mantido 1:1 para salários e aposentadoria (reforma em Moçambique). Por outro lado, como já foi colocado anteriormente, o valor produzido por estes trabalhadores, e transferido para Moçambique, sempre foi cotado em dólar: \$1USD era igual a 1,5 Deutsche Mark.

A situação de não compreensão diante da lógica da inflação derivou irremediavelmente em sentimentos de insegurança e incerteza no futuro. Durante a cobertura que o semanário *“Tempo”* dedicou, em 1990, à situação dos retornados, encontramos uma série de depoimentos relativos a estes sentimentos: *“Se acabar o que trouxe da RDA não sei o que será de mim. Não sei que vida vou levar aqui, uma vez que as possibilidades de ter um emprego são escassas”*⁷¹. Muitos reclamavam que os preços estavam mais altos do que na Alemanha: *“o que recebemos torna-se insignificante nesta vida em que tudo custa milhões”*⁷². Outros começaram a culpar os funcionários de *estarem comendo* o que não é deles. Diante destas acusações o próprio Ministro do Trabalho reconhecia: *“Não excluo a hipótese de haver pessoas que tenham comportamentos incorretos, ou que cometam erros involuntariamente”*⁷³. Aqui, deve se acrescentar que na mesma época os custos de tramitação cobrados pelo Ministério do Trabalho eram de 35% do valor reembolsado⁷⁴, sem contar o aumento de 10% sobre o valor das transferências: *“os quatro milhões que aqui recebi não correspondem aos 17mil marcos que transferi durante meu trabalho”*⁷⁵. Todas as medidas tomadas pelo Ministério em nenhum momento foram justificadas ou esclarecidas aos regressados. É a partir dessas situações que devemos entender como a inflação foi percebida pelos Magermane. Anos depois, como veremos mais adiante, a exigência da correção dos valores cambiais foi incorporada na reivindicação à AR.

Podemos traçar, agora, o percurso do que veio se transformar na luta dos regressados, aos poucos chamados de Magermane pela população de Maputo. Entre 1990 e 2003, esta luta caracterizou-se pelas contínuas manifestações em frente ao Ministério do Trabalho e marchas protagonizadas por estes retornados nas ruas da capital. Nesse período existiam também algumas organizações que pretendiam⁷⁶

⁷¹ Depoimento de Batia Feijão no Semanário Tempo n° 1044, 14 de outubro 1990, página 24.

⁷² Depoimento de Buanasse Verdade no Semanário Tempo n° 1044, 14 de outubro 1990, página 25.

⁷³ Declaração do Ministro Aguiar Mazula à revista Tempo: n° 1046 de 28 de outubro de 1990, página 13.

⁷⁴ Vide Hagendorn, Michael Zeitschrift Drittwelt, 1992, página 57.

⁷⁵ Depoimento de Damião Cornela, que permaneceu 10 anos na Alemanha, publicado no Semanário Tempo: n° 1044 de 14 de outubro de 1990, página 26. *“Na RDA descontavam-nos 60 marcos que era para o Estado moçambicano, agora não entendemos porque tiram 10 por cento sobre o dinheiro que transferimos”* - Baita Feijão, na mesma reportagem.

⁷⁶ “Pretendiam” porque ainda hoje é motivo de grande disputa a legitimidade e o grau de representatividade destas organizações junto à maioria dos trabalhadores. As três estão envolvidas em casos de roubo e são acusadas de se venderem à FRELIMO em troca de favores e dinheiro, além da alegação de que não representam os interesses

representar estes trabalhadores. A primeira foi a MONARDA (Associação Nacional dos Trabalhadores da ex-RDA em Moçambique), criada em 1991, tendo mudado sua sede em 1994 para a Beira, no centro do país; a segunda foi a ADECOMA (Associação de Cooperação Moçambique Alemanha); e a terceira foi AMAL (Associação de Amigos de Alemanha), também criada em 1991. Todas mantinham relações com algumas organizações na Alemanha. Entretanto, quem alimentava o movimento, de maneira significativa, era o chamado “grupo de pressão” (doravante sem aspas e cursivo) que, como já vimos, instalou sua Base de operações no Jardim 28 de Maio. Este grupo teria sido desde sua origem dirigido por aqueles denominados por Lázaro como os “*mais ou menos radicais*”, foram eles que começaram a organizar os protestos em frente ao Ministério do Trabalho. Durante esse período, que se prolongará até mais ou menos 1999, a realidade destes trabalhadores caracterizou-se não apenas pela continuidade das suas provocadoras ações de protesto, mas também pelos conflitos com a população de Maputo, principalmente os que dizem respeito ao aumento de roubos e assaltos⁷⁷, cujos alvos eram basicamente os bens que estes trabalhadores traziam da Alemanha. Já em 1990, existia uma preocupação com este grupo de regressados, principalmente porque não havia instituições capacitadas para reintegrá-los formalmente ao mercado do trabalho⁷⁸.

Devemos lembrar também que, em sua maioria, estes trabalhadores, já retornados, tinham entre 20 e 30 anos de idade. Marburger, em 1993, quantificava a situação dos Magermane da seguinte maneira “*20% dos regressados da Alemanha negociam no mercado negro, 20% foram para a África do Sul, 3% trabalham em empresas, 57% não fazem nada, não têm trabalho*” (MARBURGER, 1993: 124). Parece importante destacar estes números, já que além dos relatos dos Magermane, não existe muitas informações para este período. A isto, somava-se também o fato dos Magermane entrarem em contato com a RENAMO, especialmente a partir das

dos seus associados e muito menos os interesses dos trabalhadores regressados.

⁷⁷ Também são recorrentes os relatos de Magermane vítimas de feitiçaria por parte de familiares e conhecidos. O termo *tramar* aqui é a expressão usada para definir esta prática cotidiana.

⁷⁸ Em janeiro de 1990, no Semanário “Tempo” n° 1059, nas cartas ao diretor, constava uma com o seguinte título: “Onde colocar regressados da ex-RDA”, de autoria de Dário Hurekure. Nesta carta, este senhor chamava a atenção para este problema da seguinte maneira: “*Recordem-se que a guerra que hoje nos assola foi iniciada por um grupinho que quase era insignificante em relação ao povo de Moçambique e hoje em dia há tiros em todo o país...*” A solução que ele propunha era alistar esses jovens no serviço militar obrigatório, para os que não estivessem absolvidos, e para os que sim, enviá-los para “outro país qualquer”.

segundas eleições para a presidência da república em 1994. Esta relação provocou bastante apreensão, principalmente em setores ligados à elite governante. Trata-se de episódios encobertos por uma teia de silêncios, apesar dos Magermane justificaram sua aproximação à RENAMO como conseqüência do sentimento de desamparo provocado pelo mutismo e pela falta de reação da FRELIMO diante de suas reivindicações - reação percebida pelos Magermane como arrogância -, mas também porque, naquele momento, este partido foi a única via real para acessar uma ajuda concreta, especialmente na assessoria para a elaboração de um caderno reivindicativo onde reuniram todas as questões que, segundo os Magermane, o Governo teria negligenciado⁷⁹.

Este período das lideranças “*mais ou menos radicais*” viria dar um passo, a partir aproximadamente de 1999, à instauração de uma nova ordem no seio da organização, uma nova constelação que se caracterizou por mostrar um nível mais sofisticado na elaboração e aplicação das estratégias de luta. O primeiro elemento distintivo desta fase foi a criação, em 1999, do FORTMORD: o Fórum dos Antigos Trabalhadores Moçambicanos na ex-RDA, que pela primeira vez abrigava as associações MONARDA, ADECOMA e o *grupo de pressão*, este último denominado “Núcleo dos Antigos Trabalhadores Moçambicanos na ex-RDA”, numa organização só, localizada no Jardim. A representatividade do FORTMORD foi legitimada e aceita, inicialmente, por todas as outras organizações nas províncias, como um órgão coordenador dos diversos interesses representados nas associações criadas até esse momento. Outro elemento que distinguiu esta fase da anterior foi a mudança da sua liderança, a qual fora assumida pelos ditos “*radicais*”. Foi este Fórum que confeccionou o “caderno reivindicativo” que seria apresentado à Comissão de Petições da AR em 2001, mas foi também a partir do Fórum que foi decidido aumentar a pressão nas ruas, o que acabou gerando a decisão do Governo em disponibilizar 7,5 milhões de USD destinado, segundo o próprio Governo, ao pagamento do seguro social destes trabalhadores. Na visão dos Magermane, este fato corroborava a compreensão de que “*pressionando*

⁷⁹ São muitos os relatos que indicam o irremediável desta aliança. As motivações abrangem um leque importante de aspectos, tanto no que dizem respeito da possibilidade de acesso a medicamentos e atenção de saúde, como de ordem política no sentido de perceber este partido naquela altura com a única estrutura capaz de fazer frente ao poder incontestável da FRELIMO. Neste sentido cabe lembrar uma sentença muito usada pelos Magermane em relação a sua política de aliança: “*o inimigo do meu inimigo é meu amigo*”

alcançam-se os objetivos”, uma percepção, segundo o chefe Cossa, apreendida na Alemanha.

Para o FORTMORD, este comunicado de liberação de verba era insuficiente, mas convenceu aos mais indecisos a participar do movimento de protestos, pois estava demonstrada a sua força e também sua eficácia conjuntural. As marchas, desde então, se tornaram massivas (de acordo com os relatos da maioria, estas marchas podiam chegar até umas 2000 pessoas), assim como freqüentes as visitas e manifestações em frente ao Ministério do Trabalho (Agosto e Setembro de 2001), a tal ponto que chegaram a realizar uma série de outras ações muito mais ousadas. Entre as mais significativas, está o boicote realizado nas comemorações do 1º de Maio de 2002, na qual desafiaram o Presidente da República, insultando sua pessoa e lançando restos de pão duro sobre o palco, obrigando o Presidente a abandonar a comemoração sem proferir seu discurso⁸⁰. A comoção causada por esta ação alentou ainda mais o Movimento. Naquele momento, tinha-se a certeza de que se havia escolhido o caminho certo: enquanto negociavam com o Governo através do Ministério do Trabalho, agitavam paralelamente nas ruas. Porém, esta escalada reivindicativa também justificou o aumento da repressão por parte do Governo. Esta combinação de eventos permitiu, no entanto, que conseguissem que a Comissão de Petições levantasse um inquérito para buscar uma solução definitiva às demandas que estes ex-trabalhadores tinham frente ao Governo. A resolução deste inquérito foi sancionada em maio e publicada em junho de 2003⁸¹, aprovada por consenso na AR é conhecida como *Resolução 11/2003*. O impacto mais significativo desta resolução, de acordo com a visão dos próprios Magermane, foi ter conseguido desmontar o discurso que o Governo tinha elaborado e mantido até esse momento, o qual sustentava que estes

⁸⁰ Nos relatos ouvidos no Jardim, e que rememoravam este período, não era difícil perceber a emoção dos narradores daquelas “façanhas”, contadas em detalhes, sobretudo aquelas partes mais anedóticas. Talvez a que mais despertava alegria era a confusão provocada no palco do Presidente, quando foram lançados pedaços de pão duro. Ria-se muito de ver os “capangas” do Presidente correr para protegê-lo achando que eram granadas.

⁸¹ Resolução nº 11/2003, de 8 de Maio, Boletim da República, I Série, nº 23, 4 de Junho de 2003: 221-222. Esta resolução foi produto de uma série de tentativas de diálogos anteriores, propostos pelos ex-trabalhadores. Todo este intercâmbio está incluído na ata de trabalho da Comissão de Petições. Nesta ata é possível ter uma idéia do tipo de diálogo que caracterizou a relação que Magermane e Governo tiveram durante anos. Por um lado, o Governo negando ou omitindo parágrafos dos acordos por ele assinados naquela altura, e por outro, os Magermane coletando informações para contestar esses argumentos. Esta documentação será incluída nos anexos deste trabalho. Contudo, devemos antecipar que o primeiro caderno reivindicativo confeccionado pelos Magermane, data de junho de 2000.

trabalhadores não teriam direito a reembolsos.

O aparente clima de vitória entre os Magermane não apaziguou sua luta e a continuidade de suas reivindicações, especialmente através das marchas, devido ao fato do processo de implementação das medidas tomadas pelo Governo, para efetivar a resolução que favorecia os Magermane, estar demorando muito. A resposta do Governo caracterizou-se, nesse período, pelas contínuas ações de repressão ao movimento, mobilizando a Força de Intervenção Rápida (FIR) para as imediações do Jardim, com o objetivo de impedir as passeatas e de acabar com a ocupação desse lugar pelo Fórum, situação que acabou com a morte de Virgílio Amade⁸², assassinado com um tiro na cabeça, disparado por um policial desta força antidistúrbios, em 05 de setembro de 2003. Este fato provocou um refluxo da escalada repressiva, assim como do movimento dos Magermane. Porém, os ressentimentos já formados de ambas as partes começaram a tomar conta novamente do cenário político em meio a este conflito⁸³.

Em abril de 2004, o Fórum decidiu voltar às marchas, mas desta vez incorporando ações paralelas, devido à proibição destas pela PRM (Polícia da República de Moçambique) e a ação da FIR para expulsá-los do Jardim. Duas das ações de maior relevância foram a invasão da AR, em junho de 2004, manifestação que durou aproximadamente 3 horas, onde pleitearam uma reunião com o Presidente da Assembléia. A segunda foi a ocupação da Embaixada da República Federal da

⁸² Pesquisando sobre a morte de Virgílio Amade, só consegui a informação do artigo de Oppenheimer (2004: 98): *“Mais recentemente, em 5 de Setembro de 2003, no decorrer de uma manifestação na Praça da Liberdade em Maputo, um antigo trabalhador da RDA foi atingido mortalmente por uma bala atirada por um agente da polícia (Diário de Moçambique de 14 de Nov. de 2003)”*.

⁸³ Insisto em falar de “ressentimentos” no plural, porque é necessário não descuidar do fato de que o conflito é constituído por dois grupos. No caso dos Magermane, sobressai a repulsa diante das estruturas governantes, por terem sido obliterados durante anos e abandonados a uma realidade de precarização contínua, enquanto “eles comiam” o que por direito era deles. De parte da FRELIMO, podemos reconhecer o ressentimento em relação aos Magermane pelas constantes referências à sua suposta filiação com a RENAMO. Em uma carta ao diretor do Jornal Notícias, em novembro (18) de 2003, Mário Lima Gouveia intitulava sua missiva *“Madjermane ou Dangermen?”*, nesta carta o senhor Gouveia criticava o uso da bandeira dos Estados Unidos pelos Magermane (o uso das bandeiras na marcha será discutido mais adiante), vinculando este fato a uma suposta ofensiva e conspiração das direitas do mundo: *“os madjermane não constituem, definitivamente, um bando auto-sustentado. Ele será seguramente e a avaliar pela posição publicamente assumida pela senhora Zelma Vasconcelos, suportado pela Renamo estatutariamente partido da direita, cuja formação pelos 'skin heads' da 'Germânia’”*. Na mesma época da invasão à AR, na coluna de opinião do mesmo jornal, na rubrica “Notas de circunstância”, de autoria de Antônio Eduardo, sob o título *“A causa dos Madjermane”*, a tônica da coluna foi salientar um suposto antipatriotismo por parte dos Magermane, dizia: *“É preciso proceder-se de modo a não parecermos idiotas e traidores da pátria. Não se embaraça todo um Estado por causa de uma causa de um grupo”*.

Alemanha, um mês depois, em julho. Um total de 41 Magermane ocupou as instalações da Embaixada durante seis dias, o grupo manteve a ocupação entre os dias 14 e 19 de julho. O jornal "Notícias" deu cobertura a este episódio, o qual teve também repercussões na imprensa alemã. Nesta oportunidade foi constituída uma comissão negociadora entre o governo moçambicano, representantes da Embaixada, algumas autoridades, como Brazão Mazula, reitor, naquela altura, da Universidade Eduardo Mondlane e a liga dos Direitos Humanos, com o objetivo de discutir a saída dos ocupantes e negociar um compromisso de diálogo que visasse resolver o conflito definitivamente.

Esta ocupação marcará o final da estratégia de ação reivindicativa rotulada de "violenta", dando seguimento a um período mais voltado às negociações. Entre 2005 e 2007 o número de marchas diminuiu e a luta reivindicativa passou a privilegiar a busca por alianças com pessoas e grupos diversos, restringindo todo o Movimento quase que exclusivamente ao espaço do Jardim. Contudo, esta estratégia de mobilização também será pressionada pelas disputas internas no seio do Fórum. Essas disputas estiveram caracterizadas principalmente pelos conflitos provocados por ações consideradas pela maioria dos Magermane como de deslealdade por parte das próprias lideranças. Esta situação derivará em um estado generalizado de incertezas, alimentado pelo desenvolvimento de uma espiral de acusações e desconfianças mútuas no interior do Movimento. Neste sentido, vale a pena se perguntar, como é possível, depois de toda a mobilização deste grupo e a aparente "vitória" conseguida com a aprovação da *Resolução 11/2003* - que obrigava o Governo a dar solução definitiva à sua situação -, precisamente neste momento, o movimento começar a sofrer profundas fissuras no seu interior?

Tentando encontrar uma resposta plausível que possa dar conta desta situação um tanto paradoxal, precisamos talvez esclarecer alguns aspectos concomitantes e vinculados diretamente com a reivindicação. Lembramos que em 2001 o Governo teria anunciado a liberação de 7,5 Milhões de USD, segundo o próprio Governo, para pagar o seguro social para os 11.252 ex-trabalhadores inscritos no Ministério do Trabalho. Este dinheiro seria reembolsado em três parcelas (tranches): 20% (1,5 Milhões USD) a partir de agosto de 2002 e 40% (3 Milhões USD) em 2003 e 2004, respectivamente.

Esta declaração, se bem lembrarmos, foi também contestada pelo Fórum. Estes, porém, não especificaram qual era o motivo da não concordância com este montante, embora tivessem uma posição clara em relação ao acordo. No entanto, preferiram as marchas e as manifestações em frente ao Ministério, para continuar a pressão e encontrar uma solução definitiva⁸⁴. No dia 23 de outubro de 2003, quase um mês e meio depois da morte de Virgílio Amade, e quatro meses da publicação da *Resolução 11/2003*, o jornal “Notícias” publica a informação de que 113 bilhões de Meticais (113 Milhões de MT da Nova Família, algo assim como 1,4 Milhões de reais brasileiros) teriam sido “...gastos pelo Governo em despesas de reembolso dos valores descontados para Seguro Social”. Novamente, ao invés de exigir do Governo a discriminação destes gastos anunciados no jornal, sobretudo quando uma das reivindicações do Fórum consistiu em reclamar pela falta de transparência de sua contraparte, os Magermane optaram por aumentar a pressão, ao modo de como eles já estavam habituados a fazer, convictos de que a resolução dava-lhes a verdade.

Estes dois exemplos são usados aqui para explicitar uma constante nesta relação de conflito. Nos dois exemplos, o Governo acentua a informação no fato do dinheiro estar sendo entregue aos Magermane, dando, deliberada ou involuntariamente, menor importância às formas como esse dinheiro será distribuído entre eles, por outro lado, a resposta do Fórum foi sempre privilegiar o protesto nas ruas, colocando-o acima de qualquer demanda que exija transparência de parte do Governo. Se considerarmos apenas a *Resolução 11/2003*, publicada no Boletim da República, os pontos publicados nessa resolução não expressam o processo de discussão e análise que teve lugar na AR⁸⁵. Este constante e cristalizado posicionamento dentro do conflito, acentuará a percepção do problema junto à população de Maputo, especialmente em relação aos

⁸⁴ Porém, é preciso dizer que no jornal Notícias, de 23 de maio de 2002, aparece uma breve nota: “Magermanes” *querem intervenção de Berlim: Os regressados da ex-RDA pretendem que a Assembléia da República interceda com urgência junto do Governo alemão, para obter dados sobre os montantes que lhes são devidos. Por outro lado, garantem que não vão receber a “ninharia” que o Governo pretende pagar. O respectivo fórum exige a apresentação de provas que sustentam o raciocínio do cálculo dos 7,5 milhões USD, que o Governo anunciou como valor devido a estes. Os “magermans” suspeitam que a embaixada alemã em Maputo esteja a proteger o Governo moçambicano. Afirmam por exemplo que o conselheiro da mesma, Rainer Müller, nunca lhes fornece elementos que o grupo vem solicitando para fundamentar as suas reivindicações.*

⁸⁵ Esta Resolução contém ademais da decisão, um anexo de 211 páginas, como os depoimentos de todos os inquiridos pela Comissão de Petições: Governo Moçambicano, Governo Alemão, O Delegado do Ministério do Trabalho na ex-RDA, Banco de Moçambique, Sociedade de Crédito de Moçambique (SOCREMO) e, por último, o caderno reivindicativo do Fórum dos Magermane.

próprios Magermane. Muitas vezes eram percebidos pela população como extremamente problemáticos e “interesseiros”, já que aos olhos de muitos eles estavam sendo reembolsados pelo Governo. Esta situação terá conseqüências graves para o movimento Magermane.

A origem do conflito interno está relacionada à segunda questão, entre as reivindicações colocadas pelos Magermane à AR, e diz respeito à reintegração social⁸⁶. Já foi antecipado que o retorno destes trabalhadores foi muito complexo. O Governo não tinha nenhuma capacidade logística ou material para reinserir estes trabalhadores retornados no mercado de trabalho. Contudo, algumas medidas foram tomadas. Oppenheimer (2004) defende que o Governo, a partir de 1992, junto com a República Federal Alemã, teria introduzido um programa de reinserção social, coordenado pelo Gabinete de Promoção do Emprego (GPE) e a Sociedade de Cooperação Técnica alemã (GTZ). Este programa foi iniciado com um ativo compartilhado, destinado à geração de pequenas empresas sustentadas por micro créditos. Segundo o mesmo autor, teria beneficiado um total de 587 ex-trabalhadores e 48 grupos de crédito (OPPENHEIMER, 2004: 96). Este programa deu início à Sociedade de Crédito de Moçambique (SOCREMO). O problema da reinserção social dos Magermane foi discutido na reunião da Comissão de Petições da AR. Embora não tenha sido incluído como ponto de resolução dentro das decisões da Comissão aprovadas pela AR, o Governo se comprometeu em dar uma solução definitiva ao problema da reinserção social. A resposta só chegou em 14 de dezembro de 2005 (dois anos depois de publicada a resolução), quando a nova Ministra do Trabalho, Helena Taipo, convocara uma coletiva de imprensa para divulgar o posicionamento definitivo do Governo em torno do chamado “Dossier Magermane”. Dentro das várias medidas que anunciou, estava também a entrega das ações que o Governo tinha na SOCREMO, um total de 17.530.261,363 Mt (aprox. 1,5 Milhões de reais), em favor do Fórum dos Magermane, e para sua reintegração social.

Antes da conferência da Ministra, o representante dos Magermane, Alberto Mahuaie, e outros 11 Magermane, dentre os quais destacam Paulo Cachacua,

⁸⁶ Apoiaremos esta análise com base tanto nos relatos dos próprios Magermane, como no caderno reivindicativo confeccionado pela ATMA, intitulado “Reintegração Social versus SOCREMO”, ingressado na AR para discussão da Comissão Permanente com data de 23 de março de 2008. Junto com isso, usamos o acervo de notícias da imprensa moçambicana, coletado durante a pesquisa.

representando a MONARDA, Beira e Azarias Nhamussua, representando a ADECOMA, entraram no Ministério de Justiça, em julho de 2005, com o pedido de reconhecimento legal do Fórum FORTMORD⁸⁷. Como foi mencionado anteriormente, os Magermane, depois da ocupação da Embaixada da Alemanha em Maputo, teriam mudado a estratégia, privilegiando as negociações com o Governo para participar da implementação das medidas exigidas pela Comissão de Petições, destinadas a solucionar definitivamente o diferendo, que nessa altura cumpria 15 anos⁸⁸. A ação de Mahuaie e os outros foi descoberta pelo *grupo de pressão* apenas em novembro do mesmo ano e informada à assembléia do Fórum no Jardim, ou seja, 4 meses depois da petição formalizada pelo grupo de Mahuaie, e um mês antes da coletiva de imprensa da Ministra. Esta revelação provocou grande desconforto e indignação junto aos ex-trabalhadores congregados na Base. A ação de Mahuaie foi impugnada com um abaixo assinado (assinado por aproximadamente 700 pessoas), exigindo também a perseguição dos responsáveis, enviado ao Ministério da Justiça no dia 4 de janeiro de 2006⁸⁹. O silêncio prolongado de parte do Ministério da Justiça em relação a este abaixo assinado provocou muitas suspeitas e desconfianças entre os Magermane no Jardim, porém optou-se por esperar uma resposta oficial que nunca chegou.

No começo de março (precisamente no dia 2) outra informação relacionada às atividades de Mahuaie e dos seus “comparsas” - expressão usada pelos Magermane da Base, fazendo alusão a uma quadrilha criminosa -, provocará mais revolta entre os Magermane no Jardim. Nesta informação, Mahuaie e mais 7 pessoas, dos 11 implicados no caso, teriam enviado uma carta ao Ministério do Trabalho, em nome de

⁸⁷ Desde a sua criação este Fórum nunca fora oficialmente legalizado. Seus representantes eram escolhidos pela maioria através dos grupos de pressão para coordenar a luta reivindicativa, mas nunca tiveram quaisquer poder deliberativo. Esta ação de Mahuaie, sem consultar a maioria dos Magermane no Jardim, vai marcar o início de um novo conflito, desta vez no interior do próprio movimento.

⁸⁸ Nesta linha, devemos salientar que antes da declaração da Ministra, em dezembro, foram diversos os momentos de encontro e diálogo entre as partes conflitantes. A mais significativa foi a reunião que a Ministra teve com os Magermane nas instalações da Escola de Estudos Laborais, em Maputo, no dia 30 de abril. Foi nessa reunião que a recém-eleita Ministra assumiu o compromisso de dar uma resposta ao pedido da Assembléia para resolver definitivamente o conflito. Esta informação foi publicada pelo Jornal “Notícias” no dia 01 de junho, sob o título: “*Caso 'magermane' - Governo promete solução definitiva*”.

⁸⁹ No caderno reivindicativo “reintegração social versus SOCREMO”, Anexo nº 11, em carta entregue em nome do “Fórum dos Trabalhadores na RDA”, com carimbo de ingresso do Ministério da Justiça, datado de 04/01/2006, em relação a este abaixo assinado e a outro entregue ao Ministério do Trabalho em março do mesmo ano, Alberto Mahuaie denunciou para Notícias Lusófonas de que “*alguns elementos do grupo estão a proferir ameaças de morte aos restantes membros que o apóiam, exemplificando com a coação de assinatura de uma carta pelo 'grupo dos agitadores descontentes' para legitimar a sua expulsão do fórum.*” Notícias Lusófonas: *Ex-trabalhadores na antiga RDA expulsam líder do grupo* no dia 24/03/2006.

todos os ex-trabalhadores, em nível nacional, instando a vender as ações da SOCREMO, que o Governo teria anunciado, em dezembro de 2005, entregaria aos trabalhadores Magermane, na mesma carta pedia também para este Ministério administrar a distribuição dos benefícios⁹⁰. Tal situação aumentou ainda mais as suspeitas de que alguma coisa estava por acontecer sem o conhecimento da maioria. Esta desconfiança veio a estourar numa revolta no dia 8 de março, quando a ministra Helena Taipo, em sessão do plenário da AR, teria afirmado que o chamado “dossier dos Madgermane” estaria encerrado, e ainda, *“que o governo havia alcançado entendimento com eles para que se vendam as tais acções na 'Socrema' e posteriormente se distribua o dinheiro por cada um dos ex-trabalhadores da antiga Alemanha do Leste (RDA)”*⁹¹. Como resultado imediato a esta declaração, houve a tentativa de invadir a AR, por parte de um grupo de Magermane situado no Jardim, ação impedida pela polícia, que teria chegado à Assembléia para manter a ordem. O segundo resultado, foi a punição, via agressão física, de Mahuaie, empreitada por Magermane revoltados. Outra ação foi a remoção do cargo de coordenador do Fórum, a qual fora efetivada dia 15 de março e comunicada tanto à imprensa⁹², como ao próprio Ministério do Trabalho, à Embaixada da Alemanha, Assembléia da República e à Liga de Direitos Humanos. A tentativa de deter a venda das ações no Ministério do Trabalho, através de outro abaixo assinado enviado no dia 19 de março de 2006, não teve quaisquer sucesso. Também este Ministério não responderia ao pedido⁹³.

Entre abril e setembro do mesmo ano, salvo os incidentes do 1º de maio, onde os Magermane foram impedidos pela PRM de marchar em comemoração ao dia do trabalhador, a pedido da OTM (Organização dos Trabalhadores de Moçambique)⁹⁴. A

⁹⁰ No caderno reivindicativo “reintegração social versus SOCREMO”, Anexo nº 12, em carta assinada por 8 pessoas, em nome do FORTMORD - Fórum dos Antigos Trabalhadores Moçambicanos na ex-RDA, com carimbo de ingresso do Ministério do Trabalho, datado de 02/03/2006, entrada 712.

⁹¹ Canal de Moçambique: *Sarilho na Assembleia da República*. 09/03/2006.

⁹² Na Imprensa de Maputo apareceram as seguintes notícias: *Líder dos “madgermanes” agredido por colegas*. Canal de Moçambique, 09/03/2006. *Ainda o dossier madgermane - Derrubada liderança de Mahuaie*. SAVANA, 24/03/2006. *Acções da Socremo - 'Madgermane' divididos*. Jornal Notícias 31/03/2006.

⁹³ No caderno reivindicativo “reintegração social versus SOCREMO”, Anexo nº 14, carta entregue em nome dos “Antigos Trabalhadores Moçambicanos Regressados da ex-RDA”, com carimbo de ingresso do Gabinete do Ministro, datado de 27/03/2006.

⁹⁴ Canal de Moçambique: *Polícia proíbe trabalhadores de se manifestarem*. 02/05/2006. Este jornal também cita que esta organização *“é publicamente conhecida como dominada pelo partido Frelimo através de quadros dirigentes de sindicatos nela filiados.”* esclarecendo também que em Moçambique existe, além da OTM, a COCIMOL (Confederação dos Sindicatos Livres de Moçambique).

situação no Jardim agravou-se, predominando um ambiente de tensão e de receio entre os Magermane, já que nessa altura, Mahuaie, mesmo afastado do Jardim, continuava negociando com o Ministério do Trabalho, e ninguém até então sabia o que estava sendo negociado. Em relação ao inquérito dos Magermane, no que tange a esta situação, o Ministério reconhecia apenas o FORTMORD como instância legal de negociação⁹⁵. No que diz respeito à pressão e às tentativas do *grupo de pressão* no Jardim, através de comunicados enviados aos organismos do Estado e à imprensa, para deslegitimar Mahuaie, em 29 de setembro de 2006, o Governo, na pessoa do vice-ministro do trabalho Soares Nhaca, oficializou a entrega das ações que pertenciam ao Estado ao FORTMORD, liderado por Alberto Mahuaie⁹⁶, onde duas semanas antes, numa assembléia na qual participaram 10 pessoas no Jardim “Tunduru”, teria sido oficializada a sua plenipotência para receber estas ações⁹⁷.

Até esse momento, o que era apresentado pela imprensa como sendo um conflito interno entre facções dos ex-trabalhadores, com esta decisão oficial por parte do Governo, reconfigurará um novo cenário de disputa definindo três frentes. Por um lado, o Governo, representado pelo Ministério do Trabalho, que deu por encerrado o conflito; Alberto Mahuaie e seu grupo, à frente da FORTMORD, com um montante entregue oficialmente pelo Governo, que naquele momento ascendia a USD \$ 846.719,51⁹⁸; e por último, a ATMA⁹⁹, associação que nasce como corpo legal para contestar o legalismo

⁹⁵ Cabe lembrar que em julho de 2005 Alberto Mahuaie e outras 10 pessoas enviaram uma petição ao Ministério da Justiça.

⁹⁶ Notícia publicada pela AIM no portal do Governo com o título “Estado entrega suas ações aos Magermane” 30/09/2006.

⁹⁷ No caderno reivindicativo “reintegração social versus SOCREMO”, Anexo nº 29, na “ACTA Quarta sessão da Assembleia Geral Extraordinária” da FORTMORD - Fórum dos Antigos Trabalhadores Moçambicanos Regressados da ex-RDA, com carimbo da Associação, datado de 10/10/2006.

⁹⁸ Trata-se de um total de 21.167.987.657 MZn, dos quais, 17.530.261,363 MZn corresponderiam aos 20,98% das ações que o Governo compartilhava na SOCREMO, e 3.637.687,66 MZn, correspondente aos dividendos nos anos 2004 e 2005.

⁹⁹ A estrutura da ATMA está constituída por três instâncias: O Conselho Diretivo com três membros, Presidente, Vice-presidente e Secretário. Logo, a Mesa da Assembléia Geral, com três membros, Presidente, Vice-presidente e Secretário. Por último, o Conselho Fiscal, estruturado da mesma maneira que os dois órgãos anteriores. Na atualidade as organizações de Magermane em nível nacional são, no Sul, ATMA com 4.000 membros, AMAL com 3 membros, FORTMORD com 10 membros, ADECOMA com 11 membros, AMOTAE (acidentados no exterior) e ADEMIGE (ex-estudantes) são organizações de Magermane sediadas na Província e Cidade de Maputo. Segundo o próprio Lázaro, em Gaza e Inhambane não existem organizações de Magermane, pois dependeriam de Maputo. No centro do país temos MONARDA, em Sofala, na Cidade da Beira, com 1.840 membros, e tem suas Delegações nas Províncias de Manica, na capital Chimoio com 600 membros e Tete, também com 600 membros, e Cidade de Maputo, embora inoperante, assim como outra Delegação na Alemanha. Aliás, MONARDA é a Associação mais antiga, e a única com representação no exterior (Berlim). Finalmente, AZARA na província da Zambézia com 800 membros. No norte existem NURA, em Nampula, na cidade de

imposto pelas outras duas partes. Nessas novas relações de poder, de alguma maneira, Lazaro já havia indicado no seu relato que o último grupo na liderança seria o “pacífico”.

1.3 A Teoria da Prática: Assembléias e reuniões como escola política

A minha primeira visita ao Jardim foi em agosto de 2007, um mês depois de a ATMA ter sido oficializada no Boletim da República. Nessa altura, Mahuaie fora espancado pela segunda vez (outubro de 2006), e a partir de então teria desaparecido definitivamente do Jardim¹⁰⁰. O Ministério do Trabalho rejeitara três pedidos de audiência da ATMA, argumentando que a única organização reconhecida pelo Governo para tratar de assuntos dos ex-trabalhadores na RDA seria o FORTMORD, liderado por Mahuaie, e que a ATMA, portanto deveria articular seus interesses nesse fórum¹⁰¹. Cheguei a Moçambique em pleno processo de rearticulação dos grupos no interior deste Movimento. Um processo de reconfiguração suscitada pela saída de Mahuaie e a nova constelação de alianças provocada por este evento. Tentarei reproduzir aqui alguns eventos que considero representativos porque visibilizam, de alguma forma, o difícil e conflituoso processo de reconstrução da integridade do grupo.

É certo que durante todo este tempo, os Magermane da Base Central têm politizado quase todo seu universo interpretativo, condicionando de maneira impressionante seu relacionamento com o exterior. Neste sentido, para poder entender como esta politização se manifesta, e, sobretudo, como as alianças e lealdades vêm se reconfigurando, particularmente nos últimos anos, devemos deter-nos no cotidiano na

Quelimane, e ARA em Cabo Delgado, na cidade de Pemba com 520 membros. Por fim, no Niassa, a última província do norte, desde fevereiro de 2008 existe um representante credenciado pela ATMA para atuar em nome do “Núcleo dos Antigos Trabalhadores da ex-RDA”.

¹⁰⁰ No entanto, a ATMA decidira visitá-lo na casa dos seus pais, onde ele reside, no bairro do Maxaquene, e teriam descoberto *“que havia feito uma reabilitação de vulto, dois talhões na vizinhança com as respectivas casas, os quais anexou a casa deles, também um mini-bus de 29 lugares de marca Izusu com chapa de inscrição MLZ-50-4, um Mitsubishi PAJERO/ MLK-42-01, uma moageira industrial, uma Moto-Bomba industrial, um mini-bus de marca JAC azul com matricula MMM-26-00”* Caderno reivindicativo em torno da reintegração social, entregue na AR em 20/03/2008. Pág 20-21 e anexos 35, 36 e 37.

¹⁰¹ Caderno reivindicativo em torno da reintegração social, entregue na AR em 20/03/2008. Respostas do Ministério do Trabalho às petições de audiência da ATMA. Anexos 40 (18/07/2007) e 41 (18/07/2008). Existem mais duas cartas de respostas deste Ministério anexadas a este caderno e que foram enviadas depois da minha partida de Moçambique, consta nos anexos 42 (29/11/2007) e 43 (14/12/2007).

Base neste Jardim, realmente é nesse lugar onde tudo acontece. Assim sendo, privilegiaremos a reflexão em torno dos mecanismos e dinâmicas desenvolvidos neste lugar para a resolução de conflitos, colocando especial atenção no tipo de relação que se desenvolve entre os diversos estamentos, especialmente na forma como as lideranças são percebidas e significadas nessas relações específicas de poder. Não podemos esquecer que tudo isso acontece sobre um pano de fundo de traição e desconfiança - o que vai exigir das relações entre uns e outros muito "jogo de cintura" e tato.

Durante os dois primeiros meses que visitei o Jardim, o cotidiano da Associação era preenchido principalmente pelas marchas de quarta-feira. Um dos eventos excepcionais dentro deste cotidiano, e que tive a oportunidade de participar, teve lugar no final de setembro de 2007, uma semana antes de voltar ao Brasil. Nessa oportunidade, reuniram-se os chefes e seus *combatentes* para discutir a nova estratégia para os próximos meses. A reunião se realizou no Jardim, mas longe da Base, e participaram 28 pessoas. Essencialmente, debateu-se a reorientação da tática reivindicativa para uma de ordem eleitoral. O argumento se baseava na proposta de um grupo político, concretamente, a UNAMO (União Nacional de Moçambique), para criar uma aliança para as eleições das assembleias provinciais, as quais aconteceriam inicialmente em fevereiro de 2008. Segundo os chefes, com esta aliança, perseguiram-se duas coisas: a primeira e mais importante era a criação de um movimento social abrangente, incorporando as reivindicações de outros agrupamentos; a segunda tinha o propósito de aproveitar a luta eleitoral para confrontar de maneira direta e sem intermediários o seu principal inimigo: a FRELIMO¹⁰².

O motivo da reunião, separada do restante dos Magermane localizados em torno da Base, no entanto, perseguia outro objetivo: exigir de seus *combatentes* um compromisso total com esta nova orientação. Isto significava não apenas concordar, mas, sobretudo, compreender a estratégia, pois como dinamizadores não podiam confundir à *massa*, dizendo que “*foi idéia deste ou de outro*” ou que “*assumiram sem entender do que se trata*”. Este compromisso total tendia a “fechar fileiras” em torno da

¹⁰² Como se mencionara anteriormente, os intermediários referidos aqui seriam a RENAMO, mas também a Liga de Direitos Humanos, e alguns deputados de outros partidos que visitavam a Base Central para trocar informações com os chefes da ATMA.

chefia e não dispersar a opinião dos demais Magermane que assistem à marcha, principalmente daqueles considerados “mais analfabetos”¹⁰³. Esta experiência merece mais um pouco de atenção, pois revela que neste ambiente de aparente camaradagem e coletivismo se sobrepõe uma clara hierarquia. Por um lado, os chefes com um evidente monopólio da informação¹⁰⁴ e *combatentes* com uma disposição e obediência irrestritas, e, por outro, a *massa*, que parece representar a grande maioria que aparece especificamente para as marchas e as reuniões semanais, mas também comporiam esta *massa* aqueles que Lázaro definiu como o grupo

composto por colegas moderados, que geralmente tem ocupação ou trabalham em qualquer instituição estatal ou privada. Os do sul, centro e norte integram esse grupinho e também sem respeitar a sua origem. Mas também existem aqueles que não são da ATMA e se aproveitam da organização para obterem de volta os seus direitos. (Lazaro, fevereiro 2009)

Tal grupo completaria o quadro social dos diversos estamentos de Magermane no Jardim. Todos eles são certamente as figuras que representam os diversos papéis sociais na estrutura e funcionamento do coletivo. Outro aspecto que sobressaiu nesta reunião foi a linguagem usada: uma mistura de messianismo religioso e arenga militarista de tempos de guerra. No meu afã analítico, tentando procurar respostas com referências lógicas a estas atitudes, o único que encontrei foi uma frase: “*estamos em guerra*”. Para uma sociedade pacificada através de um processo complexo, mas, sobretudo, caracterizada por uma população cansada da guerra, esta linguagem belicista parece-me instigante.

Resgato esta reunião em particular, porque foi realizada só com a participação dos membros do *Gruppe Fünf*, em um dia que não é usado para reuniões. Normalmente as atividades da Associação se concentram nas quartas-feiras, que é o dia da marcha e logo das assembléias. É neste dia da semana, depois da marcha, que os Magermane se reúnem no parquinho para receber as informações do estado do “processo”, que é a maneira como são designadas as negociações com a Comissão Permanente da AR e com o próprio Presidente da mesma, em torno do novo caderno reivindicativo

¹⁰³ Analfabeto, neste sentido, é usado quase que da mesma forma que durante o período de domínio colonial português: analfabeto era quem não falava português. No entanto, para os Magermane esta definição parecer ter mais de uma conotação. No próximo capítulo refletiremos em torno das possíveis significações da expressão.

¹⁰⁴ Mahuaie, Brás e Macou, antigos líderes que hoje estão banidos do Jardim, também tinham as mesmas características.

elaborado desta vez pela ATMA. Neste caso, a reunião teve um caráter excepcional e foi realizada numa segunda-feira, o propósito era, como se mencionou antes, criar um sentimento de coesão entre os *combatentes* e a chefia, para logo juntar-se às *massas* na próxima quarta-feira, dia em que seria anunciada a nova orientação.

A assembléia de quarta-feira começou imediatamente depois da marcha. Desta vez havia aproximadamente 150 Magermane. O chefe Cossa explica exatamente a mesma informação que foi discutida dois dias atrás com o *Gruppe Fünf*, mas se detém no ponto sobre a aliança eleitoral. Tenta explicar que se trata de um tipo de "aliança inteligente", no sentido que abriria caminhos para colocar a reivindicação em lugares onde ainda não tinha chegado e, sobretudo, abriria a possibilidade de confrontar o inimigo diretamente, na rua, nos comícios, nos fóruns de discussão e debates públicos. Depois de terminar seu relatório, ele passa a palavra para a assembléia, contabilizei 30 depoimentos¹⁰⁵ ao todo. Chamou-me a atenção o fato destes depoimentos serem longos relatos, sem a pressão ou obrigação de cumprir um determinado tempo, todos, sem exceção, esgotaram seu tempo explicando seus pontos de vista, uma parte destes depoimentos foram relatados em changana, que para o caso me pareceu singular, pois este grupo é composto por indivíduos oriundos de todas as regiões do País e falantes de línguas regionais diferentes do changana, mas todos os participantes ouviram os depoimentos com respeito e respondiam aos questionamentos do seu interlocutor com interjeições de aprovação ou rejeição. Houve muitos momentos de caos e confusão, onde todos falaram ao mesmo tempo. As nove mulheres que participavam da assembléia não depuseram, mas aprovavam ou rejeitavam juntamente com o grupo. O centro da discórdia era a expressiva desconfiança em torno desta nova aliança eleitoral, muitos temiam que acontecesse o mesmo que ocorreu com a RENAMO, que "*depois de ganhar algumas cadeiras na Assembleia esqueceram-se dos Magermane*", outros manifestaram o medo de estar sendo de novo manipulados, pois não conheciam as intenções nem os objetivos dos seus "novos aliados". Esta assembléia demorou quatro horas e durante todo o tempo houve debate. Porém, a assembléia só foi encerrada após chegarem a um consenso. Depois de uma árdua discussão entre as

¹⁰⁵ Por motivos de ordem técnica não foi possível registrar na íntegra o debate, o fato de não ter um aparelho gravador nesse momento, obrigou a usar apenas anotações acumulativas mantendo o sentido e orientação dos argumentos vertidos na discussão

massas, os chefes e seus *combatentes*, chegou-se finalmente ao consenso de enviar os chefes para discutir de novo com esses aliados as dúvidas colocadas na assembléia. Lamentavelmente não pude acompanhar o desfecho desta nova orientação, porque uma semana depois estava voltando para o Brasil.

Um ano depois volto a Maputo, as eleições autárquicas anunciadas em 2007 para fevereiro de 2008 foram adiadas para novembro desse ano, exatamente para a semana do meu retorno a Maputo. Chego quatro dias antes das eleições e entro em contato com Lazaro que me diz que os Magermane estão voltados todos para as eleições, que seria melhor esperar para voltar ao Jardim. Concordo com a orientação e passo a aguardar, na terça-feira, dia das eleições, encontro-me com Lazaro ao final da tarde, ele tinha acabado de votar. Contou-me que estava como delegado pelo partido "Juntos pela Cidade" (JPC), mas que eles não estavam pleiteando para chefe da autarquia e sim para conseguir delegados nas assembléias municipais. Contou-me ainda que o chefe Cossa estaria participando ativamente pela RENAMO, mas não porque fosse militante e sim porque a RENAMO tem um delegado para a Assembléia da Republica que é Magerman e é de confiança.

Relata-me também que desde que regressei ao Brasil muitas coisas teriam acontecido no Jardim, principalmente com o *Gruppe Fünf*. "*Alguns antigos combatentes receberam dinheiro de Mahuaie*" e foram descobertos, tiveram que fugir e agora ninguém sabe onde eles estão, não aparecem no Jardim por medo de serem espancados. O chefe Cossa está sob suspeita de estar recebendo dinheiro de algum lugar que não se sabe a procedência. A suspeita surgiu porque ele não "*estaria a agir como chefe*". Existe uma lista, a "Kapa Dech"¹⁰⁶, com 17 nomes de Magermane, dos quais 14 teriam recebido de Mahuaie 10mil MZn (hoje seria pouco mais de R\$460) e 3 teriam recebido 60mil MZn (aprox. R\$2.700), destes três, um seria Jacobi o secretário do Conselho Diretivo. Esta ação de Mahuaie, segundo o próprio Lazaro, esteve destinada a provocar uma desestabilização do grupo de *combatentes* e provocar a desarticulação do Movimento. Por todos esses motivos, a marcha daquela quarta-feira, após as eleições, havia sido cancelada e adiada para a próxima semana, onde teria

¹⁰⁶ "*O conjunto Kapa Dech foi fundado em Abril de 1996, integrando 10 jovens músicos provenientes de varias bandas da Cidade de Maputo. Um pouco depois da sua criação dois elementos do grupo foram estudar fora do país.*" Fonte online, acessível em: <http://arquivo.maputo.co.mz/article/articleview/3829/1/65/>, último acesso em 16/09/2010.

lugar uma assembléia para discutir o que vai acontecer com os remanescentes do "Kapa Dech" que ainda estão no Jardim.

Depois da marcha, que teve uma participação mínima (contabilizei 72 participantes), voltamos ao Jardim e logo após a oração de encerramento da passeata começou uma calorosa discussão. A reunião iniciou-se com uma crítica à baixa participação na marcha, por parte de muitos Magermane. A crítica principal foi feita por Chico, natural da Zambézia, que ficou na RDA por seis anos:

estar a marchar é estar a trabalhar e quem chega tarde deve ir ao encontro nos pontos conhecidos, quem não vai é preferível ficar em casa, porque os que não vão à marcha ficam no Jardim a criar confusão, espalhar boatos e isso não ajuda a luta.

Quem responde a Chico é Juma, natural de Nampula, que ficou na RDA por oito anos, membro do Conselho Fiscal da Associação, que não participou da marcha devido a uma consulta médica. Segundo ele, a ausência de muitos Magermane na marcha se deve a um descontentamento geral em relação ao que está acontecendo na Base com alguns deles. Há semanas que algumas pessoas estão pensando em se unir a Mahuaie¹⁰⁷ para poder receber o dinheiro, e estão se reunindo e agrupando pessoas para levar até a casa dele. Especificamente, Juma fala das mulheres que estão sendo convencidas por seus maridos e por outras mulheres a assinar a lista que Mahuaie está criando para reunir mil afiliados e criar sua própria associação e, assim, desarticular a ATMA.

O fato de Mahuaie ter convencido alguns membros do *Gruppe Fünf*, especificamente Jacobi (natural de Maputo, que ficou na RDA seis anos), que, aliás, seria o secretário da direção, *“está a fazer com que muitos se sintam traídos”*. Além disso, descobriu-se a presença de “um elemento” que estaria recrutando Magermane para acrescentar à lista de Mahuaie, e que estaria recebendo dinheiro por cada Magermane recrutado. A discussão esquentou, embora exaltados a ordem e o tempo das falas é respeitado por todos. Outro Magerman, Mica, natural de Maputo, que ficou na RDA um ano e meio, desculpa-se por não ter participado da marcha, mas manifesta seu desafeto com a diretoria porque não está *“a reagir a estes ataques do inimigo. Existem traidores na Base e a diretiva anda a beber cerveja com eles”*. Critica ainda a

¹⁰⁷ Alberto Mahuaie, por sua vez, é natural de Maputo, ficou na RDA um ano e meio, voltou com todos depois da queda do Muro de Berlim.

morosidade da direção em convocar uma assembleia geral para discutir os problemas que estão acontecendo e também os acusa de estarem escondendo alguma coisa dos demais associados, exigindo em seguida um claro posicionamento.

Outro Magerman que participou da marcha, Machaieie, mas do qual não tenho maior referência, interpela seus companheiros dizendo que: *“esse dinheiro que estão recebendo alguns Magermane foi amassado pelo diabo e isso quando a justiça chegar vai fazer-lhes muito mal”*. Critica também a diretoria por não ter convocado uma assembleia geral, argumentando tratar-se de uma crítica construtiva, pois defende o trabalho que os chefes tem feito até agora. Insiste, contudo, na necessidade de se convocar esta reunião para fazer um balanço de tudo o que tem sido feito e ver assim onde as coisas não estão funcionando, observar e definir o que pode ser feito para resolver os problemas:

Sabemos que não todos podem pensar, mas têm idéias e se cada um coloca a sua é mais possível encontrar solução aos problemas, pois não é apenas a diretiva que deve agir para resolver os problemas na Base, somos todos, e quem está a trair o nosso grupo terá que ser julgado no seu momento, mas isso não depende só da diretiva, isso depende de todos os associados à ATMA. (Machaieie, novembro 2008)

Novamente é Juma quem responde e insiste que as mulheres estão fazendo uma lista para ir à casa de Mahuaie,

por pressão de pessoas que não são Magermane e também mulheres de Magermane mortos estão a criar confusão porque querem o dinheiro que corresponde aos seus maridos e não estão a pensar na associação.

Além disso, existiriam “elementos” que, para além de assinar a lista de Mahuaie, colocariam os nomes de outros Magermane, pois teriam recebido mais dinheiro para isso, ele teria sido um dos que aparece na lista. A discussão torna-se muito tensa; os participantes, todos muito agitados, expressam manifestadamente sua desconfiança uns com os outros, alguns se acusam mutuamente, até que Arnaldo Mendes, “Manito”, natural de Maputo, que ficou na RDA por dois anos e hoje é vice-presidente da Associação, apela para que se pare com a “fofoca” e se comece a atuar como grupo, pois *“a diretiva está a saber dos problemas e está a ver soluções possíveis”*, mas para isso o grupo deve agir como tal. Depois, segue Ade, natural de Cabo Delgado, que ficou na RDA por seis anos, presidente da mesa da assembleia. Ele propõe que, para

evitar problemas com as datas, a assembléia seja feita na quarta seguinte aos dias quatro e cinco de dezembro, pois haveria então um simpósio onde a ATMA iria participar. No dia da assembléia não haveria marcha e ninguém poderia dizer que a diretoria não estaria fazendo nada a respeito dos últimos acontecimentos... *“sob qualquer circunstância a assembléia terá lugar nesta quarta feira 10 de dezembro”*. Todos os Magermane reunidos ali concordaram e comemoraram a convocatória com ovações.

Depois da comemoração, o presidente da associação é instado a responder questões que o atingem pessoalmente, pois ele era um dos membros da diretoria *“que estava a beber cerveja com os traidores”*. Zeca Cossa, natural de Maputo, que ficou na RDA oito anos, relata os acontecimentos a partir da sua perspectiva e chama o culpado para depor. Ele diz que Cachopa, outro Magerman natural de Maputo, que ficou na RDA oito anos também, já estava bêbado quando lhe contou que tinha ido à casa de Mahuaie para receber a soma de 10 mil meticais, mas que neste momento estava a vender seu celular por duzentos meticais, pois queria continuar a beber. Cachopa relata como foi que levou o dinheiro e também como o gastou. Eu tinha conhecimento de situações anteriores onde Magermane considerados traidores e culpados eram espancados no Jardim (como é o caso de Mahuaie, Júlio e Arcanjo), porém, desta vez ninguém tentou bater em Cachopa, todo mundo ouviu o relato dele e logo foi “liberado”. O chefe Cossa continuou explicando que Mahuaie sabe muito bem que:

o que nós precisamos é o dinheiro e por isso ele está a usar essa tática, pois sabe que todo o mundo aqui não vai resistir se precisa comer ou não tem como pagar dívidas. Não se pode julgar quem precisa pegar esse dinheiro, quem pode ser julgado é aquele que está a recrutar Magermane para Mahuaie e a espalhar boatos; eles têm que ser punidos e é a associação inteira que deve julgar que tipo de castigo eles vão receber.

Cossa faz também um apelo para parar com a “fofoca”, pois não ajuda o trabalho. Então, as poucas mulheres que se aproximaram da reunião contestaram as acusações de Juma, dizendo que elas nunca assinaram a lista, mas outra pessoa teria feito uso de seus nomes.

Refletindo de maneira apressada, poder-se-ia pensar que essas reuniões e assembléias conformam uma prática de resolução de conflitos atravessada por uma série de situações prementes (carência econômica, ressentimento e desconfianças

mútuas, entre outras), o que contrastaria com a rigidez da marcha, onde o conselho diretivo da associação se transforma em “chefia militar”. O que interessa aqui, no entanto, é salientar que, sendo a marcha a face visível dos Magermane, não traduz a riqueza de suas reuniões e assembléias, nas quais se pode perceber que a relação entre uns e outros é diferente porque é mais horizontal, embora o universo de relações esteja impregnado de desconfianças e suspeitas de traição. A população de Maputo só percebe aquilo que vê durante a marcha pelas avenidas e ruas da capital, mas não conhece (e não tem como conhecer) a dinâmica interna do grupo, não faz idéia de que, “entre eles”, a necessidade de criar consensos dentro de toda esta rede de suspeitas e acusações é também uma maneira de exercitar a cidadania, assim como de manter a sobrevivência e a coesão do grupo como tal.

Acusa-se de “inimigos” e “traidores” quando se trata de dinheiro, e a desconfiança é tal que muitas vezes qualquer um pode se tornar alvo dos boatos, caso faça alguma coisa às escondidas dos outros e os outros ficam sabendo depois (e sempre ficam sabendo). São muitos os anos já transcorridos e muitas as “traições” vividas durante todo este tempo de luta reivindicativa. Entretanto, a de Mahuaie não é apenas mais uma. Ele sabe que pode “corromper” os Magermane oferecendo dinheiro, mas também cabe perguntar aqui se tratasse mesmo de corrupção ou de opções individuais condicionadas pela necessidade de acesso ao dinheiro. Estamos falando de indivíduos cuja idade média é de 45 a 50 anos¹⁰⁸. Para muitos, “*aqueles elementos no Jardim*” não passam de um “*bando de marginais bêbados*”, mas de perto é possível enxergar que toda essa bebedeira é, em muitos casos, frustração e dependência a uma condição forçada, construída através de um novo tipo de enquadramento: o “marginal”.

1.4 Excurso: Observando o Jardim desde o Dondo

Depois de uma longa e exaustiva viagem de um dia chego na Beira no dia 3 de dezembro de 2008, cidade capital da Província de Sofala. O motivo da viagem: visitar e conhecer a MONARDA, a associação mais antiga dos Magermane. Porém, o objetivo

¹⁰⁸ De acordo com cifras entregues pela UNICEF em 2008, a esperança de vida ao nascer em Moçambique é de 48 anos. Disponível em: http://www.unicef.org/spanish/infobycountry/mozambique_statistics.html. Último acesso em 16/09/2010.

era também sair um pouco do cotidiano do Jardim e ver como a reivindicação é levada nas outras províncias. Em Maputo, neste momento em que saio, estava se realizando um Encontro Nacional das Organizações Magermane, organizada pelo Instituto Cultural Moçambicano Alemão (ICMA) e o Serviço de Cooperação Alemã (DED), no entanto, como conhecedor do programa sabia que o tema do dinheiro, a partir da petição das instituições organizadoras, não seria tocado nesse encontro. Pedi assim para os Magermane do Jardim me arranjar um encontro com o presidente da Associação lá na Beira. Fui então ao seu encontro em um café no centro da cidade, o "Riviere", onde os únicos negros são os empregados. Em volta do café, muitas crianças e jovens com problemas de cegueira e locomoção pedindo "esmola". Jacinto pareceu-me jovem, embora já tivesse 45 anos de idade. Apresentou-se como natural da Zambézia, mas mora na Beira com a sua mulher desde 1994. Trabalhou na Alemanha durante sete anos como *dolmetscher* (intérprete), em Weimer. Antes, me disse, "eu era da SNASP", foi fiel militante da FRELIMO. Conversamos mais de duas horas, em um esforço titânico ele tentou resumir 19 anos de luta fora de Maputo, e do que significa administrar uma associação de Magermane fora de Maputo e nas quatro províncias que compõem o centro do país. Contou-me que a MONARDA teria mais três grupos de associados, cada grupo organizado em uma província do centro: Manica, Tete e Zambézia. A da Beira é a maior com 1.840 membros associados, dos quais seriam 1.200 ativos e 265 óbitos contabilizados até aquele momento.

Em abril do mesmo ano (2008), teriam ocorrido as eleições da nova direção da MONARDA da Beira, o motivo das eleições era afastar a direção antiga, pois eram acusados de subordinação ao Secretário Provincial do Ministério do Trabalho. Desde abril, portanto, que Jacinto, era o presidente da Associação, e a sua primeira ação como presidente foi cortar a "relação de vassalagem" que os antigos chefes tinham com o secretário provincial, e teria exigido também, da parte do secretário, instaurar uma relação de parceria entre as províncias e a Associação. Ele também tentou resolver, desde o início, uma série de irregularidades em torno dos fundos que os associados têm no banco. O primeiro problema encontrado foi que o acesso à conta da Associação foi negado pelo banco. Ele me contou que "o banco recusou a minha petição, alegando eu não ser o correntista, mas a conta esta a nome da associação."

Em decorrência disso eles entraram com uma queixa judicial contra o banco. Complementou o assunto afirmando que assim que conseguir acesso à conta exigirá os extratos retroativamente, e "se existir desvios indevidos de fundos, entraremos no tribunal para exigir justiça". Segundo Jacinto, na conta do banco deveria haver 1,6 milhões de meticais para projetos econômicos.

Jacinto relatou-me também que, imediatamente após ser eleito, sofreu um atentado contra sua vida, encomendado por Alberto Mahuaie em Maputo, cujo objetivo era silenciá-lo. Com base nesta experiência, o chefe provincial da polícia advertiu-lhe que é bom ter as massas atrás dele, desta maneira não correria perigo de ser morto. Relatou isto com muita soltura, como se tratasse do cotidiano e não de uma excepcionalidade, passando em seguida para outro tema.

Quando o governo alemão, a GTZ, criou o programa de reinserção social para os retornados, a maioria dos empregos foram parar nas mãos de pessoas que não eram Magermane, embora nós dizemos ter prioridade, pois o programa foi criado para resolver nossos problemas

Foi na Beira que haviam descoberto a presença de "falsos Magermane", ele me disse que a única possibilidade desses 482(!) elementos aparecerem nas listas do Ministério, seria pelo fato dos próprios funcionários os colocarem ali, pois nenhum dos Magermane teria acesso aos cadastros do Ministério. Segundo ele, a MONARDA estaria com um pedido para a Ministra do Trabalho, Helena Taipo, para investigar o que se passa com essas irregularidades no Ministério, pois os Magermane não teriam responsabilidade sobre este "escândalo".

Uma situação anedótica ocorreu durante nossa conversa. Uma colega holandesa entrou no café e cumprimentou-nos, eu apresentei Jacinto para esta colega antropóloga que acabara de chegar de Maringue, lugar onde se encontra a última Base Militar da RENAMO. Ele afirmou, dirigindo-se a ela, que a *"nossa paz é um exemplo para o mundo"*, e ela respondeu que *"ninguém quer mais guerra neste país"*, ele concordou com ela. Momentos depois de ela ter se retirado, ele me disse, com a mesma eloquência que usou frente à minha colega: *"nossa guerra é imortal! Nós não vamos nos subordinar ao governo e Mahuaie representa os interesses do governo, e não dos retornados"*. Quando perguntei sobre a possibilidade de entrar com um pedido judicial contra Alberto Mahuaie, por abuso de confiança e desvio de dinheiro alheio, ele me

respondeu parcimonioso: *"um feiticeiro não pode acusar a outro de feitiçaria"*. Em relação ao meu interesse em saber o que pensava sobre a pouca ingerência do governo alemão para resolver o conflito, ele novamente metaforizou: *"se você vem na minha casa e eu peço para não falar com o meu vizinho porque ele é meu inimigo, você não vai falar com o meu vizinho... bom isso é o que acontece com o governo alemão"*. Ele me relatou que quando estava na Alemanha e ainda trabalhava para a SNASP, teria vivido a seguinte experiência:

Marcelino do Santos foi para Alemanha para se fazer uma ideia da situação dos trabalhadores moçambicanos. Quando ele viu que estávamos a preencher contentores com geleiras, motocicletas, televisores, ele diz 'estes gajos vão ser um problema em Moçambique' daí que antes da morte de Samora Machel, mandou descontar os 60%, situação que Machel desconhecia, quando o chefe da SNASP fez o relatório sobre o que estava a acontecer em Alemanha, Samora ele ficou muito surpreso e chateou-se com Marcelino e pediu explicações, mas nessa altura ele já não ia poder intermediar no problema, pois logo morreu no acidente de avião. Antes do acidente, Marcelino instruiu a Taipo para supervisionar as transferências dos trabalhadores.

Jacinto relatou-me ainda que o mesmo delegado, à petição de Marcelino do Santos, começou a exigir, a partir de 1988, além dos 60% mais 10% do salário dos trabalhadores, justificando que seria para as despesas do Estado.

Na altura as transferências dos nossos colegas vietnamita, cubanos e angolanos estavam a ser supervisionadas pelos respectivos governos, e nós moçambicanos achamos normal e mais seguro que as transferências fossem feitas pelo nosso governo. Nunca pensamos que nosso dinheiro seria desviado da maneira como eles fizeram.

Jacinto costuma ficar revoltado quando relata isso, pois mantém contato com os seus colegas angolanos e cubanos, e ambos contaram-lhe que todos os trabalhadores dos respectivos países teriam recebido suas transferências sem problemas, e principalmente, um grande amigo cubano contou-lhe que ele teria se tornado um grande agricultor na sua terra, ele concluiu dizendo: *"porque se funcionou em Angola e Cuba, porque não acontece isso em Moçambique?"*. Este fato o deixa muito revoltado, ao ponto da sua mulher proibir levar esses problemas para casa, porque eles também sofrem e, portanto não querem saber mais disso. Quando questionei sobre o porquê das outras organizações de Magermane não fazerem o mesmo que os seus colegas em Maputo, ele me esclarece:

é senso comum entre nós e a todo nível que a solução geral a nosso problemas é em Maputo. Nas províncias não é possível fazer muito, pois os funcionários

do ministério estão de mãos atadas, eles devem esperar a ordem de Maputo para fazer qualquer coisa. Portanto, não faz sentido exigir das respectivas secretarias provinciais algum posicionamento ou mesmo uma atitude.

Jacinto adicionou ainda que se cada Magermane recebesse seu dinheiro, eles solucionariam muitas coisas, principalmente, proporcionariam a geração de empregos, pois como empresários contratariam pessoas. Ajudariam assim a economia do país e não seria mais necessário haver rivalidades, "*Quando o governo nos devolver o que é nosso, vamos voltar a deitar na mesma esteira com o governo*". No entanto, eles também têm plena consciência de que o governo enviou, em sua maioria, pessoas analfabetas para a Alemanha, a suposta formação prometida foi apenas para ser inseridos rapidamente no processo produtivo industrial, e não uma formação técnica profissionalizante que pudesse ser desenvolvida quando regressassem a Moçambique. Ele contou-me também que na Beira são poucos os Magermane que têm uma formação e que podem fazer uso disso, a maioria nem fala bem o português. Segundo ele, esta situação é usada pelo governo para acabar com o Movimento. Disse-me ainda que o governo sabe que corrompendo os seus dirigentes o Movimento perde a força, pois não teria como representar-se. Depois desta conversa ele me propôs visitar a sede e conhecer a direção, convite que aceitei imediatamente.

Saindo da parte baixa da cidade, rumamos em direção à zona periférica da mesma, foram uns 25 minutos de transporte (chapa) até depois das "Mangas", Jacinto advertiu-me que "*a partir daqui todo é mato*". Desde o ponto onde nos deixou o transporte caminhamos mais uns cinco minutos chegando à sede de um bairro. Ali estavam nos esperando nove pessoas (oito homens e uma mulher), que constituíam a nova direção da MONARDA. Estavam vestidos formalmente, mas após sermos apresentados sentamo-nos à sombra de uma mangueira muito antiga. Assim que começou a reunião com os membros da direção, o secretário introduziu-me a história de como chegaram até ali. A sede oficial da Associação está localizada na baixa (centro) da cidade. Em abril daquele mesmo ano (2008), depois da "revolução" para tirar os antigos chefes, eles não conseguiram entrar na sede e decidiram ocupar a sede vizinha - que o conselho do bairro teria oferecido. Naquela ocasião, a assembleia geral depôs o antigo presidente que, segundo a maioria, estaria trabalhando mais para os interesses do governo do que dos associados, situação que gerou uma série de

problemas, culminando com a detenção de Jacinto, acusado de ocupação ilegal da terra. A partir daí, o conselho do mesmo bairro intercedera em favor de Jacinto, emprestando o local oficialmente. Depois desta breve introdução, começou-se a discutir os pontos em pauta. O primeiro e mais urgente foi tratar o problema do convite enviado pelo ICMA, para participar do simpósio em Maputo, mas que a MONARDA não teria recebido. Naquele momento decidiram ligar para Maputo para saber o que teria acontecido. Para grande surpresa da direção, souberam que naquele momento o antigo e deposto chefe da Associação estava no simpósio "representando" a MONARDA da Beira. Foi pedido para que os colegas de Maputo esclarecessem o assunto.

Alguns tempo depois, ligaram da capital para explicar que o ICMA teria enviado o convite por via institucional, e o secretário provincial do Ministério do Trabalho teria entregado a passagem ao deposto presidente, desconhecendo a autonomia da Associação. Os associados da Beira pediram então para que os associados de Maputo deixassem registrada a ilegitimidade da pessoa que se dizia representante da MONARDA no referido simpósio. Em seguida, Jacinto explicou-me que este tipo de problema é corriqueiro e que acontece na maioria das associações que não estão subordinadas ao governo. Este, o governo, costuma vê-los como adversários políticos e não como uma agrupação gremial, e daí que cada vez que a associação critica ou reivindica sua posição, isto é reconhecido pelo governo como um ataque à autoridade.

"O governo esta a matar-nos de fome", segundo a direção, o governo espera que todos morram e assim acabariam com o *"único inimigo real"*, pois a RENAMO hoje não representa oposição. António, um dos membros, relatou-me que *"cada vez que é paga uma tranche (parcela) morrem muitos Magermane"*, de maneira figurativa, ele me explicou que se trata das famílias que aparecem para exigir a herança do Magerman morto, *"pois foram as famílias que sustentaram a estes Magermane todos estes anos e agora exigem a retribuição pelo esforço"*. Devo reconhecer que não consegui esconder certo desconforto em relação a esta situação e manifestei minha incompreensão em relação a este tipo de atitude por parte da autoridade. Eles revidaram dizendo que não acontece apenas com eles, mas também em nível institucional, ou seja, cada vez que algum funcionário critica ou questiona a atitude do governo em torno dos Magermane, ou é afastado, ou é corrompido com dinheiro e um emprego melhor. Daí a dificuldade

em estabelecer um diálogo com as autoridades, pois dessa forma são cooptados de modo que ninguém mais estaria disposto a ouvir as reivindicações dos retornados. Jacinto comentou que ele foi alvo de corrupção, quando elementos do governo ofereceram-lhe 500 mil MZn, mas ele teria rejeitado a oferta, assim também o secretário do conselho diretivo. Desde esse momento os dois passaram a ser tratados como inimigos da FRELIMO.

De fato, esta mudança para a sede no bairro das "Mangas", foi vista pelo governo como uma declaração à guerra, pois a sede do posto seria da RENAMO. O mesmo secretário relatou como nasceu a relação com a RENAMO na Beira: *"Quando nós precisamos de ouvidos e ajuda foi a RENAMO que respondeu e não o governo, A associação mesma vota no Daviz Simango e critica fortemente a política da RENAMO, pois não é diferente da FRELIMO"*. Eles esperam que com Simango a relação de parceria vá melhorar, embora saibam que ele tem um caminho difícil pela frente, pois vai enfrentar uma oposição dupla: da FRELIMO e da RENAMO. Finalmente, relataram-me que quando o governo paga uma parcela (tranche), a rádio e o jornal locais informam durante uma semana que os Magermane estão sendo pagos, mas não informam se esse dinheiro é das transferências ou da segurança social, e muitas vezes o montante que está sendo pago seria a ínfima parte de outra parte, dividida até em cinco vezes, assim, se você recebe 3mil, o faz dividido em três vezes e cada seis meses, desta forma *"ninguém pode investir em nada nem fazer algum negocio"*, pois afinal, o dinheiro que recebem dá só para suportar as despesas domésticas das suas famílias por um tempo relativamente breve.

Devo reconhecer que sai de Maputo com a expectativa de encontrar talvez formas e práticas diferenciadas na relação hierárquica que existe entre os Magermane e a FRELIMO. Porém, depois desta visita, devo aceitar o fato de que nas províncias este conflito é muito mais explícito. Abandono a região do Dondo e meus pensamentos continuam atribulados, talvez seja necessário pensar na possibilidade de entender a existência dos Magermane como sujeitos reivindicativos, desde o começo como um problema para a hegemonia do partido no poder, mesmo não tendo eles a capacidade beligerante que outrora teve a RENAMO. A sua luta reivindicativa parece apresentar uma oposição "real" que transcenderia a própria exigência de reconhecimento e

reparação material e moral. Dai talvez todos os esforços de parte do governo para "pacificar" os Magermane, seja reprimindo ou silenciando, seja corrompendo suas lideranças, enquanto este movimento não seja neutralizado o partido FRELIMO não poderá ser o "dono da terra", como Luís, um dos membros, me sugeriu pensar - Magermane que me acompanhou na despedida esperando que eu fizesse alguma coisa para estabelecer um contato com os filhos que ficaram na Alemanha. O suposto risco dos Magermane se tornarem uma "nova RENAMO" existe apenas na lógica do governo, mas não na lógica dos Magermane. Embora estes falem o tempo todo em guerra, e ainda, em uma guerra até a morte, sobretudo se entendemos que estes Magermane estão organizados em todas as províncias e com um sistema de troca de informação muito atualizado. O discurso predominante em Maputo e na Beira não é pela "tomada do poder", antes deve ser entendido como um revoltado apelo para serem integrados, e para que as suas reivindicações sejam ouvidas. Novamente, concluo que o desejo de reconhecimento e de justiça não são apenas exigências de ordem moral, antes passa pela devolução de uma dignidade perdida, e isto, para os Magermane, está representado pela devolução do dinheiro conquistado durante anos de trabalho na Alemanha, e isto, na lógica Magerman, lhes pertence por direito.

1.5 De volta a Maputo: Sem marchas, mas com muita assembléia

Outro momento digno de ser colocado aqui teve lugar durante uma assembléia geral da Associação, ocorrida no mesmo Jardim, no dia 14 de dezembro de 2008 (a mesma anunciada por Ade para o dia 10). Devo reiterar que nestas reuniões todos podem dar sua opinião, discordar e debater, inclusive, a diretoria pode ser alvo de críticas e até pode ser destituída se a maioria acreditar que não está atuando como se espera. Sem dúvida, existem muitas diferenças entre eles. Alguns, muitas vezes, não conseguem articular a crítica ou expor suas idéias; outros não dominam o português o suficiente para falar uma frase inteira sem usar sua língua de origem; alguns são definitivamente mais exaltados do que outros. Mas todos deixam entrever nos seus rostos a passagem do tempo e a acumulação de um ressentimento profundo contra as esferas do poder. Nesta reunião específica, a discussão girou em torno de uma série de

questões que carregavam o ambiente de maneira negativa, já a algumas semanas. Um dos motivos de preocupação e de declarada desconfiança por parte dos membros da Associação frente à direção do Movimento era o fato de que há uma semana ocorrera um simpósio nacional de Magermane, organizado e patrocinado por duas instituições alemãs (a Agência de Cooperação Alemã - DED e o Instituto Cultural Moçambicano alemão - ICMA), no qual estiveram presentes algumas mulheres da Associação que não faziam parte da direção. Uma delas era, inclusive, acusada de ter levado dinheiro de Mahuaie, o que agravava a situação. A maioria exigia uma explicação detalhada não só do encontro, mas também do papel que essas mulheres cumpriram nele. A resposta do chefe Cossa e a majoritária e positiva recepção a esta por parte dos associados, deixaram-me um tanto perplexo. O chefe Cossa argumentou:

Todos sabem que é uma de nossas políticas procurar alianças inteligentes; bom, este encontro era importante para nós porque reunia a todas as associações de Magermane em nível nacional, era um momento importante para saber quantos somos, que força temos. O problema é que era um encontro organizado pela Alemanha e eles exigiam alguns critérios de participação. Como sabem também estamos procurando há muito tempo uma aliança com a Alemanha e esta era uma oportunidade importante, depois da ocupação da embaixada, as relações caíram muito. Então, não sei se os senhores sabem o que é gênero? Bom, para o encontro a Alemanha exigia que as associações incluíssem o gênero nas suas delegações ao encontro. Gênero não é outra coisa que colocar mulheres no grupo que ia participar e isso foi o que fizemos. Queríamos dar uma boa impressão.

Suponho que, se nestes momentos estivessem presentes algumas representantes feministas, o mais lógico seria que tentassem responder a essa simplicidade conceitual na análise do chefe Cossa. No fundo, eu também poderia ter tentado “corrigir” o “erro” que decorre dessa compreensão do que seja gênero, mas o certo é que não o fiz, pois os homens e mulheres presentes na reunião concordaram com o argumento de seu presidente. Nenhuma mulher questionou sua posição e, o que é mais significativo, indagando-as sobre o que tinha provocado o discurso do chefe Cossa, nenhuma entendeu “errada” a definição; inclusive, as duas “acusadas” diretas explicaram com as mesmas palavras à assembléia o sentido de sua participação. Em Moçambique, a questão de gênero é um tema de árduo debate nos círculos intelectuais. Porém, parece-me existir uma distância entre este debate e a realidade que vive a mulher. Em muitos casos, o aspecto libertador e emancipatório da teoria, acaba sendo reduzido à políticas de caráter desenvolvimentista em torno da integração da mulher na vida

econômica, e o respeito pelos seus direitos. Esta situação torna a relação entre homens e mulheres um tanto paternalista, acrescentando ainda, um certo divórcio entre estes círculos e a população organizada. Para o caso específico, a compreensão tanto do chefe Cossa como das próprias mulheres envolvidas no conflito, parecer ser um produto mais desta relação paternalista, imposta pelas organizações alemãs, do que do fruto de um debate emancipatório em torno da igualdade da mulher na Associação. O chefe Cossa usou na explicação a expressão "alianças inteligentes" para definir o tipo de relação com essas organizações alemãs. De modo que podemos inferir que o gênero, neste contexto, é mais utilizado para alcançar um objetivo outro, que não, necessariamente, o da igualdade de condições das mulheres no interior da Associação.

Outro evento significativo foi em fevereiro de 2009 quando a polícia, fortemente armada, ocupou a Base Central para evitar o encontro entre os Magermane e a Associação de desmobilizados de guerra. A polícia tentou em um primeiro momento desocupar o Jardim, mas se deparou com uma férrea resistência de parte dos Magermane ali congregados, alguns dispostos a qualquer coisa para não sair do lugar que, segundo eles, lhes pertencia. A situação era tensa e delicada, pois os policiais estavam armados com armas de guerra de alto calibre (AK 47, entre outras). Qualquer agressão desmedida de qualquer parte poderia desembocar em uma tragédia, como já acontecera anos atrás com a morte de Virgílio Amade.

O chefe Cossa exigiu falar com o responsável pela operação para saber o porquê da ocupação armada. Ao apresentar-se diante de um oficial que parecia estar no comando da tropa, o chefe Cossa disse-lhe em um tom quase depreciativo: *"não é consigo com quem quero falar, quero falar com o responsável que está sentado no seu escritório lá, dirigindo a operação"*. O oficial, um tanto surpreendido por estas palavras, pegou seu celular e fez uma ligação; depois passou o celular ao chefe Cossa, que imediatamente começou a exigir do seu interlocutor, do outro lado da linha, que enviasse seus homens de volta ao quartel, que é onde eles deveriam estar, e assim evitariam um conflito que poderia acabar tragicamente. Aparentemente, a pessoa do outro lado da linha se recusou a aceitar o pedido do chefe Cossa, o que provocou uma discussão de alguns minutos entre eles. O resultado foi que parte da tropa saiu dos arredores da Base Central, ocupando o resto do Jardim. Este fato foi celebrado como

uma vitória pela massa de Magermane reunida até esse momento.

Este ambiente de vitória estimulou a conversação entre eles e alguns começaram a relatar outros momentos “heroicos” na sua luta reivindicativa. O evento mais celebrado foi a ocupação da embaixada alemã em julho de 2004, quando comemoraram as ações individuais e coletivas daquele episódio glorioso, ressaltando a coragem e a inteligência de todos os 49 participantes nessa ocupação. Repentinamente, um dos Magermane que estava no grupo perguntou: “se tudo ia tão bem, porque foi a liga (Liga de Direitos Humanos de Moçambique) e outros os que negociaram a saída da Embaixada e não nós?”. Depois de um curto silêncio, o chefe Cossa respondeu:

Olha, eles são da sociedade civil, não como nós, que somos um grupo sócio profissional reivindicativo. O Governo tem medo de nós, e para evitar qualquer situação de violência estas pessoas, que também têm medo, eram as que deviam negociar e não nós.

Nesse momento foi impossível não lembrar que muitos dos Magermane acompanharam as manifestações de segunda-feira em Leipzig e Dresden antes da queda do muro. Lembrei, ao mesmo tempo, de como na Imprensa se usava de maneira inflacionária o conceito de “sociedade civil” para definir o sujeito que se manifestava pelo fim da RDA¹⁰⁹. Passaram-se quase vinte anos e muitas políticas governamentais, assim como não governamentais e também organizações internacionais de cooperação financeira, incorporaram nas suas agendas a necessidade de “dialogar” com - ou “fortalecer” -, a sociedade civil no que diz respeito às políticas de integração e exercício da cidadania. O fato é que nenhuma delas, até os dias de hoje, tem conseguido na prática delimitar o que é ou não é “sociedade civil”. Daí minha perplexidade, pois o chefe Cossa me entregava, nesse momento, uma definição que enunciava sujeitos específicos e o grau de relação que os levou a interagir. Maior é minha surpresa quando vejo que o Magerman que questionou a força e a autonomia organizativa do

¹⁰⁹Não devemos esquecer que naquele momento este conceito de sociedade civil atuou como uma espécie de coringa conceitual para descrever de maneira indiferenciada a heterogeneidade de uma enorme massa de pessoas exigindo o final da dominação do partido único. Sociedade civil, naquela altura, era o sujeito homogêneo e transformador da transição, o componente inseparável das teorias que construía em torno de outra categoria também muito requisitada: a esfera pública. Neste ponto, ver Ulrich Beck (1993, 1995), Anthony Giddens (1995, 1991) e Jürgen Habermas (1998), entre os mais significativos que apostaram no aperfeiçoamento da Modernidade como caminho para o progresso humano. Na antropologia podemos citar Ernest Gellner (cf. 1996), quem dedica parte da sua produção intelectual à defesa da sociedade civil.

grupo em relação a esse episódio, se conformou com a explicação do chefe Cossa, assim como os outros corroborara com o que fora dito por ele. "O governo tem medo de nós", a sociedade civil também é medrosa?¹¹⁰. Com quais ferramentas analisamos esta posição? Sobretudo, se antropólogos como Ernest Gellner (1996), no seu livro "Condições da Liberdade", ao se opor ao domínio da coerção e à superstição como garantia da ordem social, pressupunha no voluntarismo e na falta de medo, o nascimento da sociedade civil como um milagre do mundo dito moderno.¹¹¹

Entretanto, de todas as reuniões que fui convidado, resgato uma em particular, por considerá-la representativa do modo como as concepções e práticas democráticas são compreendidas e exercidas no interior deste movimento reivindicativo. Destaco antes um elemento ilustrativo do período de crise que se vivia naquele momento no interior do movimento, devido à ausência das marchas. Diferentemente do meu primeiro campo com eles, no qual, as marchas tinham uma rigurosidade semanal, desta vez, que por acaso compreendeu uma estadia mais prolongada que a primeira, teve apenas uma marcha. De alguma maneira, esta nova tentativa de Mahuaie de "comprar" os *combatentes* do *Gruppe Fünf*, penetrou profundamente nos alicerces da unidade grupal. Aquela única marcha de pouca participação e a posterior reunião, mencionada anteriormente, são sintomáticas para representar a moral e o sentimento de incerteza geral que dominou durante todo esse tempo o clima do Jardim.

Desde o início, muitos dos Magermane vinham acusando a direção de não querer chamar uma assembléia para prestar contas aos seus associados¹¹². Os boatos mais comuns durante esse tempo eram que os chefes "*estariam a comer*" o dinheiro da Associação¹¹³ e que ademais teriam também levado dinheiro de Mahuaie, mas teriam

¹¹⁰No dia 6 de maio de 2010, o chefe Cossa declarava, em uma entrevista ao jornal Zambeze, o seguinte: "... *Aliás, a sociedade civil na realidade nem existe. Que sociedade civil? A maioria desta sociedade civil está atrelada ao poder.*" Jornal Zambeze, *Regressados dispostos a negociar desfecho do "dossier Madgermane"*, em 06/05/2010.

¹¹¹"*As condições bastante especiais que podem levar as pessoas a aceitarem a ordem social, mesmo sem medo, voluntariamente, são, na verdade, os pré-requisitos da Sociedade Civil [...] Antes do Milagre da Sociedade Civil, as sociedades humanas viviam habitualmente sob sistemas coercitivos e supersticiosos, e geralmente tomavam essa condição como ponto pacífico. Tinham razão de fazer isso: não tinham alternativa.*" (GELLNER, 1996: 34-35).

¹¹²Deve-se mencionar que desde a fundação da ATMA, em 2007, não houve uma assembléia geral para a prestação de contas das instâncias diretivas.

¹¹³Aqui devemos especificar que desde o dia 4 de abril de 2007, cada membro da Associação deveria pagar uma jóia de 10 MZn e uma mensalidade de 5 MZn. Na altura do conflito, os membros associados contabilizados eram 1300. Segundo o secretário da mesa da assembléia, em teoria deveria haver 104.000 MZn na conta da Associação, mas na realidade muitos dos associados estavam vários meses atrasados com as mensalidades e outros nunca receberam o recibo de pagamento de parte do vice-presidente, que era o responsável pela arrecadação desse dinheiro. Por um

colocado nomes de outros Magermane. Todos esses problemas estavam carregando o ambiente com muita agressividade. Era muito comum observar no entorno da Base, pequenos grupos discutindo afanadamente. Naquele momento, a informação que existia era que o Presidente da AR teria marcado um encontro com a direção da ATMA, mas que ainda não teria se manifestado sobre a data deste encontro. Vários dos grupos reunidos perguntavam-se o porquê dos chefes não exercerem pressão para exigir uma resposta do presidente da AR. Alguns argumentavam que os chefes estavam corrompidos pela FRELIMO, igual como fizeram com Mahuaie. As discussões e acusações mútuas eram o quadro comum nesse janeiro escaldante de 2009. Finalmente, a mesa da Assembléia, assumindo sua função, decide chamar a uma assembléia geral para o dia 14 de janeiro, exigindo de todos os membros da direção uma apresentação detalhada de todas as contas feitas até o momento por cada um dos deles.

Naquele 14 de janeiro, a assembléia começou uma hora depois do acordado. Antes disso, o Jardim fervilhava com as diversas discussões dos grupos. Muitos queriam eleições para exonerar alguns membros considerados corruptos, principalmente o presidente e o vice-presidente da Associação. Outros queriam primeiro resolver o problema da falta de informação, por parte dos acusados, em torno do processo e das contas da Associação. Outros queriam saber quem são os "Kapa Dech" que ainda estão no Jardim e quantos levaram dinheiro de Mahuaie. Outros queriam discutir sobre a viabilidade de prestar uma queixa judicial contra os membros da FRELIMO e funcionários do governo responsáveis pelo desvio do dinheiro. Do outro lado, os chefes manifestavam abertamente seu incômodo e, por vezes, seus desafetos com alguns dos grupos aí formados. Contabilizo em torno de uns 150 Magermane, divididos em vários grupos, os mais numerosos encontram-se reunidos nos banquinhos do "parlamento", no parquinho e nos troncos do *Gruppe Fünf*, muitos iam e vinham numa agitação contínua. Finalmente os chefes decidiram começar a assembléia.

O primeiro a se dirigir aos membros é o presidente da mesa da assembléia, Ade, que pede uma oração para abençoar a assembléia. Em seguida, ele explica a estrutura

lado, era evidente, para muitos, a dificuldade em pagar a mensalidade, preferiam guardar o dinheiro para "*apanhar o chapa*" de volta para casa, normalmente localizada na periferia da cidade, sobretudo, quando começou a correr o boato de que o dinheiro estava sendo *comido* pelos próprios vice-presidentes muitos deixaram de pagar.

da reunião, como será a ordem na prestação de contas das três instâncias e logo dedica um tempo para explicar como será o debate:

Como é que podemos discutir? Não é discutir em termos... agressionantes, temos que discutir em termos de querermos chegar a uma outra fase, porque o nosso objetivo aqui é o dinheiro, nós queremos aquele dinheiro nosso, aquele que o governo nos tirou, aquilo que é nosso suor... nós não estamos aqui para trocar palavras com um ou outro [...] por isso estou a pedir aos colegas, eu peço para ler o relatório para os colegas poderem ouvir, para quem vai ter dúvida do trabalho, então quando chegar a hora do debate, os colegas terão palavra para fazer perguntas...

Em todas as reuniões anteriores, nunca um membro da direção indicou ou explicou antes como deveria ser a ordem desta, esta sempre teve uma ordem muito mais espontânea. Outro aspecto novo neste encontro foi o fato do próprio presidente da mesa ter convidado as pessoas que não eram membros da Associação a se retirarem do local (lembre-se que estamos em um parque infantil de acesso público). Até esse momento, em todas as reuniões era comum haver pessoas (vendedoras, crianças, policiais à paisana, etc.) que, de certa distância, costumavam assistir os encontros. Neste sentido, o que chamou a atenção não foi o grau de formalidade, habitual se pensarmos nas reuniões anteriores, mas sim a necessidade manifesta de controlar os eventos, *como é que podemos discutir?* Parece-me uma pergunta sugestiva, visto que ela parece explicitar o desejo de reconfigurar um consenso perdido. Este consenso que caracterizou o *grupo de pressão* pelo menos durante os últimos dez anos de luta, e que hoje, depois da traição de Mahuaie, busca reestruturar-se a partir da institucionalização das relações, através dos estatutos que constituem a Associação. Da mesma maneira, este consenso perdido, consegue reorientar o ressentimento antes manifestado para fora do coletivo, em direção dos órgãos de Governo - aquele inimigo externo constituinte -, agora o redirecionando mediante a criação de um inimigo interno, uma figura imprecisa que alimentara as suspeitas e desconfianças, das quais ninguém ficará isento e que, portanto, tornara as relações entre Magermane apenas reguláveis sob esta forma de associativismo: Instituição, pelo demais, cujas estruturas e funcionamentos eram, até esse momento, desconhecidos para a esmagadora maioria deles.

Continuando o relato da assembléia geral, quem seguiu a fala de Ade foi Juma, como presidente do Conselho Fiscal, também acusado de fraqueza na sua função

fiscalizadora, cobrado por não confrontar a direção e não exigir as contas que a maioria estava pedindo já há muitos meses. Como uma maneira de se redimir ante as *massas*, Juma entregou um relatório, no qual, além de reconhecer a inoperância do órgão que ele presidia até esse momento, reconheceu também ter sido:

Refém da desorganização da direção e do presidente do conselho de direção especialmente [...] houve muitos segredos, enquanto o conselho fiscal é um órgão que deve conhecer os planos e programas de todos os órgãos existentes na ATMA, e assim fracassou uma interdição mais ativa [...] Houve despesas que o conselho fiscal não foi informado, reuniões em certas instituições, documentos dirigidos para instituições varias, sem seu conhecimento.

Durante esta assembléia foi possível enumerar uma série de situações relacionadas às finanças internas da Associação que, segundo o conselho fiscal, ainda não foram esclarecidas. As acusações se concentraram no conselho de direção, responsabilizando os chefes de desviar dinheiro da ATMA para uso individual, assim como, também foram acusados de ter permitido o "Kapa Dech":

Os colegas que receberam os valores de 10mil MZn, concernindo ao senhor Mahuaie, nós condenamos como individuos que violaram os regulamentos internos desta organização. Se infiltraram em uma organização outra, enquanto pertencendo a esta, violando assim as leis dos estatutos e isso foi ficando sem se tomar as devidas precauções ou sanções e que deixou engrossar. Se não se tomou sanções às primeiras pessoas, não se pode impedir com as pessoas que estão indo a levar dinheiro, e isso é culpa da direção.

Em resposta às acusações que muitos Magermane vinham manifestando nos últimos meses, e canalizadas nesta assembléia através do conselho fiscal, o vice-presidente Mendes entregou um relatório explicando muitas das questões que eram motivo de desconfianças e suspeitas, justificando que:

Tentamos sempre como *grupo de pressão*, que nossas atividades fossem sempre acompanhadas por todos, porque nosso objetivo é o mesmo: reaver todo o que o Governo nós tirou, fazer com que o Governo pague os valores justos. Em suma, uma forma muito simples, sentimos que isto teve algum reflexo, teve algum resultado [...] o que queremos dizer e porque estamos todos a apreender e um dia tornarmos numa verdadeira associação, porque ainda não somos, estamos a aprender.

Depois disso, explicou as atividades que foram realizadas com o dinheiro coletado dos membros, que segundo o cadastro do conselho seriam até esse dia 414 meticais. Entregou também uma lista de despesas e gastos que o conselho da direção autorizou como parte das suas funções, e justifica a falta de comprovantes da seguinte forma:

Infelizmente porque a prática de associativismo ser uma situação nova, e a falta de cultura ou hábito de pagamento de cotas, forçou-nos sempre a uma ginástica contabilística e/o adquirir materiais e coisas consumíveis no mercado informal, ou ainda evitando o IVA. Essa parte eu queria esclarecer um pouco, quando vocês pedem fatura, deve ir com o IVA, nós então não pedíamos fatura para não pagar o IVA.

Esta prestação de contas não deixou os associados tranquilos, de fato, assim que o vice-presidente acabou seu relatório, ao invés de se ouvir o habitual bate palmas que deu sequência aos relatórios anteriores, ouviu-se apenas o silêncio, às vezes entrecortado pelo murmúrio de alguns. Ao que pareceu, o argumento de querer escapar do IVA¹¹⁴ não foi justificativa suficiente para explicar a inexistência dos comprovantes.

A entrega dos relatórios dos diversos órgãos da Associação demorou em torno de uma hora e meia, devido à extensão destes e porque, de fato, desde a criação da Associação estes órgãos nunca teriam entregado nenhum relatório. No entanto, nota-se que a prática habitual de intercâmbio de informação no Jardim foi sempre através das reuniões periódicas, e se caracterizava, basicamente, pelo fato de que eram os chefes os responsáveis em informar as massas. Este evento não é aleatório, pelo contrário, a regularidade na entrega e ou troca da informação reforçou e renovou os laços entre os indivíduos e facilitou, muitas vezes e em grande medida, a coesão do grupo. Em uma conversa com Carmona, que é natural de Gaza e esteve durante seis anos na RDA, ao ser questionado em torno dos problemas que estavam acontecendo no Jardim, em relação aos Magermane, ele manifestara:

O Governo esta a demorar com o dinheiro, mas também ultimamente a direção que nos temos, acho que faz parte para este atraso, porque eles não aceitam nada. Por exemplo, quando disseram vamos fazer isto, isto e isto, eles negam. E por que negam? e eles não dão explicação. É verdade que Mahuaie foi bandido, mas no tempo dele, as massas bastava dizer vamos fazer isto, ele estava à frente... epa! vamos ai, ele ficava à frente. e agora estes não. Antes estava Manito (Mendes), Juma... mas não tinham voz ativa (não eram chefes)... antes também não tínhamos associação. Mas agora somos uma associação, tem presidente, não sei que, que, que... tem aqueles órgãos todos... funcionam mas não conforme, para mim não funcionam conforme... Antes era um *grupo de pressão* com um chefe e fazia-se mais coisas e agora somos uma associação e faz-se menos, nem marchas...

Este relato se confirma na atitude da maioria dos presentes nesta assembléia. De

¹¹⁴ O IVA ou Imposto sobre o Valor Acrescentado foi introduzido em Moçambique pelo Decreto número 51/98, em junho de 1999. Segundo o portal do Governo a taxa do IVA hoje é de 17% do valor da transação, podendo ser "alterada por Decreto do Conselho de Ministros até ao limite máximo de 25%." acessível online em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Servicos/NegInvestiment/reg/financas/financ3> Último acesso 16.09.2010

alguma forma, Carmona consegue exteriorizar uma ruptura importante entre as dinâmicas conhecidas e "acostumadas" dentro do *grupo de pressão*, e as novas, introduzidas com a criação da atual Associação. Voltando à trajetória da assembléia, logo após a explanação dos relatórios, o presidente da mesa da assembléia deu início ao debate. Apesar das várias tentativas de alguns membros da direção em organizar este debate, uma avalanche de depoimentos, uns sobre os outros, inaugurou a discussão. Dentro desse caos, conseguia-se distinguir dois tipos de demandas, por um lado os que exigiam esclarecimento sobre o funcionamento da Associação e questionavam o papel dos chefes, *"a direção deve ficar calada, porque são eles que estão a ser julgados"*; ou *"o que esta em causa é a disciplina e a organização e no seio da direção não esta a funcionar e por isso existe desorganização"*. A queixa mais sugestiva que resgato é *"porque que quando estamos a ganhar, aparecem problemas na direção?"*. Por outro lado, os que exigiam saber quem era do "Kapa Dech": *"por que se esta a esconder os traidores? porque a direção não dá nomes?"*; *"os traidores devem falar"*; entre os acusados reconheço Lúcio, Cachopa, Rosinha e Maio, todos eles acusados de terem ido na casa de Mahuaie para levar dinheiro. Outro Magerman reclamava que as pessoas estariam acusando-o de traidor por ser amigo de Mahuaie, mas ele é da ATMA e não levou dinheiro do Mahuaie. A ordem mantida em outras reuniões, em torno do respeito pelo direito de fala de cada um, parecia ter sido abolida. A calma que os associados haviam manifestado durante todo o tempo que a direção fazia sua prestação de contas, parecia agora dar lugar a uma tempestade de acusações mútuas, disparadas em todas as direções do parquinho.

Finalmente, Magalhães, o secretário da mesa da assembléia, e pessoa bastante respeitada no Jardim, parece ser o único que conseguira acalmar as pessoas, propondo organizar uma lista com os nomes daqueles que desejam dar sua opinião. Muitos levantam a mão sinalizando sua intenção de fala. Magalhães tornou-se assim o moderador do debate, e as pessoas aparentemente voltaram à calma. Foram muitos os que falaram: homens e mulheres, muitos repetiram os argumentos de outros, alguns intervieram de maneira transversal acusando o orador da vez, mas eram abafados pelos colegas que estavam ao lado. Vagarosamente foi se construindo um quadro mais claro do que a maioria queria, porém, não havia consenso na hierarquia dos itens. Uns

justificavam que primeiro deveriam falar os chefes para justificar as acusações colocadas na assembléia, outros acreditavam que os traidores deveriam se mostrar e falar porque levaram esse dinheiro "*que o diabo amassou*". Os mais intransigentes, queriam destituir toda a direção e colocar novos quadros, chamando a eleições imediatas. Outros, mais pragmáticos talvez, perguntavam à direção porque "*não estamos a marchar?*". Tanto o presidente como o vice-presidente mantiveram-se em silêncio, em um canto, falando individualmente apenas com aqueles que se aproximavam.

Novamente, a falta de um consenso mínimo entre os debatedores originou uma nova desordem. O detonador deste debate foi Machaieie, que insistia em:

... do meu ponto de vista, há questões que estão a deixar a atras. Porque uma apresentação de relatório, eles (os chefes) tem que dar respostas às questões que ficaram mal representadas. Então antes de se discutir se eleições ou não eleições, temos que discutir daquilo que se chama 'pergunta de insistência', porque existem coisas que as pessoas insistem em entender 'eu não ouvi bem, eu gostaria de ouvir bem', tem que haver um espaço...

Antes mesmo de ele terminar, intervém um Magerman, presente entre os ouvintes, mas que não estava na lista, interrompendo a ordem, afirma:

Há pessoas que aparecem no relatório que estão a levar 1 milhão e 500, há outras pessoas que estão a acusar ao senhor Cossa de estar a fazer nada, então que se apontem essas pessoas para falar e daí vamos votar.

A partir de então, outros que também estavam fora da lista insistem: "*porque aqui há Kapa Dech e tem que se apresentar*". Se inicia assim uma nova discussão, todos falando ao mesmo tempo, até que Maio intervém apontando para Machaieie:

Senhor Machaieie esta a voltar para atras... esse processo é meu dinheiro e não quero que ninguém agite essa merda, e isto aqui deve se fazer bem o trabalho, não quero ficar arrependido amanhã...

Constantino, o secretário do conselho fiscal, impõe-se no tumulto e declara:

Uma coisa que queria dizer é para os colegas que traíram. Se é que a traição é válida, então vamos trazer aqueles 3 que nos traíram primeiro: Jacobi, Simões e Júlio. E os outros que foram a receber, hoje estão aqui conosco... para mim não existe grande traição e pequena traição, todo o que é traição é a mesma.

O tumulto começou a aumentar e o clima se tornou mais agressivo, alguns começaram a gritar palavras em tons agressivos e ameaçadores, os mais fortes tiveram

que intervir para evitar agressões físicas. Neste momento percebe-se que não é apenas o consenso que desapareceu, mas que uma revolta acumulada começou a tomar conta das animosidades. Os dois grupos formados no interior da assembleia pugnam por dominar o debate. Os chefes ficam para trás, sem se manifestar abertamente, conversando com um e outro que chega ao seu lado. Neste momento, são outros os que dirigem, ou pelo menos tentam organizar o caos instaurado. Inesperadamente, se decide realizar eleições para escolher um novo presidente do conselho diretivo. A assembleia começa a dispersar-se ocupando os lugares da casa de banho, do parlamento, do *Gruppe Fünf* e do memorial de Virgílio. São vários grupos formados discutindo uns com outros, enquanto observo o evento alguns que passam próximos de mim, comentam *"é um golpe contra os chefes"*, outros dizem: *"são os elementos de Mahuaie que vem para criar confusão e destruir a ATMA"*.

Chegado o momento, se improvisou um lixeiro de plástico sem tampa, transformando-o na urna que acolherá os votos dos associados. Matange se transforma no presidente de mesa e, junto com outro Magerman, assume a vigilância da urna, acompanhado também de "Sabimbi" e Lúcio que começam a supervisionar a votação. Juma e Mica distribuem os papéis improvisados como cédula eleitoral para a votação. Existem dois candidatos: o chefe Zeca Cossa e o secretário da mesa da assembleia, Lázaro Magalhães. Este último foi proposto por um dos grupos, enquanto ele se ausentava da assembleia para voltar ao serviço, perto do Jardim. Na votação foram apurados 112 votos de membros credenciados da ATMA. O chefe Cossa, com o número um, levou 65 votos, Magalhães, com o número dois, levou 44 votos, e três votos foram nulos. Depois da apuração dos votos e do anúncio da vitória do chefe Cossa, todos comemoraram com o grito *"viva a ATMA... viva!"*. Mendes se virou em minha direção e comentou: *"foi moleza"*. Os dois outros cargos a serem preenchidos eram o de vice-presidente da mesa de assembleia e a do vice-presidente do conselho fiscal. Estes foram eleitos a viva voz, foram eles: Jose Matange Luis e Jose Candido Cuambe, respectivamente. Ambos foram celebrados pelos Magermane, desta vez em um ambiente descontraído e de expansiva alegria.

A assembleia foi finalizada oficialmente, depois de seis horas, com a informação de Mendes em torno da reunião agendada com o presidente da AR para o dia 6 de

fevereiro, anunciando que essa reunião seria decisiva para o futuro do caderno reivindicativo, que a ATMA teria entregue ao poder legislativo e que já estaria em poder da Comissão Permanente da AR. Devo reconhecer a minha surpresa pela imprevista guinada que a assembléia deu. Porém, foi significativo para entender a maneira como num momento de total desunião de um coletivo, as alianças de outra ordem são ativadas. Desta vez foi possível ver como, em alguns casos, as pertenças regionais, mas também as lealdades construídas nesses muitos anos de luta, sob a base da amizade cultivada na própria Base, agiram como referenciais importantes para a reconstrução de um consenso perdido em meio aos associados. Embora conflitantes ainda, e sem superar o problema das suspeitas de traição, os "Kapa Dech", todos eles *combatentes* do *Gruppe Fünf*, mostraram claramente seu papel como dinamizadores. Estas eleições deixaram visíveis, não apenas as divisões internas que vinham se operando há algum tempo, mas também a complexidade e o grau de ruptura que algumas posições, entre os diversos grupos, fizeram culminar. Nestas eleições, dadas as condições, o sufrágio dificilmente poderia ser secreto, livre e informado, mas, por outro lado, todo o processo fora paradoxalmente transparente. O grande receio manifestado pelos grupos em relação a uma possível fraude na votação obrigou-os a criar um mecanismo *ad-hoc* para supervisionar este curto e improvisado processo eleitoral. Este mecanismo consistiu basicamente em exigir de quem já tinha emitido seu voto que ficasse de um lado específico da urna, evitando assim votações duplicadas e fraudes. Assim também no momento da apuração dos votos, cada vez que Constantino tirava um voto, mostrava para todos e logo falava o número votado em voz alta, deixando-o logo no chão, sob uma pedra que servia de peso para os papéis. Já na hora dos comentários em torno do acontecido, Cachopa se aproximou de um grupo de quatro Magermane, com quem estava trocando idéias, e se dirigindo a mim comentou: "*estes gajos aqui são todos burros. Eles são do Norte e votaram no Sul*". A risada foi geral.

Refletindo sobre todos esses eventos e reconhecendo o enorme esforço colocado por todos os participantes para esta assembléia, arrisco-me a afirmar que, de alguma maneira, esta improvisada votação, representou uma alegoria desesperada de reintegrar a ordem social no interior do universo Magermane, deturpada em suas

formas e conteúdos. No espaço habitual de discussão e intercâmbio, passam a intervir uma série de outros mecanismos, cuja função seria regular o tipo de relação interpessoal no Jardim, substituindo, ao mesmo tempo, as relações de confiança e as formas de produção de consensos. Aquele relativo consenso, que caracterizou "historicamente" como princípio de unidade, a luta dos Magermane, e que, por sua vez, se sustentou na lealdade recíproca entre chefes, *combatentes* e massas, foi assim substituído pela burocratização do Movimento na forma de uma associação.

Capítulo 2 Visibilidade Magermane, exteriorizando um conflito

2.1 Marchas das quartas feiras: a arma psicológica contra o poder



Figura 3: Marcha Magermane 2010: percurso pela Avenida Eduardo Mondlane. Foto: Héctor Guerra

Em todos estes anos, o evento que conferiu maior visibilidade aos Magermane foi a sua marcha semanal. Antes realizadas às sextas-feiras, mas a partir de 2006 transferidas para as quartas-feiras¹¹⁵, dia reservado para as reuniões semanais e assembléias do *grupo de pressão*. Todas as quartas-feiras reúnem-se na Base Central

¹¹⁵ Segundo alguns Magermane, a mudança de dia foi determinada pela minguada participação dos próprios Magermane às marchas (sextas) e às reuniões (quartas). Um dos motivos principais para esta baixa na participação era o fato de alguns Magermane ter conseguido trabalho fixo ou, em alguns casos, acharem que suas reivindicações teriam sido atendidas, razão pela qual não precisariam continuar participando da luta coletiva.

no Jardim 28 de Maio, aproximadamente 100 a 200 Magermane, entre homens e mulheres, embora os homens sejam sempre maioria¹¹⁶. Os preparativos começam cedo; logo pela manhã os cartazes e faixas são retirados do telhado da casa-de-banho e do cômodo atrás do sanitário. Benzane e outros queimam o lixo acumulado nas proximidades da casa de banho. Nesta fogueira são colocados os tambores para esticar o couro e evitar assim alguma rachadura durante a marcha e manter a qualidade do som. Aos poucos, a Base é ornamentada com bandeiras da Alemanha e dos Estados Unidos, e as *massas* começam a chegar e a se reunir em torno do parquinho, muitos deles, carregando distintivos com as cores da bandeira alemã (camisetas, cachecóis, bonés, faixas na cabeça, etc.), outros levando capacetes de proteção como aqueles que usam os mineiros da África do Sul. Na medida do possível, cada um deles tenta vestir suas melhores roupas: é um evento diferenciado do cotidiano da Base, no qual a forma de vestir não joga um papel significativo, neste caso se trata da sua marcha semanal, pelas ruas da cidade e por tanto o coletivo deve se mostrar digno aos olhos do poder e os seus representantes, a quem com muita certeza irá encontrar no percurso da passeata.

Um momento indispensável para o sucesso da marcha é a oração inicial, antes de sair às ruas. Uma pessoa assume a responsabilidade de abençoar o evento e afastar os “maus espíritos” com uma oração em nome do coletivo. Quando comecei a assistir as marchas, o encarregado pela oração era um Magerman, apelidado de “pastor”, ele era um membro da Igreja Universal do Reino de Deus. Outras vezes, quem fez a oração foi uma senhora, que orava em changana¹¹⁷. São múltiplos os credos representados entre os manifestantes. Encontrei muitos de confissão católica,

¹¹⁶ O número de participantes nestas marchas é muitas vezes indicador da situação interna do grupo. Em 2007 foram entre 100 e 200 pessoas e as marchas tiveram uma regularidade semanal. Já entre 2008 e 2009, salvo uma marcha realizada depois das eleições presidenciais, e como já se comentou antes, teve uma participação mínima de Magermane, não houveram mais marchas. Em maio de 2010, o número de participantes da marcha aumentou significativamente entre 800 e 1000 pessoas. O motivo para a massiva participação foi o fato da ATMA começar a exigir dos seus membros mais compromisso em torno da reivindicação, e condicionando esta participação à incorporação como membro associado a uma lista que seria entregue ao governo. Esta estratégia teve resultados importantes, pois os afiliados da Associação passaram de 800 para 4.000 pessoas. É importante destacar que o número oficial de Magermane registrados no Ministério do Trabalho na cidade de Maputo é de 4114 pessoas (LUCAS, 2002: 96). O número de Magermane registrado na região sul do país (incluindo as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, respectivamente) chega a 8262 pessoas.

¹¹⁷ “Esta senhora é mãe de um Magerman morto e está no Jardim representando a herança que ele deixou”, disse-me Magalhães antes de começar a marchar. Este aspecto da herança é sem dúvida um dos mais recorrentes e conflitivo, e, portanto um elemento bastante significativo, sobretudo no que diz respeito ao próprio vínculo que os Magermane estabelecem com seu universo social mais próximo: o da família.

muçulmana, protestantes, evangélicos pentecostais de diversas igrejas¹¹⁸, etc. Da mesma forma, as procedências desses Magermane são muito diversificadas, encontrando pessoas oriundas de todas as províncias do país¹¹⁹. No momento da oração, cada um reza de acordo com a sua filiação religiosa, deixando ao orador principal a incumbência de fazer uma missa em nome de todos¹²⁰.

Depois desta liturgia, eles se ordenam da seguinte forma: uma fila longa de três colunas, na ponta se coloca um homem com a bandeira da RDA, logo dois homens com o cartaz que identifica a Associação, depois vêm as mulheres, que são entre 15 e 20 (o número varia de semana em semana), portando cartazes. A seguir, vêm de três a quatro colunas de homens, deixando o centro da fila a um grupo de 15 a 20 homens portando os instrumentos de percussão, tambores e apitos¹²¹, porém, em sua maioria, confeccionados com material reciclado (latas, latões, vasilhas, garrafões, etc.). Depois deste grupo vêm entre oito e dez colunas de homens portando cartazes (estas colunas podem se duplicar a depender do número de participantes). Do lado de fora da formação, temos entre 5 e 6 homens encarregados da segurança da marcha. Todos são dos órgãos da direção da ATMA e suas funções são fechar as ruas para a passagem dos manifestantes, manterem a ordem no interior da marcha e impedir que os manifestantes se exaltem e cometam alguma contravenção¹²². No final da marcha estão localizados os chefes.

A marcha se inicia aproximadamente às dez da manhã, e o percurso oficial desta começa saindo da Base Central no Jardim 28 de Maio, entrando na Av. Alberto Luthuli,

¹¹⁸ Entre elas, (Ma)Ziones, Assembléia de Deus, Doze Apóstolos, Velhos Apóstolos e Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras.

¹¹⁹ Devemos salientar a presença majoritária de pessoas oriundas das províncias sulista, especialmente a de Maputo. No entanto a presença de indivíduos das províncias centro e norte do país é proporcionalmente significativa.

¹²⁰ Este aspecto pode não ser significativo para efeitos das marchas, mas sim para o cotidiano individual. No Jardim essas diferenças religiosas e de procedências são irrelevantes, na medida em que o eixo aglutinador é o dinheiro da Alemanha, exigido ao Governo. No entanto, quando se sai do Jardim, são precisamente estas duas diferenças "irrelevantes" as que assumem importância vital, pois configuram o universo de relações sociais, culturais e econômicas que estes estabelecem com o resto do mundo. Estes dois aspectos serão discutidos no último capítulo.

¹²¹ Na última marcha que assisti foi em maio de 2010, um mês antes da copa de futebol na África do Sul, aos instrumentos habituais já tinham também sido incorporadas as famosas e barulhentas vuvuzelas.

¹²² Este aspecto merece atenção precisamente por ser um ponto de discórdia com setores da população maputense. Existe essa imagem de agressividade e violência atribuídas aos Magermane, devido às suas marchas. Muitos criticam afirmando que este grupo é muito violento, principalmente com os motoristas que por desconhecimento ficam atravessados no caminho da marcha. Ao assistir as diversas marchas, pude conferir que realmente os Magermane agem agressivamente com os motoristas que atravessam a rota, porém, muitas vezes a imprudência veio do próprio motorista, que não respeita a presença da própria polícia, que acompanha a manifestação e cuja função principal é desviar o tráfego para a passagem dos manifestantes, enfiando o carro dentro da marcha.

e a partir daí seguindo pela Av. Eduardo Mondlane, logo dobrando a esquerda na Av. Amílcar Cabral, até a Av. 24 de Julho, no Bairro de Polana Cimento, seguindo depois até a Av. Mártires da Machava, para em seguida continuar por dentro deste bairro onde, segundo eles, moram os funcionários da FRELIMO, inimigo do Movimento. Antes de finalizar a Av. Mártires da Machava, se entra na Av. Paulo Samuel Kankhomba, até chegar na Av. Salvador Allende, para logo subir até a Av. Mao Tse Tung e seguir em direção ao Bairro Malhangalane A, passando pela rua Olivença e contornando o Mercado Janet, indo em direção à Av. Vladimir Lenine, em frente ao Tribunal Administrativo, e virando imediatamente na Av. Marien Ngouabi, seguindo nela até chegar na esquina com a Av. Guerra Popular, para então entrar nela e seguir até a Av. Emilia Dausse e virar logo na esquina com a Av. Alberto Luthuli, se dirigindo de volta à Base Central, finalizando a marcha aos pés do memorial a Virgílio Amade.



Figura 4: Percurso traçado pelo autor (linha azul) Fonte: Googlemaps 2010.

Este percurso não foi sempre assim. Em conversas com Lazaro Magalhães, ele relatou-me como foi que eles chegaram à idéia de fazer as marchas, pois, como vimos anteriormente, antes delas as ações dos Magermane se concentravam principalmente em frente ao Ministério do Trabalho. Considero pertinente colocar aqui o relato em sua íntegra, pois revela informações significativas:

Depois da Resolução (11/2003) a policia vinha para cercar o Jardim, mas antes

disso nos fizemos a primeira marcha. Ai chegou a policia e disse que não... que não podemos marchar, que isto é ilegal, que existia uma lei que regulava isso e para marchar devíamos fazer isto, isto e isto. Foi assim que viemos a saber que havia a lei 9/91. Viemos a saber que a lei existia, nessa altura o comandante Faduco (da PRM) deu-nos aquela lei para que nos fotocopiássemos e lemos a lei e então pedimos apoio da liga (LDH), na altura tínhamos feito um pequeno *draft* (rascunho) da comunicação de marcha e pronto, fomos entregar à Dra. Alice (Mabote, presidenta da LDH). Ela ajudou-nos a corrigir e a formular aquela carta e remetemos o coiso e nos reunimos com o comando da cidade (de policia), o comando nessa altura era Capera e juntos traçamos a rota. 24 de julho até Julius Neyrere, Mão Tse Tung, Marien Nguabi, Guerra Popular e assim. Esta rota foi feita dentro do comando da cidade. A primeira rota não foi uma rota feita por nós... só nós.

O percurso atual, no entanto, foi traçado pelo *grupo de pressão* depois de 2004. Uma série de incidentes violentos entre os Magermane e a polícia, durante os anos de 2003 e 2004, acabaram por interditar o acesso da marcha à Av. 24 de Julho, na altura do Ministério do Trabalho. Agora esse percurso é feito pela avenida paralela, a Eduardo Mondlane, em direção ao bairro de Polana Cimento. Neste bairro encontram-se o banco SOCREMO (Sociedade de Crédito de Moçambique) e diversos órgãos do Governo, além disso, residem muitos funcionários e membros do partido FRELIMO. O trajeto até este bairro deve demorar o suficiente para chegar aproximadamente ao meio dia. A idéia de passar por este bairro neste horário é incomodar o almoço dos funcionários e quadros do partido FRELIMO. O chefe Cossa, que em tom provocador responde o porquê de incomodar o almoço dessas pessoas, afirma que: “*enquanto nós estamos a morrer de fome, eles não vão comer tranquilos*”. Durante a passagem por este lugar, a maior parte dos gritos é proferida em português e, por vezes, em alemão, porém os cânticos, sem exceção, são realizados em changana. Deve-se salientar que durante o trajeto da Base ao bairro de Polana Cimento, os Magermane vão indicando todas as instituições que segundo eles foram criadas com o seu dinheiro. Com a mão esquerda empunhada e o dedo indicador estendido vão apontando para os prédios onde estão localizados principalmente as instituições de crédito, como o antigo *Banco Austral* (hoje *Barclays Bank*), a antiga Cooperativa de Crédito e Poupança, hoje convertido em Banco de microcrédito Tchuma (segundo eles de propriedade de Graça Machel), a própria SOCREMO, etc. Saindo de Polana Cimento pela Av. Mártires da Machava, eles dirigem-se aos bairros suburbanos. A recepção deste evento, por parte da população nos bairros Central e Polana Cimento poderia ser classificada como

reservada, nem antipática, nem receosa, salvo casos muito particulares de aberta rejeição ou aprovação. Certas vezes foi possível ver algumas vendedoras de frutas, localizadas nas esquinas dos cruzamentos de avenidas importantes (principalmente no percurso da Av. 24 de Julho), dançarem de acordo com o ritmo dos cânticos Magermane. De outro lado, nos bairros mais populares como Malhangalene “A” e Alto Maé “B”, pudemos ver como a população participa da manifestação dialogando com alguns Magermane, dançando ao som das músicas, e por vezes cantando junto com eles. No entanto, uma coisa é clara, esta marcha já não surpreende ninguém na cidade, transformou-se numa espécie de acontecimento ainda bastante controverso, mas cotidiano.

Alternando cantos em changana e gritos em português, os Magermane compõem uma manifestação organizada, disciplinada e objetiva¹²³ que expressa de maneira seletiva um descontentamento social, definindo explicitamente o alvo deste descontentamento: a FRELIMO, partido no poder. O barulho citadino é cortado pela força dos seus cânticos, o silêncio das esferas governantes é contestado em duas línguas, o changana¹²⁴, que é a língua “do povo” (do sul), e o português, que é a língua do poder. Esta marcha acaba quando o grupo retorna ao Jardim por volta das três da tarde, e da mesma maneira ordenada como saíram, reúnem-se ao redor do memorial de Virgílio Amade realizando uma missa de encerramento da manifestação, enquanto todos os manifestantes se dão as mãos formando um círculo fechado em torno do memorial. No centro, a pessoa encarregada da oração, que é a mesma que deu início a marcha, encerra da mesma forma o ciclo¹²⁵. Faz-se, então, um minuto de silêncio por Virgílio Amade, e logo cada um realiza sua oração de acordo com a religião a que pertence. Ao finalizar a marcha, os participantes concentram-se no costumeiro espaço

¹²³ Neste sentido, vale a pena ressaltar que esta disciplina nem sempre é seguida. Em algumas oportunidades pude observar diversas cenas de violência protagonizadas pelos próprios Magermane. Porém, insisto na ideia de organização e disciplina, pois apesar de alguns Magermane acompanharem a marcha, às vezes, em estado de embriaguês e do seu vocabulário ser extremamente ofensivo em relação aos órgãos do poder e seus representantes, existe uma ordem que é seguida por *todos*. Ordem sob a responsabilidade dos quadros encarregados pela segurança no interior da marcha.

¹²⁴ Que pode ser ronga também. Aqui uso apenas changana, pois é a resposta dos dirigentes ao serem consultados a respeito da língua dos cânticos.

¹²⁵ Uma das vezes que não foi em changana, consegui resgatar o seguinte trecho da oração: “... *Nós fomos chamados pelo Senhor para romper o silêncio, nós não ficamos em nossas casas como outros, nós somos os escolhidos para lutar pelo nosso país, contra a injustiça, pois nós somos a força moral que mudará os destinos do nosso país...*”.

do parquinho infantil para iniciar a reunião semanal.

São essas marchas o objeto privilegiado das críticas do Governo e seus simpatizantes, da Imprensa e inclusive de algumas personalidades. Em uma cidade na qual as relações sociais parecem estar auto-reguladas e que manifestações de descontentamento social não adquirem forma específica de protesto¹²⁶, causa uma relativa impressão ver um grupo indeterminado de pessoas gritando e cantando; respeitando a hierarquia estabelecida na liderança e coordenação do trajeto que atravessa o núcleo central da cidade; enfim, ver a sincronização de todos na marcha. Ao interpelar uma das lideranças durante a marcha, ele me responde: *“isto o aprendemos na Alemanha”*, e acrescenta: *“o moçambicano está abaixo da média, nós ao invés, estamos acima da média”*. Estas duas expressões fazem alusão, de alguma forma, ao fato de que em Moçambique existe uma relativa passividade e, por vezes, temor por parte dos setores sociais de demonstrar seu descontentamento, exigirem seus direitos e reclamar contra as injustiças de maneira contínua e ou regular, o que transformaria este coletivo em uma espécie de “grupo escolhido”. Esta atitude um tanto vanguardista chama a atenção, pois se reflete na disciplina militar assumida por todos durante a passeata, elemento tão característico da marcha. Não sou adepto do uso do termo “performático”, pois muitas vezes desvia a atenção do conteúdo da ação para uma percepção estética da mesma. No entanto, para este caso, são precisamente estas marchas e as formas que assumem; seu planejamento detalhado; a ordem no interior do grupo durante todo o percurso (aproximadamente cinco horas), que constituem a marca distintiva por excelência deste grupo, uma imagem pensada para o exterior, junto ao discurso contestador e ousado, manifestado nos cânticos em changana e gritos em português.

¹²⁶ Devemos salientar aqui que as duas oportunidades em que a população se rebelou com um claro protesto contra as instâncias do poder, foram o do dia 5 de fevereiro de 2008 e do dia 1 a 3 de setembro de 2010. As características destes levantes serão tratadas de maneira sucinta no último capítulo. Aqui só nos resta explicitar que as formas que assumem estes tipos de rebelião são de extrema violência e têm uma resposta brutal por parte da polícia.

2.2 Transgressão, apropriação e ressignificação de ícones

Nas diversas marchas que tive oportunidade de assistir, pude identificar alguns dispositivos de visibilidade, além da própria presença dos manifestantes nas ruas, e seus acessórios e vestimentas com as cores da Alemanha. Nelas pude também constatar a presença de elementos de temporalidade que nos permitem inferir um vínculo entre passado e presente. Um dos principais pode-se dizer que é o uso das bandeiras. Estas não são usadas unicamente como um distintivo identitário, como poderia significar o caso da bandeira da antiga RDA, mas também são usadas como um dispositivo provocador, como é o caso das bandeiras dos Estados Unidos e, até há algum tempo, a da RENAMO. O uso da bandeira dos Estados Unidos me foi explicado da seguinte maneira:

Os Estados Unidos invadem países para impor a democracia, então nós queremos que invada Moçambique para impor a democracia aqui, pois é melhor viveres colonizado por estrangeiros que seres explorado e tratado como escravos pelos próprios irmãos¹²⁷.

Para o caso da bandeira da RENAMO, durante as eleições presidenciais de 1994 estabeleceu-se uma aliança entre um grupo considerável de Magermane, componentes do *grupo de pressão* localizados no Jardim, e este partido¹²⁸. A partir desse momento, e

¹²⁷ Neste sentido, deve-se salientar que nas primeiras conversas com alguns Magermane, eles definiram sua afetação para ir trabalhar na Alemanha como um sistema moderno de escravidão, sobretudo pela maneira como foi realizado o processo de recrutamento e envio dos trabalhadores. Contudo, deve-se reconhecer que o uso desta bandeira está associado diretamente com as guerras do Afeganistão e Iraque iniciadas pelos Estados Unidos desde 2001.

¹²⁸ Das muitas conversas e relatos, resgatei este depoimento: *"Nós depois de tanto tempo com o Governo ver de algo possível, ai o Governo dizia que não, venham a dialogar connosco, iam lá os dirigentes e ficavam pressos. Então ai vimos que esses homens não querem dialogar. Se não eram pressos eram chamoqueados (chicoteado) pela policia, nos disparavam, então era complicado. Então depois de muitos anos, aquela petição (caderno reivindicativo) mete-se ao parlamento, na altura já no parlamento tinha outra bancada da RENAMO. Nós já tínhamos colocado a petição, mas na Assembleia da Republica tinha a bancada da FRELIMO e claro que eles não iam votar em nosso favor. Ademais, nessa bancada tinha alguns deputados que trabalharam no Ministério do Trabalho, como Makeale, Mario Sevene, Aguiar Mazula, muito ex Ministro estão lá. Então não é a pessoa que você vá a pedir apoio, se ele esta ligado ao processo e tem mão sujas não é possível esperar sua ajuda... é como o rato pedir apoio ao gato, naturalmente o gato vai comer; então dá para ver que não é por ai, não é uma aliança inteligente. Então só podíamos nos aliar com a RENAMO. A RENAMO estava descontente com a FRELIMO, nós somos descontente também com a FRELIMO. A RENAMO pegou arma para combater este regime por causa do descontentamento, nos estamos descontentes por causa disso, então havia um ponto em comum que era o descontente. uns por uma razão outros por outra, mas tudo era descontentamento, a pessoa é a mesma. Então isso levou para que houvesse essa aliança, não porque apreciamos as políticas da RENAMO, porque apreciamos a organização da RENAMO. E também era o único partido forte que poderia ajudar com*

apesar de nem todos os Magermane terem aderido à RENAMO, o uso da bandeira deste partido foi pensado da mesma forma que a bandeira dos Estados Unidos, pois a RENAMO se pensava como a única fração política capaz de fazer frente ao poder da FRELIMO. À diferença da bandeira dos Estados Unidos, a da RENAMO não é usada na atualidade. Seu uso foi, na verdade, relativamente breve, pois gerou não apenas desconforto entre a população de Maputo, mas também, no interior da organização, pois apesar de não apoiarem ao partido FRELIMO, muitos de seus integrantes também não se sentiam representados pela RENAMO. Para evitar maiores problemas desistiu-se, então, do uso desta última bandeira. Valeria à pena lembrar aqui que o sul do país é majoritariamente dominado pela FRELIMO, em detrimento da RENAMO, não só ausente, como muitas vezes odiada e mesmo associada diretamente à catástrofe material e social da guerra, ao contrário do que ocorre em algumas regiões do centro e norte do país, onde a RENAMO ainda tem sua base de apoio na população.

Em relação à bandeira da antiga RDA, devo destacar que no momento de participar pela primeira vez de uma marcha Magermane, esta foi substituída pela bandeira atual da Alemanha. Ao serem consultados sobre esta mudança de distintivo, um dos Magermane respondeu-me que a República Federal da Alemanha é também responsável pela sua situação de precariedade, e o uso então desta bandeira representa uma atualização do chamado a este país para assumir este compromisso. Em outro momento, este mesmo Magermane comentou que a bandeira da RDA estava em péssimas condições, devido ao uso contínuo e que estava sendo consertada. Por tal razão, não teria sido usada nessa marcha. Já na segunda, esta bandeira apareceu junto das da República Federal. É interessante observar que, enquanto as bandeiras da RFA foram confeccionadas nos últimos tempos, a da RDA acompanha as marchas dos Magermane desde o início, fato que pode ser observado à simples vista, ao contrastar esta bandeira pela sua palidez e desgaste frente às outras de cores vivas e em diversos tamanhos. Além do caráter identitário aglutinador que esta bandeira propõe, cabe ressaltar também sua disposição confrontativa, pois é usada para acompanhar as consignas e os cânticos ofensivos dirigidos à cúpula do poder. Neste sentido, a relação entre identidade e conflito está marcada, de maneira explícita, diferenciadamente do

influenca internacional dai em diante." (Lazaro, novembro 2008).

uso das outras duas bandeiras, as quais precisam, por um lado, de uma elaboração maior para justificar seu uso, como é o caso da bandeira dos Estados Unidos e, por outro, são usadas temporariamente para marcar uma conjuntura, uma especificidade política momentânea, como foi o caso do uso da bandeira da RENAMO¹²⁹.

Em suma, o uso de bandeiras nestas marchas contém elementos de temporalidade que se manifestam tanto de maneira estratégica como tática. Observado a partir de uma perspectiva diacrônica, podemos constatar que existe um constante processo de atualização, que por um lado procura renovar a reivindicação principal, ou seja, o direito ao reembolso das transferências de dinheiro que eles realizaram durante sua estadia como trabalhadores na Alemanha Democrática no período socialista, demarcado pelo uso contínuo da bandeira da RDA e atualizado na bandeira da RFA; e, por outro, a disposição em criar alianças efêmeras (bandeira da RENAMO) e inclusive imaginárias, como é o caso da bandeira dos Estados Unidos, cuja incorporação no imaginário Magermane só é compreensível a partir da própria lógica desta agrupação, pois qualquer analista político versado em temas internacionais e que desejasse entender o porquê de ver juntas uma bandeira da antiga RDA e outra dos Estados Unidos em uma manifestação de repúdio ao Governo, não conseguiria encontrar um vínculo à primeira vista.

Outro elemento importante de ressaltar é o fato de que em nenhuma das manifestações aparece a bandeira de Moçambique. Uma possibilidade para entender a não incorporação desta bandeira pode ser explicada através de um evento histórico, que foi o fato desta bandeira ser adotada em 1983 e, portanto, representar a FRELIMO durante todo o período socialista e que, depois do acordo geral de Paz e as primeiras eleições multipartidárias, se transformou na bandeira nacional. No entanto, o importante desta exclusão aqui é que reflete a animosidade deste grupo em relação ao Governo, mas do que qualquer interpretação que pressupunha algum antinacionalismo por parte deste grupo. Inclusive, se vinculássemos esta escolha aos relatos que os próprios Magermane constroem em suas narrativas de injustiça, parece que a preferência pela

¹²⁹ Cabe destacar que na atualidade, um número indeterminado de Magermane continua sendo adepto à RENAMO, porém, estes mesmos Magermane estão saindo aos poucos desse partido, entre alguns motivos por se sentir traídos, para engrossar as filas do atual Movimento Democrático de Moçambique. O interessante deste processo é o fato de reconhecer em muitos deles, para além da sua posição reivindicativa, também um posicionamento marcadamente político em torno da conjuntura nacional.

bandeira alemã à moçambicana constitui um ato performático que pretende visibilizar um sentimento de pertença, uma lembrança atualizada que fala de melhores tempos passados, um refúgio onde a memória iconográfica procura reconhecer-se através deste objeto com uma identidade negada e/ou marginalizada na atualidade.

Outros dispositivos identificados nas manifestações, como os cânticos e os gritos, são elementos que evocam temporalidades diversas. Aqui transcrevo alguns deles:

Em Changana:

(1) *"Ha Wa Hifela mona uhankongo Lwe"*

(2) *"Guebuza uhi dlhaele Machel uta sala uýwa... Chissano uhi dlhaele Machel uta sala uýwa... FRELIMO uhi dlhaele Machel uta sala uýwa..."*

(3) *"A vano lava ipsi guevengo"*

(4) *"A mali ya reforma vanga teka vada vanhangongo lava, va hifela mona"*

(5) *"...FRELIMO uya frelimar a kaiya wena himali le hingayitirela, loko vaku langa ou presidente uya presidir akasa ka wena himale le hingayitirela..."*¹³⁰

Em Português:

Aonde está o povo? O povo está a dormir, a serem maltratados... Acordem!!!

Guebuza, Chissano... Queremos nosso dinheiro!!! FRELIMO, Socremo... Queremos nosso dinheiro!!!

Abaixo Guebuza!!! Abaixo!!! Viva Magermane!!! Viva!!! Abaixo o Governo da FRELIMO!!! Abaixo!!! Viva Magermane!!! Viva!!!

Durante todo o percurso da marcha, tanto os cânticos como os gritos, somados aos cartazes, manifestam de maneira explícita a perspectiva a partir da qual a injustiça cometida contra o grupo é percebida, tentando, desta forma, explicar de maneira simples um conflito muito complexo. Aqui, um dos elementos de temporalidade que sobressai é o vínculo que este grupo tenciona estabelecer entre Samora Machel e os dirigentes da FRELIMO, antigos camaradas e atuais governantes. Sobretudo no que diz respeito da morte deste líder carismático da luta de libertação, colocando estes atuais

¹³⁰ (1) "Mostra-nos cinismo estes filhos-da-mãe". (2) "Guebuza mataste Machel para ficar a roubar... Chissano mataste Machel para ficar a roubar... FRELIMO mataste Machel para ficar a roubar...". (3) "Esta gente é criminosa". (4) "O nosso dinheiro da reforma comeram estes filhos-da-mãe e demonstram cinismo". (5) "...FRELIMO vai frelimar na tua casa com o dinheiro que nós trabalhamos... presidente vai presidir na tua casa com o dinheiro que nós trabalhamos...". Agradeço de coração a dona Arminda, que em paz descanse, por ter me ajudado na tradução destes cânticos.

dirigentes da FRELIMO como gente criminoso e cínica, *“Mataste a Machel para ficar a roubar”*... Neste cântico, a conotação de ordem moral é expressiva, e pretende colocar a morte de Machel como o evento que marca o quebre dos vínculos fraternais entre eles e o partido governante¹³¹, junto com desmistificar o papel emancipador destes últimos, ao tornar esta cúpula no poder, de libertadores e modernizadores do país em corruptos e vigaristas. Em outro cartaz aparece também a reclamação *“vamos morrer a defender nossos direitos”*. Esta reivindicação pode ser entendida como uma projeção, um desejo manifesto de emular o líder morto. Talvez o socialismo moçambicano só tenha existido enquanto Samora Machel viveu, então entenderíamos que este socialismo, para além de ter um forte conteúdo ideológico, teve, sobretudo, uma forte conotação moral¹³² e carismática, personificada neste líder, o qual, inclusive, é usado na atualidade como um *alter ego* onipresente que explicaria um antes e um depois do percurso histórico da nação. A frase que muitos Magermane usam na sua narrativa de injustiça *“se Machel não tivesse morrido, tudo isto não estaria a acontecer”*, fala-nos de uma linha divisória no processo de transformação social moçambicano, percebida por eles: como se este processo tivesse dependido de maneira excepcional de uma pessoa, de um indivíduo carismático e poderoso, pois se ele estivesse vivo hoje, não haveria corruptos, não haveria *aldrabice*, não haveria vigaristas, etc. *“Mataste Machel para ficar a roubar...”*. De alguma forma a morte de Machel é colocada como a grande traição, a mesma traição que sofreram eles com suas transferências. Com Machel não teriam perdido seu dinheiro, não lhes teriam roubado, em suma, não estariam passando pelo sofrimento que estão vivendo e não estariam na precária situação na qual se encontram.

Outro elemento de temporalidade, de forte caráter moral, o constitui a exigência expressa do pagamento de sua reforma (aposentadoria). *“O nosso dinheiro da reforma*

¹³¹ Jaime Matola, assim como muitos dos Magermane com quem tive a oportunidade de conversar sobre este evento, fez questão de se auto-intitular pioneiro de Machel.

¹³² A figura de Samora Machel pode ser pensada também como um dispositivo que ativa mecanismos de inclusão e exclusão, e inclusive até de auto exclusão. Não obstante, o que realça a presença de Samora Machel como dispositivo é a força integradora que ainda possui no imaginário coletivo de Moçambique. Machel é usado para desaprovar e rejeitar a corrupção existente, por representar este uma conduta irrepreensível no seu tempo, em contraposição a alguns quadros ou personalidades contemporâneos; é usado com o propósito de marcar tempos específicos, um antes e um depois... “em tempos de Machel isto não acontecia”, enfim, a morte de Machel continua explicando inexoravelmente a atualidade moçambicana. Não é de surpreender, então, que os Magermane incorporem a imagem de Samora Machel nas suas reivindicações, sobretudo se entendemos que eles foram enviados precisamente por este líder para Alemanha.

comeram estes filhos-da-mãe, e demonstram cinismo”... Uma possível causa que pode explicar o fato de privilegiar a devolução do dinheiro de sua aposentadoria e não – de modo geral - das transferências, cuja totalidade ainda não foi reembolsada de maneira íntegra, seria interpelar uma prática de conhecimento geral relacionada à situação de irregularidade (morosidade no pagamento e desvio de dinheiro) do sistema de segurança social moçambicano, instituição relativamente jovem (1989) na sua forma atual. Este fato, unido ao elemento “idade”, joga aqui um papel fundamental¹³³. Em todo momento, a força da reivindicação foi centrada na devolução do dinheiro como um ato de justiça... *“Devolvam a nossa dignidade!”*... *“Queremos nossos direitos!”*...¹³⁴ Aqui *dignidade* e *direitos* ocupam de maneira eufemística o lugar do dinheiro. Uma possível interpretação para esta metáfora seria entender que hoje em dia parece mais fácil apelar ao direito de reforma, precisamente colocando de maneira explícita a avançada idade dos requisitantes e, desta maneira, criar um vínculo no imaginário tradicional de respeito aos mais velhos. Entende-se este fato quando estes confrontam as poucas propostas de inserção no mundo do trabalho vindas da parte do Governo. A última destas foi feita durante o período que durou minha primeira estadia em Maputo e consistiu em enviar os Magermane para trabalhar na extração, entre outros, de titânio em “Areias Pesadas” na região do Chibuto, na província de Gaza¹³⁵. Dias depois de o anúncio ter aparecido no jornal “Notícias”¹³⁶, o cartaz que liderava a marcha se intitulava *“Primeiro Salários, Areias Pesadas, só Depois!”*. A necessária atualização da

¹³³ A idade média exigida para trabalhar na Alemanha era de aproximadamente 22 anos (entre 18 e 25 anos). Hoje em dia nós encontramos indivíduos cuja idade oscila entre 40 e 50 anos. As possibilidades de encontrar hoje um trabalho formal e seguro para estes indivíduos - homens e mulheres – da mesma maneira que para a maioria da população em esta faixa etária, são quase inexistentes.

¹³⁴ Em relação ao primeiro cartaz, Zeca Cossa, presidente da atual Associação, deu a seguinte explicação: *“Somos vítimas do sistema, levaram-nos para Alemanha, não pudemos estudar. Comeram os nossos salários. Agora estamos pobres e ainda somos marginalizados, somos chamados «madgermen». Nós queremos que nos devolvam a dignidade para sermos tratados como todos os cidadãos, sem distinção”*.

¹³⁵ Outro momento foi relatado também por Jaime Matola e fazia referência ao desejo do Governo em enviar os Magermane para trabalhar em Dubai. Parece que estas duas propostas de “reinserção” laboral apontavam, sobretudo, uma tentativa de abafamento da luta reivindicativa deste grupo, enviando-lhes para fora do país.

¹³⁶ O jornal Notícias publicou com o título de *Areias pesadas poderá empregar ex-mineiros e “madgermane”*, na pequena nota se explicava o anúncio da Ministra do Trabalho naquela altura, Helena Taipo, o qual segundo o jornal *“A escolha destes dois grupos sócio-laborais deve-se ao seu reconhecido grau de competência profissional e experiência sobre a matéria enquanto trabalhadores no exterior. Tal pedido foi acolhido satisfatoriamente pela direcção da empresa. O mesmo foi apresentado ontem, no decurso de uma audiência que Helena Taipo concedeu à direcção da empresa, encontro que serviu para a apresentação do projecto e do seu ponto de situação, na perspectiva de busca de parceria e assessoria técnico-legal no aspecto da legislação laboral do país.”* Jornal Notícias, 19.09.2007

reivindicação, desta vez explicitando que o problema é de ordem monetária, coloca manifestadamente que a questão da idade é um elemento importante no imaginário Magermane, principalmente porque vincula elementos de um mundo tido por tradicional - como é a questão da herança, e por tanto o sentido que adquire nesta circunstância, o problema da sucessão da vida - com elementos entendidos como modernos, associados à restituição da sua dignidade e à recuperação dos seus direitos cidadãos, através da devolução do dinheiro da reforma.

Diferente do que ocorreu em minha última viagem a Maputo, entre novembro de 2008 e março de 2009, os Magermane realizaram apenas uma marcha pela cidade durante toda minha estadia, uma semana após as eleições autárquicas (19 de novembro de 2008), na qual a FRELIMO, partido governante, obteve a maioria em todo o país, acabando de vez com seu oponente político mais forte, a RENAMO. Diferentemente das outras marchas, esta começou mais tarde e tinha menos pessoas que o habitual. Um aspecto importante foi a ausência das mulheres. Os cartazes eram novos e menos sofisticados, sendo na maioria dos casos feitos de papelão rasgado com a mão. Porém, os textos estavam atualizados e continham bordões relacionados à conjuntura eleitoral passada. O início da marcha foi abençoado pela mesma senhora que fez a oração em changana. Contei 72 participantes (antes eram entre 100 e 200) formados agora apenas em duas filas (antes eram três). A marcha se iniciou com o bordão *“a FRELIMO venceu à RENAMO, mas não acabou com Magermane”*, em alusão aos resultados das eleições autárquicas em que a FRELIMO conquistou as 43 assembleias municipais e 42 presidências dessas assembleias, restando apenas uma, a da Beira, conquistada por Daviz Simango¹³⁷, como independente.

Esta constante atualização é um sinal distintivo da luta Magermane. Centrada principalmente na exigência da restituição dos seus direitos lesados. Através do reembolso integral do capital gerado por anos de trabalho árduo na Alemanha, o grupo delimita o território do justo e do injusto na sua própria lógica, e com isto delimita

¹³⁷ Daviz Mbepo Simango, político moçambicano muito carismático, atual Presidente do Conselho Municipal da Beira, no centro do país. Um dos filhos do ex-Vice-presidente da Frente de Libertação de Moçambique, Urias Simango. Este último é uma emblemática e controversa figura da luta de libertação moçambicana. Pastor protestante, oriundo da Beira, foi executado pela FRELIMO sob acusações de traição. Daviz Simango, foi membro do Partido de Convenção Nacional (PCN) e da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Fundou o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) em 2008, depois de ser excluído pela direção da RENAMO para concorrer às eleições autárquicas desse ano.

também seus aliados e inimigos. Manifesta também a intransigência de um ressentimento construído através dos anos de conflito, tornando-se em um ícone, aceito e rejeitado ao mesmo tempo, em um ponto de referência que reflete de maneira metafórica o estado da realidade social vivida pela maioria dos moçambicanos. Estas marchas também atuam como um barômetro social no interior do Movimento. A sua ausência nas ruas da cidade, não denota apatia ou conformismo, pelo contrário, é um significante da efervescência que o conflito pode chegar a ter no interior desta formação social. A traição de Mahuaie, explicada no capítulo anterior, apontou, entre outros objetivos, a desmobilização e a desmoralização da luta destes Magermane¹³⁸. No entanto, em 2010 estas marchas voltaram às ruas e, desta vez, com muita mais presença, quase a mesma que caracterizaram as marchas de 2003 e 2004, com Mahuaie à frente.

2.3 “O processo”: o complicado caminho entre o político e o legal

Até aqui nosso esforço concentrou-se basicamente em tentar descrever reflexivamente um dos dispositivos de visibilidade mais importantes dos Magermane. Desenvolvido como coletivo, durante todos estes anos, tentamos mostrar sua versatilidade em termos de atualização, assim como sua dinâmica interna. Tentou-se, ademais, em um esforço quase arqueológico, e não isento de lacunas e parcialidade, reconstruir 20 anos da luta reivindicativa iniciada em 1990, tanto a partir do cotidiano na Base como a través das suas marchas. Uma luta cujo caráter marcadamente identitário obrigou-nos a refletir relacionalmente em torno dos mecanismos de inclusão e exclusão e as formas de percepção e classificação dos eventos envolvidos na produção dos diversos ressentimentos encontrados neste espaço, como também da sua memória

¹³⁸ Em julho de 2007, o Conselho Municipal da cidade de Maputo interditou a marcha, alegando irregularidades na petição. O jornal Notícias publicou a notícia e aproveitou para entrevistar Alberto Mahuaie. Este manifestou: *"se o grupo pretende realizar uma manifestação, faça-o por conta e risco próprios, evocando outros argumentos e sem meter o nome dos regressados [...] Todos vão receber o seu dinheiro. É só uma questão de terem a paciência de esperar até que sejam corrigidas as infracções detectadas. Todos vão receber o seu dinheiro. O nosso apelo é que as pessoas não se deixem abalar pelas falsas informações propaladas por gente de agenda obscura, porque o fórum é que é o legítimo representante dos interesses dos regressados, o único interlocutor válido junto do Governo. Todos os outros, são grupos que não passam disso, com os quais é preciso ter cuidado."* Jornal Notícias: "Queriam marchar pelas ruas da capital: Município indefere pedido de `madjermane`". Em 13/07/2007.

política conflitante.

No entanto, precisamos agora adentrar-nos nos domínios de um espaço de ação política quase desconhecido pela maioria da população, um espaço mais restrito devido a maneira como este veio se configurando e que, pelas suas características próprias, só permite o acesso a quem domina sua linguagem. Estou me referindo a aquilo que foi e ainda é definido por eles como “o processo”. Neste sentido, tentaremos desglosar um intrincado caminho de ação política pela consecução do reconhecimento e autonomia em uma arena nem sempre fácil, e nem sempre expedita: a Assembléia da República.

O “mito de origem” do conflito entre estes trabalhadores e a FRELIMO sustenta-se, como já descrevemos anteriormente, na acusação de parte dos Magermane do desvio e/ou roubo, por parte da FRELIMO (funcionários do Governo) para benefício e enriquecimento individual, das transferências de dinheiro que estes trabalhadores teriam enviado, durante sua permanência na Alemanha. A expressão “mito” é proposta aqui em relação ao fato de não existir uma “história oficial” em torno deste evento e, portanto, somos obrigados a confrontarmos com as interpretações que existem dele¹³⁹. Pode parecer exagerado o uso deste termo, no entanto, o fato de não existir até hoje esta “história oficial”, ou seja, um relato consensual devidamente registrado em que apareçam os sujeitos claramente definidos, assim como suas ações e responsabilidades, abre um espaço de disputa onde as diversas versões concorrerão pela validade e veracidade dos seus argumentos. Este aspecto é importante, pois se desembrulha num contexto mais abrangente, caracterizado por essa constante de contestação que diversos grupos sociais e políticos exercem frente ao partido no poder.

O que se pretende aqui é, primeiramente, reconstruir a maneira como se estruturam os relatos de denúncias e acusações que constituem as “narrativas de injustiça” dos Magermane, a partir dos cadernos reivindicativos elaborados por eles próprios¹⁴⁰. Ao mesmo tempo, descrever as práticas, de ação política, desenvolvidas em

¹³⁹ Neste sentido reivindico a noção de mito que Gluckman utiliza, usando a experiência de Malinowski: *“De aquí él dedujo que un mito podía ser muy bien no una respuesta intelectual de los hombres perplejos por los misterios del mundo, sino una “carta social” para definir los derechos y privilegios de ciertos grupos y personas sobre determinadas posiciones de poder social y derechos especiales de propiedad.”*, em Gluckman, Max: Política, derecho y ritual en la sociedad tribal. Madrid: Akal Editor, 1978. p. 45.

¹⁴⁰ Deve-se destacar que estas informações conformam um total de 404 folhas, entre pedidos de audiências, argumentações, extratos bancários, informes de entidades governamentais e financeiras, depoimentos de casos individuais, etc. Todas elas, informações oficiais, reunidas nos cadernos reivindicativos confeccionados pelos próprios ex-trabalhadores desde 2001

relação à instituição do Estado moçambicano, que segundo eles, seria o sujeito interventor mais idôneo para arbitrar esta disputa: a Assembléia da República. Esta instância foi percebida como único espaço político, para acionar a dissidência contra o Governo. Parece-nos importante lembrar que desde o início eles perceberam que sua reivindicação só teria o impacto desejado se fosse formulada em conjunto e organizadamente. Sobretudo, se considerarmos que a quantia de dinheiro exigida, variava de acordo com o tempo trabalhado por cada um na Alemanha. Este aspecto é significativo, na medida em que subordina as múltiplas diferenças deste heterogêneo grupo a um discurso unificado, e orienta esta luta pelo reconhecimento coletivo em função de recuperar o status social e material por eles adquiridos na Alemanha, condicionando esta recuperação, quase exclusivamente, ao reembolso integral do capital transferido.

Assim sendo, devemos lembrar que o momento do retorno foi inesperadamente rápido e massivo. Entre outubro e dezembro de 1990 retornaram um universo de quase 13 dos cerca de 16 mil e quinhentos trabalhadores empregados nas fábricas alemãs. No entanto, o aspecto mais significativo para poder entendê-lo, foi que este retorno, mesmo acelerado e muitas vezes caótico, abriu o caminho para práticas liminares de toda ordem, tanto no interior da população de Maputo, como de parte dos funcionários bancários, do transporte e do próprio Ministério do Trabalho, todos estes indivíduos percebidos pelos ex-trabalhadores como representantes do Governo e, portanto, da FRELIMO. De outro lado, a percepção da população foi se moldando de alguma maneira à falta generalizada de informação em torno destes retornados e sua reivindicação. A pouca informação era passada pelos órgãos informativos oficiais, que dentro da lógica de entendimento deste ex-trabalhadores foram vistas, com frequência, como órgãos do partido, e, portanto de pouca credibilidade. Esta percepção foi construída, principalmente, porque as notícias publicadas foram sempre imprecisas e muitas vezes se omitiam detalhes importantes para a compreensão da abrangência do problema, e outras muitas percepções se associaram a estas, de maneira voluntária ou involuntária, como foi o caso de representar a presença destes trabalhadores relacionada ao aumento da criminalidade na capital.

A sensação de total incerteza e de estar sendo injustiçados, nesta camada de

jovens recém retornados, foi se moldando também num ambiente contraditório. "Acarinhados" por um lado, invejados e discriminados por outro, vítimas da arbitrariedade institucional e acusados de revoltosos e confusos pela população. Todas estas situações acontecendo simultaneamente revelavam que de alguma forma alguém devia ser responsabilizado. Na visão deles, o responsável pela sua contínua degradação social não podia ser outro que não o próprio Governo, afinal, foi o Governo que os levou para a Alemanha, e era, portanto, o Governo quem devia resolver o problema da reinserção, assim como também reembolsar as transferências feitas durante todo este processo de migração. Mas não apenas isso, o governo deveria também reembolsar o dinheiro da segurança social descontados mensalmente e as remessas dos trabalhadores que antes de 1986 teriam enviado para o país. Diferentemente dos mineiros que trabalhavam na África do Sul, foi o Ministério do Trabalho e não uma agência privada (WENELA, hoje TEBA), quem os tinha recrutado e enviado para a Alemanha, na óptica destes ex-trabalhadores fora a FRELIMO quem descontou os 60% do salário, assim como muitos outros valores, e era exatamente aí que deveria endereçar suas reivindicações.

Como já apontávamos, as primeiras tentativas de negociação foram feitas diretamente com o Ministério do Trabalho. O fato é que até o ano 2000, não existe uma informação concreta em torno dos valores recebidos por estes trabalhadores, nem de parte do Ministério do Trabalho, nem dos próprios Magermane, alimentando assim tanto a percepção um tanto suspicaz da população, como as narrativas de injustiça dos próprios ex-trabalhadores. Estas informações só começaram a ser fornecidas, de maneira geral, a partir de 1999, com a entrada do primeiro caderno reivindicativo na Assembléia da República, elaborado pelos Magermane. Até essa data, a informação relativa aos descontos de cada trabalhador, reunida nos mapas salariais coletados na ocasião do retorno destes, e armazenados atualmente nos arquivos do Ministério do Trabalho, fora, ora negada diretamente, alegando desconhecimento dos pedidos de audiência por parte destes ex-trabalhadores, ora simplesmente desconsideradas e esquecidas em algum gabinete do Ministério. No entanto, frente à pressão que este grupo foi exercendo, o Ministério viu-se obrigado a responder finalmente à suas petições. Das poucas respostas provenientes do Ministério, alguns aspectos que

ressaltam são o grau de imprecisão e, por vezes, manifesto desconhecimento do acordo de 1979, assim como dos protocolos de 1985 e 1990¹⁴¹, assinados pelo próprio Ministério. Por outro lado, a maneira particular de interpretar estes acordos, por parte do Ministério, contidas nas respostas enviadas à coordenação do *grupo de pressão*, deixou em evidência certo autoritarismo e arrogância em face aos seus interlocutores, atitudes que logo terão conseqüências para a própria imagem do Governo em torno deste conflito, precisamente quando a Assembléia da República entra em cena, chamada pelos Magermane a intervir e arbitrar sobre este diferendo. Paralelamente, o acesso aos documentos que contêm os acordos e protocolos assinados pelo Governo de Moçambique e a RDA, com os quais foram confeccionados os cadernos reivindicativos, só foi possível mediante os diversos contatos e alianças que alguns Magermane foram desenvolvendo ao longo do tempo¹⁴². Este aspecto é substantivo, na medida em que interpela este processo de marginalização vivido coletivamente, ao revelar a existência de indivíduos no interior do grupo com um capital social – e em alguns casos também cultural – suficiente para estabelecer vínculos com outros setores e indivíduos dentro de uma elite, percebida pela maioria Magermane como extremamente excludente.

A partir desse momento, a reivindicação que parecia flutuar dentro de um universo social de ordem estritamente laboral, assumirá os contornos de uma ação política, a qual tentará subverter a versão dominante em torno do “mito de origem” neste conflito, interpelando a história oficial do Governo mediante sua própria versão. Os Magermane ocuparam, à revelia e de maneira consciente, um espaço de domínio político que até

¹⁴¹ Aqui estamos falando dos seguintes documentos oficiais, assinados pelo governo Moçambicano:

- Abkommen zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werktätiger in sozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik (vom 24. Februar 1979)

- Protokoll über die Änderung und Ergänzung des Abkommens zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werktätiger in sozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik vom 24. Februar 1979 (vom 23.9.1985)

- Protokoll über die Änderung und Ergänzung des Abkommens zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werktätiger in sozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik vom 24. Februar 1979 (vom 28.5.1990)

¹⁴² No seu trabalho de finalização de curso em sociologia, Lucas Canjale (2007) atribua uma enorme importância para a elaboração dos cadernos reivindicativos, à informação fornecida pelas empresas alemãs, sobretudo em relação ao pedido de segunda via dos mapas salariais dos trabalhadores, mantidas nos arquivos das instituições públicas encarregadas da segurança social alemã. (Canjale, Lucas Xavier: 2007).

esse momento era privilégio do partido no poder e seus oponentes organizados em outros partidos. Inicia-se assim um processo de disputa mais político, coincidindo também com a escalada de ações mais ousadas contra a governância frelimista, obrigando ao ministério a se posicionar no sentido de reconhecer a presença deste coletivo como interlocutor válido diante de um desfecho negociado do diferendo e não mais como depositários passivos - afetados - das decisões do Governo. Mas também obrigando a si próprio, como coletivo, a se reposicionar e, ao mesmo tempo, reorientar a estratégia seguida até esse momento. Este novo posicionamento vai significar um processo interno de aprendizagem, principalmente na área jurídica, mas, sobretudo, administrativa, no sentido de entender e aplicar as formalidades exigidas pela institucionalidade interposta pelo seu adversário, para esse tipo de negociações. Vai significar também a necessidade de formar um grupo de especialistas no interior do coletivo, um grupo de especialistas que se caracterizará pelo amplo e visível monopólio da informação em torno das negociações, em relação à grande e heterogênea massa de ex-trabalhadores.

Os primeiros passos nessa direção serão dados com a constituição do Fórum dos regressados no Jardim 28 de Maio, como o teto coordenador das diversas iniciativas associativistas, até este momento, promovidas por estes ex-trabalhadores, tanto na capital, como também nas províncias. Uma das características que mais sobressai desta configuração organizativa é que, à diferença das outras tentativas, o Fórum foi pensado para agir apenas como representante e órgão consultivo das diversas agrupações, tanto em Maputo como nas províncias, e frente ao Governo, sem por isso ter que legalizá-lo e assim evitar o enquadramento que as anteriores a esta (MONARDA¹⁴³, ADECOMA, AMAL) teriam sofrido, ao deixar que seus representantes se subordinassem às políticas propostas pelo partido FRELIMO. Certo é que a liderança deste Fórum¹⁴⁴ acabou sendo também cooptada pelo Governo, exatamente no momento em que Mahuaie, à revelia da maioria, transformou esta instancia consultiva em uma figura jurídica (FORTMORD), ao pedir e receber reconhecimento legal de parte

¹⁴³ Porém, como vimos no capítulo anterior, Esta associação passou, em 2007, por um processo de reapropriação e “depuração” em relação aos corruptos, por parte do setor dissidente, o qual constituía a maioria dos representado na região centro, mas especificamente a Beira.

¹⁴⁴ Devemos salientar aqui que a conformação da liderança do Fórum, não foi sempre expedita nem fácil. Canjale (2007), descreve este processo de constituição das lideranças atravessado por uma serie de incongruências e dificuldades de índole diversa (CANJALE ; 2007: 55)

do próprio Governo.

Outra característica sobressalente desta nova estratégia foi que a partir deste Fórum concentrou-se a documentação e a diversa informação espalhada entre os ex-trabalhadores, em torno da reivindicação e, desta maneira foi sistematizada, usando como pauta a legislação rubricada nos acordos e protocolos oficiais que deram forma e sentido a esta migração trabalhista, nutrindo assim a base - e a força, ao mesmo tempo - argumentativa das narrativas de injustiça que os Magermane vêm elaborando desde 1990, para confrontar e também, da mesma forma, romper com o monopólio informativo que o governo teria construído em torno do seu caso. Desta vez, o Fórum nascia, na prática política, para articular as experiências de organização acumuladas e operacionalizar a luta reivindicativa, em torno da informação reunida para contestar esta versão governamental sobre o mito de origem do conflito, o que derivaria na entrega do primeiro caderno reivindicativo apresentado à Comissão de Petições da AR, em 1999, e o qual, por sua vez, constituíra a origem do chamado “processo”, que terá seus primeiros frutos na Resolução 11/2003.

Não obstante, creio necessário deter-nos um momento, e dedicar um tempo a algumas reações um tanto controversas, provocadas pelo ingresso à AR deste primeiro caderno reivindicativo, sobretudo porque deixa ao descoberto o grau de complexidade que o conflito teria alcançado ao se iniciar o “processo”. Devemos salientar que a introdução deste caderno, levou, pela primeira vez, à criação de uma comissão parlamentar interpartidária, a qual realizou, entre dezembro de 1999 e maio de 2003, uma investigação que incluiu, entre outros, inquéritos ao governo alemão e instituições do Estado moçambicano, como o Banco de Moçambique e Ministério do Trabalho, exigindo os respectivos posicionamentos em torno das questões colocadas pelo Fórum. Os documentos emanados destes inquéritos dão conta de versões encontradas a nível institucional e oficial, no que diz respeito das respostas proporcionadas pelas respectivas partes. A mais gravitante diz respeito dos valores enviados por Alemanha e rubricados no documento enviado pelo Ministério Federal das Finanças em 2002¹⁴⁵, no

¹⁴⁵ Trata-se do “Resumo das transferências de salário e seguro social” do Ministério Federal das Finanças, Direção de Serviços VII A 4, de 08 de outubro de 2002 (págs 7 - 13). Anexado como documento nas “Respostas ao questionário da comissão de petições do Parlamento moçambicano, em vista ao esclarecimento das reivindicações dos ex-trabalhadores moçambicanos contratados na RDA” enviadas pelo Ministério do Exterior alemão, através da Embaixada da República Federal Alemã em Maputo. Pol 321 58/10, Nota N° 192/2002, do 20 de dezembro de 2002

qual aparecem os envios das transferências, discriminadas por ano e por número de conta (special-account), somando um total de mais de US\$92 milhões de dólares. Dos quais um pouco mais de US\$18 milhões corresponderiam as transferências da previdência social (seguro social) e os restantes US\$74 milhões por conceito dos 25% e 60% (de 1982 a 1990) dos descontos do salário, respectivamente.

Certo é que esta informação entregou apenas valores totais, argumentando não possuir os mapas salariais individuais, com os quais seria possível compreender quanto dinheiro corresponderia a cada um deles¹⁴⁶. Estes mapas, segundo o governo alemão, estariam em poder do governo moçambicano e teriam sido entregues pelas respectivas empresas onde estiveram ocupados estes trabalhadores. Também confirmou a existências de cobro e pagamento dos outros valores, como do seguro de saúde, do subsídio de família (Trennungsgeld) e de criança (Kindergeld), entre outros. Mas também não especificou a estrutura nem funcionamento destes vencimentos. Desta forma, involuntariamente ou não, esta resposta do governo alemão, desarmou a versão oficial do governo moçambicano, a qual insistia no fato destes trabalhadores não terem mais nada a receber. Porém, ao não entregar maior informação em torno de como discriminar estas quantias de dinheiro, deixou aberto um espaço para a especulação, o qual, por sua vez, contribuirá para a complexificação do debate. Esta atitude pode ser explicada no sentido do governo da Alemanha Federal, basicamente, querer sair do foco do debate, transferindo não apenas os dinheiros para Moçambique, senão ademais transferindo a responsabilidade exclusiva, para um desfecho real do diferendo, às partes conflitantes neste país¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Em relação a estes mapas salariais, devemos lembrar que se trata de um documento oficial que foi tirado dos trabalhadores ao momento da chegada deles ao país. A importância deste documento radica no fato de conter a discriminação dos salários, prêmios e descontos alistados para cada trabalhador. De todos, este seria o documento mais comprobatório da relação contratual entre estes trabalhadores e as empresas alemãs onde foram ocupados. No artigo VII, números 6 a 13, das diretrizes emanadas do Staatssekretariat für Arbeit und Löhne (Ministério do trabalho da RDA), aparecem detalhada as obrigações e medidas que cada empresa devia implementar para incorporar estes moçambicanos à empresa, mas também regulamentava direitos e deveres em torno do salário tanto para empresa como para trabalhador. (vide: Richtlinien für die Einsatzbetriebe zur Durchführung des Abkommens vom 24. Februar 1979 zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werkträger insozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik. BstU Archiv der Zentralstelle MfS – HA II, Nr. 32490, 00116 - 00131) De acordo com o número 13 deste capítulo, a empresa era obrigada a despachar um mapa salarial especificando o vencimento bruto e neto, assim como descontos e subsídios, mas também as quantias em torno das transferências e descontos do seguro social que cada trabalhador fazia anualmente. O manifesto desconhecimento deste documento por parte do governo alemão, deixa entrever o desejo deste governo de se marginalizar do debate, talvez com a intenção de não ser responsabilizado.

¹⁴⁷ Existe ainda muita especulação respeito dos motivos pelos quais a Alemanha Federal ficou fora do conflito. Certo

A versão governamental, por sua vez, estranhamente não entrega nenhum documento especificando valores discriminados, no entanto reconhece e assume, não sem um manifesto desconforto, o fato de ter recebido os descontos tanto facultativos quanto obrigatórios. Porém é de particular importância, o fato de omitir quaisquer informações em torno do paradeiro destas transferências. Apenas um parágrafo que explica que os valores destas transferências, alegadamente reembolsadas aos ex-trabalhadores retornados, teriam sido calculados pelo Banco de Moçambique no momento da entrada ao país, e por efeitos da galopante inflação que afetava o país naquela altura, estes valores teriam se desvalorizado. Com esta argumentação tentou justificar as diferenças substanciais entre os montantes exigidos pelos ex-trabalhadores e os realmente recebidos por eles nos anos 90. Outro fato relevante neste posicionamento, é que todas as instâncias governamentais, chamadas a se manifestar através do inquérito parlamentar, concentraram sua argumentação quase exclusivamente nos valores do, a partir daí, chamado deliberadamente “seguro social”¹⁴⁸, nomeadamente os US\$18 milhões enviados pelo governo alemão. Para o caso deste montante, ao revisar as respostas do inquérito, este ponto é o único que parece possuir um argumento “endossado” de parte do Ministério, em torno do paradeiro destes valores. Tentando interpretar este posicionamento governamental, parece-nos que a intenção aqui é reduzir a complexidade e abrangência do conflito a uns poucos e “controláveis” pontos e o resto deixá-lo à especulação (transferências, indenizações, etc). O Ministério argumenta que, por um lado, a situação de guerra que afetou as finanças de forma geral, obrigou ao governo a usar esse dinheiro para custear as passagens de volta e hospedagem dos ex-trabalhadores quando do retorno

é que esta atitude continua sendo contestada pelos Magermane devido a que, ao se afastar como parte negociadora, tirou qualquer possibilidade destes ex-trabalhadores, de aceder a informações relativas aos montantes percebidos individualmente, ficando a mercê das informações unilaterais monopolizadas no Ministério do trabalho moçambicano.

¹⁴⁸ Neste ponto precisamos esclarecer que o chamado seguro de saúde (Krankenversicherung) e o seguro social (Sozialversicherung) são dois seguros completamente diferenciados na RDA e cobrem aspectos sociais diferentes dos trabalhadores. O seguro de saúde era parte do chamado Staatliche Versicherung der DDR (Seguro Estatal da RDA) e consistia no desconto de uma quantia fixa que era cobrada mensalmente e cobria as despesas em caso de doença, acidentes, danos materiais a terceiros, etc. Já o seguro social era administrado pela confederação de trabalhadores da RDA (FDGB) e consistia no desconto mensal de aprox. 20 % do salário bruto de cada trabalhador (dos quais a metade correspondia ao salário do trabalhador e outra metade ao empregador). Talvez uma tentativa explicatória desta não diferenciação seja o fato de que em Moçambique até antes de 1989 não existisse nenhum sistema de previdência social, nem menos um sistema de seguro de saúde, comparável com o da RDA.

destes da RDA. Mas também, que parte desse dinheiro teria sido usada para a criação de um programa de reintegração social junto do governo alemão.

Resumidamente, podemos abstrair desta argumentação, que as causas dos problemas em torno das transferências e valores, estariam colocadas como sendo de origem alheia (inflação, guerra, entre outros), e por tanto as respostas deste conflito deveriam ser procuradas fora do âmbito de responsabilidade do governo. Certo é que a própria argumentação usa informações que não aparecem “regulamentadas” em nenhum dos acordos e protocolos assinados entre os dois países. Desta forma, se aproveita o espaço aberto pela imprecisão argumentativa da parte alemã para a especulação e, do mesmo modo, se justifica a criação de novas regras para definir o que é passivo de negociação. De outro lado, e em relação aos mapas salariais, inicialmente o governo moçambicano negou a existência destes, logo reconheceu sua existência (a partir da informação entregue pelo governo alemão), mas argumentou tê-los perdido com as cheias de 2000 (outra causa alheia). Paradoxalmente, e a partir da resolução 11/2003, o mesmo governo, promete “corrigir”¹⁴⁹ estes mapas inexistentes.

Na atualidade os esforços da ATMA, em nome das outras associações provinciais, estão concentrados em reinstalar o debate na AR, principalmente porque segundo eles, as promessas de parte do governo de dar solução a suas reivindicações, tomando como guia a Resolução 11/2003, até hoje não foram cumpridas. No capítulo anterior tentamos descrever pontualmente o emaranhado conflito em torno dos dinheiros da SOCREMO. Nesta parte, tentaremos abranger, de maneira sucinta, os outros aspectos relativos aos demais valores contidos na resolução. O propósito aqui é demonstrar que a busca pela objetividade, pelo fático, nem sempre depende do comprobatório e, talvez, muito mais de saber se inserir e desenvolver no emaranhado tecido das relações de poder, construídas historicamente. Neste caso, os esforços por sustentar e defender a veracidade e pertinência da reivindicação, a pesar de ter sido reconhecida legalmente, terá que lidar com questões de outra ordem, como por exemplo, a manifesta falta de vontade política do partido no poder para canalizar a resolução do conflito, de maneira expedita, e junto com isso, tentar controlar o mundo dos boatos e

¹⁴⁹ Esta correção foi proposta nas recomendações da AR ao governo através da Resolução, e diz respeito de transformar os saldos depositados em dólares, por parte do governo alemão, no dia em que os trabalhadores deviam receber esse dinheiro e não no momento da entrada no Banco de Moçambique

rumores, alimentados pela especulação promovida também pelas instancias do poder.

Neste sentido, concentraremos nosso esforço em desglosar alguns eventos provocados pelo posicionamento definitivo do governo, e que a Ministra do Trabalho, no dia 12 de dezembro de 2005, fez público anunciando assim o encerramento do chamado “dossiê Magermane”. Em um documento de três páginas, a Ministra enumera uma serie de resoluções em torno ao reembolso dos valores debitados aos Magermane, concluindo que os valores a serem reembolsados ascenderiam a um montante de US\$ 48 milhões. São dois os valores que queremos salientar aqui, o primeiro que diz respeito da correção dos mapas salariais, na ordem de US\$33 milhões, a partir da modificação que o governo fez da aplicação da taxa de câmbio ao dia em que estes receberiam seu salário. O segundo diz respeito dos valores em torno do seguro social (US\$18 milhões) dos quais entre 2003 e 2004 teriam sido pagos cerca de US\$10 milhões a um universo de 15477 trabalhadores inscritos, faltando apenas reembolsar US\$ 367.880,60 a um numero de 568 trabalhadores restantes.

Antes desta declaração oficial, ou seja, entre a publicação da Resolução 11/2003 e o posicionamento oficial do governo através da declaração da Ministra, o que se tinha eram apenas as informações aparecidas nos jornais, especificamente no jornal “Noticias”, das quais destacamos as seguintes: *“Madjermane – Reembolsos absorvem mais de 113 bilhões”* (23/10/2003) fazendo alusão aos valores em torno do seguro social supostamente já pagos aos ex-trabalhadores entre maio e outubro de 2003¹⁵⁰. Quatro meses depois, no mesmo jornal aparece publicado o seguinte: *“Seis mil ‘madjermane’ recebem quarta tranche”* (17/02/2004), nesta noticia o jornal menciona não possuir informação em relação ao montante a ser pago, mas que *“11252 ex-trabalhadores da antiga Alemanha Democrática, que vêm recebendo os valores a que têm direito em cinco prestações que começaram a vencer em fevereiro do ano passado (2003)”*. Em Junho de 2004, o mesmo jornal publica a seguinte noticia: *“Já foram pagos mais de 165 milhões”* (30/junho/2004), fazendo uso da informação entregue pelo diretor nacional de Planificação e Estatística de Trabalho naquele momento, Sr. Abílio Mussame, os Magermane já teriam recebido em quatro tranches e estariam prestes a

¹⁵⁰ A mesma noticia é anunciado que os 11.252 Magermane “apurados num recenseamento levado a cabo em Setembro de 2001 já têm em mão os cheques correspondentes ao total dos valores que têm a receber” (Jornal Noticias 23/10/2003, material fotocopiado)

receber a quinta e *última* tranche em agosto desse ano. Em Julho do mesmo ano, o mesmo jornal, publica o seguinte: “*PR (Presidente da República) instrui Governo para resolver reivindicações dos 'magermane'”* (07/07/2004), devemos lembrar que se passaram já um ano e dois meses desde a resolução, no entanto esta notícia aponta para outra informação: “*De acordo com o Presidente da AR, os antigos trabalhadores moçambicanos na ex-RDA acham-se com direito ao pagamento de um total de 22 bilhões de dólares norte-americanos*”, explicando logo que o mesmo Presidente da AR teria insistido que até esse momento o valor em causa seria de US\$ 7,5 milhões por conceito do seguro social.

Um dado importante para o período em questão: a mudança para a nova moeda (Metical da nova família) foi realizada só em 2006 (1º de julho), por tanto os valores dos quais estamos falando, são valores que necessitam ser precisados¹⁵¹, principalmente em relação ao cambio vigente no período, precisamente porque esta questão é um dos pontos mais controversos na disputa pelos reembolsos. A animosidade dos Magermane em relação ao jornal “Notícias” se construiu precisamente a partir destas informações publicadas pelo jornal. Nenhuma das suas publicações faz referencia às irregularidades dos pagamentos reclamadas pelos Magermane. Da forma como estas notícias estão elaboradas, parecem apontar apenas numa direção: fazer público que o governo estaria reembolsando e estes ex-trabalhadores. Porém, no próprio universo Magermane existe um desconhecimento massificado em torno da origem desses dinheiros, pois apesar do governo anunciar que se trata do dinheiro do seguro social, a maneira como este dinheiro esta sendo reembolsado, na maioria dos casos, é feita sob uma lógica de cálculo aleatória, provocando desta forma que os valores não coincidam com o que cada ex-trabalhador teria direito¹⁵².

¹⁵¹ Nesta altura em promédio o valor do dólar era de 22.030 MZM. No momento da transformação do metical na nova família a operação que se realizou foi de tirar três zeros ao valor da moeda mesma, ou seja 1.000 MZM = 1 MZN. Visto desta maneira, temos que pensar que os mencionados 165 bilhões de meticais correspondem aos US\$ 7,5 milhões entregues pelo governo em razão do reembolso do seguro social (faltando ainda o pagamento dos US\$10,5 milhões restantes)

¹⁵² Foram muitos os casos com que foi confrontado. Desde 1999 muitos Magermane começaram a pedir o chamado “*Versicherungsverlauf*”(histórico do seguro social), documento que contem o listado dos descontos feitos pelos trabalhadores para a previdência social, durante a sua estadia na Alemanha. Na maioria, estes documentos chegados de Alemanha, mostravam valores muito mais altos dos que estavam sendo reembolsados pelo governo, dai a desconfiança dos Magermane. Na meia, os valores descontados eram da ordem dos US\$ 3000 (nalguns casos era inferior a esta soma, em outros podia chegar ate os US\$ 8 ou 9 mil). Contrariamente os valores reembolsados pelo governo, junto com não vir especificada a taxa de cambio, nem a maneria como foi feito o calculo, os valores em sim não coincidiam nem de longe com os valores acima mencionado. Assim sendo, era

Estes dados apenas são de conhecimento público. Em muitos casos as pessoas, até hoje, não sabem de quanto dinheiro se trata em relação a reivindicação integral dos Magermane. Esta situação levou a que muitas vezes, durante as diversas estadias de campo em Maputo, foi confrontado por pessoas que não entendia porque eu estava fazendo um trabalho sobre este grupo, pois segundo eles, “*estes gajos já foram pagos e ainda querem mais taco*”¹⁵³, em alguns casos, foi, para mim mesmo, muito complicado explicar de maneira coerente todo o processo e deixar satisfeitos aos meus interlocutores. Compreendi então que a causa desta dificuldade para esclarecer o conflito, era provocada, principalmente, pelo meu excessivo desejo de facticidade, em um universo especulativo no qual os critérios são precisamente de qualquer ordem menos contabilística.

Eu tinha feito a pesquisa em Alemanha, e no meu poder estavam os “documentos comprobatórios” desta migração trabalhista, sentia que poderia ajudar entregando esta documentação aos Magermane e assim contribuir na elaboração do contra discurso em face à versão governamental. Certo é que descobri que grande parte de essa informação já estava em poder dos Magermane. Logo pensei que o problema então era de tradução, pois grande parte do material estava em alemão, mas percebi também que isso não era motivo de preocupação para os Magermane, eles conheciam “muito bem” o conteúdo dos documentos e que no fundo tratava-se de exigir uma atitude de boa vontade de parte do governo para resolver o conflito. Por outro lado, o governo fundamentava sua posição a partir da omissão de uma serie de dados importantes, como por exemplo, escolhia a taxa de cambio entre moedas de forma aleatória; confundia datas, nomes e montantes ao confeccionar as correções dos mapas salariais, provocando maior confusão e desconfiança no seio da organização Magermane.

Para acabar com esta pratica especulativa, é que a ATMA decide confrontar novamente ao encerramento do “dossiê Magermane” publicitado pelo governo, através de um novo caderno reivindicativo, mas desta vez, e por "sugestão" do próprio

habitual ouvir aos Magermane expressões do tipo “*o governo informa 'estamos a pagar', mas não dizem o que estão a pagar, e as pessoas não tem acesso a isso, não sabem. Podem te dar 500 contos e dizer 'já pagamos', e aí as pessoas dizem 'eles recebem', mas quanto recebem, ninguém sabe*” (Carmona, 2009). Outro depoimento: “o que o governo esta a pagar é sempre o seguro social, o seguro cosial não acaba...” (Juma, 2009)

¹⁵³ “Gajos” e “taco” são a versão moçambicana para as expressões “caras” e “grana” brasileiras

Presidente da Assembléia da República¹⁵⁴, mais elaborado, “melhor” argumentado, para ser enviado à Comissão Permanente¹⁵⁵. Nesta última ação, este movimento pretende ressarcir estes impasses cometidos desde a aprovação da Resolução 11/2003, mas, sobretudo denunciar as próprias ações do Governo, no processo de implementação das medidas para resolver as exigências contidas na resolução mencionada. Depois de duas décadas de luta, e a pesar de toda experiência aprendida e, sobretudo, dos embates e derrotas sofridas, os Magermane ainda parecem acreditar na força transformadora da sua ação política concentrada neste “processo”. De alguma maneira, parece estarmos em frente a um grupo que, a pesar da sua marginalização social e econômica, do seu isolamento no precário mundo reivindicativo moçambicano, consegue constitui-se como um referencial atípico de cidadania, ou pelo menos nos sujeitos portadores deste desejo.

2.4 A memória dos ressentimentos e a reconstrução da fraternidade social:

Uma vez neste ponto, precisamos deter-nos e analisarmos esta nova constelação, e assim tentar entender melhor a maneira como essas relações, construídas durante tantos anos em meio a conflitos, ressentimentos e violência, refletem e reproduzem clivagens de um processo mais abrangente, o qual, a meu ver, não se restringiria apenas ao “Jardim dos Magermane”. Neste ponto alertamos, desde já, sobre o fato de estar nos movendo num terreno sinuoso e num espaço de disputa complicado. Principalmente porque este se desenvolve em um período *formalmente* rotulado de pós-conflito, e, portanto corresponde a um período também em que a diversidade,

¹⁵⁴ Trata-se do senhor Eduardo Joaquim Mulémbwè, ex-presidente da Assembléia da República, com quem os Magermane estabeleceram um diálogo a partir de 2007, conseguindo ademais ingressar um segundo caderno reivindicativo, desta vez, por sugestão do próprio Mulémbwè, para análise na comissão permanente da AR.

¹⁵⁵ A diferença entre a Comissão Permanente e a Comissão de Petições, radica entre outras coisas, e para o caso específico dos Magermane, em que a primeira tem maior abrangência que a segunda. A Comissão Permanente é o órgão da Assembléia da República que coordena as atividades do plenário diretamente, das suas comissões, ou seja, define a pauta de discussão do plenário. É composta pelo presidente, vice-presidentes da AR e por outros deputados eleitos por maioria simples no plenário, sob proposta das bancadas parlamentares, de acordo com a sua representatividade. A Comissão de Petições, por sua vez, sendo também uma comissão permanente especializada, sua abrangência se circunscreve apenas a questões que tem a ver com o que seu nome denota: queixas, petições e reclamações, dirigidas à AR. Eles defere ou não a pertinência de um evento. Em outras palavras, a sugestão do Presidente da AR, esteve orientada basicamente para facilitar o acesso ao debate plenário, sem antes passar por alguma comissão, como teria sido o caso do primeiro caderno reivindicativo em 1999.

complexidade e contradição, não apenas dos eventos, mas também das interpretações que pretendem dar conta deles, parecem vinculadas, sobretudo, ao jogo de lealdades intersubjetivas produzidas pelas relações assimétricas encontradas no Moçambique pós-guerra, influenciando, igualmente, o posicionamento de cada sujeito neste processo estruturante. Assim sendo, a possibilidade de negociação ou mediação neste espaço de disputa estará condicionada, necessariamente, ao tipo de disposição construída pelos diversos grupos conflitantes.

Neste contexto, a primeira questão a se perguntar é como que uma reivindicação da ordem do direito trabalhista, e sem dúvida legítima, pode se tornar uma referência polivalente para a expressão de muitos outros conflitos não resolvidos dentro do espaço onde esta é colocada? Ao ponto de tornar a solução deste conflito específico, em uma questão que obriga todos os seus envolvidos a se posicionar e definir suas afinidades e lealdades políticas. Lealdades estas, que pelo teor dos relatos e eventos, constituem posições extremamente cristalizadas. Para poder entender este questionamento, talvez seja de ajuda começar por lembrar que, inicialmente o tipo de relação que caracterizou o vínculo entre estes ex-trabalhadores e a FRELIMO foi de relativa confiança. Uso a expressão confiança e não lealdade, primeiramente porque nesse período, a guerra, a fome e, em alguns casos, a repressão institucional aleatória¹⁵⁶, eram os pontos de referência mais utilizados pelos meus interlocutores para expressar o momento de insegurança que o país vivia, e que também influenciou na decisão de ir para a RDA. Nesse contexto, a confiança agiu primeiramente como um dispositivo para garantir a sobrevivência, mas também como a possibilidade de ter perspectivas.

Essa possibilidade de sobrevivência e de perspectiva, por sua vez, estava associada, naquele momento, exclusivamente ao partido no poder: sem este vínculo direto ou indireto com a FRELIMO, as possibilidades eram quase inexistentes. Esta constatação é significativa na medida em que coloca este vínculo entre os Magermane

¹⁵⁶ A expressão "*repressão institucional aleatória*" foi colocada aqui para definir um período percebido pelas pessoas como de muita arbitrariedade, sem uma justificativa política aparentemente clara por parte dos representantes diretos do poder. Em alguns relatos, os Magermane destacaram o abuso de poder do chefe de polícia, ou mesmo de alguns professores e funcionários do Estado. Em alguns casos eles foram alvos, diretamente ou seus familiares, de injustificados castigos e punições. As motivações mais recorrentes para justificar essas atitudes abusivas de parte dos funcionários ligados ao poder foram a inveja e o desejo de se apropriarem das coisas alheias, entre outras.

e a FRELIMO dentro de um processo de formação de lealdades anterior ao conflito atual, e condicionado, portanto, a uma relação de subordinação.

Para explicar melhor este ponto, usaremos alguns depoimentos explicativos da maneira como o recrutamento era efetuado. No início, muitos dos ex-trabalhadores foram escolhidos nas escolas de todas as províncias do país:

Em 1980 Samora Machel aparece uma quarta feira e disse que queria falar com os nossos pais. Na sexta feira os pais se concentraram na escola secundária e Samora disse que queria levar os filhos para Europa para trabalhar e estudar. Alguns pais choraram e disseram, você vai vender os nossos filhos? Samora falou para não se preocupar "eles vão ficar 4 anos a estudar e trabalhar e logo voltaram para Moçambique. (Ade Tamimo, natural de Cabo Delgado, janeiro de 2009).

Mas também na capital o recrutamento era feito nas escolas:

O governo alemão no acordo se disponibilizou para formar jovens técnicos moçambicanos. Então foram na escola para procurar alunos de mais ou menos 18 anos para ir para Alemanha para se formar. Outros foram para Cuba, muitos dos estudantes que estavam na secundária em sexta, sétima classe já não tinham professores, e esses foram para formação de professores. (Jaime Matola, natural de Maputo, setembro de 2007).

Assim também outros foram para Alemanha por conselho e apoio de familiares e parentes que tinham um vínculo com o partido. Entre algumas histórias coletadas, destaco a seguintes:

Naquela altura meu avo, na verdade todo o mundo era da FRELIMO, então o marido da minha prima, um general, me falou de Alemanha, me disse vou te colocar numa boa empresa, então pronto, lá tem boas formações. Então ele propus-me como que aquilo é, então gostei, isso foi em 1986. (Mauro, natural de Maputo, fevereiro de 2009).

Uma questão interessante foi que esta experiência de ir para Alemanha era difundida entre os próprios jovens¹⁵⁷:

Então como não gostava de estudar à noite, porque naquela altura ainda era muito pequena, então teve a ideia de ir para Alemanha. Meu irmão que estou a seguir já estava lá, ele mandava fotos, ele foi em 1986, ele mandava fotos e postais com cidades bonitas, então fiquei emocionada e decidi ir para Alemanha. (Aída, natural de Maputo, fevereiro de 2009).

Nos dois últimos relatos aparece manifestado claramente que a decisão de viajar

¹⁵⁷ Jaime Matola lembrava também que em 1986 o seu irmão mais novo foi para Alemanha: "*meu irmão ele tinha essa mania de ir trabalhar na África do Sul, as vezes era preso, batido e devolvido para Moçambique. Ai eu disse, melhor vai para Alemanha, lá você chega tem um curso, faz uma formação e volta aqui e arranja um emprego*" (Jaime Matola, setembro de 2007).

sempre esteve atrelada às expectativas em torno do futuro que eles desejavam e a situação complicada que se vivia no país. Quando se conversa com um trabalhador que foi antes de 1985 e outro que foi depois, podemos perceber que a maneira como é reconstruída a memória varia substancialmente na abrangência dos relatos.

Quando veio essa possibilidade de ir à RDA a minha irmã veio me falar que não, porque em aquele tempo [1984] a informação não estava conforme, eles diziam que na RDA vamos estudar e trabalhar, afinal de contas eram dois grupos, havia o grupo de estudantes e havia o grupo de trabalhadores, mas aqui no meandro as informações vinham deturpadas, diziam que as pessoas vão trabalhar e estudar... (Lázaro, novembro de 2008).

Os recrutados depois de 1986, não conferem tanta importância à formação profissional como os mais antigos. Isto se explica porque, como mencionávamos anteriormente, a partir de 1986 se manifesta uma mudança na política de recrutamento e envio de trabalhadores ao país europeu. Hoje, essa mudança da política de recrutamento e o envio de trabalhadores são lembrados de formas diversas. Um aspecto que se destaca nesses relatos é, como veremos, o lugar que a figura de Samora Machel ocupa no imaginário Magermane até 1986, o qual, não sem contradição, serve para traçar o momento a partir do qual a relação entre eles e a FRELIMO começa a quebrar-se¹⁵⁸.

Esta figura do líder da Libertação do país será suplantada por outra figura: Marcelino dos Santos. Responsável em 1985 pelas negociações para pactuar a dívida que o governo tinha acumulado com a RDA, e nessa altura, membro do comitê central do partido FRELIMO e, além disso, vice-presidente da República. Foi ele quem acordou o reajuste dos descontos para os obrigatórios 60%¹⁵⁹:

Havia muita coisa, exploraram-nos muito, não é por acaso que esta havendo

¹⁵⁸ *Em 1981, Nos fomos os primeiros e eramos os melhores, lá no tempo de Samora Machel nós tínhamos sapatos bonitos, fatos, duas camisas, balalaica, calças. Digo melhores em relação aos outros que não tinham preparação militar, iam de qualquer maneira (para a RDA)[...] Os outros começaram a partir de 85, depois de morrer Samora Machel toda a organização foi distorcida*" (Juma Madeira, natural de Nampula, fevereiro de 2009).

¹⁵⁹ Devemos nos lembrar que em 1986 a dívida que a FRELIMO tinha contraído com a RDA ascendia a USD\$ 312 Milhões. As reuniões para renegociar esta dívida entre os dois governos (durante 1985) e que deu lugar ao protocolo complementar que transformara os descontos dos salários em descontos obrigatórios, foram lideradas por Marcelino dos Santos na Alemanha, daí o fato deste senhor ocupar um lugar de negatividade na memória dos Magermane: *"Em 1986, o então Membro do Comité Central da FRELIMO, Marcelino dos Santos, chega em Berlim e convida todos os chefes de grupo de trabalhadores moçambicanos, para uma reunião se não estou em erro Hotel Stadt Berlin. 'A mando do Governo da República Popular de Moçambique, anuncio que a partir de hoje, todos os trabalhadores estagiários, passam a transferir obrigatoriamente, 60% dos seus salários para Moçambique, quem não aceita a decisão, vai comigo para Moçambique'. A sala de Conferencias ficou gelada."* (Eusébio Demba: Alemanha ida e volta, dezembro de 2005).

esta guerra... esta guerra começou lá, porque cada vez que recebíamos os vencimentos vinham e diziam 'desconta isso, desconta aquilo', pior quando chega 86 e eles aparecem com aquela política de descontar os 60% e quando fomos perguntar como vamos viver, eles disseram "olha vivam, quem não quer vamos embora". Há um chamado Marcelino dos Santos, era um presidente da Assembléia nos tempos, ele diz eu vim com esse avião, quem não quer entra comigo. (Juma Madeira, fevereiro de 2009).

Este último relato é bastante expressivo, pois manifesta a inexistência de um diálogo recíproco. Efetivamente, deixa exposto o caráter hierárquico da relação entre trabalhadores e o Governo, por um lado, por conta da unilateralidade das decisões que este último tomara em torno da situação dos trabalhadores durante a estadia destes na Alemanha. Por outro, define o nível de desconfiança e receio com que o Governo passa a ser percebido. Antecipar esta questão da relação entre dependência, subordinação e contratualidade da confiança, no processo de formação e quebra da lealdade entre trabalhadores e partido, nos fornece elementos importantes para entender, tempos depois, como se dá a cristalização das posições neste conflito. *"Esta guerra começou lá"*, promovida pela disparidade de acesso à informação, *"mas aqui no meandro as informações vinham deturpadas"*, pela prepotência de parte dos representantes do poder, *"olha vivam, quem não quer vamos embora"*: A revolta que começa em 1990, em frente ao Ministério do Trabalho, ao contrário de qualquer expectativa, parece bem mais o produto de uma ruptura unilateral da fraternidade, porém uma ruptura imposta paradoxalmente pelos próprios representantes do poder em relação a estes trabalhadores: *"estes gajos vão ser um problema em Moçambique"*, previam os funcionários do governo moçambicano em Alemanha, antes do retorno do grupo ao país.

Esclarecendo este ponto, voltamos ao questionamento do início e tentaremos esboçar uma resposta, sabendo conscientemente que neste exercício muitas coisas podem ficar pouco aprofundadas. Anteriormente, desdobramo-nos em alguns aspectos que dizem respeito à imagem de sujeitos violentos e problemáticos, que a população teria construído em torno dos Magermane. A importância de colocar esta questão da violência como um elemento constitutivo na origem deste grupo, provém da constatação de que o país, entre 1964 e 1992, viveu sob o domínio da guerra (entre 1975 e meados de 1977 houve um tempo de relativa paz). Estamos falando de não

menos que 27 anos, onde a população moçambicana sofreu os estragos de dois conflitos bélicos, sem esquecer o violento sistema de dominação exercido pelos portugueses durante a colônia. Um período de luta armada que somado, custou a vida de mais de um milhão e meio e o deslocamento de mais de cinco milhões de pessoas dos seus lugares de residência e de suas unidades produtivas originárias, com a conseqüente desagregação social e familiar¹⁶⁰. Sem considerar as imensas implicações que estas guerras tiveram, e ainda tem, 19 anos depois da assinatura do Acordo geral de Paz (Doravante AGP), entre a FRELIMO e a RENAMO, para os processos de reconstrução e rearticulação da ordem social destruída, sobretudo, porque se trata também do próprio processo de (re)construção nacional. O que resulta instigante neste contexto é pensar a presença deste movimento reivindicativo, que já cumpre mais de 20 anos exigindo a recuperação daquilo que eles definem como seus direitos lesados, e pensá-los como *um grupo violento*.

Recuando um pouco no texto, já na introdução refletimos sobre o impacto das políticas coercitivas, impostas à população pelo partido através do processo de construção nacional, sobretudo no período "socialista". Considerando a situação de dependência econômica e da política externa que vivia o país, mas também assumindo o enfoque interno para explicar as causas iniciais que teriam levado ao desenvolvimento da guerra civil (GEFFRAY: 1991; CABAÇO: 2004), devemos também reconhecer que a percepção da população, tanto em torno das imposições que a elite governante, urbanizada e distante, aplicava no campo, como também da própria guerra, foi muito fragmentária (LUBKEMANN, 2005)¹⁶¹. Em muitos casos, esta percepção do conflito, teve um caráter mais local e comunitário do que a abrangência nacional apregoada pelos dois grupos beligerantes. Da mesma forma, os mecanismos

¹⁶⁰ Joseph Hanlon sentenciou em 1997: "*Os dados humanos são ainda mais sombrios. Da população moçambicana dos meados de 80 estimada entre 13 e 15 milhões, 1 milhão morreu, 1,7 milhões eram refugiados nos países vizinhos (de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e pelo menos 3 milhões eram 'deslocados', isto é, tinham fugido para outros locais dentro de Moçambique, em geral à volta de vilas e cidades onde, regra geral, viviam na pobreza [...] Muitos dos que permaneceram nas áreas rurais deixaram de ter acesso às aldeias, cantinas e postos de saúde durante anos. São raras as famílias moçambicanas que, de um modo ou outro, não foram afectadas pela guerra*" (HANLON, 1997: 14)

¹⁶¹ "*I demonstrate how the means of violence of the two national parties to the civil conflict were appropriated by local actors in service to their own agendas. I propose the concept of 'fragmented war' to describe such contexts, in which national civil wars take on a large degree of local character, and in which there is considerable variation in that local character as a result of sociocultural and ethnic diversity within a country*". (LUBKEMANN, 2005: 493-494)

implementados para a resolução dos conflitos, provocados substancialmente pela guerra, foram carregados em sua maioria pelas mesmas comunidades, com resultados surpreendentes (HONWANA: 2003; BERGH: 2009)¹⁶².

Todos estes mecanismos, por sua vez, não tinham relação alguma com as exigências de multipartidarismo e de eleições diretas e universais¹⁶³, apregoadas tanto pela parte beligerante correspondente à RENAMO, quanto pelas organizações internacionais interventoras do conflito como a UNIMoz (United Nations Operation in Mozambique). Parece-nos que estas exigências estiveram mais atreladas ao discurso beligerante dos grupos de elite, localizados exclusivamente na cidade de cimento. Este aspecto urbano não é aleatório, precisamente porque depois do retorno dos ex-trabalhadores, o conflito que estes travam com a FRELIMO vai se desenrolar exclusivamente na cidade¹⁶⁴. De alguma maneira, com o AGP a paz chegava ao campo, aliviando relativamente às comunidades que foram as mais afetadas pela violência, enquanto a guerra se deslocava para a cidade.

Discordando de certo discurso aparentemente consensual, presente sobretudo em setores da elite moçambicana propriamente tal - que pretende consagrar uma imagem de excepcionalidade em torno do processo de paz vivido em Moçambique (cf. BRITO *et al* 2003) -, arrisco-me em afirmar que se de fato as armas foram depostas, a guerra continua sendo um princípio constituinte e transversal das relações de poder que permeabilizam o conjunto da população moçambicana. Um princípio que é alimentado

¹⁶² Sobre este tema, vide o livro de Lucia van den Bergh "Porque prevaleceu a paz. Moçambicanos respondem" (2009). Embora seja uma visão ocidentalizada de uma ex-parlamentar europeia, membro da AWEPA, é relevante o fato das respostas sobre o tema serem respondidas pelos próprios moçambicanos. Constituindo uma fonte importante de informação para abordar o período antes, durante e depois do AGP de Roma, o qual daria fim ao conflito armado imediatamente.

¹⁶³ A própria parlamentar, van den Bergh, reconhecia, por sua vez, que: "*O sistema era desconhecido em Moçambique que tinha uma tradição de consenso mais do que de competição, confiando em dirigentes locais tradicionais mais do que em distantes candidatos nacionais*" (BERGH, 2009:10). Neste sentido, não podemos esquecer os dois importantes estudos organizados pelos intelectuais moçambicanos Brazão Mazula e Carlos Serra. O primeiro analisando os resultados das primeiras eleições multipartidárias, em 1994, e o segundo analisando as primeiras eleições autárquicas em 1998. O material recolhido nestes dois significativos estudos, contribuem para reforçar a ideia de que estamos falando de pelo menos duas percepções frente ao mesmo processo.

¹⁶⁴ Embora esta relação campo - cidade, ou rural - urbana, depois da guerra tenha se tornado um tanto artificial, sobretudo se observamos as dinâmicas e estruturas sociais que funcionam nos bairros periféricos de Maputo. De alguma maneira, devemos concordar com o manifestado por Serra (2003), no sentido de que "*as cidades estão crescentemente a receber pessoas vindas do campo e, de alguma maneira, a ruralizar-se [...] Por isso se deve evitar o risco de olhar África sob o prisma de uma ruralidade primordial e imutável. Hoje, África é menos um 'campo' e uma 'cidade' do que um mundo mestiço entre ambos e com ambos, crescentemente peri-urbanizado e urbanizado, formando uma imensa e heterogênea realidade social...*" (SERRA, 2003:14)

principalmente pelas formas de governo que o partido desenvolve, impregnando as práticas democráticas "recém adquiridas" em todos os níveis. Será este princípio de guerra que também impregnará as relações de aliança e lealdade em torno do conflito entre Magermane e FRELIMO.

No entanto, devemos chamar a atenção para um aspecto que neste conflito resulta crucial para entender os motivos que levaram aos Magermane a não ter se tornado um grupo armado e beligerante da maneira como a RENAMO o fez. Este aspecto é o relativo reconhecimento e respeito pelas instituições do Estado, fortemente presentes no imaginário Magermane. Aspecto que salta aos olhos quando analisamos suas biografias. Esta passagem pela Alemanha, por este "outro mundo", "outro planeta" - como essa experiência muitas vezes é caracterizada - traz consigo também uma relação estabelecida com as instituições encontradas naquele contexto. Esse relativo reconhecimento da autoridade das instituições vem acompanhado também de uma expectativa, a qual fora alimentada a medida que eles aprendiam a lidar com as regras e preceitos que cercavam tais instituições. Muitos tinham a clareza de viverem em um país vigiado e controlado, mas também sabiam da pontualidade dos salários, assim como, da efetividade das leis que estavam ali para proteger sua cidadania, como trabalhadores e como cidadãos estrangeiros¹⁶⁵. Esta "afetação" para a Alemanha não foi percebida só como um processo compulsório e de subordinação às estruturas de controle, significou também aprender a lidar com situações de injustiça e abusos de poder, confiando, desta vez, nos instrumentos da lei e do direito, encontrados na própria institucionalidade que visava os controlar.

Antecipamos estas questões, sempre com o propósito de elucidar os diversos aspectos que atravessam este conflito, particularmente na perspectiva de mostrar como este conflito vai reconfigurando as mudanças na dinâmica de luta dos Magermane. Os aspectos mencionados anteriormente tornam-se fundamentais, pois colocam este Movimento de trabalhadores em uma posição intersticial dentro do contexto político de Maputo. Por um lado, manifesta-se o fenômeno de "frelimização", que vêm experimentando as instituições do Estado moçambicano, isso desde o final da guerra. Situação criticada tanto pela oposição política parlamentar, quanto pelo grupo de

¹⁶⁵ Foram inúmeras as vezes que me vi confrontado com o mesmo relato, que associava a ida para a Alemanha com a reivindicação dos seus direitos, mas, sobretudo, com a ausência de medo da autoridade.

doadores internacionais¹⁶⁶. Por outro lado, este processo de partidização do Estado reforça uma percepção compartilhada pela população que habita particularmente as zonas periféricas e semi urbanas de Maputo, de que estão frente a um Estado “sombra” - fazendo alusão a algo que existe, mas que “não se vê”. “Um Estado que vem e vai, mas nunca fica”, um Estado concorrente com o cidadão, mas também um Estado predador¹⁶⁷.

Paralelamente, a vitoriosa entrada em cena da democracia e o multipartidismo (ambos os mecanismos sustentados constitucionalmente), contrastam com a paulatina redução da participação cidadã nos processos eleitorais desde 1994. De fato, nas últimas eleições, em 2009, o nível de abstenção nacional foi de 45%, e só na cidade de Maputo foi de 50,2%¹⁶⁸. É dentro deste contexto que deve ser localizada e compreendida a reivindicação dos Magermane. Suas demandas revelam, em especial, um apelo de redistribuição econômica em um contexto de alta concentração de renda, localizada exatamente em um partido governante do qual grande parte da população urbana não espera muito. Esta situação não deixa de ser interessante, para além da ironia que possa conter, pois em um país onde pouco mais da metade da população não espera nada ou quase nada do Estado, nem das suas instituições, os Magermane concentram seus esforços única e exclusivamente em exigir suas reivindicações exatamente junto de esse mesmo Estado¹⁶⁹.

Na perspectiva interna, propriamente tal, Lazaro Magalhães explicava no seu relato que era o processo em si que teria mudado as pessoas, tornando-as violentas. De alguma forma devemos concordar com esta afirmação, depois de verificar a maneira como vem se desenvolvendo este conflito. Com a declaração da Ministra do Trabalho, ficou a impressão de que o diferendo entre Magermane e FRELIMO chegava a um desfecho, um desenlace que, por outro lado, estaria marcado pelo conflito interno

¹⁶⁶ Em abril de 2010, o G19 recusou-se a entregar o dinheiro das doações correspondentes a 2010. Para ver os motivos, acessar o site da Fundação Konrad Adenauer: <http://www.kas.de/mosambik/de/publications/19216/>. Último acesso em 16/09/2010. Mais informação encontramos em HANLON & SMART, 2008

¹⁶⁷ Neste ponto vide o sugestivo artigo de Harry West (2008: 347 - 368)

¹⁶⁸ Os resultados das eleições estão acessíveis no site: <http://www.cip.org.mz/election2009/pt/>. Último acesso em 16/09/2010. Para uma visão diacrônica dos resultados eleitorais em Moçambique entre 1994 e 2009 vide <http://africanelections.tripod.com/mz.html>. Último acesso 16/09/2010. Nesta revisão dos dados é possível identificar uma consistente e massiva redução da participação populacional nas diversas eleições realizadas pós-guerra.

¹⁶⁹ No entanto, esta relação entre a população de Maputo e as instituições do Estado, veremos no último capítulo.

do grupo. Este conflito interno vai ter uma série de desdobramentos, principalmente na reconfiguração das alianças no interior do Movimento. Para os Magermane do Jardim "*a traição de Mahuaie*" foi percebida como um duro golpe no processo de luta. A política de fornecer informações imprecisas, e até certo ponto falsas, por parte do governo e publicadas de maneira irreflexiva pela imprensa, assim como os comentários de alguns colunistas e leitores dos jornais, especialmente o Jornal "Noticias", os quais contribuíram à estereotipização do grupo, nunca teve o mesmo impacto que teve a ação de Mahuaie, precisamente porque este último era um deles.

O consenso que dominou a opinião dos Magermane no Jardim – de que Alberto Mahuaie teria sido cooptado pela FRELIMO –, significava, portanto, que ele teria traído a causa dos Magermane. Devemos lembrar que ele foi espancado duas vezes no Jardim e que a casa dos seus pais foi invadida pelo grupo. Do outro lado, Mahuaie por sua vez acusava:

A ATMA está em serviço da oposição, não está com a agenda dos trabalhadores. Se tem a agenda dos trabalhadores, apresente matéria (...) Quando os colegas se limitam a dizer que fomos mal pagos sem apresentar dados, sinceramente, nem Jesus Cristo é capaz de redimir este conflito! (Apud ULBRICH, 2007: 135)

Deixando de lado, por um momento, os aspectos "técnicos" deste conflito, um dos aspectos que devemos salientar aqui é que antes as posições entre Magermane estavam solidificadas e, de alguma forma, todos sabiam quem era quem. A partir da "traição" de Mahuaie, estas posições serão removidas. A confiança cega na chefia, característica central da coesão do movimento Magermane, foi derrubada e uma avalanche de boatos e segredos começou a povoar o espaço do Jardim. A primeira questão era que Mahuaie não esteve sozinho à frente da venda das ações da SOCREMO, havia outros Magermane implicados, dos quais, alguns já tinham sido afastados do Jardim. Também os amigos de Mahuaie, mesmo não fazendo parte do esquema orquestrado por ele, começaram a ser alvos de suspeita de estar envolvidos. Outro aspecto que devemos destacar é que este tipo de atitude, como as de Mahuaie, não era a primeira. No passado, alguns chefes tinham traído ao grupo abandonando-o depois de receber dinheiro - segundo os próprios Magermane - do Governo. Mas essas outras traições eram mínimas, se comparadas com a de Mahuaie, primeiramente porque este líder esteve sempre à frente, em todo momento, discutindo com todos no

Jardim, elaborando estratégias e pressionando o Governo como nunca antes o Movimento teria feito. Esta situação foi agravada precisamente após algumas declarações que Mahuaie fez para a imprensa, sugerindo que, ao contrário do que os Magermane davam a entender a partir da sua mobilização no Jardim, a negociação entre o Fórum e o Governo estava sendo perturbada por um grupo de revoltosos que queriam se aproveitar do dinheiro da SOCREMO¹⁷⁰.

Levando em consideração todas as informações coletadas, uma revisão superficial poderia nos levar a concluir, apressadamente, que neste caso Mahuaie teria se aproveitado da conjuntura de diálogo para se apropriar desse dinheiro. Outra leitura, um pouco mais suspicaz, proporia que foi uma manobra concertada entre Mahuaie e FRELIMO para desmascarar os Magermane aderentes da RENAMO, e rotular o conflito em torno da reivindicação como sendo uma artimanha "renamista" contra o partido no poder. Seja como for, e independente de todas as versões possíveis que encontramos em torno deste caso, deve-se levar em consideração que é a partir deste evento que se formaliza o nascimento da ATMA e a preponderância do chamado "processo" por sobre as marchas.

Neste sentido, é importante frisar que esta nova associação nasceu mais como uma resposta à conjuntura que se vivia no conflito, e se caracterizou, basicamente, por um lado, por organizar as funções dos diversos órgãos nela constituídos, de maneira entrelaçada para evitar que qualquer um abuse de poder, principalmente para manter sob controle o conselho diretivo: "os chefes", subordinando desta maneira a produção de consenso e as lealdades pessoais, características fundantes da agrupação, a uma estrutura impessoal, racional e objetiva. Por outro lado, criou-se uma figura jurídica, que possibilitasse legitimar as ações da associação perante as instituições públicas e organizações não governamentais, e desta forma fazer frente a qualquer tentativa do Governo ou de Mahuaie para desviar a atenção da reivindicação, desta vez concentrada quase exclusivamente no "processo".

¹⁷⁰ *"a entrada em exercício do novo Governo criou condições para um diálogo que alegadamente foi interrompido devido à falta de vontade por parte do anterior Executivo."* (jornal Notícias, 24/02/2005). Referindo-se ao início das negociações que levariam a entrega das ações da SOCREMO. *"Em contacto telefónico, Alberto Mahuaie, cuja liderança está a ser posta em causa, disse que existe um pequeno grupo que pretende beneficiar-se das ações da SOCREMO, usando por isso a força para tomar o poder no seio do grupo. 'Essa destituição é informal, mas o fórum que está formalizado continuará a funcionar formalmente', disse Mahuaie, acrescentando que a 'destituição não tem vínculo jurídico!...' (SAVANA, 24/03/2006). Após ser dispensado do cargo de coordenador no Jardim.*

A importância de esclarecer este aspecto, parte do fato de que durante toda essa conjuntura o Governo e a imprensa colocaram Mahuaie como o representante "legal" (e, por tanto, "legítimo") dos regressados, enquanto que para os Magermane no Jardim, e como veremos também para as associações das províncias, o papel outorgado a Mahuaie foi apenas de coordenação e, portanto, só podiam representá-los na medida em que os consultassem. Cada vez que foi tomada uma decisão sem consultar as bases, as lideranças eram rejeitadas e rotuladas como não representativas, só que estes indivíduos continuavam a agir em nome dos regressados apesar de não ter respaldo, assim foi com Mahuaie, e foi por isso que finalmente a ATMA foi criada.

Entretanto, apesar desta estrutura ter sido criada, veremos que o nível de desconfiança que se instaurou no seio dos Magermane no Jardim, vai reforçar a prática dos rumores, boatos e suspeitas mútuas, sobretudo porque serão alimentados pela nova figura que Mahuaie colocará no cenário: o traidor. A traição de Mahuaie será percebida de maneira diferente da que os Magermane têm criado em relação à FRELIMO. Ulbrich (2009) conclui que a figura do traidor que Mahuaie criou, seria uma construção que reforçaria os vínculos identitários e sentimentos de pertença no interior do grupo, porém, como vimos o tipo de vínculo que encontraremos entre os diversos estamentos e indivíduos da associação parecem privilegiar outras formas de relacionamento e reproduzir lealdades de outra índole.

2.5 Ressentimento, memória e reconhecimento: identidade Magermane?

Ressentimento social, memória coletiva e luta pelo reconhecimento são categorias, muitas vezes abstraídas das causas motivadoras de inúmeras situações sociais, ou das categorias explicativas que acionam, de forma organizada ou não, uma diversidade de grupos. Porém, essas fórmulas ainda parecem conter a marca registrada das "fábricas" ocidentais de produção do social, tanto daquelas que salientam um liberalismo reflexivo, quanto das outras que apelam a um comunitarismo constitucional¹⁷¹, ambas reificando um sujeito (seja este individual ou coletivo)

¹⁷¹ Estas duas expressões são uma tentativa de resumir, mas não reduzir, um debate que vem se desenvolvendo nas

experimental sobre o qual poder especular. No entanto, para este caso específico, estas categorias foram deliberadamente pensadas numa dimensão coletiva e inseridas em um processo histórico caracterizado pelo conflito - a partir do qual estas foram questionadas -, tentando colocar este questionamento desde uma perspectiva pós-colonial, o que, por sua vez, significaria entender, especificamente, não apenas o lugar de onde estão sendo construídas estas categorias, como também, para quem estão sendo destinadas.

A reflexão em torno do lugar a partir do qual se realiza a análise é pertinente na medida em que se reconhece o difícil e disputado terreno em que se encontra. Neste caso, a produção de um imaginário social relativamente homogêneo em torno da nação moçambicana é um terreno povoado por múltiplas formas de ressentimento e de diversas memórias, históricas e coletivas, muitas delas conflitantes com a oficial. Sem querer assumir conceitos a priori, torna-se necessário refletir criticamente sobre que nação esta se falando aqui, e isto nos leva, inevitavelmente, a perguntar quais as formas de disputa pelo poder de enunciação. Yussuf Adam (2006) coloca uma questão interessante de se levar em conta para o contexto moçambicano: qualquer interpretação da realidade moçambicana passa necessariamente por adotar uma posição política. De alguma maneira, esta afirmação um tanto simplificada coincide com o postulado por Carlos Serra (1997), a partir do qual, a produção de uma história nacional deve levar em conta que *"os domínios e as formas do saber encontram-se rigorosa e politicamente determinados"* (SERRA, 1997:33). Tanto Adam quanto Serra são intelectuais moçambicanos. Qual é o sentido de colocar estas duas afirmações aqui? Principalmente porque as duas apontam para uma das questões que constituem nossas preocupações, e que dizem respeito ao grau significativamente politizado das interpretações em torno de uma história: a história de Moçambique em seu processo de construção como nação.

últimas décadas, não apenas na arena acadêmica, mas, sobretudo nos últimos tempos, no campo das políticas públicas. O denominado "liberalismo reflexivo" pretende ser um eufemismo na posição de alguns sociólogos europeus, como Ulrich Beck (1993, 1995), Anthony Giddens (1995, 1991) e Jürgen Habermas (1998), entre os mais significativos, os quais apostam ainda no aperfeiçoamento da Modernidade como caminho para o progresso humano. O "constitucionalismo comunitário" pretende englobar outro grupo de autores, como Charles Taylor (1994), Seyla Benhabib (1999) e Will Kymlicka (1999), entre os mais destacados, que em suas críticas ao direito liberal, em relação ao descaso com a diversidade multicultural que o projeto republicano tem demonstrado, acabam por desenvolver uma proposta, a meu ver um tanto contraditória, de juridicização da diversidade, sem levar em conta a profundidade das implicações que esta proposta poderia ter em contextos descolonizados.

Desde os últimos cinco anos, vive-se em Moçambique - em tempo moçambicano, naturalmente - em uma avalanche literária, biográfica e autobiográfica¹⁷². Todas elas contando uma história, construindo uma memória, e contestando, direta ou indiretamente, as outras versões e perspectivas. A impressão que se tem é de que na elite governante, nem mesmo nos setores não governantes, ainda que compartilhem, de alguma maneira, certas parcelas de poder, não existe um consenso claro em torno dos fatos históricos. Por outro lado, é habitual ouvir histórias em torno do passado recente, e até mais remoto, da boca da “pessoa comum”; os próprios Magermane, por exemplo, são bons contadores de histórias. Em efeito, muitas destas histórias relatam vivências particulares¹⁷³ e contestam versões de fatos oficiais; as mais recorrentes especulam sobre a morte de Eduardo Mondlane (1969) e Samora Machel (1986), relatam experiências individuais em torno da Operação Produção (1983), apelidada pelas pessoas, naquela altura, como “operação pente fino”, e, no caso dos Magermane, como foram desviadas as transferências por funcionários do Governo (1987-1990), iniciando um processo de enriquecimento ilícito do partido FRELIMO.

Todas estas histórias e memórias convivem em um espaço dominado por constantes apelos à unidade nacional, por uma ofensiva noticiosa de projetos de desenvolvimento e integração, os quais, num futuro próximo beneficiarão as regiões mais isoladas do país e, sobretudo, por um discurso que exalta as benesses do empreendedorismo, afirmando seu papel como sujeito social transformador. Em grande parte todo este aparelho discursivo é propagado pela mídia oficial, ecoando de maneira sistemática na construção do senso comum nacional. Contudo, todas estas

¹⁷² Entre as mais destacadas: Matusse, Renato: *Guebuza: A Paixão pela Terra*. Macmillan Maputo 2004. Cabrita, João M.: *A Morte de Samora Machel*, Edições Novafrica, Maputo 2005. Veloso, Jacinto: *Memórias em Voo Rasante: contributos para a história política recente da África austral*. Papa Letras, Lisboa 2007. Moiane, José Phahlane: *Memórias de um Guerrilheiro*. Maputo: King Ngungunhane Institute, Maputo 2009. E as mais polêmicas e contestadas na atualidade são as de Nkomo, Barnabé L.: *Uria Simango: Um homem, uma causa*. Edições Novafrica, Maputo 2004, e a de Vieira, Sérgio: *Participei, por isso Testemunho*. Ndjira, Maputo 2010.

¹⁷³ Neste ponto, desejo destacar as diversas conversas que tive, durante o período de pesquisa, com Omar Ribeiro Thomaz, orientador deste trabalho, estas possibilitaram uma maior atenção à estas questões. Concordo com ele quando afirma que não é correto dizer que as pessoas em Moçambique não falam. Ao contrário, em Moçambique todos sempre têm uma história para contar. No primeiro capítulo tentei refletir em torno das múltiplas percepções e, portanto das diversas interpretações em torno de um mesmo evento. É um fato indiscutível que a história oral ocupa um lugar importante na reprodução do imaginário social e, muitas vezes, atua como elemento coesivo. Porém, é preciso tomar cuidado ao tentar transformar esta prática habitual em tradição, reivindicando um patrimonialismo reificador, até porque se fosse o caso, deveríamos primeiro definir o que é tradição e o que é o novo. Neste sentido, prefiro limitar-me a inserir esta prática dentro do contexto que considero relevante para a pesquisa: o espaço de disputa que o processo de construção nacional abriu depois do AGP de 1992. Pois é exatamente neste ponto, a meu ver, que as histórias dos Magermane se inserem.

manifestações literárias, orais e propagandísticas coincidem em um ponto: a inexistência, na atualidade, de um consenso mínimo entre os diversos setores da sociedade moçambicana a respeito dos fatos históricos do período pós-independência.

Refletir sobre a memória, entendida aqui como o simples ato de lembrar, é transformado em um espaço de reinterpretação lotado de rupturas e desencaixes e, portanto, em um lugar de disputa e conflito a partir do qual o histórico e o político serão confrontados, de um lado por discursos saídos de um centro que se apropria do poder de enunciação, principalmente da história nacional, e de outro por uma periferia heterogênea que luta para sair do residual, recuperando o sentido e a força simbólica que seu caráter coletivo pode lhe outorgar. Esta conflitualidade presente no ato de lembrar insere-se, desta maneira, num contexto onde seus administradores têm sistematizado através de uma discursividade superlotada de legalismos e quantificações - argumentos todos estes que a maioria da população não consegue, e nem pretende compreender - o exercício do esquecimento por substituição, suprimindo com isso as muitas outras vozes ainda latentes¹⁷⁴. A (neo)liberalização da economia, apoiada em uma maquinaria propagandística bastante eficaz e persuasiva, que sempre apontara a criação de uma imagem de aparente consenso político, terminaram por uniformizar a paisagem nacional e anular a lembrança da violência vivida durante décadas. A fragilidade deste modelo ficará exposta com o retorno dos ex-trabalhadores moçambicanos da Alemanha, os quais, inclusive, já antes do fim da guerra civil, começaram a ganhar visibilidade através de suas ações reivindicativas.

Até aqui, temos caminhado por este sinuoso e disputado terreno, usando como ponto de referência os mecanismos e dinâmicas desenvolvidos pelos Magermane na própria construção da sua memória coletiva, convencidos de que não é a quantidade e sim a qualidade dos eventos mencionados, que define a relevância desta situação social. Neste sentido, podemos sugerir que se trata de um grupo social que se diferencia de muitos outros grupos organizados na capital, sejam estes de ordem política ou reivindicativa de direitos sociais. Os elementos que se destacam na diferenciação dos Magermane frente a outros grupos são variados, porém, meu propósito é destacar alguns que considero significativos, visto que colocam o enfoque

¹⁷⁴ Neste ponto, ver Pitcher, Anne: Forgetting from above and memory from below: Strategies of Legitimation and Struggle in Postsocialist Mozambique. *Africa*, Vol. 76, Issue 1, 2006 pp. 88-112.

de análise fora de pressupostos substancialistas ou subjetivistas, privilegiando assim uma perspectiva de análise relacional. Por um lado, se trata de um grupo que aparentemente se manifesta à margem da esfera pública existente na capital¹⁷⁵, pois sua existência como sujeito coletivo provoca reações diversas e cristaliza posições em diversos segmentos do mundo político e reivindicativo. Contudo, devemos salientar que também se trata de um movimento cuja condição específica no contexto social de Maputo expõe de maneira sensível um ressentimento que a própria elite governante desenvolveu em relação a eles, desde seu regresso da Alemanha, quando eles começaram a questionar o monopólio do poder do partido. Situação que já tinha sido vivida, imediatamente após a independência, e que resultou em uma guerra fratricida de 16 anos. Por sua vez, eles respondem a este desprezo com um ressentimento próprio atrelado à reivindicação em torno do dinheiro, o qual provoca um estado de pouca governabilidade na ordem social, mas que no nível do movimento alimenta um sistema de solidariedade que em muitos casos serve para a coesão social deste heterogêneo grupo.

Neste sentido, cabe perguntar se acaso esta situação de relativa “ingovernância”¹⁷⁶, provocada pela ação reivindicativa dos Magermane, de alguma forma é percebida, por esta elite governante, da mesma maneira que foi percebida a perda do monopólio da violência vivida durante a guerra, e, portanto seja uma parte constitutiva no desenvolvimento de um ressentimento que será dirigido com bastante

¹⁷⁵ Esta definição precisa ser relativizada, primeiro porque as categorias aqui usadas demandam uma contextualização que caracterize o tipo de marginalidade, mas também, de esfera pública, das quais estaríamos falando. Neste sentido, interessa destacar que o ponto de vista a partir do qual estou trabalhando estas categorias, é aquele que defende a possibilidade de pensar a produção científica local, em torno da modernidade moçambicana, como o produto atrasado de um processo que se sustenta sobre uma base de relações coloniais. Um exemplo significativo deste fenômeno é comprovar, na atualidade, como a produção científica do mundo social em Moçambique, salvo algumas importantes exceções, desenvolve-se atrelada a regimes de verdade externos (dos quais eu mesmo não estou isento), sejam este pela via da cooperação para o desenvolvimento, seja pelo financiamento das fundações “filantrópicas” internacionais. Essa geopolítica do conhecimento é substantiva para entender as formas como se manifestaria a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), sustentada por um consenso silencioso (NIGH HÁ, 2004) - muitas vezes escondido no interior das práticas e mecanismos de reprodução do próprio conhecimento científico -, o qual, voluntária ou involuntariamente, cria e reproduz cânones e padrões de compreensão do comportamento social; oriundos de uma tradição iluminista que, na grande maioria das vezes, é assumida desproblematizadamente como democrática, mas que, no entanto, é portadora de características marcadas pelo etnocentrismo e constituídas sobre a base de uma lógica colonial, por vezes messiânica, sobretudo se considerarmos seu aspecto doutrinador.

¹⁷⁶ A expressão ingovernância é pensada a partir da definição de “Governância” e “governmentality”, introduzida por Patha Chatterjee ao se referir ao funcionamento da política popular na atualidade. Segundo ele “Democracia hoje, não é o Governo do povo, pelo povo e para o povo. Antes, deveria ser vista como política dos governados” (Chatterjee, 2004:70)

veemência contra estes ex-trabalhadores, outrora colocados no discurso da própria FRELIMO como uma contribuição importante para o desenvolvimento do país. Este último aspecto, no entanto, necessita ser precisado. O desprezo ou ódio desta elite, em relação a este grupo reivindicativo é proposto aqui a partir da definição que Ansart (2001) propõe como segunda forma de ressentimento:

o ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada. (Ansart, 2001:19)

Se o ressentimento, que emana desta perda relativa do monopólio do poder coercitivo, em torno dos Magermane, atua como uma explicação interessante para entender como a elite local se constitui, especialmente se atrelarmos este processo constituinte ao da formação da nação moçambicana, não podemos esquecer que esta mesma elite nasceu como resposta à outra ordem social coercitiva, que é o período colonial: ou seja, anteriormente esta elite hoje constituída, foi também, no seu momento, um movimento contestatório ao monopólio da violência emanada do poder colonial. Este é outro elemento que deveria ser levado em consideração se pretendemos entender o papel desta elite no processo de formação da nação moçambicana. Parafraseando o argumento usado por Cabaço (2009), ao definir a elite branca portuguesa durante o período da guerra de libertação, ele a descreve nos seguintes termos:

A mentalidade colonialista, consolidada como cultura hegemônica em Moçambique, exprimia-se com toda dimensão de despreço pela diferença (vista como desvio da norma) que o conceito acarreta. E é nesse “desvio de norma” que a sociedade civil branca começa a classificar o militar. Na vivência colonial, o colono desenvolvia um sentimento elitista (econômico, social e cultural) que, no confronto com os outros portugueses, se evidenciava num complexo de superioridade 'cosmopolita' (CABAÇO, 2009: 266).

Se neste parágrafo fizermos um exercício de substituição e desta forma trocássemos “mentalidade colonialista” por “mentalidade moderna”; “elite branca portuguesa” por “elite moçambicana dominante”, “sociedade civil branca” por “sociedade civil moçambicana”, e no lugar dos militares colocássemos os Magermane, perceberíamos a incrível semelhança histórica de dois processos ideológica e discursivamente definidos como opostos. Neste sentido, considero importante pensar

na possibilidade de estarmos diante de uma continuidade histórica na prática e não apenas na análise; de estarmos nos defrontando com a maneira como a ideologia da modernidade - constituinte substantiva do processo de libertação nacional - se constrói a partir de uma lógica colonial.

Nesse contexto, parece inaplicável refletir sobre a rotulada imagem de “marginalidade” conferida aos Magermane como se fosse um atributo intrínseco de um sujeito desprovido do necessário para perceber a si próprio como “moderno” (definição de sujeito, aliás, de cunho parcialmente liberal), mas como uma rotulação desenvolvida alhures. O *locus* de enunciação estaria, portanto nessa mesma elite que constrói seu sentido de pertença e alimenta sua própria coesão como grupo, sobre a base de uma retórica emancipatória da modernidade (MIGNOLO: 2005). Assim sendo, a contemporaneidade dos Magermane no processo de modernização moçambicano é negada pela própria elite, cujos critérios de classificação e produção de alteridades são feitos a partir de padrões e práticas adscritos a esta ideologia da modernidade. De acordo com Sumich (2008)

No período pós-socialista, a ideologia de modernidade foi despojada de grande parte da sua antiga ênfase sobre a mobilização de massas. Em vez de redefinirem o lugar de Moçambique entre a comunidade global das nações, muitos membros da elite procuram agora integrar-se a si próprios em poderosas redes internacionais. Assim, esta ideologia funciona actualmente, cada vez mais, como um sinal de status e uma afirmação de poder social por parte da elite. Por um lado, continua a legitimar a posição das elites ao manter de pé a promessa de progresso e, por outro, permite a essas mesmas elites afirmarem-se como as únicas detentoras das competências e capacidades necessárias ao cumprimento dessa promessa (SUMICH, 2008: 322).

A importância de entrar nesta arena, e realizar esta reflexão, partindo do exemplo reivindicativo dos Magermane, radica no propósito de tentar contribuir com o questionamento de uma tendência recorrente nas ciências sociais de considerar a institucionalidade dos estados pós-coloniais na África, após a guerra fria, como sendo fraca, precária, "soft", etc. Esta tendência, ao lado de manifestar certa conivência com o paternalismo institucionalizado das agências financiadoras, deixa manifesto o modo como dentro de nosso espaço/enquadramento acadêmico assumimos categorias numa prática mais bem celebrativa, porém, sem a necessária reflexão sobre o tipo de relação que esta pode chegar a suscitar e, principalmente, sem a preocupação crítica em relação ao lugar desde onde estas categorias estão sendo enunciadas e

(re)produzidas.

Pensar esta dificuldade em contexto moçambicano nos permite entrever a polaridade dos discursos a respeito da mesma história, as contradições entre as categorias discutidas e a diversidade na percepção da própria realidade e, por último, o caráter implicitamente conflituoso da construção de uma história e cultura oficial consensual, entendendo que esta última é defendida por uma elite que luta por sua inclusão no “clube dos modernos” e, por isso, a produção acadêmica dos seus intelectuais está aos poucos sendo condicionada a assumir categorias de análise que dizem menos a respeito da própria diversidade social e cultural do país do que a reproduzir categorias aceitas nas diversas políticas desenvolvimentistas propostas pelas agências de fomento, e aceitas nos circuitos de produção acadêmicas alhures, em algum lugar indeterminado pela globalização desterritorializadora que vivemos.

Na atualidade, pensar cultura e diferença nesse contexto de modernização moçambicana obriga-nos, mais do que nunca, a não esquecer sua dimensão política, ou, dito de maneira mais diáfana, obriga-nos a levar em consideração o controvertido problema do poder e da dominação, pois da perspectiva da elite governante, a política de modernização e sua retórica modernizante (ainda que antes houvesse estado na base de uma ideologia potencialmente emancipatória) é hoje indicadora de diferença social (SUMICH, 2008: 321) e exclusão. O perigo basear-se-ia no fato de que, ao mesmo tempo, constatamos que esta sociedade continua num processo ainda conflituoso de constituir-se como um corpo social coerente sob a idéia de nação, sendo atravessada por uma série de clivagens e assimetrias ainda sem solução. Trata-se de uma “moçambicanidade” imposta por uma elite governante que se constrói passando por cima de muitas alteridades, todas elas construídas historicamente e atuando simultaneamente no mesmo espaço.

Daí a minha reticência a aceitar as definições em torno de uma institucionalidade, qualificada como “precária” ou “soft”, e desta maneira justificar a ineficácia do diálogo entre Magermane e Governo. A condição pós-colonial deste conflito contém elementos contraditórios que merecem ser colocados para sua reflexão. Neste sentido, ao definir o Estado moçambicano como precário ou fraco, não estamos apenas definindo este Estado desde uma perspectiva mecanicamente comparada: *fraco em relação a que ou*

quem. Estamos também naturalizando um estado de coisas que o esforço deste grupo de ex-trabalhadores pretende reverter, desde sua perspectiva particular de entender e perceber esta institucionalidade. Jean e John Comaroff (2009) fazem uma alegoria das sombras e da falsificação em torno da configuração dos atuais estados pós-coloniais africanos, para introduzir os efeitos da desregularização do Estado, projetada na lógica hegemônica da ideologia neoliberal:

El contrapunto entre la subcontratación del Estado y la confiscación de la soberanía, que no afecta en menor grado al ámbito del mantenimiento del orden y la guerra. Al dispersarse, el gobierno deja de ser un mero conjunto de instituciones burocráticas para convertirse en un organismo que regula la concesión de licencias y franquicias. (COMAROFF, 2009: 27)

Nestas circunstâncias, parece-nos apropriado desvendar esta "nova ordem". Já não se trata de ver na inoperância política e de governança do Estado, na resolução dos seus conflitos sociais, um estado de fraqueza, mais bem ao contrario, trata-se de entender que é esta a nova configuração da institucionalidade que a economia política neoliberal deseja e sustenta. Uma economia política que aposta no "império da lei", em detrimento do político, como reguladora dos futuros conflitos. Digo no "império da lei", porque esta, por sua vez, abre um caminho para uma lógica baseada na jurisprudência e, por tanto, também para a especulação caso por caso, sem por isso entrar num questionamento transversal do sistema de dominação. Os Comaroff definem esta situação como "o fetichismo da lei"¹⁷⁷. Este grupo de ex-trabalhadores, ao insistir na presença e pertinência do poder legislativo, como a arena política mais idônea para dirimir o conflito, contradiz voluntaria ou involuntariamente este processo de transformação, em curso, do domínio do político. A manifesta intenção do partido governante de exigir deles uma atuação "em conformidade com a institucionalidade vigente", não é outra coisa que a tentativa de judicizar o conflito e tirá-lo da arena política, o que se vê refletido nas palavras da direção da associação: "*todo passa pela lei, pela leitura e interpretação da lei*". No entanto, e como veremos no último capítulo, este fetichismo da lei estará para a política, assim como o do dinheiro está para a economia

¹⁷⁷ "*La Ley [...] se ha convertido en el medio en el que se representa la política, se tratan los conflictos superando diferencias que de otro modo serían inconmesurables, se garantiza el funcionamiento del mercado "libre" y aparentemente se erige el orden social.*" (COMAROFF, 2009: 34-35).

Capítulo 3 Procurando sentido no passado: o período alemão

3.1 “Die Buschmenschen kommen!”¹⁷⁸: Trabalhadores moçambicanos na República Democrática Alemã

Na atualidade, os discursos sobre imigração na Alemanha, grosso modo, circunscrevem-se ao impacto e aos perigos de dito fenômeno para a economia nacional¹⁷⁹. As referências econômicas são permeadas por nostalgias e medos, por sua vez, vinculados a idéias xenófobas sobre o perigo arquetípico que representa o *Fremde* (estrangeiro)¹⁸⁰. Como no racismo, conta aqui também esse “nós” indefinido, frente à

¹⁷⁸ “Os bosquimanos vêm!”

¹⁷⁹ Sem contar o enorme material jornalístico e discursos políticos em torno desta temática (só pensando no período após a queda do muro para frente), a literatura especializada é realmente imensa. Isto já é um dado para se levar em consideração, quando nos deparamos com a preocupação alemã com os estrangeiros. No entanto, aqui coloco alguns dos trabalhos que considero significativos por questionar esta tendência de ver no estrangeiro uma figura passível de tratamento diferenciado, e ao contrario, propõem pensar a situação destes estrangeiros numa ótica inversa, mais relacional, incluindo também a própria sociedade alemã como responsável pelo tratamento diferenciado aos imigrantes : Weißmeier, Brigitte (Hg.): *Wer ist fremd? Ethnische Herkunft, Familie und Gesellschaft*, Leske + Budrich Verlag, Opladen 2000; Steyerl, Hito, Gutierrez Rodríguez, Encarnación (Hg.): *Spricht die Subalterne deutsch?: Migration und postkoloniale Kritik*, Editorial Unrast, Münster 2003; Rommelspacher, Birgit: *Anerkennung und Ausgrenzung: Deutschland als multikulturelle Gesellschaft*, Campus Verlag, Frankfurt/New York 2002; Projektutorien: “Lebenswirklichkeiten von Flüchtlingen in Berlin/ Behörden und Migration” (Hg): *Verwaltet, entrechtet, abgestempelt – wo bleiben die Menschen? Einblicke in das Leben von Flüchtlingen in Berlin*, ASTA-Druck Berlin 2003; Goethe, Tina (Hg.): *Im Handgepäck Rassismus: Beiträge zu Tourismus und Kultur*, Verlag Informationszentrum Dritte Welt (iz3w), Freiburg 2002; Frei, Kerstin: *Wer sich maskiert, wird integriert: Der Karneval der Kulturen in Berlin*, Hans Schiler Verlag, Berlin 2003; Fassmann, Heinz (Hg.): *Abgrenzen-ausgrenzen-aufnehmen: Empirische Befunde zu Fremdenfeindlichkeit und Integration*. Bd. 1, Reihe DRAVA-Verlag, Klagenfurt 1999; Bar-on, Dan: *Die ‘Anderen’ in uns: Dialog als Modell der interkulturelle Konfliktbewältigung*, Edition Körper-Stiftung, Hamburg 2001.

¹⁸⁰ *Fremde* adquire uma conotação muito mais complexa do que a simples tradução como “estrangeiro”. Para se ter uma visão um pouco mais próxima do sujeito em questão, vide George Simmel “Exkurs über den Fremde” em *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Der Raum und die räumlichen Ordnungen der Gesellschaft*. Duncker & Humblot. Berlin, 1908 (1. Auflage), pág. 509-512. Onde o define como: “*Es ist hier also der Fremde nicht in dem bisher vielfach berührten Sinn gemeint, als der Wandernde, der heute kommt und morgen geht, sondern als der, der heute kommt und morgen bleibt*” (Desta vez o estrangeiro não é no sentido comum até agora tratado, como o migrante que hoje vem e amanhã vai embora, senão como aquele que hoje chega e amanhã fica. Trad. Livre). Baumann o define da seguinte forma: “*Fremde bedeuten das Fehlen von Klarheit*” ... “*man kann nicht sicher sein, was sie tun werden, wie sie auf die eigenen Handlungen reagieren würden; man kann nicht sagen, ob sie Freunde oder Feinde sind -- und daher kann man nicht umhin, sie mit Argwohn zu betrachten.*” (Estrangeiro significa a ausência de claridade... não podemos ter certeza o que eles vão fazer, como reagiriam à ação própria, não podemos dizer se eles são amigos ou inimigos, daí que não podemos não menos que contemplá-los com desconfiança): Bauman, Zygmunt (2000), Vereint in Verschiedenheit, em: J. Berghold / E. Menasse / K. Ottomeyer (Hg.), *Trennlinien*. Drava, Klagenfurt, 35-46.

ameaçante e pernicioso intromissão do *Fremde* imaginário. Não se trata de algo, nem exclusivo, nem novo, no espaço alemão: no período da Alemanha dividida pela guerra fria, a construção deste “outro” foi indispensável para se pensar na coesão e unidade nacional e definir a fronteira não só geográfica, mas também no campo das representações. Na Alemanha Ocidental do pós-guerra, a participação dos imigrantes na reconstrução do país foi decisiva, não só no que diz respeito à infraestrutura urbana, mas também na reconstrução do imaginário coletivo como nação. No caso da República Democrática Alemã, a identidade *nacional* foi construída em meio a um jogo político não isento de antagonismos e ambivalências. Com algumas discrepâncias respeito da sua homóloga capitalista¹⁸¹, na RDA consolidou-se a figura do *Fremde* associada ao perigo, na forma de uma ameaça interna latente, que justificasse a criação de um aparelho eficaz de controle da circulação dos não alemães no interior de suas fronteiras.

Para o caso da RDA especificamente, o processo de construção nacional, segundo a documentação, pode ser entendido a partir de dois eixos fundamentais. O primeiro tem relação com a reação da RDA aos processos de colonização no chamado “terceiro mundo”. Sob a concepção de “proletarischer Internationalismus” (Internacionalismo Proletário), a RDA procurava sair do seu isolamento e ser reconhecida como Estado-Nação soberano, pelos estados em conflito e, desta forma, pela comunidade internacional. Por outro lado, a RDA auto afirmou-se sempre, sob o slogan “erster Arbeiter- und Bauernstaat auf deutschem Boden” (primeiro Estado operário-camponês em território alemão), como a figura legítima da nação alemã, o qual não deixa de ter um caráter controverso, e que, para efeitos desta pesquisa, adquiriu uma relevância crucial, já que revelou uma continuidade histórica contraditória

¹⁸¹ O que não quer dizer que, opostamente, na Alemanha ocidental a relação com o estrangeiro não tivesse se constituído em um problema. A relação entre alemães e estrangeiros foi muitas vezes permeada de desconfianças mútuas e temores arquetípicos construídos sob a base de uma história de migração carregada de ambiguidades, principalmente para os períodos de entre guerras. A maioria dos estudos sobre migração realizados nos últimos trinta anos coincide com a data de início de um fluxo consistente de imigração na Alemanha do período pós-guerra, deslocando assim, deliberadamente, o confronto necessário com as estruturas produtoras das práticas e discursos excludentes anteriores a 1945, suprimindo ou bem substituindo desta maneira, a análise de caráter diacrônico por um exame carente de historicidade ou mais concentrado na quantificação econômica e demográfica do fenômeno. A ausência desta perspectiva histórica, ou melhor, a tendência em tratar a temática da migração de maneira ahistórica, tanto na prática social quanto na produção científica na Alemanha, obriga a uma análise mais pormenorizada das estruturas e relações de poder que tornam possível essa prática e percepção desproblematizada do fenômeno.

por combinar elementos do passado colonial, como a ideia de patriotismo, com a nova vestimenta caracterizada pela propaganda solidariedade internacionalista. Inseridos nesta lógica, a figura dos estrangeiros neste país, e sobretudo a figura destes trabalhadores moçambicanos na RDA, os hoje chamados Magermane, adquire especial relevância. Hoje em dia, retornados e “reintegrados”, eles configuram um grupo social marginalizado e estigmatizado como conflituoso no interior da sociedade moçambicana contemporânea. E mais: carregam a experiência de anos na RDA, para onde foram levados em nome da “solidariedade internacionalista”, mas onde cotidianamente viam-se às voltas com a experiência de ser *Fremde*. Na RDA, no passado, em Moçambique na atualidade, redesenham fronteiras que afirmam sua existência como um grupo que interpela de forma inquietante a dinâmica do Estado-nação. Um grupo que reinventa em Moçambique um resíduo nostálgico em relação à sua estadia na RDA, diante da situação de marginalidade, vivida em seu próprio país. Nostalgia esta que, somada a um conjunto de referências cotidianas, acaba por criar a noção de Magermane como categoria identitária. Sua compreensão exige a reconstrução de dinâmicas criadas e estabelecidas pelos próprios moçambicanos durante seu “período alemão”.

O presente capítulo pretende reconstruir a base histórica contextual dos antigos trabalhadores moçambicanos na RDA, concentrando a reflexão inicialmente no processo de constituição da categoria *Fremde* no interior das fronteiras deste país europeu, para logo contrastar sua produção discursiva e legal com as representações cotidianas advindas da relação entre alemães e moçambicanos, e desta maneira tentar desvendar o papel que estes moçambicanos jogaram neste processo. O propósito aqui é chamar atenção sobre uma prática frequente na Alemanha, no que diz respeito ao tratamento da problemática migratória e que está relacionada a certa maneira de querer confrontar o debate público alemão, vinculando de forma ambivalente a imagem dos imigrantes à de sujeitos passivos, vítimas das políticas migratórias integracionistas. Principalmente num contexto no qual este discurso político, vincula deliberadamente esta migração muitas vezes a figuras retrogradadas e atávicas, e até criminalizando suas práticas, sobretudo quando estes desenvolvem dinâmicas próprias em prol de uma ascensão social no país receptor, muitas vezes em condições de “ilegalidade”. Este argumento político sustentar-se-ia principalmente na ideia de “resistência à integração”,

e se constrói a partir da existência de supostas diferenças culturais “infranqueáveis” que o sujeito migrante carregaria consigo e, portanto, estaria incapacitado de aceitar normas e valores preceituados no país de acolhida¹⁸².

Para poder dar conta de maneira coerente dos objetivos propostos, este capítulo se divide em cinco partes, além desta pequena introdução. A primeira se defronta com a construção da categoria *Fremde* no interior da Alemanha oriental, a partir da sua conformação legal discursiva, privilegiando um enfoque histórico e assim poder localizá-la dentro de uma perspectiva processual. A segunda procura reconstruir a situação material dos trabalhadores moçambicanos a partir do enquadramento legal ao qual foram atrelados. A terceira, pretende caracterizar a percepção que os cidadãos alemães tinham dos seus colegas de trabalho, tanto nos centros de produção como nos lugares de residência e espaços de lazer. A quarta, se defronta com os relatórios elaborados pelas instancias de controle, tentando contrastar, a partir de certas práticas, consideradas liminares por parte das esferas do poder, os sentidos das ações cotidianas fora do âmbito estritamente laboral de estes moçambicanos. O propósito destes subcapítulos, é examinar o nível de concordância e conflito entre o discurso e prática oficial do governo do SED, em relação ao estrangeiro.

Na quinta e última parte, xenofobia¹⁸³ e institucionalidade são abordadas na busca de uma relação de intimidade. A intenção aqui, contrariando um relativo consenso na maioria dos autores consultados, é, a partir da experiência específica dos moçambicanos, colocar em evidência o grau de proximidade nas representações entre um estado onipresente, possuidor do monopólio do poder de definição estatutária e as práticas xenofóbicas da população alemã, as quais, segundo esse mesmo discurso oficial, seriam ações isoladas, supostamente vinda das margens. Ambas, segundo a

¹⁸² Para entender esta questão podemos citar o recentemente esquentado debate em torno às declarações da primeira ministra alemã Angela Merkel, a qual sentenciou o fracasso do multiculturalismo em Alemanha. Para maiores informações vide online: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,6118143,00.html>; <http://www.heute.de/ZDFheute/inhalt/16/0,3672,8120880,00.html>; <https://hbdchick.wordpress.com/tag/multi-kulti-ist-tot/>; <http://www.n-tv.de/politik/Union-fordert-Integrationswillen-article1726446.html> último acesso 15/12/2010

¹⁸³ Xenofobia é usado aqui a partir da definição que Verena Stolcke ("Falando da cultura: novas fronteiras, nova retórica da exclusão na Europa", publicado em 1995 em *Current Anthropology* 36 (1): 1-24, Chicago University Press) utiliza para definir a nova retórica do racismo europeu, na qual já não só a diferença fenotípica atua como seu elemento constituinte, mas além disso se lhe integram diferenças de caráter supostamente cultural, propondo com isso a impossibilidade que duas culturas diferentes possam ter pontos de contato e menos ainda uma possibilidade de interação. Para ver este conceito, recorrer a Miles, Robert "Rassismus. Einführung in die Geschichte und Theorie eines Begriffs" Argument Verlag (Januar 1999).

minha opinião, são parte constitutivas e complementares da construção da figura do *Fremde*.

3.2 Inimigo de classe e antissocial: as construções do *Fremde* na RDA

“Quem era categorizado e, portanto, também percebido como estrangeiro na RDA, não estava regido por percepções de ordem exclusivamente racistas. A imagem do ‘inimigo de classe’ neste caso não era uma construção racista, mas sim um mecanismo potencial e flexível de exclusão. O elevado antiamericanismo e a ampla inimizade contra o alemão ocidental mostram que as fronteiras da comunidade imaginada na RDA eram fluídas, e não se orientavam somente em critérios étnicos”. (BEHREND, 2003: 14. Trad. livre do autor)

Inicialmente, este Estado Socialista, desde sua formação, regulou estritamente a vinda e a permanência dos estrangeiros na Alemanha do Leste, assim como a circulação de pessoas ou trabalhadores de um modo geral. De 1949 até 1961, quando da construção do muro, este fluxo migratório se caracterizou pela saída e entrada contínua de migrantes internos: os chamados “Rückkehrer” (retornados) e “Zuziehender” (cidadãos ocidentais que mudaram para a Alemanha do Leste). Uma característica específica dessa circulação nas fronteiras internas dos dois estados alemães foi o grau de instrumentalização político-ideológica a que foi submetida por ambos estados. Para o caso dos imigrantes ocidentais na RDA, existe um registro muito mais completo e exato do que na direção contrária. E isto se deve, por um lado, à necessidade da RDA de apresentar esta migração como uma fraqueza do mundo capitalista e, por outro, como veremos mais adiante, por razões de controle e vigilância, para alicerçar a ideia de perigo e desconfiança no cidadão alemão do Leste.

É possível observar essa tendência a partir da reforma penal realizada em 1957¹⁸⁴, a qual se sustentaria nas estatísticas sobre o aumento dos delitos políticos, produto do ingresso de elementos “potencialmente criminais”, e que, segundo a versão oficial dos órgãos de segurança, provinham em grande parte da Alemanha ocidental¹⁸⁵. Aqui a figura do “Abwerber” (proselitista) e do “Boykotthetzer” (provocador), entre

¹⁸⁴ Op cit. Pág. 140

¹⁸⁵ Op. Cit. Pág. 141 e seguintes.

muitos outros, foram amplamente definidas e aperfeiçoadas, e desta forma, possibilitaram condicionar de maneira mais eficiente os “comportamentos politicamente indevidos” – especificamente considerados sob a forma de “comportamentos antissociais”¹⁸⁶ - que atentassem contra a norma do estado socialista em construção. Parece-nos interessante, neste ponto, contrastar a imagem do sujeito de delito construída em torno destas pessoas e a situação de vida que estas tinham¹⁸⁷. Como consequência desta política diferenciadora entre retornado e recém chegado, tem-se que este último, ao ser estigmatizado no discurso oficial como possível agente provocador e delituoso, promoveu num primeiro momento o desenvolvimento de um sentimento de desconfiança homogeneizador nos cidadãos da Alemanha do Leste, facilitando desta maneira a construção da relação entre o *Eigen* (o próprio) e o *Fremde* (o estrangeiro), começada já pelos ideólogos do SED no poder. Neste sentido, salienta-se a relação concomitante entre a figura do estrangeiro e o processo de constituição desta república como nação. Refletindo nas perspectivas de Anderson (1998), no que diz respeito à compreensão da nação como uma “comunidade imaginada”, ou na versão de Hobsbawn (2002), na ideia de “comunidade de sentido”, o nascimento da República Democrática Alemã pode ser entendido como um processo com um cariz fortemente paternalista, construído de cima para baixo, onde a ideia de progresso como fim ulterior ver-se-á condicionada à necessidade inalienável de construir uma norma de comportamento e um *Eigen-Sinn* (sentido próprio)¹⁸⁸ a partir das estruturas hierárquicas de dominação que o partido único desenvolverá durante o período posterior à

¹⁸⁶ Aqui a categoria “antissocial” sugere uma aproximação ao conceito sociológico de “Anomia”. Durkheim foi o primeiro a tentar precisar este conceito, que apresentou como a ruptura de laços de solidariedade entre os indivíduos, podendo ser causado por inúmeros fatores. O principal deles é a individualização: o indivíduo não mais orienta seus atos através de valores comuns, mas segundo as próprias intenções (sobre este conceito em Durkheim, ver: *Der Selbstmord*. Dt. von Sebastian und Hanne Herkommer. Luchterhand, Neuwied/Berlin 1973). Outro conceito próximo ao de antissocial seria o de “abweichendes Verhalten” ou “Devier” tratado na sociologia e nas ciências criminológicas (sobre este conceito, ver: Siegfried Lamnek: *Neue Theorien abweichenden Verhaltens*. 2. Auflage, München 1997). Neste caso, a construção deste desvio do comportamento parece ser mais próxima da ideia que os ideólogos do socialismo na RDA tinham do que era um comportamento anti-social.

¹⁸⁷ Ver aqui Pilgrim, Arno: “Mobilität, Migration und Kriminalität – gegen die Vordergründigkeit kriminologischer Studien über Ausländer. Em: Pilgrim, Arno (Org.): “Grenzöffnung, Migration, Kriminalität) Baden – Baden 1993. pág. 30.”

¹⁸⁸ O conceito de Eigensinn é introduzido por Alf Lüdtke nos estudos históricos, não para poder descrever um sistema lógico de formas de comportamento dos seres humanos numa situação histórica concreta: relacionado com a RDA significaria “*buscar um sentido ou razão no matorral da diversidade de relatos sobre “resolver”, usar, adequar e proibir.*” (tradução livre: Ludwig, Andreas: Vorwort em “Fortschritt, Norm und Eigensinn: Erkundungen im Alltag der DDR. Dokumentationszentrum Alltagskultur der DDR e.V. (Org). Ch. Links Verlag, Berlin 2000. Pág. 8.

construção do muro.

De acordo com esta visão, a representação da figura do sujeito “antissocial”, para o estado em construção, é decisiva para compreender a complexidade da dinâmica na construção deste *Eigensinn* e conseqüentemente no seu processo de normatização, o qual, no entanto não esteve isento de contradições, pois é precisamente a compreensão deste fenômeno que nos permitirá entender, de maneira diferenciada, a relação do cidadão alemão com os trabalhadores estrangeiros, e mais especificamente, com os trabalhadores moçambicanos, chegados nas décadas posteriores a 1960.

Neste sentido, é preciso estender-nos neste ponto e assim estabelecer a inseparabilidade do vínculo entre as representações e usos em torno das categorias de “*Klassenbewusstsein*” (consciência de classe) e “*asoziales Verhalten*” (comportamento antissocial) no contexto histórico ao qual nos referimos, pois ambas definem as fronteiras do próprio e do alheio, do normativo e da divergência. Especificamente, a categoria “consciência de classe” atuou como o requisito básico e necessário para participar do progresso e como condição normativa para a integração do indivíduo à nova sociedade. Já a categoria “comportamento antissocial”, foi definida e fixada juridicamente¹⁸⁹. Este aspecto é relevante, pois enquanto o primeiro conceito (consciência de classe) parece ter sido compartilhado, embora de maneira difusa, pela população da Alemanha oriental, o segundo (comportamento antissocial) é considerado por alguns autores (BEHRENDTS: 2003; MEUSCHEL: 1992) como o mais apropriado para entender a relação paradoxal entre a autoridade do partido e, portanto, do Estado, e a população deste país socialista, ou seja, entre dominação e legitimidade¹⁹⁰. Lindenberg (2003) consegue diferenciar dois momentos dentro da lógica discursiva de exclusão do SED. O primeiro está relacionado à política de isolamento frente ao Ocidente, entre os primórdios da RDA até a construção do Muro de Berlim. O segundo, a partir da construção do Muro até sua queda, onde o processo de diferenciação

¹⁸⁹ Para o tratamento jurídico do comportamento antissocial, ver Lindenberg, Thomas: “Das fremde im Eigenen des Staatssozialismus: Klassendiskurs und Exklusion am Beispiel der Konstruktion des ‘Asoziales Verhaltens’”, Em: Behrends, Jan C/Lindenberg, Thomas/Poutros, Patrice G. (Hgrs.) Fremde und Fremd-Sein in der DDR: Zur historischen Ursachen von Fremdenfeindlichkeit in Ostdeutschland. Metropol, Berlin 2003. Pág. 179-192.

¹⁹⁰ Sobre a relação entre dominação e legitimidade na RDA, conferir o trabalho pormenorizado de Meuschel, Sigrid: Legitimation und Parteiherrschaft: Zum Paradox von Stabilität und Revolution in der DDR 1945-1989”. Edition Suhrkamp, Frankfurt am Main 1992.

interna e exclusão social se constituirá sob a figura deste “comportamento antissocial”. Cabe sublinhar que a figura do “antissocial” não é privativa deste segundo período, já antes delimitava a fronteira entre o próprio e o alheio, sobretudo em relação ao processo de isolamento do Ocidente, onde o mecanismo de inclusão/exclusão colocou a figura do inimigo de classe (“*klassenfeind*”) como a imagem do antissocial e, portanto, *Fremde* a nova sociedade socialista¹⁹¹.

A diferença significativa deste segundo período sustenta-se no fato de que o “antissocial” já não será apenas um estrangeiro que vem de fora para provocar ou sabotar a ordem socialista desta república, senão mais bem este se constituirá desde dentro, ou seja, como um inimigo interno. A finalidade desta política foi aumentar o controle e, essencialmente, fortalecer o frágil vínculo de legitimidade que o partido-estado tinha frente à população. Em 1968, no novo código penal da RDA, se descreve o “comportamento antissocial” da seguinte forma:

Quem colocar em risco a convivência dos cidadãos ou a ordem pública na forma de vadiagem negando-se obstinadamente a trabalhar, tendo condições para efetuar um trabalho regular, ou quem pratica a prostituição ou ainda quem obtém meios de sustento ilícitos, será condenado sob pena de liberdade condicional ou sob pena de prisão, reeducação ou privação de liberdade de até dois anos.¹⁹²

Outra formulação, apontada por Lindenberg, é a do jurista Heinz Blüthner, que define antissociabilidade da seguinte forma:

... A característica essencial da antissociabilidade não é, por antonomásia, este ou aquele caso isolado, senão a expressão compacta de uma forma de vida e comportamento negativamente formados pelas relações sociais sob a base de uma divergência extrema das normas e formas básicas da moral socialista. A complexa forma de expressão de uma totalidade específica formada por relações sociais negativas, é então onde a antissociabilidade se manifesta...¹⁹³

¹⁹¹ Neste ponto a figura do retornado (*Rückkehrer*) joga um papel singular. Stoll (2009) concentra seus esforços em reconstruir as histórias de vida de muitos retornados que passaram pelos centros de admissão (*Zentralen Aufnahmeheim*) de Röntgental, na região de Brandenburgo, antes de ser banidos ou aceitos na RDA.

¹⁹² StGB 1968, 5. Abschnitt, Sonstige Straftaten gegen die allgemeine, staatliche und öffentliche Ordnung, §249: Gefährdung der öffentlichen Ordnung durch asoziales Verhalten. (Trad. Livre: Wer das gesellschaftliche Zusammenleben der Bürger oder die öffentliche Ordnung dadurch gefährdet, dass er sich aus Arbeitsscheu einer geregelten Arbeit hartnäckig entzieht, obwohl er arbeitsfähig ist, oder wer der prostitution nachgeht oder wer sich auf andere unlautere Weise Mittel zum Unterhalt verschafft, wird mit Verurteilung auf Bewährung oder mit Haftstrafe, Arbeitserziehung oder mit Freiheitsstrafe bis zu zwei Jahre bestraft).

¹⁹³ Apud Lindenberg, Thomas: “Das fremde im Eigenen des Staatssozialismus: Klassendiskurs und Exklusion am Beispiel der Konstruktion des ‘Asoziales Verhalten’”. Em: Behrends, Jan C/Lindenberg, Thomas/Poutros, Patrice G. (Hgrs.). *Fremde und Fremd-Sein in der DDR: Zur historischen Ursachen von Fremdenfeindlichkeit in Ostdeutschland*. Metropol, Berlin 2003, pág.188 (trad. livre: “...*Wesensmerkmal für die Asozialität ist also nicht diese oder jene Einzelnerscheinung, sondern ist vielmehr der kompakte Ausdruck von negativ gestalteten gesellschaftlichen Beziehungen auf der Grundlage eine krass von den rechtlichen Normen und von den*

Sob esta formulação se sustenta um mecanismo bastante eficaz de controle, o qual, além de definir difusamente o que é ou pode ser antissocial, outorgaria aos órgãos de controle certa arbitrariedade na punição e castigo dos comportamentos considerados não-socialistas¹⁹⁴, permite elaborar um discurso estruturado do que, segundo os ideólogos desta experiência socialista, constituiria um sistema antissocial. Ou seja, já não se trata mais de indivíduos isolados que carregam consigo o estigma da antissociabilidade, senão de uma totalidade que funcionaria supostamente sob leis próprias, alheias as da RDA. Dessa forma se criam duas totalidades contrastantes, negativa de um lado, onde categorias como vagabundagem, vadiagem, alcoolismo, precariedade ou ausência de instrução, rowdytum¹⁹⁵, falta de disciplina, entre outros, conformariam o que é *Fremde* em relação à forma de vida dominante e própria da classe operária¹⁹⁶, cujas propriedades, desta vez positivadas, serão construídas ou extraídas da tradição do movimento operário já no século dezenove; ou seja, aquelas virtudes que estão vinculadas ao trabalho como ação emancipadora da vontade humana: diligência, solidariedade, consciência coletiva, amor à ordem, etc. O resultado

Grundformen der sozialistischen Moral abweichenden Lebens- und Verhaltensweise. Die komplexe Ausdruckform einer spezifische Gesamtheit von negativ gestalteten gesellschaftlichen Beziehungen ist es also, in der sich Asozialität manifestiert...”).

¹⁹⁴ Através desta construção jurídica, durante os anos 70 e 80, foram punidas em média quatro mil a treze mil pessoas. Ver em Lindenbergh Thomas, op. cit, pág. 180. É também através desta construção jurídica que não poucos trabalhadores moçambicanos foram punidos pelos tribunais alemães. Os casos são registrados nos relatórios anuais feitos pelos funcionários do Ministério de Segurança do Estado, responsáveis pela vigilância destes trabalhadores.

¹⁹⁵ No Código Penal de 1968 se define o Rowdytum da seguinte maneira: § 215. Rowdytum. (1) Wer sich an einer Gruppe beteiligt, die aus Mißachtung der öffentlichen Ordnung oder der Regeln des sozialistischen Gemeinschaftslebens Gewalttätigkeiten, Drohungen oder grobe Belästigungen gegenüber Personen oder böswillige Beschädigungen von Sachen oder Einrichtungen begeht, wird mit Freiheitsstrafe bis zu fünf Jahren oder mit Haftstrafe bestraft. (trad. livre: "*Quem participe em um grupo, o qual por desacato à ordem pública da convivência socialista cometa agressões, ameaças ou grave assédio em face a outra pessoa ou danos malintencionados contra bens e instalações, será castigado com prisão de até cinco anos*"). Fonte: Gesetzblatt der Deutschen Demokratischen Republik 1968 S. 1 © 20. Dezember 2004 - 6. Februar 2005. Alguns autores que analisam de maneira pormenorizada o tema da criminalização do comportamento antissocial são: Zimmermann, Verena: "*Den neuen Menschen schaffen*": die Umerziehung von schwererziehbaren und straffälligen Jugendlichen in der DDR (1945-1990), Böhlau Verlag Köln Weimar, 2004. Stadelmann-Wenz, Elke: *Widerständiges Verhalten und Herrschaftspraxis in der DDR: vom Mauerbau bis zum Ende der Ulbricht-Ära*, Schöningh, 2009 Vollnhals, Clemens; Weber, Jürgen: *Der Schein der Normalität: Alltag und Herrschaft in der SED-Diktatur*, Olzog, 2002. Vollnhals, Clemens; Engelmann, Roger: *Justiz im Dienste der Parteiherrschaft: Rechtspraxis und Staatssicherheit in der DDR*, Ch. Links Verlag, Berlin 1999

¹⁹⁶ Neste ponto recomenda-se a leitura da coletânea de Klaus Roth (2004) *Arbeit im Sozialismus - Arbeit im Postsozialismus. Erkundungen zum Arbeitsleben im östlichen Europa*. Especialmente o artigo de Peter Niedermüller "Arbeit, Identität, Klasse. Der Sozialismus als Lebensentwurf". LIT Verlag, Münster 2004

imediatu dessa construção ideológica é o engendramento de um contrato social implícito entre dominadores e dominados, pois os operários portadores desta moral de trabalho, derivada da tradição europeia, e com um forte componente identitário, também não gostam de “parasitas”, nem de “vagabundagem”, especialmente neste período socialista.

3.3 A construção social de um estranho I. Amizade socialista

“Der Mohr hat sein Schuldigkeit getan, der Mohr kann geh'n!” F. Schiller¹⁹⁷



Figura 5: Erich Honecker e Samora Machel em Maputo. Fonte: Revista Tempo Nº 438, 25/02/1979, pág. 46

O elemento chave para iniciar esta parte é a “amizade socialista”. De outra forma estaremos impedidos de registrar a complexidade das relações estabelecidas entre os

¹⁹⁷ Friedrich Schiller: Die Verschwörung des Fiesco zu Genua III, 4. trad. Livre: “o mouro cumpriu com seu dever; ele pode ir embora”.

antigos trabalhadores moçambicanos e os cidadãos da Alemanha do Leste¹⁹⁸. O termo “Amizade” constituiu, no discurso oficial, a base da relação contratual com os trabalhadores estrangeiros, e fez parte da construção deste contexto paternalista, servindo como cortina de fumaça para ocultar ou simplificar as imensas contradições que acompanharam a incorporação desses trabalhadores africanos nas fábricas, inseridas em uma sociedade fortemente controlada, e onde a figura do estrangeiro tinha no poder político seu principal articulador, mas também aonde as imagens do *Fremde* serão reproduzidas para além da versão oficial, no interior da população. Por sua vez, o termo “socialista” é chave, pois, na tentativa de delimitar fronteiras ideológicas e comerciais frente a seu rival mais próximo: a República Federal da Alemanha¹⁹⁹, vai procurar ocultar, através do discurso internacionalista, o forte controle biopolítico (Foucault: 2005, Agambe: 2002) destes imigrantes. Aliás, mediante a imposição da moral de trabalho estabelecida, permite-nos pensar na possibilidade de estar frente a uma relação hierárquica de corte colonial²⁰⁰.

Grande parte dos autores que até a atualidade se ocuparam da reconstrução historiográfica da figura do imigrante, concorda em caracterizar a presença de estrangeiros “não-alemães” na RDA como um fenômeno ligado a regras provenientes do Estado regulador (BEHRENDT: 2003; LINDENBERG: 2003, entre outros). Sem convite ou visto oficial ninguém podia entrar como estrangeiro na RDA – exceções feitas aos cidadãos da Polônia e da URSS²⁰¹. A possibilidade de residir nos estados da

¹⁹⁸ A referência diferenciada entre trabalhador e cidadão, faz-se principalmente porque na literatura revisada, principalmente de corte historiográfico, estas categorias parecem apresentar involuntariamente duas categorias específicas e diferenciadas. Desta maneira a figura do “Vertragsarbeiter” (aqui se entende trabalhador contratual) e a do “DDR-Bürger” (cidadão da RDA) contêm conotações que parecem ir além da relação cotidiana nas unidades de produção, e parecem propor tacitamente dois sujeitos ontológicos em oposição, um outro e um *self*, para além dos próprios indivíduos em questão.

¹⁹⁹ Neste aspecto, cabe acrescentar o que Katherine Verdery propõe para entender as representações que cada esfera construía durante a guerra fria, a qual, da mesma maneira como no pós-colonialismo se estudam as representações sobre um *self* (eu próprio) e um *alter* (outro), tanto no centro como nas regiões colonizadas, também no pós-socialismo pode-se constatar esta relação entre o mundo socialista e capitalista, respectivamente. Sobretudo, lembra-se que cada um desses mundos representou ao outro como sua antítese, ou seja, como a personificação de tudo aquilo que era negativo e, portanto, mau. (VERDERY, 2000: 35).

²⁰⁰ A decisão de usar aqui a ideia de relação colonial nasce de alguns relatos dos próprios Magermane, coletados na atualidade. Contrastando com a maioria das versões “oficiais” sobre o assunto, estes relatos, ao contrário dos encontrados no documentário de Lizínio Azevedo, caracterizam-se pelas constantes referências a um sistema de “nova escravatura” ou “escravatura contemporânea” no discurso reivindicativo dos Magermane, e a representação de uma história assimétrica na relação Moçambique - Alemanha Democrática.

²⁰¹ Desde 1963 a vinda dos cidadãos poloneses era regulada por um sistema de trabalho pendular, onde esses imigrantes podiam ficar de seis em seis meses. No caso da URSS, o fato de ser até 1990 uma força de ocupação no território, os eximia de participar da regulamentação que a RDA impunha a todos os estrangeiros.

Alemanha do Leste supunha uma relação muito estreita com o SED²⁰². Esta situação significou, entre outras coisas, que o estrangeiro foi percebido pela população da RDA também como associado ao poder, o que valia especialmente para os soldados soviéticos e, de maneira singular, para os trabalhadores imigrantes. O contato da população em geral com os estrangeiros era marcado, por um lado, pela presença massificada das tropas de ocupação soviéticas e, por outro, pela chegada crescente de trabalhadores dos países socialistas vizinhos e do “terceiro mundo”²⁰³, para ser incorporados como mão de obra no processo produtivo industrial. Contudo, a presença destes grupos esteve fortemente ligada não apenas ao sistema político do país, mas também às necessidades específicas do setor econômico do mesmo. Este vínculo esteve regulado pelo jogo cruzado dos acordos e convênios assinados pela RDA e os estados dos países de origem destes trabalhadores, e enfeitados pelo discurso “internacionalista” de “amizade socialista” propagado pelo SED, através do qual se procurava confrontar de maneira global o problema do isolamento no qual se encontrava, e paralelamente criar outra base de legitimidade no interior da população.

Müggenburg (1996) caracteriza a presença destes trabalhadores na RDA sempre ligada à lealdade política das elites dos países emissores com o SED. Para efeito de controle e regulamento, foram espalhados pelo território e mantidos, sob um sistema de aquartelamento, distantes e isolados uns dos outros²⁰⁴. Uma consequência imediata desta prática política, foi o quase total desconhecimento – e em muitos casos tergiversação -, das razões que justificassem a presença destes trabalhadores nas fábricas, o que, por sua vez, possibilitou que estes fossem percebidos pela população,

²⁰² Aqui, torna-se importante explicar, ou melhor, relativizar, no sentido de que a presença de estrangeiros na RDA não significou um contrato direto dos próprios indivíduos com o Estado. Mas é preciso entender que a chegada destes estrangeiros só foi possível através dos acordos bilaterais que o SED assinou com os governos dos países em questão. Isto significou, como veremos mais adiante, que o trabalhador estrangeiro foi percebido essencialmente como coletivo, tanto nas esferas oficiais quanto no discurso cotidiano da população alemã. As referências às pessoas específicas serviram só para estabelecer exceções a atitudes consideradas próprias da cultura dos grupos de imigrantes. Isto será tratado ao final deste trabalho.

²⁰³ Trad. Livre: “em 1989, a quantidade de estrangeiros existentes na RDA era aprox. 60.000 Vietnamita e 52.000 Poloneses, os grupos maiores com 31% e 27% dos estrangeiros, respectivamente. A estes seguiam 15.000 Moçambicanos, 13.000 Húngaros, como também 8.000 Cubanos. Além disso, viviam 5.000 Búlgaros, 3.000 Tchecos e Eslovacos, 2.000 Iugoslavos, respectivamente, 1.000 Angolanos e Romenos, como também alguns centos de Mongóis, Chineses e Coreanos do Norte. Em Müggenburg, Andreas: Die ausländischen Vertragsarbeitnehmer in der ehemaligen DDR, em: Berliner Referat der Beauftragte der Bundesregierung für die Belange der Ausländer, Berlin 1996 Word-Dokument, pág. 5

²⁰⁴ Para o caso dos moçambicanos, estes eram alocados e internados nos lares residenciais, em brigadas de 50 pessoas.

essencialmente como concorrentes (invariavelmente tomados como ilegítimos²⁰⁵), diante dos poucos bens de consumo disponíveis na economia socialista. A partir desta realidade é possível sugerir que, apesar da escassa e restrita presença de estrangeiros na RDA, a relação destes com a população alemã esteve sempre permeada por conflitos. Conflitos, em sua maioria, considerados tabus, sobretudo nas esferas de poder, o que não permitiu o *“desenvolvimento de uma cultura no tratamento do estrangeiro”* (BEHRENDTS *et all*: 2003). Num relatório apresentado à opinião pública em 2003, são colocados os resultados de um grupo de trabalho que analisou, desde uma perspectiva histórica, as causas da irrupção xenofóbica nos estados do Leste alemão após a queda do muro, e numa das três teses que o grupo coloca, surge a seguinte:

Os rituais de amizade encenados pelo SED confrontaram-se diretamente com as diferentes experiências que a população teve com os estrangeiros. Os conflitos entre alemães e estrangeiros foram tratados como tabu, por isso não foi possível desenvolver uma cultura na forma de atender conflitos, nem uma tolerância social. Pois bem, o SED tentou minimizar o campo de contato através do sistema de aquartelamento dos estrangeiros.²⁰⁶

A relação entre Moçambique e a RDA deve ser entendida, em primeira instância, como uma relação de elites, ou seja, de partidos²⁰⁷. Assim, quando se fala em acordos entre ambos os países - deve-se entender entre a FRELIMO e o SED. A importância de fazer esta diferenciação sustenta-se principalmente na necessidade de definir e contrastar o caráter dos estados, assim como a maquinaria e parafernália mobilizadas por cada um na construção de um ideário próprio. Não basta dizer que a relação de ambos foi assimétrica, vale também procurar a profundidade desta assimetria, assim como entender aos atores que lideram este tipo de intercâmbio. Para esse caso, partimos do pressuposto que cada um, dentro do seu próprio contexto, se apresentava

²⁰⁵ A maioria dos autores que tematizaram a questão dos estrangeiros na RDA fazem referência às possibilidades que tinham os trabalhadores estrangeiros para aceder a bens produzidos no ocidente. Também corria o rumor de que eles ganhavam o salário em divisas, daí a ideia de que tinham maior poder aquisitivo que os próprios alemães.

²⁰⁶ Trad. Livre: “Den von der SED inszenierte Freundschaftsritualen standen die unterschiedlichsten Fremdheitserfahrungen der Bevölkerung unvermittelt gegenüber. Konflikte zwischen Deutschen und ‚Fremde‘ waren tabuisiert, daher konnte sich keine Konfliktkultur und keine gesellschaftliche Toleranz entwickeln. Vielmehr versuchte die SED, durch die Kasernierung der ‚Fremde‘ die Kontaktfelder zu minimieren.” Em: “Thesenpapier: Historische Ursachen der Fremdenfeindlichkeit in den Neuen Bundesländern”, Behrends, Jan C/Lindenberg, Thomas/Poutros, Patrice G. (Hgrs.) *Fremde und Fremd-Sein in der DDR: Zur historischen Ursachen von Fremdenfeindlichkeit in Ostdeutschland*. Metropol, Berlin 2003. Pág. 327

²⁰⁷ A relação da FRELIMO com a RDA é já muito anterior a 1975, ano da independência. Vários quadros dirigentes daquele partido passaram pelo país socialista antes e durante a luta anticolonial. De fato, a RDA apoiou materialmente à FRELIMO e desde meados dos 60.

como um estado com problemas de legitimidade frente à população²⁰⁸, embora na prática a RDA constituísse, comparativa e aparentemente, um estado mais forte do que o moçambicano²⁰⁹, e daí esta interdependência desigual, daí também o tipo de relação desenvolvida.

Döring (2005) sugere entender essa amizade entre os estados, como marcada por um tipo de interesse quase que exclusivo: a economia²¹⁰. Para os quadros da FRELIMO, o modelo e sistema da RDA tiveram uma preocupação especial²¹¹, entretanto, os interesses do SED para Moçambique estiveram superpostos por fortes interesses econômicos, embora curtos e temporários. Entre as áreas onde mais se desenvolveu a relação destas duas elites, para o caso de Moçambique, foram o setor mineiro (Moatize) e têxtil (Mocuba), Serviços de Segurança (formação e instrução dos quadros da SNASP), formação de professores e comércio externo, entre outros.²¹² A

²⁰⁸ Para o caso da FRELIMO, nos primórdios da independência esta contava com o reconhecimento majoritário de parte da população, a qual foi minguando na medida em que as políticas transformadoras implementadas foram atingindo a questões básicas da vida dos moçambicanos de maneira negativa. Mas também as diferenças internas dos diversos grupos na própria FRELIMO incentivaram esta perda paulatina de legitimidade. A literatura que discute esta situação de legitimidade é, para ambos casos, muito variada. Para o caso da RDA ver: Meuschel, Sigrid: *Legitimation und Parteiherrschaft: Zum Paradox von Stabilität und Revolution in der DDR 1945-1989*” Edition Suhrkamp, Frankfurt am Main 1992. Pletsch, Carl: "The Socialist Nation of the German Democratic Republic" or the Asymmetry in Nation and Ideology between the Two Germanies *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 21, No. 3. (Jul., 1979), pp. 323-345. Thelen, Tatjana "The Loss of Trust: changing social relations in the workplace in eastern Germany." Working Paper No. 78 Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle / Saale 2005. Wollé, Stefan: *Die heile Welt der Diktatur : Alltag und Herrschaft in der DDR 1971 - 1989 - 2. durchges. Aufl. - Berlin : Links, 1998.* Para Moçambique, ver: Cabaço, José Luís: *Identidades, Conflito e Liberdade*, Em *TRAVESIAS, Revista de Ciências Sociais e Humanas em língua Portuguesa* Nº 4/5, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa 2004, pp. 237-250. Geffray, Christian: *A causa das armas: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*: Ed. Afrontamento, Porto 1991. Scott, Catherine V. *Socialism and the 'Soft State' in Africa: An Analysis of Angola and Mozambique.* *The Journal of Modern African Studies*, vol. 26, nº 1 (Mar. 1988), pp. 23-36. Simpson, Mark. *Foreign and Domestic Factors in the Transformation of FRELIMO.* *The Journal of Modern African Studies*, vol. 31, nº 2 (Jun. 1993), pp. 309-337. Cahen, Michel: *Os Outros, um historiador em Moçambique.* 1994, Basel, Suíça, 2004.

²⁰⁹ Este argumento precisa ser relativizado, no sentido de que aqui a comparação se refere ao nível de abrangência do controle de parte das instituições estatais em função do modelo produtivo. No caso da RDA esta foi comparativamente mais efetiva em relação aos sistemas de disciplinamento da população alemã, chegando inclusive a se tornar na décimo primeira potência econômica mundial na década dos 70, auferindo aliás índices econômicos superiores aos de Londres na mesma década

²¹⁰ Döring, Hans-Joachim/ Rühl, Uta: *Freundschaftsbande und Beziehungskisten: Die Afrikapolitik der DDR und der BRD gegenüber Mozambik.* Brandes & Apsel, Frankfurt am Main, 2005. Pág. 86.

²¹¹ Parece pertinente pensar que o modelo socialista não apenas significou uma alternativa de desenvolvimento para o país recém libertado, senão que ademais, foi concebido como modelo de integração para a unidade nacional. Para a elite da FRELIMO, o socialismo alemão não era apenas um modo de produção a ser emulado, era o modelo para acabar com as diferenças históricas e culturais no caminho para a modernização do país.

²¹² Oppenheimer, Jochen. Op. Cit. Pág. 2 Uma versão mais pormenorizada em relação aos interesses da FRELIMO para estabelecer esta relação com a RDA, pode ser vista em: Weiner, Bernhard: "Die mozambikanische Aussenpolitik 1975-1982. Merkmale, Probleme, Dynamik" Nomos Verlagsgesellschaft, Baden-Baden 1983. Cap. A e B.

elite do SED, por sua vez, mais interessada na produção de divisas e na provisão básica da sua população, para assegurar a própria existência, vê na nascente República e numa elite engajada em transformar os meios de desenvolvimento, até aquele momento marcado pela guerra anticolonial, uma possibilidade de intervir para resolver os problemas da sua própria dívida externa e da escassez de matérias primas, colocando como prioritária nesta relação a produção de excedentes a baixo custo.

É assim que, durante pelo menos dez anos, desde 1979 e até a desapareição da RDA, em 1990, o governo de Moçambique promoveu a migração de milhares de trabalhadores para a Alemanha do Leste²¹³. O principal propósito desta migração – para a elite moçambicana no poder –, era amortizar os encargos da dívida contraída com a RDA, que haviam se tornado insustentáveis.²¹⁴ Müggenburg (1996) estabelece os seguintes condicionamentos legais à ida e estadia destes trabalhadores²¹⁵. Em primeiro lugar, trata-se de homens e mulheres entre 18 e 25 anos²¹⁶, recrutados coletivamente, sob um sistema de trabalho temporário, e com uma permanência limitada: posto que o visto estava condicionado ao contrato de trabalho. A duração do visto esteve fixada em quatro anos com a possibilidade de prorrogação. A diferença dos outros trabalhadores estrangeiros, no acordo entre a FRELIMO e o SED, era que *“20 % dos moçambicanos com os melhores rendimentos e as melhores condições de qualificação podiam optar em prorrogar por um período de até cinco anos sua estadia na RDA”*. A partir de 1988 a prorrogação da estadia passou a ser de dois em dois anos até um máximo de dez anos. O término antecipado do contrato, e com isto, o da permissão de residência, acontecia nos casos de infração da lei, contravenção das normas, disciplina de trabalho e moral socialista e, no caso das mulheres, ademais a gravidez. Em caso de doença ou

²¹³ No relatório de Müggenburg, segundo as estatísticas oficiais do ex-ministério do interior da RDA, até dezembro de 1989 tinham sido contabilizados em torno de 15.000 moçambicanos. Segundo Oppenheimer, entre 1979 e 1989, passaram pela RDA 21.600 trabalhadores moçambicanos, entre homens e mulheres.

²¹⁴ “No final dos anos setenta, a dívida externa de Moçambique para com a RDA tinha atingido uma dimensão substancial. Só o déficit comercial de Moçambique, acumulado entre 1978 e 1979, cifrou-se em 200 milhões de Marcos da RDA - Valuta Mark (DÖRING, 1999: 233), que correspondia, na contabilidade externa da RDA, a 200 milhões de DM”. Em 1990, na altura da sua extinção, e da assunção desta posição pela RFA, a dívida externa acumulada de Moçambique com a RDA foi avaliada em 450 milhões de dólares. E isto depois de três reajustes, consentidos pela RDA em 1983, 1985 e 1989. (ver detalhes em OPPENHEIMER: 2003: 4 - 5).

²¹⁵ Müggenburg, Andreas: *Die ausländischen Vertragsarbeitnehmer in der ehemaligen DDR*, em: Berliner Referat der Beauftragte der Bundesregierung für die Belange der Ausländer, Berlim 1996 Word-Dokument

²¹⁶ Ainda não foi encontrada uma estatística exata a respeito da porcentagem entre homens e mulheres, mas numa comunicação pessoal da antiga encarregada dos estrangeiros no período imediatamente depois da queda do Muro, Almuth Berger, ela comentava que a presença de mulheres moçambicanas foi muito restrita e comparativamente inferior a dos homens.

acidente que incapacitasse o trabalhador por mais de três meses, sem possibilidades de recuperação, deveriam retornar ao país de origem. No caso de resistência à repatriação, a polícia estava autorizada a atuar de modo a assegurar que o retorno ao país de origem fosse cumprido. Em relação à escolaridade dos trabalhadores, no caso dos moçambicanos era exigido no mínimo o ensino básico, a partir da quarta série, e a seleção era realizada no lugar de origem. A respeito da situação de saúde, estes trabalhadores eram examinados por uma comissão de médicos na Alemanha, em função de assegurar a capacidade de trabalho²¹⁷.

Quanto às condições de habitação, os trabalhadores moravam separados da população alemã, em moradias no interior dos terrenos das fábricas, ou fora, nas proximidades. O controle nos prédios era rígido, as visitas de amigos, familiares e cidadãos alemães eram documentadas e exigia-se a apresentação da carteira de identidade. Os quartos eram ocupados com quatro pessoas e o espaço habitacional por pessoa estava previsto para a proporção de um indivíduo para cinco metros quadrados, sem possibilidades de mudanças e escolhas. A distância entre a moradia e o posto de trabalho não devia ultrapassar 40 minutos, isto incluindo o uso de transporte público. O uso dos quartos coletivos era controlado irrestritamente: o porteiro possuía todas as chaves e podia entrar em todos os quartos e controlar se alguém infringia as normas de residência preestabelecidas (quase sempre se tratava de controlar pernoites não registradas)²¹⁸.

Em relação à ocupação dos trabalhadores nos centros de produção, segundo o relatório de Müggenburg, em geral os trabalhadores moçambicanos trabalharam em quase mil empresas da RDA, principalmente na indústria leve (39%), na indústria mecânica (29%) e na indústria pesada (19%). O trabalho nas linhas de montagem, no interior das áreas de produção imediata, era muito pouco atrativo para os trabalhadores da RDA, pois neste ambiente conjugavam-se condições adversas de trabalho com possibilidades de ascensão muito remotas, isso devido à pouca exigência de qualificação²¹⁹. No caso específico dos trabalhadores moçambicanos, já no contrato

²¹⁷ Cabe assinalar que nos vários depoimentos expressos pelas entrevistas que Landolf Scherzer realizou com alguns moçambicanos, torna-se evidente que a seleção destes moçambicanos para o trabalho na Alemanha esteve condicionada às necessidades específicas dos setores econômicos onde foram inseridos. Era considerado apto para trabalhar na Alemanha quem possuía uma condição física resistente.

²¹⁸ Op. cit. Págs 18-21.

²¹⁹ Op. cit. Pág. 22.

vinham estipuladas as suas ocupações e os lugares onde deveriam ser alocados: minas de carvão, manufatura do cobre, produção de veículos industriais, indústria têxtil e no setor agrário²²⁰. As leis que regulavam o mundo do trabalho na RDA colocavam estes trabalhadores em igualdade de condições junto a seus colegas alemães, porém, nos seus lugares de trabalho, na maioria das vezes confrontavam-se com normas de trabalho mais restritas do que aquelas aplicadas aos seus colegas alemães, como por exemplo, no caso dos intervalos (mais curtos do que dos alemães); ou na colocação e manejo dos aparelhos e maquinaria, geralmente alocados nos mais velhos, o que exigia maior esforço físico.

Continuando com o relatório de Müggenburg, a relação dos trabalhadores moçambicanos com seus colegas alemães nas brigadas de trabalho sempre esteve carregada de dificuldades. Estas variavam, desde o pouco reconhecimento do seu rendimento por parte dos seus colegas alemães, como também a colocação nos turnos mais pesados, e até situações de clara discriminação. O fato dos trabalhadores alemães não conhecerem as razões para a presença desses “outros” trabalhadores nas fábricas, levava a que muitos deles considerassem estes como “escravos”, vindos para pagar com trabalho a dívida contraída pelos seus respectivos países com a RDA. Esta situação contrastava bastante com a propagada ideia de amizade socialista. Nas diretrizes que orientavam o trabalho nos centros de produção, estipulava-se que *“os trabalhadores estrangeiros são colocados em igualdade de direitos nos coletivos de trabalho, onde deverão trabalhar em uma atmosfera de amizade e camaradagem”*.²²¹ O que ocorria de fato, é que na maioria das vezes estes trabalhadores estrangeiros ficavam entre si.

Entre os diversos problemas, colocados como obstáculos, que os moçambicanos tiveram que superar estava a barreira da língua. Um dos pontos estabelecidos nos acordos intergovernamentais para garantir a compreensão do processo produtivo era o aprendizado básico da língua alemã. Diferentemente de outros trabalhadores estrangeiros, os moçambicanos tiveram por regra entre um e três meses de aprendizado, que somavam 200 horas de alemão. Ao mesmo tempo, recebiam cursos básicos de formação técnica que iam de um a três meses de duração. Além disso,

²²⁰ Op.cit. Págs 22-23.

²²¹ Op. cit. Pág. 24.

existia a possibilidade de serem dispensados até 15 dias por ano do trabalho para participar de cursos de idioma e formação técnica. Muitas vezes esta possibilidade ficou mais no papel, já que muitas empresas privilegiavam a maximização do uso da mão de obra em detrimento da formação técnica destes trabalhadores. Como resultado desta política, muitos não tiveram acesso àqueles cursos. Já no período da queda do muro e da unificação das duas Alemanhas, os primeiros a perceber e a sentir as conseqüências desta mudança foram precisamente estes trabalhadores, sobretudo porque muitos deles perderam o posto de trabalho. Entre 31 de dezembro de 1989 e 31 de dezembro de 1990 a quantidade de trabalhadores ainda empregados nas fábricas da RDA reduziu-se drasticamente de 15.100 a 2.800 trabalhadores.²²²

3.4 Rituais de amizade e concorrência cotidiana: o paradoxo da integração

A vida social dos moçambicanos esteve atravessada por uma série de condicionamentos, os quais vinham, como foi indicado mais acima, de um lado, das esferas oficiais, através dos regulamentos oriundos tanto do contrato assinado entre a RDA e Moçambique, quanto pelas próprias leis migratórias internas existentes. De outro, o grau de isolamento ao qual estiveram submetidos, contribuiu para a falta de informação em relação ao seu status, mas também ajudou na criação de uma série de estereótipos junto ao conjunto da população alemã. Paradoxalmente, o discurso oficial os apresentava como um exemplo da solidariedade internacionalista entre os povos socialistas e emancipados. Paradoxo porque, em um cenário entretido por esta discursividade exaltada de amizade, as leis de controle, junto ao isolamento intencionado e sistemático, a percepção estereotipada e a desconfiança da população, se sobressaiam às incongruências de uma relação no fundo não desejada, mas finalmente tolerada visto que, de um lado, tratava-se de um Estado dependente da força de trabalho para cumprir com o plano de produção preestabelecido e, sobretudo, dependiam da transferência de grande parte dos salários diferidos para o aumento na produção de divisas²²³. De outro lado, uma população que regida sob a ideia de ajudar o

²²² Op. cit. Pág 24-26.

²²³ Neste ponto, é preciso fazer uma observação no que diz respeito ao grau de dependência econômica da RDA

processo de desenvolvimento de países pobres, até mesmo “incivilizados”, tolerava, não sem restrições, a presença destes trabalhadores não-europeus dentro das suas fronteiras.

Ao pensar na imagem dos moçambicanos em terra alemã, alguns autores (em especial KUCK: 2003) mencionam a possibilidade de estar frente a uma espécie de *underclass* (subclasse)²²⁴ socialista. Além da dificuldade no uso deste termo, principalmente pelo essencialismo que sugere na definição de certos grupos sociais, os quais supostamente viveriam fora da sociedade com normas e um sistema de valores próprios. Chama a atenção o uso, neste contexto específico, pois parece querer definir um estado permanente, uma condição específica dos trabalhadores moçambicanos, e não um processo contínuo onde precisamente esses sujeitos agiam frente às dificuldades provocadas tanto pelo condicionamento resultado do seu status legal, como pela experiência cotidiana de submissão e hierarquia que envolvia o mundo laboral no qual estavam inseridos.

De fato, nem o SED, nem a FRELIMO, apostaram em uma integração desses trabalhadores, ao contrário, já desde o começo, a funcionalidade desses trabalhadores, para ambos os Estados, estava definida sob critérios estritamente econômicos. Almuth Berger (2005) definiu esta funcionalidade da seguinte maneira:

Os trabalhadores moçambicanos não foram vistos como trabalhadores da amizade, senão como firme componente da capacidade social de trabalho, como se dizia no ministério de segurança. Seu uso foi quantificado com exatidão: deduzindo todos os custos para o ingresso nacional, cada moçambicano produzia 18.487 marcos, 13.000 moçambicanos produziram aproximadamente 240 milhões de marcos.²²⁵

junto a esses trabalhadores. Quase todos os trabalhos produzidos sobre esta questão, ao refletir sobre este aspecto de dependência na produção de divisas, o fazem de maneira indiferenciada, abordando a situação de todos os trabalhadores e não apenas a dos moçambicanos.

²²⁴ A figura de “subclasse” é mencionada por diversos autores (Behrends, Kuck, Schüler, etc.), porém, não existe um trabalho esclarecedor deste conceito específico. Neste caso, a importância do conceito parece radicar no fato de estar frente a uma estratificação social no interior de uma sociedade que se entendia como “Klassenlose Gesellschaft” (sociedade sem classes). Uma visão crítica sobre a aplicação do conceito se encontra no estudo feito por Michael Steward, sobre os ciganos na Europa do leste, ver: Steward, Michael: “Underclass oder soziale Ausgrenzung? Der Fall der Roma”, em Hann, Cris (Hg), *Postsozialismus: Transformationsprozesse in Europa und Asien aus ethnologischer Perspektive*. Campus, Frankfurt am Main, 2002, págs. 201-231.

²²⁵ Berger Almut: “Arbeiter der Freundschaft? Meine Erfahrungen als Pastorin, als Staatssekretärin und bei der Verhandlungen in Maputo 1990”, em Döring, Hans-Joachim/ Rüchel, Uta: *Freundschaftsbande und Beziehungskisten: Die Afrikapolitik der DDR und der BRD gegenüber Mozambik*. Brandes & Apsel, Frankfurt am Main, 2005. Pág. 122 (Trad. Livre: “Nicht als Arbeiter der Freundschaft, sondern als fester Bestandteil des gesellschaftlichen Arbeitsvermögen’, wie es im MfS hieß, wurden die ausländischen Werkträgern angesehen. Ihr

As diretrizes que visavam regular os casamentos binacionais, assim como evitar a gravidez das trabalhadoras, todas amplamente trabalhadas no relatório de Muggenburg (1996), constituiriam um componente a mais da intencionada (não) integração destes trabalhadores. Porém, todos esses dados ainda não são suficientes para definir este grupo dentro da categoria de *underclass*. Assumindo a crítica que Steward (2002) desenvolve num estudo sobre os ciganos na Europa do leste, parece que estamos falando, neste caso, de um fenômeno de exclusão social, cimentado tanto pela posição e papel que o Estado definiu para estes trabalhadores, quanto pelas classificações e representações que a população produziu. Ambas estiveram marcadas pelo jogo sucessivo de categorias, tais como raça (parafraseada através da ideia de diferença cultural), gênero (neste caso o jogo contínuo de desejo e rejeição) e classe (colocando aqui as relações hierárquicas de produção em primeiro plano). Para representar melhor este ponto, fazendo uso dos depoimentos encontrados nos trabalhos de alguns autores, pretende-se contrastar o discurso oficial com a versão dos entrevistados e das entrevistadas - levando em conta sua posição, função e proximidade com os trabalhadores moçambicanos. O propósito aqui é ilustrar como no cotidiano a correlação entre esta marginalidade condicionada pela prática estatal e o conjunto de representações classificatórias que os próprios alemães construíram, frente aos e através dos moçambicanos, comporta este conhecido jogo dialético entre desejo e rejeição, e como este por sua vez, só pode ser entendido através das relações de poder e hierarquia assumidas quase pela maioria dos atores envolvidos.

Nos protocolos de Scherzer (2004) aparece uma série de depoimentos de alemães, os quais tiveram um relacionamento mais fluido e próximo com os trabalhadores moçambicanos. Este autor realizou, durante 1982²²⁶, um total de nove entrevistas na cidade de Suhl em Turingia com diversas pessoas, entre elas o diretor da formação de quadros da fábrica; duas colegas de trabalho; o capataz; a dona do restaurante, a qual os moçambicanos costumavam visitar nos dias de folga ou na saída

Einsatz wurde sehr genau beziffert: 18.487 Mark produzierte ein Mosambikaner nach Abzug aller Kosten für das Nationaleinkommen, 13.000 mosambikanische Vertragsarbeiter erbrachten ca. 240 Mio. Mark'').

²²⁶ Na introdução o próprio autor revela que estes protocolos não foram publicados na época porque as próprias editoras colocaram como condição a não menção dos problemas de discriminação e racismo sofridos pelos moçambicanos durante a sua estadia.

do turno; o chefe de produção; o encarregado oficial da assistência aos moçambicanos; o secretário distrital do SED; o diretor do lar residencial; e por fim, um vizinho que morava em frente à *Wohnheim* (lar residencial), local onde chegaram 200 moçambicanos empregados nas fábricas de produção de veículos industriais, armas de caça e motocicletas, no pequeno distrito de Heinrichs. Este distrito tem hoje em dia 1.512 habitantes, torna-se interessante então, imaginar o impacto que pode ter significado a chegada de 200 moçambicanos para esta população. A partir destes protocolos, defrontamo-nos com uma série de aspectos importantes no momento de questionar as diversas teses escritas sobre os moçambicanos. Uma das primeiras teses colocada por alguns autores - e resumida no relatório de Müggensburg -, como causa da xenofobia pós-socialista que seguiu à queda do muro, sustentava-se no suposto isolamento em que viviam submetidos estes trabalhadores moçambicanos.

Ao revisar os diferentes depoimentos não é difícil chegar à conclusão de que os moçambicanos não estavam isolados da população, da maneira como é manifestada em grande parte dos trabalhos, porém a distância entre estes esteve determinada por uma série de fatores, definidos tanto pela política aplicada desde as esferas de poder, como também pela convivência cotidiana. Reproduzindo alguns depoimentos do vizinho entrevistado, veremos que a distância entre ele e estes trabalhadores esteve marcada mais pela hierarquia, por vezes de ordem colonial, que ele estabelece, do que por uma suposta rejeição em frente aos moçambicanos. O primeiro elemento classificatório abrangente é de caráter racial, no entanto a hierarquia é manifestada através da sua auto-percepção como "civilizado" em relação aos recém chegados:

1980, de repente todo o andar de cima da moradia devia ser desalojado, os aprendizes deviam sair porque vinham os negros. Vinham negros! Bom, em princípio pensamos, eles são como os vietnamitas, civilizados e um pouco tímidos. Pensamos que se intimidariam, eles não tinham visto nada parecido, Alemanha, todas estas ofertas de consumo e isso. Eles não têm nada em casa. A opinião comum era que vinham os bosquímanos...²²⁷.

Logo após um tempo de convivência com esse grupo, o entrevistado reconhece atitudes de maneira singular em alguns deles, as quais, segundo ele, seriam parecidas

²²⁷ Apud. pág. 15 (trad. Livre do alemão: "1980 hieß es auf einmal, die oberen Etagen müssen geräumt werden, die Lehrlingen raus, es kommen Schwarzen. Es kommen Schwarzen! Gut. Zuerst waren wir der Meinung, die werden ähnlich sein wie die Vietnamesen, gesittet und ein bißchen zurückhaltend. Die werden eingeschüchtert sein, dachten wir, sie haben so was noch nie gesehen, Deutschland, dieses Angebot an Konsum und so. Sie haben ja nichts zu Hause. Die landläufige Meinung war: die Buschmenschen kommen.").

às dos próprios alemães:

No primeiro de maio do ano passado tinham que se juntar ai em baixo no pátio, ai eram indultados de todos os castigos, represálias e críticas que tinham recebido até ai. Por exemplo, quando chegavam na moradia tarde da noite. E depois? Quando chegavam novamente as duas da madrugada e nós estávamos acordados e lhe perguntávamos 'Oba, você chegou de novo tarde!' (ele respondia) Sim, pronto vai ser de novo 1° de maio, eles são exatamente como nós.²²⁸

O assunto de maior conflito, e como veremos logo nos relatórios elaborados pelos funcionários do Ministério de Segurança do Estado, mas também através dos relatos dos próprios moçambicanos, foi a relação que estes tinham com as mulheres alemãs²²⁹, neste ponto todos os homens entrevistados concordaram com a posição deste vizinho:

Às vezes chegam também mulheres na moradia [...] olha, que as mulheres aqui não falam bem disso, é claro. O alemão diz: clã com clã, alemão com alemão, o negro deve ir onde os negros, onde pertence [...] Acho que uma mulher alemã não pertence aos negros, de maneira nenhuma²³⁰.

Contudo, merecem atenção os depoimentos diferenciados que as mulheres fazem a respeito da sua relação com os moçambicanos. Karin, montadora alemã na fábrica de motocicletas, resume da seguinte forma:

os tipos da RDA, com os quais teve um namoro, foram a maioria uns babacas e infieis. Os moçambicanos são mais fieis. Meu namorado é muito ciumento, ele tem medo de ficar só, se ele me perdesse. Os outros moçambicanos sentem inveja dele por minha causa. A maioria tem só alguns casos sem muito compromisso, e nosso namoro foi algo assim como um protesto contra nossos colegas alemães e para mostrar publicamente que nós somos um para o outro. Além de mim, aqui em Fajas²³¹, tem três meninas que têm um namoro com um

²²⁸ Apud pág. 20 (trad. Livre do alemão: "Zum 1. Mai voriges Jahr mussten sie unten im Hof antreten. Da hat man ihnen all ihre Strafen, Verweise und Rügen erlassen, die sie bekommen hatten. Beispielsweise wenn sie abends zu spät ins Heim gekommen waren. Und danach? Wenn sie wieder um zwei kamen und wir noch auf waren und sie fragten: Nu, du kommst doch heut schon wieder zu spät! – ja, is' bald wieder 1. Mai. Also sind sie schon genauso wie wir").

²²⁹ Neste sentido, vale a pena recuperar o relato de um moçambicano, o qual descreve de maneira singular a relação que estes trabalhadores tinham com as mulheres: "Com a permissão de saídas singulares viríamos ganhar mais espaço de movimentação e namoros numa altura em que a capacitação linguística não era feita só nas aulas, mas também nas discotecas, campo de férias, nas feiras e mais conquistando as flores lindíssimas alemãs. Lindíssimas e vivas com um olhar castanho igual ao meu, azul e outros meio azul e verde que o feitiço do italiano Leonardo da Vinci não teria feito. Nos campos de férias onde a concentração era de caráter internacional, roubávamos flores polacas, checas, alemãs federais, e até russas temporariamente". Relato intitulado "O Sonhar Acordado" de João Saba, antigo trabalhador moçambicano, aparecido no livro do ICMA: Alemanha ida e volta. Deutschland, hin und zurück. Vivencias dos Moçambicanos antes durante e depois da estadia na Alemanha, Instituto Cultural Moçambique-Alemanha, Maputo 2005.

²³⁰ Apud. Pág. 22 (trad. Livre do alemão: "Manchmal kommen auch Frauen rüber ins Heim [...] Also daß die anderen Frauen hier nicht gut reden über so was, das ist doch klar. Der Deutsche, der sagt: Sippe zu Sippe, Deutsch zu Deutsch. Der Schwarze soll zu Schwarzen gehen, wo er hingehört [...] Ich find, ne deutsche Frau gehört nicht zu den Schwarzen, absolut nicht.").

²³¹ Fajas é a forma resumida de: VEB Fahrzeug- und Jagdwaffenwerk (Empresa estatal para a produção de veículos

Outro testemunho discordante da opinião masculina é aquele colocado pela dona do restaurante onde os moçambicanos costumavam ir beber, neste depoimento coincidem um sentimento maternal com certo desejo reprimido:

Tem também moçambicanos que estão namorando uma moça, tem um que passa por aqui com uma, quase todos os dias. Parece que trabalham juntos. Se existe o amor entre negros e entre brancos, porque não pode existir um amor entre branco e negro? Naturalmente eu não casaria com nenhum moçambicano, só por esta lógica. Eles vão embora. Eu estou muito velha para tirar tudo em uma panela.²³³

Outra montadora, que no momento da entrevista mantinha uma relação com um alemão, apresenta o problema da distância desde outro ângulo:

Eu pensei que eles eram pessoas como nós, só que tinham uma outra cor de pele. Os conheço só do trabalho, o que eles fazem no fim de semana não sei. Fora do trabalho, nós temos apenas contato com eles e muita da nossa gente não o quer também não [...] Ao começo, quando na brigada se descobriu que Angela (colega dela) saía com um moçambicano, foi o inferno ai atrás (na sala de refeição e pausa), foi muita fofoca mal intencionada contra ela, principalmente as fêmeas velhas, as quais em segredo talvez queriam o mesmo [...] Em todas as partes aparece que somos uma brigada socialista, Nosso nome é 'Kacomba'(Paulo Samuel Kankhomba), ele deve ter sido um combatente moçambicano, mais não sei. Embora, até hoje não temos participado de uma atividade conjunta com os moçambicanos. A maioria de nós estaria contente, se os moçambicanos fossem embora.²³⁴

Destes diversos relatos, um aspecto sobressai dentre outros: as brigadas de

e armas de caça).

²³² Apud. Pág. 54 (trad. Livre do alemão: *“Die DDR-Kerle, mit denen ich bisher gegangen bin, die sind doch fast alle blöd und nicht treu. Die Mozambikaner sind treuer. Mein freund ist sehr eifersüchtig, er hat Angst, dass es , wenn er mich verliert, wieder allein ist. Die anderen Mozambikaner benieden ihn um mich. Meist haben sie doch nur lose Verhältnisse, und unsere Verlobung, das war mehr so etwas wie ein Protest gegen die deutschen Kollegen und um öffentlich zu zeigen, daß wir zusammengehören. Es gibt außer mir hier im Fajas nur noch drei Mädchen, die fest mit Mozambikaner gehen.”*)

²³³ Apud. Pág. 67 (trad. Livre do alemão: *“Es gibt Mozambikaner, die haben schon ein Mädchen, einer sitzt mit seiner Mädchen fase jeden Tag hier rum. Sie scheinen zusammen zu arbeiten. Wenn's eine Liebe zwischen Schwarz und Schwarz und Weiss und Weiss gibt, warum soll's nicht auch eine zwischen Weiss und Schwarz geben? Ich würde natürlich keine Mozambikaner heiraten, von der reine Logik her. Die gehen wieder weg. Ich bin dazu schon zu alt, um alles dafür in einen Topf zu kriegen.”*)

²³⁴ Apud. Pág 111-115 (trad. Livre do alemão: *“ich dachte mir, das sind auch keine anderen menschen als wir, nur, dass sie eine andere Hautfarbe haben. Ich kenn' sie ja nur von der Arbeit, ihr Leben am Wochenende kenne ich nicht. Wir haben außerhalb der Arbeit kaum Kontakt zu ihnen, und viele von unsere Leuten wollen das auch nicht [...] Die erste Zeit, als es in der Brigade rauskam, daß Angela mit dem Mozambikaner geht, da war höllisch was los da hinten, da haben sie sie durch den Dreck gezogen. Vor allem die älteren Wieber. Die vielleicht selber insgeheim mal gewollt hätten [...] Es steht überall, wir sind eine sozialistische Brigade, Heißen übrigens ,Kacomba' das soll ein mozambikanischer Befreiungskämpfer sein, mehr weiss ich nicht. Aber wir hatten noch nicht eine einzige gemeinsame Veranstaltung mit den Mozambikaner. Die meisten von uns wären froh, wenn die Mozambikaner wieder weg wären.”*)

trabalho. Essas brigadas constituíam o núcleo básico de produção, a denominação desta unidade em “brigada”, na linguagem socialista, tinha a pretensão de confrontar com a ideia de alienação do processo produtivo capitalista, daí a necessidade de revesti-las de uma mística própria e incentivá-las colocando nomes de personagens importantes e revolucionários nas fábricas, centros e mesmo brigadas de produção. Para o caso específico das brigadas, sobressai também o fato de que conformaram o espaço físico - por excelência - em espaço de convívio entre alemães e moçambicanos; ainda mais que a moradia, inclusive, cujo acesso estava submetido a restrições e controles mais rígidos, e mais que outros lugares de acesso público: restaurantes, discotecas, supermercados ou lojas. Schüler (2003) confere uma importância substantiva ao trabalho de pesquisa desenvolvido neste espaço, pois representa uma oportunidade privilegiada para o encontro pessoal entre alemães e estrangeiros (SCHÜLER, 2003: 309). É precisamente neste espaço, onde é possível identificar o uso cotidiano de uma série de categorias, tanto para entender os tipos de representações que os alemães vão construindo, quanto certas clivagens próprias da relação de poder e hierarquia estabelecidas durante todo o período.

A incorporação das brigadas de trabalho na análise da interação entre alemães e moçambicanos adquire ainda maior relevância, pois não apenas contextualiza esta relação, como também nos permite pensá-la como uma esfera na qual as categorias anteriormente mencionadas serão negociadas. Esta negociação estará, no entanto, condicionada por outra série de aspectos, o primeiro é a posição que os trabalhadores moçambicanos ocupam na hierarquia do processo produtivo. Os primeiros trabalhadores que chegaram, entre 1979 e 1981²³⁵, tiveram a possibilidade de obter uma formação técnico-profissional que os grupos posteriores não tiveram²³⁶. No entanto,

²³⁵ Segundo cifras de Döring, os moçambicanos que chegaram entre 1979 e 1981 compunham um total de 5.904 trabalhadores que entraram na RDA com visto de estudantes. Embora no contrato de 1979, estipulava-se a ocupação destes trabalhadores unicamente para os setores do processo produtivo, considerados básicos. Ver em: Döring (1999, cap. 5/ 5.9. 230-239).

²³⁶ Em entrevista com uma moçambicana, feita pela Ong KKM (Koordinierungskreis Mozambik) em 1992, ela relata: *“Nosso governo cometeu o erro de não nos dizer com clareza que nós vínhamos para RDA só para trabalhar. Entre 1979 e 1981 estava escrito no nosso passaporte o visto de estudante, e, portanto, pensamos que íamos para Alemanha para estudar. Mas nós não fomos para a universidade e sim para a fábrica. Os outros que chegaram depois já sabiam através de nós. Muitos trabalharam em fábricas onde se exigia muito esforço físico. Outros queriam voltar para casa. No meu caso, afortunadamente, não foi tão ruim como, por exemplo, no matadouro ou nas cooperativas de produção agrícola. Ali ninguém queria ir, sobretudo nas fábricas onde estavam os porcos.”* (Entrevista com Lina, instaladora elétrica de Maputo, formada em Berlim. Em: Informationszentrum Afrika E. V.: Schwarz-weiße Zeiten: AusländerInnen in Ostdeutschland vor und nach der

a ocupação principal destes trabalhadores era o trabalho nas linhas de montagem. Salvo poucas exceções, a maioria cumpriu funções pouco qualificadas. Este fato contribuiu enormemente para facilitar o contato com as colegas alemãs, as quais, embora não da mesma forma que estes trabalhadores, também estavam no final da corrente produtiva²³⁷. Este aspecto adquire relevância ao se constatar o fato de que oficialmente não existia diferença de classe, mas é possível pensar que na prática cotidiana as mulheres estivessem situadas na base da estrutura social, junto aos trabalhadores estrangeiros. De maneira complementar, as mulheres podiam ascender a melhores posições dentro da estrutura através da formação profissional e qualificação, situação à qual os moçambicanos estiveram, salvo exceções, excluídos.

Por outro lado, esta posição dentro do processo produtivo trazia suas desvantagens, sobretudo no que se refere ao nível salarial. Era só através das horas extras e dos trabalhos durante o fim de semana que estes trabalhadores podiam também conseguir aumentar o nível de seus salários²³⁸, embora não igualasse aos rendimentos de seus colegas alemães. Kuck (2003: 276) analisa este aspecto tomando as relações hierárquicas como o elemento ordenador das relações entre colegas. Porém, é importante reconhecer o racismo contido nas mesmas relações. Por exemplo, em alguns relatos era usual ver como alguns colegas alemães cediam algumas horas e até todo um turno para incrementar o salário de parte dos moçambicanos e assim equiparar a desigualdade nos salários, mas da mesma maneira, e até quase com a mesma intensidade, se indignavam quando um destes trabalhadores conseguia aceder a um posto de trabalho melhor remunerado e com maior responsabilidade. Nesse caso, as expressões eram majoritariamente de rejeição, ou seja, a autoridade deste trabalhador não era aceita, nem respeitada.

Outro aspecto dessa relação de concorrência, estabelecida no interior dos centros de produção, pode ser visto também fora das fábricas e principalmente nos

Wende; Erfahrungen der Vertragsarbeiter aus Mosambik; Interviews, Berichte, Analysen / Hrsg.: Informationszentrum Afrika e. V. (IZA), Bremen, 1993. pág 47.

²³⁷ Em relação aos postos de ocupação, é necessário esclarecer que não eram unicamente as mulheres que estavam ao final da linha de produção. Homens também, na sua maioria *Lehrlinge*, ou seja, aprendizes, os quais, na medida em que a sua formação profissional ia avançando ocupavam posições melhor qualificadas e também melhor pagas, posteriormente.

²³⁸ Neste ponto, ver Kuck, Dennis: "Für den sozialistischen Aufbau ihrer Heimat"? Ausländische Vertragsarbeitskräfte in der DDR, 2001 In: Fremde und Fremd-Sein in der DDR / hrsg. von Jan C. Behrends - Berlin, 2003, S. 271-281.

lugares cotidianos de acesso aos bens de consumo e serviço. Como se referiu anteriormente, existia na população a ideia de que os trabalhadores estrangeiros eram privilegiados por receber o salário em divisas. Essa ideia só pode ser entendida se tomamos em conta que na linguagem comercial todos os assuntos relacionados com os trabalhadores estrangeiros, independentemente do que estes recebiam em moeda nacional, eram pensados em divisas²³⁹. Neste ponto, se torna também significativo o fato de que a maioria dos contratos e acordos relacionados a estes trabalhadores, assinados entre o SED e Moçambique, foram mantidos em segredo²⁴⁰, provocando assim um silêncio sugestivo, que convidava a população a criar e alimentar certos rumores e desconfianças, entre os quais, os mais recorrentes eram que estes trabalhadores ganhavam o salário com o dinheiro do ocidente, e portanto, podiam aceder a bens de consumo ocidentais²⁴¹. Um depoimento feito por Paulino José Miguele, ex-trabalhador moçambicano:

A segregação dos trabalhadores estrangeiros provocava a desconfiança e a inveja da população alemã. Existia o boato de que existiam *Intershops*²⁴² os lares

²³⁹ Hans-Joachim Döring coloca esta questão no seu livro. Ver op.cit., 1999 capítulos 3 e 5.

²⁴⁰ Estes contratos, assim como as cifras e quantidades, estiveram vetados ao público, e, obviamente, também aos trabalhadores estrangeiros, até o final da RDA em 1990. Segundo Müggenburg, a finalidade de manter em segredo os acordos bilaterais era, no caso da RDA, para esconder a razão principal da vinda destes trabalhadores, a saber: a imensa necessidade econômica da RDA na produção de divisas a baixo custo. Neste âmbito, é mister assinalar a importância que teve a relação entre o Ministério de Segurança do Estado (Ministerium für Staatssicherheit: STASI) e o Ministério de Negócios Estrangeiros (Ministerium für Aussenhandeln) na criação e desenvolvimento de um grupo de trabalho concentrado na criação de divisas para a RDA. O chamado “coordenação comercial” (KoKo: Kommerzielle Koordinierung). Este grupo nasce em 1966, sob as ordens de Alexander Schalck-Golodkowski, um oficial da STASI que só respondia as ordens do secretário de economia do comitê central do SED, Günter Mittag, do diretor da STASI e do secretário geral do comitê central, neste caso, Eric Honecker. Este campo específico de ação dedicou-se a resolver, entre outros, os problemas que atingiam diretamente a base econômica da RDA. Sob uma estrutura compartimentada, e quase secreta, esta atua basicamente no âmbito das relações comerciais com o exterior. A importância deste grupo para o tema em questão, é que este foi o responsável direto, em todas as áreas, pelos convênios, acordos e contratos com Moçambique, mas, principalmente, pela contratação dos trabalhadores moçambicanos que vieram à RDA. Este argumento é trabalhado, pormenorizadamente, por Hans-Joachim Döring: “Es geht um unsere Existenz”. Die Politik der DDR gegenüber der Dritten Welt am Beispiel von Mosambik und Äthiopien, Berlin 1999, cap. 3.

²⁴¹ Nos relatórios dos funcionários do Ministério de Segurança do Estado (STASI), faz-se referência à possibilidade que alguns moçambicanos tinham em aceder ao dinheiro da Alemanha ocidental. Como exemplo, podemos citar um relatório entregue pelo funcionário da indústria de produção de carvão, no qual relata um confronto físico entre moçambicanos e alemães. Os conflitos eram justificados pelo mal-estar de alguns alemães ao ver como os moçambicanos tinham acesso a boas roupas (roupas ocidentais) e bicicletas, por exemplo. Em outras palavras, estes alemães não gostavam do fato dos moçambicanos ganharem um melhor salário, em relação ao deles. Embora o salário médio dos moçambicanos não ultrapassasse os 500 marcos, ou seja, era menos da metade do que um alemão ganhava (na regra, a partir de 1500 marcos para cima), cabe se perguntar de que maneira estes moçambicanos podiam acessar a estes produtos de consumo, restringidos aos demais. Para estas referências, ver: BstU/MfS/MfKE/000008 e 26.

²⁴² Apud. Pág. 39. Nota de rodapé: “*Intershop – Läden, in denen Ausländer mit westlicher Währung und DDR-Bürger mit eingetauschten, Forum-Schecks, vorwiegend westliche Waren einkaufen konnten*” (Trad. livre: “Lojas

e de que todos os moradores dispunham dum apartamento próprio enquanto que os alemães tinham que esperar muito tempo para receber um. As vezes não era permitido aos estrangeiros fazer compras nas lojas *Exquisit*²⁴³ com o argumento de que havia bens de luxo em abundância nos lares em que estes viviam. Pensava-se também que os trabalhadores contratados eram responsáveis pela escassez de produtos. (MIGUELE, 2005: 435)

Outro depoimento feito pelo encarregado da formação de quadros, nos esclarece a esse respeito:

Em relação ao vestuário, as pessoas de Suhl falam muito porque eles (os moçambicanos) têm roupas que só podem ser compradas nos Intershop. Não se pode evitar que nossos amigos tenham suas fontes ao invés de trocar nosso dinheiro por dinheiro ocidental. Existe o rumor de que uma parte do salário é pago com dinheiro ocidental, isto é uma loucura, nenhum trabalhador moçambicano recebeu até hoje nem o mínimo dinheiro ocidental²⁴⁴.

Outro, entre os rumores mais propagados, era que os moçambicanos também podiam viajar muito mais do que os próprios alemães²⁴⁵. É importante lembrar que esta construção apenas é possível de ser entendida a partir da própria impossibilidade dos alemães de sair do país. Muitos trabalhadores, ao cumprir seu contrato de quatro anos, deviam voltar e, a partir de Moçambique, renovar o contrato para retornar a Alemanha. Esta regulamentação, salvo exceções específicas, não era conhecida pela população em geral. Isto levou a criar a imagem de viajantes e portanto indivíduos privilegiados pela hierarquia partidária.

Intershop, onde os estrangeiros podiam comprar produtos ocidentais, mas também os cidadãos da RDA podiam comprar trocando o dinheiro por 'cheques-forum'."

²⁴³ Assim eram chamadas as lojas de venda de artigos importados e de luxo na RDA. Desde 1962 existiam 300 destas lojas no território nacional. Apelidadas pela população *Uwubu* (Ulbrichts Wucherbuden: "Chaça da usura de Ulbricht") Fonte: online <http://www.ddr-wissen.de/wiki/ddr.pl?Exquisit> último acesso 16/09/2010

²⁴⁴ Apud. Pág 39 "*Was die Kleidung angeht – die Suhler reden viel darüber, weshalb sie Kleidung anhaben, die man nur in den Spezialladen Intershop kaufen kann: Es ist nicht zu vermeiden, die Freunde haben ihre Quelle, wo sie westliche Währung gegen unsere Mark umtauschen. Es gibt das Gerücht, dass wir ihnen einen Teil des Lohnes in Westgeld auszahlen würden! Das ist Unfug. Es wurde nicht eine westliche Währung in der geringste Summe an einen mocambikanischen Werktätigen gezahlt...*"

²⁴⁵ Aqui, "viajar" se refere às saídas fora dos limites da República e não às viagens no interior dos limites fronteiriços, pois grande parte destes trabalhadores costumava visitar cidades próximas aos centros de produção onde eles eram alocados. Os motivos destas viagens eram principalmente visitar aos amigos e, em alguns casos, suas namoradas.

3.5 “Unsere mosambikanische Freunde”²⁴⁶: vigiados e controlados pela STASI

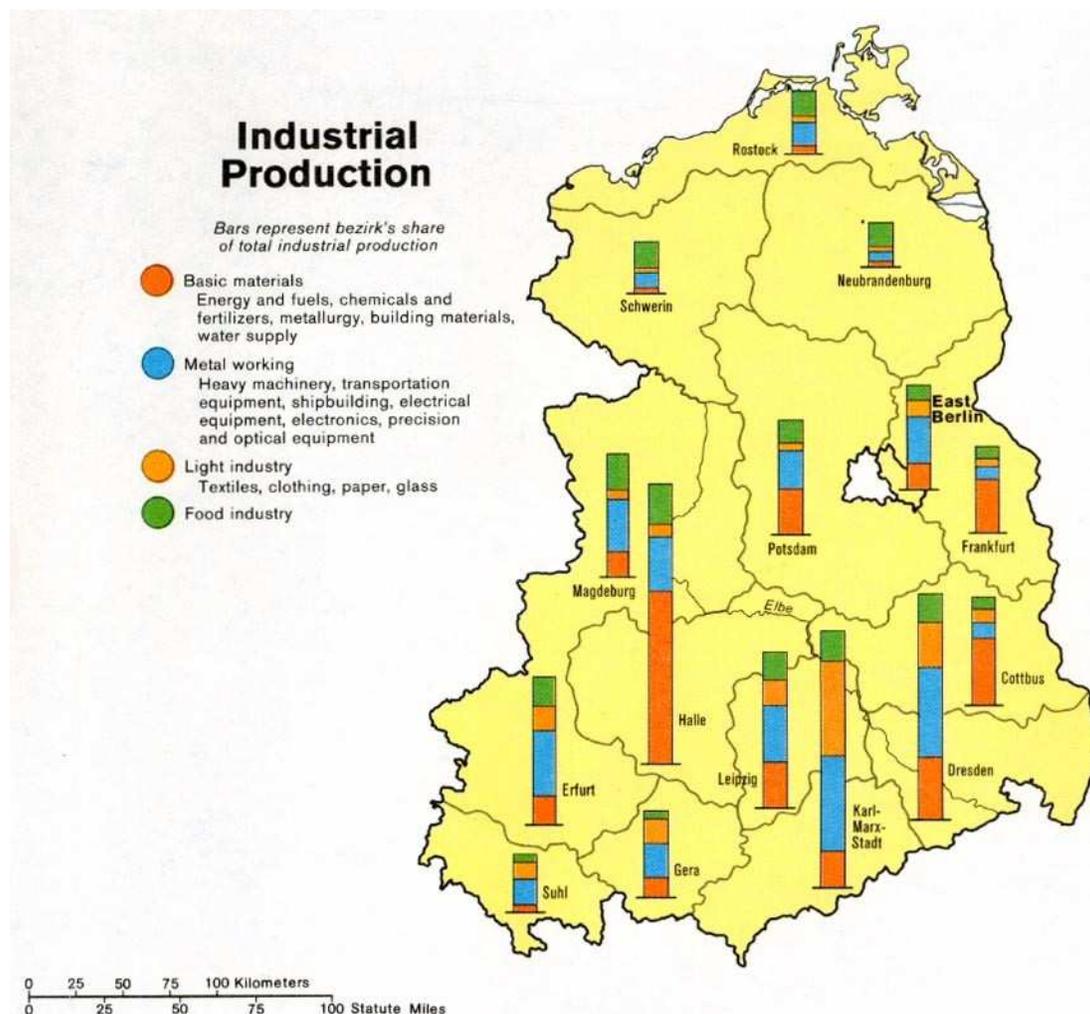


Figura 6: Centros de produção industrial da RDA, 1981. Fonte: http://www.lib.utexas.edu/maps/europe/german_dem_rep_ind_1981.jpg²⁴⁷

Existe uma quantidade impressionante de relatórios elaborados pelo Ministério de Segurança do Estado (doravante STASI) em torno dos problemas de convívio entre os moçambicanos e a população alemã, que aqui seria impossível colocar em sua

²⁴⁶ “Nossos amigos moçambicanos”.

²⁴⁷ De acordo com um relatório elaborado em maio de 1989, pela seção encarregada dos estrangeiros do ministério de Segurança do Estado, o contingente de trabalhadores moçambicanos estava repartido em território da RDA da seguinte maneira: Dresden 2997; Halle 1702; Karl-Marx Stadt (hoje Chemnitz) 1539; Erfurt 1509; Cottbus 1250; Berlim 1185; Leipzig 1162; Magdeburg 992; Postdam 977; Gera 429; Schwerin 439; Suhl 365; Rostock 332; Frankfurt am Oder 240; Neubrandenburg 125. Constituindo um total de 15243 cidadãos moçambicanos em território alemão oriental. BstU MfS – HA II Nr. 27428, 08.01.1989 págs 72-73

totalidade²⁴⁸. Contudo, foram escolhidos alguns com a finalidade de ilustrar da melhor forma o cotidiano destes trabalhadores, principalmente fora das unidades de produção, durante os momentos de lazer e descanso. Cabe assinalar que estes relatórios tinham diversas fontes e funções, podiam ser elaborados pelo funcionário da segurança e controle da STASI, na própria fábrica (conhecidos no jargão oficial como IM, Inoffizielle Mitarbeiter: “informante”); pela polícia, cuja função era elaborar boletins de ocorrências sobre tudo que fosse relativo a incidentes e acontecimentos específicos que acontecessem na via pública; pelo responsável da assistência e orientação das brigadas (Arbeitsbetreuer) e também pelos próprios oficiais da seção encarregada de estrangeiros (Ausländerabteilung), estes últimos, diferente dos primeiros, elaboravam relatórios mensais conhecidos como “Einschätzungen” (cálculos, estimativas). A intenção de colocar alguns exemplos é reforçar a ideia de que estes trabalhadores não viviam isolados da população, mas sim, sob constante vigilância e controle por parte dos órgãos encarregados em manter a “ordem”. Entretanto, eram também inseridos num tipo de relação grotesca, onde sobressai, por um lado, o paternalismo excessivo de um Estado mais preocupado com a própria imagem do que com a integridade dos seus “amigos convidados”, e por outro, um jogo de desejo e rejeição, assentado na percepção ambivalente da população alemã.

Contudo, torna-se necessário explicitar também a estrutura e funcionamento do dispositivo de controle da própria contraparte moçambicana. Particularmente, porque em todo momento será este, salvo exceções muito específicas, que atuará como mediador e sancionador sobre o contingente de trabalhadores moçambicanos. Neste sentido, para além dos diversos funcionários responsáveis, colocados pelo Estado alemão (do partido, do sindicato, da juventude, da mulher, assim como o diretor da fábrica, do turno, do lar residencial, do ministério de segurança e de estrangeiros), existiam o delegado do ministério do trabalho de Moçambique, os subdelegados por regiões, os chefes de grupo, os intérpretes, o representante do Partido, da OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas), para o caso das mulheres, e também os

²⁴⁸ Durante a pesquisa de campo em Berlim, em 2007, especificamente no arquivo do Ministério de Segurança do Estado (Ministerium für Staatssicherheit – STASI), consegui compilar mais de 2.000 documentos relacionados à situação política, econômica e social dos trabalhadores moçambicanos na RDA. Entre eles, os tipos de documentos mais interessantes foram os protocolos elaborados mensal e anualmente, as estimativas mensais e anuais das diversas seções encarregadas do controle destes trabalhadores.

funcionários do Serviço Nacional de Segurança Pública (SNASP). As brigadas de produção eram organizadas em uma proporção média de 50 pessoas por fábrica, entre homens e mulheres, cada brigada respondia a um chefe de grupo, que era quem negociava com a diretoria da empresa, com o diretor do lar residencial e com a polícia, em caso de incidentes, mas também com os subdelegados e delegado do ministério moçambicano, sobretudo no que dizia respeito aos vencimentos e exigências dos grupos em relação ao tipo de trabalho e organização do tempo livre, possíveis retornos forçados em casos de indisciplinas de alguns quadros, gravidez das mulheres, etc. O papel ativo desses funcionários, principalmente dos subdelegados e do delegado, como instância última, era supervisionar e garantir a produtividade das brigadas. Para o caso do chefe de grupo, este era o porta-voz dos trabalhadores perante os funcionários alemães e moçambicanos. O papel do intérprete era mediar as negociações entre estes trabalhadores, através do chefe de grupo, e a diretoria da empresa, em muitos casos esses intérpretes assumiram a função de chefe de grupo devido ao bom domínio da língua alemã, um elemento fundamental para a interação dos diversos sujeitos no interior do sistema produtivo.

Explicado isto, passo então a relatar alguns dos acontecimentos que considero significativos, porque é a partir destes que se torna possível interpretar algumas respostas, dos próprios trabalhadores, perante um entorno carregado de relações assimétricas, mas também nos outorga a possibilidade de reconstruir parcialmente o desenvolvimento de uma subjetividade moçambicana, diferente e paralela àquela que está sendo gestada em Moçambique²⁴⁹. Deve-se levar em conta que a esmagadora maioria dos relatórios, embora descrevam a situação dos moçambicanos, foram elaborados sem o conhecimento deles. Esta situação tem um efeito imediato nas possíveis interpretações. Primeiro, porque se torna evidente sua inserção como sujeitos passivos na elaboração destes relatórios e, como consequência, todos os seus atos e depoimentos relacionados às suas vidas, serão considerados apenas em função da relevância político-ideológica e econômica para o discurso oficial.

No dia 29 de Junho de 1980, em Vetschau, pequena cidade do distrito de

²⁴⁹ Neste ponto é necessário ressaltar que, enquanto esses trabalhadores permaneciam na Alemanha e estavam enquadrados no sistema produtivo do país, em Moçambique se desenvolve uma guerra de proporções que, com o tempo, serão devastadoras para o conjunto da população. Este aspecto foi abordado nos capítulos anteriores.

Lübbenau, em Spreewald, nas proximidades de Cottbus (130 km de Berlim), teve lugar um violento incidente entre trabalhadores moçambicanos da indústria de carvão “Jugend” e cidadãos alemães. O relatório informa que, aproximadamente 30 trabalhadores moçambicanos (mosambikanischer Werktätige) assistiram a uma festa no centro cultural “Casa do Povo” (Volkshaus) *“Ai tiveram discussões e diferenças com cidadãos alemães que levaram inclusive à agressões. Nos trabalhadores moçambicanos foi jogada cerveja sobre a cabeça e cinzas de cigarro nos cabelos, os moçambicanos foram ameaçados e receberam pancadas”*²⁵⁰. Ao serem inquiridos pela polícia, os moçambicanos responderam que o motivo básico das agressões seria o fato de que os alemães *“não gostam que eles tenham boas roupas, bicicletas, em outras palavras que seus vencimentos fossem bons demais.”* Nessa mesma noite, aproximadamente 10 moçambicanos voltavam para suas residências, quando foram xingados por jovens alemães de “neger”, “porcos negros”, “cães pretos”, entre outros. Em razão destes incidentes, no dia 1º de julho foi organizada uma assembléia com os trabalhadores moçambicanos, onde foram advertidos sobre a forma de se comportar em público. Muitos destes trabalhadores não entendiam *“porque os alemães os chamavam de negros ou pretos, pois eles eram africanos e, no caso, moçambicanos.”* Também reclamavam que muitas alemãs não queriam acompanhá-los na dança, e que então eram obrigados a dançar entre eles, criando assim novas tensões. Eles não entendiam porque, *“depois de 30 anos de socialismo ainda existissem pessoas más, ou seja, antissociais.”*

Na estimativa de setembro de 1980²⁵¹, elaborada pela seção encarregada pelos estrangeiros, calculava-se a ocupação de um total de 1.796 trabalhadores moçambicanos em 33 empresas alemãs, dos quais, um quarto era ocupado pela indústria do carvão. Até essa altura, foram enviados de volta a Moçambique: três mulheres grávidas, uma jovem com filho nascido na Alemanha e um “doente mental” (Geisteskranker). Este mesmo relatório informava que o tempo previsto de três meses para adaptação teve que ser prolongado para cinco, devido ao “baixo” nível de ensino com que os trabalhadores moçambicanos chegavam (3ª e 4ª classes), além de não

²⁵⁰ Tradução livre do relatório entregue pelo diretor responsável pela escola industrial. Em BstU/MfS-HAII.Nr. 35691/8.

²⁵¹ Vide em BstU/MfS-HAII. N° 35691/12-15.

possuírem experiência anterior nas áreas de produção onde iam ser colocados. Segundo o mesmo relatório, no começo os moçambicanos conseguiam trabalhar concentrados apenas duas horas; o ritmo de trabalho de oito horas com uma pausa intercalada, que era a norma preestabelecida de produção, só era alcançado depois de um ano. De acordo com estas normas de produção da RDA, os moçambicanos eram considerados muito disciplinados e em média eles cumpriam as exigências entre 70% e 90% dos casos, salientando o fato de que alguns deles conseguiam superar a exigência de 100% a 120% na produção. Esta disciplina se tornava relativa em relação ao aproveitamento do tempo livre. Quando eram enquadrados coletivamente, exigiam autonomia na organização do próprio tempo livre: alguns praticavam futebol, outros organizavam corais e bandas de música, com o aumento salarial, muitos começaram a visitar discotecas e consumir álcool. Muitos dos incidentes ocorridos durante esse tempo foram produtos de provocações originadas por cidadãos alemães e do leste europeu (búlgaros, russos e poloneses, principalmente). Até setembro de 1980, foram registrados incidentes em Lauchhammer, Ruhland, Vetschau, Welzow, Riesa e Leipzig.

Em geral, esses incidentes eram contínuos e foram registrados na maioria das cidades e distritos onde os trabalhadores moçambicanos estavam localizados. De acordo com os relatórios coletados, parece existir um padrão comum a todos estes acontecimentos. Desde 1980 até 1990, que seria o período de maior ocupação de mão de obra moçambicana na RDA, essas rixas eram provocadas por claras manifestações de discriminação e racismo, especialmente da parte dos homens alemães, reforçadas pela presença de possíveis parceiras alemãs²⁵², nas diversas atividades de lazer nas quais os moçambicanos participavam, o que aumentava significativamente a rivalidade entre eles - catalizada pelo excessivo consumo de álcool de ambas as partes. Outro fator distintivo dessas confrontações era a quantidade de implicados, em muitos casos começava com uma rixa verbal entre apenas dois indivíduos, mas acabava, muitas vezes, em uma violenta contenda grupal²⁵³ (Massenschlägerei), com ferimentos leves e graves de ambos os lados, inclusive alguns policiais. Muitos dos relatórios também revelam que, em muitos casos, essa reação violenta e coletiva dos trabalhadores

²⁵² Este aspecto deve ser tratado diferenciadamente, já que existem inúmeros relatórios que descrevem atitudes de aberta discriminação e racismo também por parte de mulheres alemãs.

²⁵³ São muitos os relatórios que descrevem a participação de trabalhadores moçambicanos em conflitos grupais de enorme dimensão, chegando às vezes a ter 200 pessoas, se somados os alemães envolvidos.

moçambicanos era produto de um acúmulo de situações individuais no cotidiano. A vivência cotidiana com a estrutura hierárquica na qual estavam inseridos não significou necessariamente aceitá-la.

Em 1982, o relatório elaborado pelo assistente da brigada de moçambicanos da indústria de cimento, em Rübeland, a 80 quilômetros de Magdeburg, relata uma série de incidentes protagonizados por estes trabalhadores, a maioria relacionada a atitudes de indisciplina frente a representantes da autoridade. Ausência injustificada nos turnos, recusa ao trabalho, diversas ameaças ao diretor do lar residencial, ao diretor e mestre de turno, ao próprio assistente, exigências alimentares nos refeitórios, entre outras, são colocadas pelo assistente como motivo da baixa no rendimento laboral. Segundo o assistente, o comentário mais comum de parte dos trabalhadores moçambicanos é *“nós não viemos para carregar sacos, nós viemos como aprendizes, mas também nós só queremos apreender como usar as máquinas e não viemos para fazer o trabalho sujo.”* Como reação às ameaças alguns alemães recusaram-se a trabalhar com alguns moçambicanos, particularmente, o diretor de turno e o próprio mestre manifestaram sua recusa devido às ameaças de alguns moçambicanos²⁵⁴. Segundo o mesmo assistente, a causa principal deste comportamento era a falta de autoridade do chefe do grupo moçambicano: *“chega atrasado ao turno, má qualificação teórica, não consegue impor autoridade ao grupo, deixa as coisas acontecerem.”* Em muitos casos, produto destas indisciplinas, alguns trabalhadores moçambicanos foram enviados a trabalhos de reeducação (Arbeitserziehung)²⁵⁵. Se esta medida não tinha os efeitos desejados no trabalhador, este era enviado de volta a Moçambique, no caso em questão, foram enviados pedido de retorno de nove trabalhadores moçambicanos ao delegado do Ministério do Trabalho de Moçambique.

²⁵⁴ Os nomes das pessoas envolvidas nos relatos abordados até aqui não aparecem. Isto se deve ao fato de que, devido à lei de proteção de dados pessoais, o arquivo do Ministério de Segurança foi obrigado a apagar os nomes de terceiros, ou seja, os únicos nomes que podem aparecer são os dos funcionários de alto nível na hierarquia do Estado, como é o caso de Honecker, Mittag, Singhuber, Schalck, etc. Os nomes dos trabalhadores moçambicanos, assim como dos alemães, estão protegidos pela lei. Esta situação torna a reprodução das informações contidas nestes relatórios um tanto difícil, já que produzem o efeito de estarmos falando de maneira genérica de um grupo homogêneo, como se não existissem particularidades.

²⁵⁵ Na maioria dos relatórios, lamentavelmente não se especifica o tipo de trabalho de reeducação que os moçambicanos foram submetidos, mas as informações permitem-nos inferir que, neste caso, trata-se de reuniões e encontros dos trabalhadores afetados com educadores encarregados de esclarecer o que significa o trabalho e a moral socialista, combinado com horas de trabalho extra, não-remunerado. Dos relatos dos próprios moçambicanos, não encontrei nenhum que lembre de ter sido “punido” com essa medida.

Nos refeitórios, a padronização do alimento não dava espaço à possibilidade de entender que, para alguns moçambicanos, alguns alimentos eram considerados tabus e, portanto, eram interditos. Diversos depoimentos de trabalhadores das províncias do norte de Moçambique, que professam a religião muçulmana, relatam os problemas de alimentação ao chegar na Alemanha, visto que a carne de porco era a base alimentar para os trabalhadores das indústrias e empresas no país²⁵⁶, mas também o tipo de refeição e a quantidade geravam discussões com os funcionários dos refeitórios, em sua maioria mulheres. Esta situação dava margem a tensões de diversas naturezas. No caso informado, a queixa principal das mulheres do refeitório devia-se à exigência dos moçambicanos de querer comer mais pelo mesmo preço. A recusa destas mulheres dava origem a xingamentos e ameaças por parte dos moçambicanos. Segundo o relatório, o argumento dos moçambicanos era *“nós temos produzido já muito dinheiro para a empresa, que tornou-se rica, ela pode pagar tudo, nós ganhamos muito pouco para o que produzimos.”* O pessoal do refeitório, respondia *“nós não somos súditas destes moçambicanos. Eles devem aceitar as regras estabelecidas e se não podem, então devem voltar aos arbustos.”* O aspecto significativo neste episódio é que ele permite visualizar como acontecimentos cotidianos eram capazes de exteriorizar as diversas tensões presentes neste ambiente, tanto em termos de hierarquia e gênero, como de raça, todas estas - tensões - inseridas em uma dinâmica tutelada pelos órgãos de vigilância e ordem presentes nestes espaços comuns.

Em relação ao contato destes trabalhadores com as mulheres alemãs, são inúmeros os relatórios que documentam esse aspecto. Pela sua extensão, só colocamos aqui alguns casos, que nos parecem ilustrativos para reforçar nossa contra-argumentação à ideia de que estes trabalhadores estiveram isolados durante sua

²⁵⁶ Sobre as estratégias alimentares dos trabalhadores de religião muçulmana, temos os casos de Ade e Juma. No caso de Juma, ele relata: *“nos deram maçãs, não é que em Moçambique não tivéssemos mas era difícil, e aí também essa coisa do porco, pão com fiambres de porco, salsichas e essas coisas todas, eu queria recuar, aliás recuei, só comi as maçãs. Eu aguentei sem comer três dias, me diz senão vou morrer, comecei a comer aquelas coisas de fiambres, daí aleluia! entro no sangue e daí ia eu mesmo a comprar (risos)”* (Juma Madeira, 2009). No caso de Ade foi diferente, *“Eu pratico a religião. Em Alemanha havia parado, não tinha mesquita. Em Alemanha eu conseguia distinguir as carnes, mas eu comia mais peixe e frango, a carne eu evitava. O caril que eu comia lá era frango e peixe, coelho também. Em Alemanha eu não bebia, eu comecei beber cá em Moçambique. Eu fiquei na fábrica de cerveja quatro anos, mas eu não fiquei a beber.”* (Ade Tamimo, 2009) Amessina, também muçulmana confrontou-se com o problema da prática religiosa: *“Em Alemanha eu não comia porco, eu comia frango ou as vezes carne, mas eu praticava a religião embora não havia mesquita. Eu conseguia não beber, mas chegou um momento em que bebia vinho por causa do meu namorado.”* (Amessina Namagere, 2007)

estadia na Alemanha. Um relatório de 1981, elaborado pelo agente do serviço de inteligência do departamento de contra-espionagem, ativo na empresa RAW “Franz Stenzer” em Berlim, informa que os trabalhadores moçambicanos, logo que se adaptavam às condições de trabalho na fábrica, começavam a levar visitas às suas residências, neste caso, tratava-se de mulheres alemãs. Informa também, que perante esta situação foram tomadas medidas de controle e normas de vigilância que provocaram a resistência desses trabalhadores. Os comentários mais ouvidos de parte dos moçambicanos era que *“isto é igual ao colonialismo, os brancos que mandam”*. Segundo o próprio agente, muitos moçambicanos viam nestas medidas *“uma contradição na relação de amizade entre Moçambique e Alemanha.”* Em um relatório classificado como de alta segurança (streng geheim), emitido em 1984 pela agente de inteligência Schöneweide, encarregada da empresa RAW “Roman Chwalek”, em Berlim, documenta que alguns aprendizes moçambicanos teriam acesso a dinheiro ocidental e que o lugar de encontro e circulação deste dinheiro seria o café “Warschau”, no centro da cidade. Quem teria entregue essa informação era o mestre destes aprendizes, que, ademais, informou que eles costumavam levar mulheres nas suas residências, e com elas tinham relações sexuais (intim Verkehren) e pagavam muito bem. A seção M, encarregada da vigilância dos correios, interceptou, em 1987, a carta de um cidadão alemão dirigida ao embaixador moçambicano, exigindo o retorno forçado de um trabalhador por estar cometendo adultério com a sua esposa e por ter destruído um matrimônio de 37 anos. Por motivos já mencionados, não se revelam nomes nem lugares, mas trata-se de um relacionamento de vários anos entre esta cidadã alemã, de 54 anos, com o trabalhador moçambicano, que, segundo o marido reclamante *“poderia ser seu filho”*. O marido, em questão, também acusa este mesmo trabalhador de estar traindo a sua mulher com outra alemã mais nova. Segundo o mesmo marido, ele teria informações de que a sua mulher e este moçambicano estariam planejando fugir para o ocidente, e que ela estaria, portanto, cometendo “Republikflucht” (fuga do território). De acordo com o marido, o moçambicano desceria do avião na escala em Paris, do vôo que o leva para Moçambique, para se reencontrar logo em seguida na Alemanha ocidental.

De acordo com a regulamentação existente nos acordos entre os dois países, a

integração dos moçambicanos na sociedade alemã não era desejada, aliás, trata-se de uma regra geral aplicada a todos os estrangeiros. Porém, para o caso desses trabalhadores, este aspecto era muito expressivo, não apenas porque na realidade o discurso de isolamento perdia toda substância se contrastado com a prática cotidiana entre homens moçambicanos e mulheres alemãs²⁵⁷, mas também pelas implicações que essas relações tiveram para cada um desses indivíduos. Particularmente para os moçambicanos, onde alguns relatos recolhidos dos próprios trabalhadores descrevem inclusive as suas primeiras experiências sexuais, já que para muitos não era algo habitual. Um antecedente importante que se deve destacar, é o fato da maioria dos moçambicanos levados para a Alemanha possuírem entre 18 e 20 anos de idade, retornando a Moçambique entre os 24 e 26 anos. Este fato é significativo pois esteve, e ainda está, associado a uma série de acontecimentos que diz respeito à passagem para uma outra condição social e cultural na sua masculinidade. No Sul de Moçambique, é nesta idade que os jovens começam a migrar para as minas da África do Sul e, como conseqüência, este evento simboliza também a sua passagem para a vida adulta, com a possibilidade de casar e, no caso das mulheres, engravidar, entre outros. Ambos os eventos, historicamente construídos, são considerados atos socialmente integrados no universo das suas comunidades originárias.

No entanto, este deslocamento para terras longínquas das suas comunidades e por períodos muito mais prolongados (quatro, e por vezes, oito anos longe da família), significou, de certa forma, uma desagregação das normas de comportamento controladas pelos mais velhos, significou também processos de adaptação às normas existentes no país onde estavam, processos não isentos de conflitos e ambivalências. Alguns deles ilustrados mais acima, e outros um pouco mais complexos, como era o caso da procriação de filhos. Se para o caso das mulheres moçambicanas a gravidez significava o retorno forçado para casa, no casos dos homens, filhos e filhas nasciam porque a parceira era muitas vezes alemã e na lei do país o filho assumia a nacionalidade da mãe. Até a atualidade não existe nenhum registro sobre o número de crianças nascidas de pai moçambicano, nem nos relatórios da STASI faz-se menção a

²⁵⁷ Mas também as mulheres moçambicanas, pois também tinham a possibilidade de manter um relacionamento com estrangeiros ou alemães, embora sua situação fosse mais restringida e controlada tanto pelos órgãos de controle quanto pelos próprios colegas moçambicanos.

esses nascimentos gerados entre casais binacionais. O que existe são relatos, e muitos, fotos e certificados que esses pais guardam junto às lembranças do período vivido na Alemanha²⁵⁸.

De todos esses processos, o mais complexo foi, sem dúvida, sua incorporação ao processo produtivo industrial. O nível de sofisticação da maquinaria, a organização do trabalho em três turnos para garantir a norma de produção preestabelecida, a divisão social do trabalho, a qual se refletia logo na estrutura social do país socialista, enfim, todos esses aspectos foram gerando situações que exigiram atitudes e respostas diversas por parte dos trabalhadores. Pode-se dizer, de acordo com os relatórios, que os moçambicanos, se comparados com as outras forças produtivas estrangeiras, foram classificados coletivamente como um grupo muito disciplinado no que diz respeito ao seu desempenho nas unidades produtivas, chegando alguns deles a ocupar lugares de relativa importância e responsabilidade dentro da hierarquia laboral, outros, destacando-se pelas suas qualidades particulares na formação técnica e domínio da maquinaria.

No entanto, esta incorporação e classificação um tanto indiferenciada do grupo em questão, é contrastada, em muitos casos, pelos próprios moçambicanos, que grupal ou individualmente respondia a situações consideradas por eles como injustas e, por vezes, abusivas. Já em 1982, um relatório elaborado pelo departamento de segurança em Cottbus, informava um incidente no dia 11 de março, que envolvia 23 dos 26 trabalhadores moçambicanos colocados na empresa de abate e produção de carne porcina. Esses trabalhadores realizaram uma greve temporária, às 6:00 horas da manhã, não assumindo os lugares de trabalho durante seu turno. O motivo desta greve era que *“o dinheiro que recebia para o trabalho que realizavam era muito pouco.”* De acordo com a direção da empresa, desde 1º de janeiro do mesmo ano, o nível do salário estava ligado ao rendimento da cada trabalhador e, *“no caso dos moçambicanos este rendimento estava 10% abaixo da média”*. A empresa explicou que,

²⁵⁸ Nas várias estadias de campo realizadas nestes três anos, pude recolher um sem fim de relatos sobre crianças nascidas na Alemanha. De fato, acompanhei uma dessas crianças, hoje uma jovem de 23 anos, em busca pelo seu pai. Depois de quase vinte anos de silêncio, a mãe entregou para a filha as cartas que este trabalhador mandava para ela. Cartas que deixaram de chegar depois de 10 anos do retorno do pai à Moçambique. Em outros casos, alguns trabalhadores mostravam-me fotos dos seus filhos nascidos na Alemanha, filhos e filhas de um, dois e até três anos de idade, quando eles retornaram forçadamente para Moçambique depois da queda do Muro. Alguns retomaram o contato depois de anos de silêncio, outros tantos ainda não sabem o paradeiro e futuro dos seus filhos e filhas.

obedecendo os acordos intergovernamentais que regulavam as transferências de parte do salário (nessa altura era de 25% do total e não era obrigatório) destes trabalhadores para Moçambique, acordos aceitos e assinados pelos próprios trabalhadores com a empresa, o dinheiro era retido pela empresa e logo depositado em contas para ser transferido para Moçambique. Na maioria dos casos, o montante fluía entre 150 e 200 marcos mensais, isto tinha como consequência o fato do pagamento do salário restante ser muitas vezes entre 5 e 100 marcos.

Em outro relatório de 1982, elaborado pelos funcionários do grupo de trabalho com estrangeiros, do departamento de vigilância das organizações trabalhistas, na indústria química de Eilenberg, a 40 quilômetros de Bitterfeld, estes manifestavam preocupação devido a problemas de ordem de segurança política, pois tinham recebido reiterados comentários por parte dos trabalhadores moçambicanos, que se queixavam de que “*na RDA não é bom, muito trabalho pouco dinheiro, melhor ir para RFA, lá é melhor*”. Em 1983, informavam outra greve temporária realizada por alguns trabalhadores moçambicanos em duas fábricas da empresa têxtil de Oberlausitzer. O motivo desse comportamento, segundo o relatório elaborado pelo departamento de segurança responsável, era pelo fato de se recusarem a trabalhar com a maquinaria antiga. A exigência dos trabalhadores, feita ao diretor da empresa, era ser “*colocados para trabalhar com as máquinas modernas ou eles voltariam para Moçambique*”. Em outubro de 1985, um extenso relatório elaborado pelo assistente dos trabalhadores moçambicanos empregados na planta de produção de carvão, em Welsow, e classificado como *estritamente confidencial* (streng vertraulich), informava de maneira prolixa a insatisfação destes trabalhadores com a sua situação laboral. Os aspectos mais significativos dizem respeito à falta de coerência entre a qualificação técnica e o salário recebido. Segundo este assistente, os 92 moçambicanos empregados, depois que finalizaram a formação profissional assumiram as atividades produtivas como operários qualificados (Facharbeiter), mas não receberam o mesmo salário que seus colegas alemães com a mesma qualificação. Cabe destacar que o sistema de salários na RDA era escalonado em grupos que iam do grupo de salário I ao VI (Lohngruppe). Os que mais recebiam eram os do grupo VI, e daí decrescia. Neste caso, os moçambicanos recebiam o salário do grupo V e realizavam o mesmo trabalho que seus

colegas alemães, que recebiam o salário do grupo VI²⁵⁹. O comentário mais comum entre estes trabalhadores era que a aplicação dos critérios para o pagamento estava influenciado por atitudes discriminatórias de caráter racial, por parte da autoridade alemã, e a omissão deste fato por parte desta mesma autoridade estava fazendo com que muitos dos trabalhadores perdessem “o respeito pela RDA.”

Em 1987, um relatório elaborado pelo departamento de segurança do distrito de Schwerin, informava uma série de incidentes protagonizados pelos trabalhadores moçambicanos empregados na empresa de produção de máquinas agrícolas de Güstrow. Segundo o relatório, desde 1986, ano em que foram incorporados 40 trabalhadores moçambicanos à empresa, era usual eles receberem um adiantamento de 50 marcos para a compra de vestuário e objetos de primeira necessidade. Adiantamento que logo era deduzido dos vencimentos no dia do pagamento. Em agosto de 1987 a seção de finanças esqueceu de descontar os 50 marcos, falha que foi retificada em setembro, onde se deduziu 100 marcos de cada um dos trabalhadores. Esta foi a causa que desencadeou um descontentamento geral, o qual, segundo o próprio informante, vinha se acumulando desde 1986, momento em que os descontos dos salários, estes transferidos para Moçambique, aumentaram de 25% para 60%, com caráter obrigatório. Em média, esses trabalhadores recebiam 350 marcos, que correspondia a 40% do salário, e os 60% restantes eram retidos pela empresa e logo depositados em contas especiais para serem transferidos para Moçambique, com o intuito de que, ao retornarem, esses trabalhadores pudessem ter um capital inicial para se reintegrarem à sua sociedade de origem. Essa situação levou os trabalhadores a exigir maiores salários e culminou com uma greve que começou no dia 23 de setembro do mesmo ano, na qual, dos 40 moçambicanos, 19 negaram-se a trabalhar. No dia 24, um representante do delegado do Ministério do Trabalho de Moçambique teve que viajar para Güstrow, pois os trabalhadores moçambicanos recusaram-se a aceitar as explicações do assistente. Logo após um debate de muitas horas, os trabalhadores voltaram ao trabalho. Este delegado permaneceu no local até o dia 25 de setembro. Duas horas depois da partida do delegado, apareceu no quadro de informações do lar

²⁵⁹ Para compreender melhor a estrutura e diferenciação do salário na RDA ver especialmente: Stephan, Helga und Wiedemann, Eberhard: "Lohnstruktur und Lohndifferenzierung in der DDR", em Mitteilungen aus der Arbeitsmarkt- und Berufsforschung (Sonderausdruck) Stuttgart 1990 pág 550 -562

residencial um cartaz de 100x500 cm com o seguinte texto: “*ba's, estrangeiros crevistas naotemos, direito so u trabalhar da empresa*”. Que, segundo a versão do intérprete, significaria “*bandidos armados (ba's)*” e a continuação “*nós estrangeiros não temos direito de greve*”.

Em relação ao papel tutelar dos órgãos de vigilância e controle, a partir da leitura dos relatórios coletados, deve-se destacar o aspecto da linguagem usada pelos funcionários para se referir aos moçambicanos, pois, na minha opinião, dão luz à maneira como estes eram percebidos. Um dos primeiros aspectos que chama atenção a esse respeito, são as expressões para denominar esses trabalhadores. Ao contrastá-las umas às outras, em um esforço de interpretação, vimos que o uso de determinada expressão estava muitas vezes relacionado ao departamento, seção e funcionário que a usava, assim, percebemos então que quando o relatório era elaborado pelo assistente da empresa ou fábrica, encarregado pelo diálogo e orientação com os moçambicanos, um termo de uso comum era “*unsere Freunde*” (nossos amigos). Quando o relatório era elaborado pelo departamento responsável pelo Ministério do Trabalho e Salários, a expressão costumeira era “*moçambikanischer Werkstätige*” (trabalhadores moçambicanos), mas, também aparece o termo “*moçambikanischer Bürger*” (cidadão moçambicano), embora esta expressão fosse a menos usada, só aparecendo em alguns relatórios do departamento de contraespionagem.

Este aspecto adquire relevância, sobretudo, quando pensamos que no discurso oficial e na ideologia dominante, a moderna e socialista República Democrática Alemã, tinham o racismo e a xenofobia como características adscritas à sua contraparte ocidental, a República Federal da Alemanha. Este argumento servia como dispositivo para obliterar as abertas manifestações de racismo e xenofobia de parte da população da Alemanha oriental, um dispositivo aliás bastante efetivo, pois tornava a maioria dos incidentes de expressa manifestação racista ou xenofóbica contra estes trabalhadores em caso isolados, desta maneira, as expressões conotadamente pejorativas de “*mozis*”²⁶⁰, “*buschmänner*” (bosquímanos) e “*schwarze Schweine*” (porcos pretos) usadas pela população eram atribuídas especificamente aos indivíduos que as

²⁶⁰ Mozis, assim como Fidjis, foram expressões usadas amplamente pela população alemã para se referir aos trabalhadores moçambicanos e vietnamitas respectivamente. Sua conotação tinha uma clara significação pejorativa, pois denotava uma posição de hierarquia e superioridade do alemão frente aos estrangeiros em questão, em muitos casos podia se pensar que substituía os termos mais radicais expostos no texto.

manifestavam, muitos deles rotulados logo e oficialmente de antissociais (Assozialen), tornando-os alheios (Fremde) aos "sólidos princípios" que sustentavam a república socialista. No entanto, também justificou a aplicação de medidas restritivas, em alguns casos de ordem repressiva (Erziehungsarbeit) por parte do próprio Estado, através das instâncias responsáveis pelo controle, que iam contra trabalhadores que segundo sua opinião ameaçavam a moral e a disciplina do trabalho socialista, sempre justificadas pelo enquadramento contratual do sistema produtivo no qual estavam inseridos.

Outro aspecto significativo em torno da linguagem usada é o fato de que também, grande parte destes relatórios ao se referirem aos trabalhadores moçambicanos generalizavam sistematicamente seu comportamento. Ao falar "dos moçambicanos", sugere-se a ideia de serem todos eles os responsáveis pelos acontecimentos especificados nestes relatórios. Diferentemente do tratamento específico que era dado aos cidadãos alemães, tentando passar a impressão de tratar-se de casos isolados, para o caso dos trabalhadores moçambicanos, muitas das referências às suas indisciplinas e contravenções à ordem eram construídas como fazendo parte inerente dos sujeitos. Uma explicação, talvez a mais razoável, seria entender este aspecto inserido no contexto do sistema produtivo industrial, no qual estes trabalhadores eram incorporados através dos acordos entre Moçambique e Alemanha. Sobretudo porque, além dos relatórios mensais obrigatórios, grande parte dos outros relatórios que fazem menção à preocupação pela integridade individual e coletiva destes trabalhadores, e nos quais as indisciplinas e contravenções eram ilustradas, estavam vinculadas quase exclusivamente ao que, para as normas preestabelecidas de produção, era concebido como causa de baixo rendimento. Desta maneira, o desempenho produtivo de cada moçambicano não era levado em consideração, salvo exceções, mas a produtividade era medida coletivamente, pois o interesse primário era cumprir com o plano mensal de produção, daí o interesse também em controlar os comportamentos "fora da norma" desses trabalhadores. Este aspecto é significativo, inclusive porque parece reproduzir uma imagem homogênea, no sentido de que o comportamento individual era muitas vezes compreendido como cultural e portanto atribuído a todo o grupo.

Todos esses aspectos são relevantes na medida em que permite pensar a partir daí em um processo de sociabilidade atravessada por tensões de ordem diversa, mas

marcada ostensivamente por uma relação hierárquica e paternalista de parte do Estado alemão, o qual condicionará as diferentes respostas de parte dos trabalhadores. Essas respostas, assumidas na prática cotidiana, foram consideradas pela autoridade como “fora da norma”, o que nos leva a pensar na possibilidade de estarmos perante comportamentos liminares, fenômeno que daria passo à construção de um sentimento de *communitas*, o qual impregnará o desenvolvimento diferenciado da subjetividade destes indivíduos, como trabalhadores e cidadãos cientes dos seus direitos. Aqui é a média de idades, o próprio enquadramento nas unidades produtivas sem prévio conhecimento do processo de produção, a separação por longos períodos das suas estruturas sociais originárias, sua experiência ambivalente com o entorno alemão carregado de receios e desconfianças, mas, sobretudo, o desenvolvimento de uma atitude contestatória perante a autoridade, são aspectos que nos ajudam a pensar na constituição de um sujeito diferente que, para o caso em questão, proponho chamar de *sujeito embrionário*.

3.6 A construção social de um estranho II: Xenofobia pós-socialista

Concluindo esta parte, parece ficar claro que, tanto nos depoimentos recolhidos da documentação existente até hoje sobre a situação desses moçambicanos, quanto os próprios trabalhos acadêmicos, parecem apontar para um consenso geral que mostra estes trabalhadores, por um lado, como objetos de arbitrariedade, reduzidos à categoria de vítimas de um sistema autoritário junto a uma população sem muita prática no trato com estrangeiros. Vítimas também do silêncio oficial imposto e condicionado através da ideia de amizade internacionalista. Condicionados ademais pelas estruturas de poder e hierarquia existentes entre o partido e a brigada de trabalho. Submetidos a um sistema que os colocava como cidadão de segunda classe, sem levar em conta que neste processo estes trabalhadores foram desenvolvendo a consciência de ter direitos perante o Estado, a empresa e seus colegas alemães. Isto é importante porque colocaria novamente o problema do enfoque a partir do qual estes sujeitos estavam sendo percebidos. A necessária confrontação com as respostas por parte dos moçambicanos, como foi o propósito dos parágrafos anteriores, e a partir daí tentar

compreender a sua própria experiência, assim como das suas dinâmicas, acredito podem trazer ainda maior esclarecimento sobre a vida destes trabalhadores durante este período alemão.

No período imediatamente anterior à queda do muro de Berlim e durante o processo de reunificação, esta tendência de vitimizar os moçambicanos irá se acentuar de maneira drástica. O inverso da chamada “revolução pacífica” foi se constituindo sobre a base de um nacionalismo que em língua oficial não existia, o qual derivou em uma onda de ataques violentos e manifestações com um forte caráter xenofóbico. A oposição contra o SED, a qual foi se articulando sob o rótulo de “*Wir sind das Volk*” (Nós somos o povo) nas demonstrações de segunda-feira, em Leipzig, transformou-se rapidamente em uma espécie de ameaça nacionalista sob o rótulo de “*Wir sind ein Volk*” (Nós somos um povo). A partir de então, podia ser observado, quase diariamente, nos jornais da Alemanha Oriental, a seguinte manchete: “mascarados atacam moçambicanos”, “Skins perseguiram estrangeiros”, “vai embora já”²⁶¹. Dos 15.100 moçambicanos registrados até 31 de dezembro de 1989, reduziu-se para apenas 2.800 trabalhadores, em um ano apenas. A maioria deles retornaria através do programa de “repatriação” a Moçambique. Os poucos que ficaram tiveram que lidar com um contexto de crescente antipatia contra eles, ao mesmo tempo em que eram usados, junto aos outros grupos de trabalhadores estrangeiros remanescentes, como uma espécie de moeda de câmbio nas negociações políticas em torno da reformulação da lei de estrangeiros e refugiados entre as duas Alemanhas. Alguns historiadores denominaram aquele período de perseguições e violência contra os estrangeiros como “ein Probehandeln zum Pogrom” (um botão de mostra para o pogrom)²⁶². A cidade de Hoyerswerda²⁶³ se transformou num sinônimo de nova dimensão da xenofobia na Alemanha. Contudo, pensar que a xenofobia foi, neste contexto, um fenômeno

²⁶¹ Estas expressões apareceram num artigo escrito por um jornalista alemão ocidental durante o mesmo período. Ver: Schubarth, W: “Fremde als Sündenböcke” em: Das Profil der Deutschen. Was sie vereint, was sie trennt. Magazin Spiegel Spezial 1 Hamburgo 1991. Pág. 47-49.

²⁶² Bade, Klaus: “Auswanderer, Einwanderer, Wanderarbeiter... Deutsche Erfahrungen in Geschichte und Gegenwart” em: Winkler, B. (Hg) Zukunftsangst Einwanderung, München 1992. Pág. 17-32.

²⁶³ Os acontecimentos de Hoyerswerda estão registrados numa entrevista com três moçambicanos residentes na mesma cidade. Para uma visão pormenorizada, ver: Informationszentrum Afrika e: Schwarz-weiße Zeiten: AusländerInnen in Ostdeutschland vor und nach der Wende; Erfahrungen der Vertragsarbeiter aus Mosambik; Interviews, Berichte, Analysen / Hrsg.: Informationszentrum Afrika e. V. (IZA), Bremen - Bremen , 1993. Pág. 51-74.

exclusivo da Alemanha do Leste, é um erro. Os inumeráveis casos de ataques a estrangeiros em cidades da Alemanha ocidental, já antes e durante este período, confirmam esta tendência. Em 1992 a quantidade de tentativas de homicídio, incêndios premeditados e ataques violentos, cujas vítimas, na maioria famílias não alemãs, eram muito mais numerosas na Alemanha Ocidental do que na Alemanha do Leste²⁶⁴.



Figura 7: Lar residencial de Hoyerswerda. Na faixa esta escrito “Medo dos Alemães”.
Fonte: Umbruch Bildarchiv 1990.

Procurando entender esta projeção de ódio e antipatia contra os estrangeiros, alguns autores coincidem em vincular esta migração controlada com os interesses do SED, ou seja, a presença de estrangeiros na RDA nunca foi entendida como um fato natural ou evidente. Os estrangeiros formavam parte involuntária do aparelho estatal, assim que caiu o sistema de dominação também deveriam cair todos aqueles que faziam parte dele. Outra causa discutida é a que propõe Hajo Funke (1991), cientista político polonês que elabora o conceito de “Abwehrnationalismus” (nacionalismo de defesa) para explicar a rejeição por parte da população alemã do leste ao processo de reunificação. A identificação com a Alemanha “mais rica” sustentou-se sob um pilar autoritário. Implicou a submissão dos alemães orientais ao poder da Alemanha ocidental. *“Este nacionalismo de defesa se abastece em especial de desilusão e inveja,*

²⁶⁴ Ver Bröskamp, Bernd: “Vom Auswanderungs- zum Einwanderungsland: Die DDR, ihre Ausländer, die deutscher Wiedervereinigung und die Folgen“, pág. 27 em: Schwarz-weiße Zeiten : AusländerInnen in Ostdeutschland vor und nach der Wende; Erfahrungen der Vertragsarbeiter aus Mosambik; Interviews, Berichte, Analysen / Hrsg.: Informationszentrum Afrika e. V. (IZA), Bremen - Bremen , 1993.

*e dirige-se particularmente a inimigos projetados no interior da própria sociedade.*²⁶⁵

Esta submissão, que segue acompanhada de desvalorização e até humilhação, pode se tornar em desilusão e agressividade, que por sua vez se desata contra pessoas consideradas pertencentes a grupos social e economicamente “mais fracos”. Em 1990, uma enquete realizada pelo magazine “Der Spiegel”, sobre os níveis de antipatia e ressentimento na população do leste alemão, avaliava negativamente a turcos, poloneses, ciganos e negros. Em contrapartida, cidadãos franceses, estadunidenses e austríacos eram avaliados positivamente²⁶⁶. Estes resultados, contrastados com o discurso geral sobre xenofobia, pareciam colocar o problema sob outra dimensão. Esta rejeição e antipatia dirigir-se-ia não contra os estrangeiros em geral, especialmente não contra os estrangeiros cuja cidadania denota uma posição e status social relativamente mais alto. Senão, mais implacavelmente, contra aqueles membros de minorias e grupos de imigrantes vindos de regiões mais pobres.

Entre 1990 e 1993, a petição de refúgio como alternativa à onda massiva de repatriações e programas de retorno forçado, que afetou a maioria dos trabalhadores estrangeiros sob contrato na RDA, se apresentou logo depois que as fábricas começaram com a rescisão massiva de contratos e o Estado alemão tirava o status legal dos trabalhadores imigrantes. Isto em um contexto de pouca sensibilidade política para resolver um problema da mesma natureza por parte dos políticos e a eleição de um vocabulário tingido de expressões agressivas e estigmatizadoras no que diz respeito à situação social e legal destes trabalhadores²⁶⁷. Sob a expressão de “abuso do asilo” (Asylmißbrauch), cuja conseqüência imediata foi a de criminalizar aqueles imigrantes que optavam pelo estatuto de refugiado, foi se criando um consenso político que colocaria as bases para uma mudança na política de imigração, a qual devia, por sua vez, derivar numa lei mais restritiva, de acordo com o desejo dos partidos conservadores alemães que lideravam o processo de reunificação. Concomitantemente, as organizações alemãs de direitos humanos que abrigaram as

²⁶⁵ Ver Funke, Hajo: “Jetzt sind Wir dran”. Nationalismus im geeinten Deutschland. Berlin 1991.

²⁶⁶ Ver Spiegel – Spezial: “Das Profil der Deutschen. Was sie vereint, was sie trennt“ 1991, pág. 47-49. Segundo cifras documentadas por Herbert (2003) entre 1991 e 1993 foram registradas 15483 ocorrências cuja motivação e conteúdo era de caráter explicitamente xenofóbico. Para maiores detalhes vide Herbert (2003: 296 - 334)

²⁶⁷ Nos arquivos de algumas ONGs alemãs encontram-se reunidos compêndio de notícias e artigos que tratam esta temática de maneira estendida. Para o caso, vale salientar o caráter conservador e unidirecional com que a Alemanha Federal levou as negociações sobre a nova lei de estrangeiros.

petições daqueles moçambicanos, e que aconselhavam a estes a optar pelo caminho do asilo, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública sobre a situação destes trabalhadores, acabaram por construir involuntariamente uma imagem ambivalente dos próprios moçambicanos. Representados novamente como vítimas de uma política injusta e discriminatória, assim como objetos de antipatia pelas diferenças culturais que carregavam. Nesta dinâmica, qual seja entre vítima e “potencial criminal”, estes moçambicanos tornaram-se indivíduos sem rosto, bodes expiatórios de uma política já conhecida no tratamento do estrangeiro na história da Alemanha. Salvo alguns intentos sem muito resultado, as articulações dos próprios moçambicanos novamente ficaram em segundo plano. A impressão final é a de que estes moçambicanos, junto aos seus colegas vietnamitas, angolanos e dos outros países socialistas do terceiro mundo, foram, sobretudo, as vítimas principais da reunificação alemã, e seu estatuto como indivíduo estaria condenado a carregar o estigma do cidadão de segunda classe.

Em relação a este aspecto, só resta salientar que na Alemanha, o tratamento dos “problemas da migração” e “de integração” não são apenas evidentes através das discussões políticas de corte populista ou como troféus para trocas e acordos em uma negociação eleitoral, senão que se sustenta em grande parte através de uma certa leviandade por parte das ciências sociais para confrontar esta problemática. Para representar melhor esta situação, basta apenas enunciar a enorme quantidade de trabalhos dedicados ao debate sobre multiculturalidade e integração na Alemanha, nos quais se apela, quase sem distinção, ao respeito pelas diferenças culturais, exaltando de maneira difusa e muitas vezes ambígua as diferenças, um tanto cristalizadas, deste outro constitutivo, desviando a atenção da necessária confrontação com a carregada conflitualidade que comporta a própria construção de uma suposta identidade alemã²⁶⁸. Desta forma, grande parte do discurso em torno dos migrantes, caracteriza-se por abstrair a historicidade dos conflitos existentes e opta por enquadrá-los dentro de uma tendência integracionista, que em muitos casos, perde os sujeitos em questão e

²⁶⁸ Ainda mais depois da “Unificação”. Neste aspecto o artigo de Anke Pinkert resume esta conflitualidade da seguinte forma: “After the swift unification instigated by Kohl government, it quickly became clear that the cultural difference between East and West Germans were more profound than had been anticipated.” Para uma análise pormenorizada do problema das duas Alemanhas, ver: Pinkert, Anke: “Postcolonial Legacies: The rhetoric of race in the East/West Germans National Identity Debate of the late 1990s”. Em *The Journal of the Midwest Modern Language Association*, vol. 35, nº32, *Translating in and Across Cultures* (Autumn, 2002), pág. 13-32.

justapõem categorias para sua compreensão. Isto tudo dentro de um contexto cujo propósito principal seria a busca de uma tradição livre dos impasses de um passado carregado de contradições em torno à figura do estrangeiro, pletórica de boas intenções e eficiente no momento de articular o discurso nacional, podendo reagir, obliterar e ressignificar cada vez que se torne necessário. Assim sendo, se discute mais sobre religiosidade e fundamentalismos do que sobre práticas religiosas e as capacidades destas de ir reformulando novas maneiras de relacionamento entre nacionais e imigrantes. Debatendo mais sobre um certo tradicionalismo ontológico e resistente à modernidade, do que sobre as diversas estratégias de integração, elaboradas pelos próprios imigrantes, constituindo redes de relacionamento e articulações cotidianas entre os diferentes sujeitos. Finalmente, mais sobre vitimização, criminalização e resistência à integração dos imigrantes, sem levar em conta que quem cria e sustenta as leis de imigração e, portanto, prescreve os estatutos de cada indivíduo é a própria sociedade dominante, sustentada por um consenso silencioso, muitas vezes escondido dentro das práticas e mecanismos de reprodução do próprio conhecimento científico, o qual ironicamente cria e (re)produz cânones e padrões de comportamento oriundos novamente de uma tradição iluminista, entendida como democrática e desenvolvida, características de uma cultura etnocêntrica e paternalista.

Resgatando a análise de Kien Nghi Há (2006), cientista político vietnamita, cujo estatuto é até o dia de hoje de refugiado, na Alemanha Ocidental, desde 1979. Ao perguntarmos as causas desta prática científica nas ciências sociais, a respeito do tratamento da migração e dos estrangeiros, Há nos sugere algumas ferramentas de análise substantivas. Sob o conceito de “Koloniale Erinnerungsabwehr” (negação da memória colonial), (HÁ, 2003:59), sustentar-se-ia tal leviandade, ou melhor, a falta de profundidade na confrontação com o tema. Segundo ele, o questionamento é considerado cada vez mais inadmissível, cada vez que o olhar é dirigido mais para a relação quebrada, mesmo que confusa, entre passado e presente, para a conexão do constrangimento externo e interno, para a atualidade da cultura colonial alemã. Até hoje se impôs o silêncio sobre o que deve necessariamente ser dito. O silêncio, segundo Há, é uma amnésia consciente, e a amnésia é uma forma de expressão política da consciência coletiva. Por isso o silêncio consensual é uma articulação dominante, a

qual rejeita de forma ativa o tratamento e visibilidade das práticas e imagens imperiais através da não-lembrança, e que só pode ser quebrada a partir de contrarrelatos. O poder da não-lembrança, na sua dimensão totalizante, pode ser condensado em uma colonização secundária (Há, 2006: 88).

Esta colonização secundária, é assim denominada devido à colonização do conhecimento histórico, a qual segue às primeiras práticas coloniais de ocupação, expulsão, exploração e domínio. A colonização secundária não assinala um abismo, mas uma dinâmica social na produção do conhecimento, a qual se produz através de uma série de práticas de poder. Nela são encobertas não só as continuidades, transições e rupturas, mas também, renovadamente, a história real da colonização propriamente tal, como um manto branco de silêncio e esquecimento. Por outro lado, e para este caso específico, os sujeitos negros são tratados persistente e renovadamente como vítimas, através do discurso hegemônico do culto invertido aos vitimários (Täterverehrung: ou seja, se dá maior atenção aos vitimários do que às vítimas). Na medida em que os meios discursivos para assinalar as realidades com perfil colonial são colocados como tabu, permanece escondida a presença da estrutura material e de poder colonial. Através desta limpeza de culpas históricas e da memória, se constrói e estabiliza um aparente e mas confortável mundo para os habitantes da metrópole²⁶⁹. Fundamentada, mas não integral, essa perspectiva consegue colocar diversas questões que, para o caso dos moçambicanos, parece importante desenvolver. Talvez sirva como explicação preliminar para entender essa suposta superficialidade no debate alemão sobre migração, mas, sobretudo, propõe entender porque é possível encontrar neste debate, argumentos que falam de sujeitos ao mesmo tempo que os anula como indivíduos, substituindo por categorias. Cabe destacar, no entanto, que este confronto, apesar dessa primeira impressão de superficialidade, apenas está começando. O que supõe então, que quanto mais aportes aparecerem no debate, maior profundidade terá seu alcance.

Porém, voltando a refletir em torno do impacto desta presença moçambicana em Alemanha Oriental para os próprios moçambicanos em questão, talvez seja possível

²⁶⁹ Ha, Kien Ngih: Koloniale Praktiken in wissenschaftlichen Diskursen und der deutschen Integrationspolitik. Conferencia realizada em: "Migration – Kolonialismus": Kontinuitäten und Brüche: Innere und äußere Kolonisierung und anticolonialer Widerstand, BUKO 29, 26.5.2006, TU-Berlin.

pensar estes trabalhadores como sujeitos liminares (TURNER, [1974] 2008). Tanto sua afetação para a RDA, como seu enquadramento e formação, talvez possam ser pensados como o estado “*betwixt and between*”, característico dos “ritos de passagem”. Entender a situação colonial na qual cresceram, a idade no momento da afetação, sua preparação militar e disciplinamento no lar da Machava em Maputo, antes de partir para Alemanha, a separação do seu universo relacional, tanto familiar como social, tudo isso incorporado na formação contínua do seu “habitus”, e mais adiante, sua chegada e inserção num mundo socialista, comparativamente “mais desenvolvido”. Um mundo socialista que supostamente faria deles outros indivíduos: os transformaria de “sujeitos coloniais” em “sujeitos modernos”, através da prometida formação técnico-profissional, além de incorporar noções de moral em relação ao trabalho e maneiras de auto-percepção de carácter individualista, embora inseridos num contexto onde o coletivismo, como ideologia, permeava toda a discursividade oficial. De uma suposta “subjetividade colonial” para uma outra moderna - como quadros socialistas a serem logo reinseridos nas estruturas pensadas no projeto modernizador do Moçambique emancipado e independente.

No entanto, este processo ritual, que parece se constituir como um procedimento linear e escalonado, contrasta com uma série de outros elementos ativos no interior da estrutura constitutiva pensada por Turner (1974), no momento de pensar sua viagem para a RDA como um “rito de passagem”. Em relação à separação, nem todos foram levados ao mesmo tempo, nem tiveram o mesmo tempo de permanência na RDA e, portanto, seu enquadramento e formação apresentam-se de modo muito diversificado. Quanto a esta condição de “*betwixt and between*”, a percepção espaço-temporal desse “estar na Alemanha” é incorporada na experiência dos Magermane de maneira diversa e, muitas vezes, relacionada à “vida anterior” lá em Moçambique. No entanto, esta liminaridade, devido ao confinamento nos lares residenciais, sob forte controle e hierarquização, torna possível pensar na possibilidade do desenvolvimento de um sentimento de *communitas*. Este espaço, embora coercitivo, propiciaria a socialidade destes trabalhadores, coadjuvando a formação de um sentimento compartilhado. Por último, em relação ao processo de integração, a ideia de formar quadros médios, técnica e profissionalmente versados, com o objetivo de assumir um papel dinamizador

para as tarefas de desenvolvimento ao retornar ao país de origem, contrasta com este retorno abrupto, caótico e, sobretudo, com a realidade com a qual tiveram que se confrontar, ou seja, de um país devastado por uma guerra prolongada que destruiu qualquer condição material fundamental ao processo de reintegração.

O *communitas*, assumido desta forma, se desenvolveria na liminaridade, especialmente na ausência de estrutura social anterior, anulando, portanto, os posicionamentos de cada um dos indivíduos. Contudo, para o caso destes trabalhadores moçambicanos em Alemanha, esta liminaridade se verá confrontada a uma segunda estrutura, na qual serão inseridos imediatamente depois da sua separação da “estrutura social originária” (TURNER, 1974: 33 - 34). A reclusão nos lares residenciais promoveu espontaneamente a sociabilidade entre os indivíduos, sobretudo porque se deve levar em conta que os próprios afetados vinham das diversas províncias do país e eram enquadrados aleatoriamente, de acordo com as necessidades das fábricas e indústrias alemãs, e não por critérios de ordem regional ou linguística. No entanto, de maneira alguma esta reclusão foi estruturada de forma igualitária, devido ao fato destes lares estarem constituídos sob regras de coação, rígida e hierarquicamente estruturadas.

Porém, parece necessário confrontar melhor esta situação, pois, ela acontece ao mesmo tempo em que essa hierarquia “alheia” vai se tornando o elemento estruturante da própria sociabilidade. Neste sentido, parece ter fundamento ressignificar as ações e atitudes destes trabalhadores durante sua estadia na Alemanha, pensar sobre o consumo de álcool exagerado, as brigas coletivas com alemães e outros estrangeiros (sobretudo russos e poloneses), as contínuas greves coletivas exigindo uma melhoria nas condições laborais, quer no tipo de trabalho a realizar, quer na valorização financeira do mesmo. Em todas essas atitudes encontra-se um sentimento compartilhado, talvez germinal, do que entenderíamos por liminaridade, pois do lado “oposto”, estruturalmente, seu enquadramento como mão de obra estrangeira organizada sob uma hierarquia que ia, desde o Betriebsleiter (chefe de fábrica) até o Schichtleiter (chefe de turno), pretendia, através da imposição de uma moral do trabalho específica, transformar estes sujeitos no que, naquela altura, deveria ser o “homem novo”.

Capítulo 4 Anti metáfora de um estado sombra contra sua sociedade

“Sabe, um país pobre como este, os amigos são entre pobres... porque deus não pode fazer um rico e outro pobre, então quando o pobre chora o outro o apoia, mas agora eu estou a chorar e ele também esta a chorar... aquela solidariedade é só moral...”
(Juma Madeira, 2009)



Figura 8: Marcha Magermane 26.11.2008 Foto: Héctor Guerra

4.1 Modernidade predatória: figuras de exclusão e marginalidade em Maputo

A cidade de Maputo representa atualmente – de maneira contraditória e muitas vezes conflituosa –, o eixo de referência da “modernidade moçambicana”. Contraditória, porque historicamente, e pela sua localização geográfica, esta cidade esteve conectada muito mais ao mundo exterior (a África do Sul, Portugal, Inglaterra, etc.) do que em relação aos diversos universos socioculturais no interior de suas fronteiras. Conflituosa, ao mesmo tempo, justamente porque, produto do processo histórico dos últimos trinta

anos, conteria de maneira assimétrica dentro de seu espaço urbano, suburbano e periférico, diversas Maputos, tanto no que se refere às relações dos diferentes grupos inter-regionais e étnicos, como socioeconômicos, atuantes nela.

Se pudéssemos refletir em torno da existência de um senso comum nesta capital hoje, mesmo que ainda prematuro e provocador, poderíamos afirmar que em muitos casos “ser moderno” vem associado basicamente à posse de bens materiais e de consumo, o que remete inevitavelmente à posse de dinheiro. Aliás, na percepção desta população, o próprio acesso a direitos sociais e econômicos, parece vir associado à posse. De um modo geral esta constatação inicial não é nova; no entanto, para o caso em questão, torna-se indispensável um confronto mais aguçado e propositivo em relação à questão da posse e do consumo. Esta afirmação resulta também provocativa contrastada ao discurso modernizante do Estado, sobretudo levando em conta que este Estado é o resultado de violentos conflitos no passado. Conflitos que de alguma maneira se manifestam hoje no receio e desconfiança por parte de uma população obrigada a “desenrasca-se” no dia a dia, pois sendo o dinheiro, esse elemento integrador, muitas vezes esta ausente, ou faz parte fragmentária e descontinua do cotidiano das muitas famílias nas zonas mais populosas desta cidade.

Considerando que este país sofreu transformações cujas repercussões alcançaram inúmeras subjetividades, em um período permeado pela aplicação de projetos e modelos de desenvolvimento e uma guerra fratricida; todo em um tempo relativamente curto e, paralelamente, constatando que os processos de inserção social, reparação econômica e reconhecimento social, propostos como possíveis soluções para a implementação e extensão de uma “democracia sustentável e participativa” pós-guerra, não tiveram e ainda não têm o “desempenho esperado”²⁷⁰, e em muitos casos

²⁷⁰ Neste ponto talvez seja pertinente explicitar que a tal expectativa é oriunda de políticas confeccionadas alhures das fronteiras nacionais, e é veiculada por países e organizações internacionais “interessadas” no desenvolvimento de Moçambique. Segundo cifras do ODAmoz em 2007, organização patrocinada pela ONU, e que concentram a totalidade de países e agências “doadoras”, o total de dinheiro injetado sob o rótulo de ajuda ao desenvolvimento de Moçambique foi de US\$ 1.269.338.416, com uma projeção para aumentar as doações em US\$ 6.323.605.079 em 2010. Acessível em: http://www.odamoz.org.mz/ptreports/annual_totals.asp. último acesso 16/09/2010 No entanto, torna-se necessário questionar o projeto que sustenta este modelo de doadores e beneficiários. Achilles Mbembe entrega-nos uma reflexão que parece transparecer o que esta por detrair de toda esta política de desenvolvimento no contexto da África Austral, citamos: *“Most Western donor agencies come to Africa with a simplistic idea of what 'development' is all about. They consider Africa to be a zone of emergency, a fertile ground for humanitarian interventions. The future is not part of their theory of Africa when such a theory exists. Africa is the land of never-ending present and instant, where today and now matter more than tomorrow, let alone the distant future.”* (Mbembe, Achille, September 2009: “Donors have a simple notion of development”,

estes processos de inserção nem sequer foram implementados. A única marca perceptível de todas estas políticas, na quase maioria dos casos, talvez seja o desenvolvimento e consolidação de uma elite altamente excludente, em volta do partido governante²⁷¹. É a partir dessa constatação que se pretende refletir a relevância ou não, da existência de um grupo social como os Magermane, que desde seu retorno a Moçambique (em 1990), persiste em seu movimento reivindicativo, chegando inclusive a atuar de maneira violenta e provocadora contra as estruturas de poder. A importância de colocar os Magermane como ponto de referência para esta reflexão não se sustenta na suposta excepcionalidade do agenciamento dos Magermane, mas sim em uma tentativa de inseri-los historicamente no emaranhado de conflitos anteriores, levando em conta que são os únicos que publica e sistematicamente exigem seus direitos.

O sociólogo moçambicano, Carlos Serra, definiu aos Magermane como *"provavelmente o mais importante, persistente e contestatário movimento social moçambicano do pós-independência"* (SERRA, 2010). Em muitos casos estes Magermane, auto representados como antigos trabalhadores, mas também rotulados pelas esferas do poder como marginais, parecem transformar-se em uma figura ambivalente das transformações ocorridas no mundo do trabalho nestes contextos: seriam, por assim dizer, uma referência urbana da difícil situação econômica que se vive no país. Suas narrativas de injustiça e seu apelo por reconhecimento, permeadas também por um discurso modernizante, tem se tornado um problema real para a elite governante, porque, mesmo que de maneira complexa, descontínua e muitas vezes conflitante com o próprio entorno, eles constituem até hoje o único "corpo social organizado" que, em seu conflito de anos com o Governo da FRELIMO, fala abertamente da desagregação e desintegração social, e da ressignificação do papel formador do trabalho neste novo enquadramento social organizado pelo dinheiro. As marchas destes ex trabalhadores todas as quartas-feiras pelas ruas da capital, se tornaram tão cotidianas e tão incorporadas à paisagem citadina que aparentemente deixaram de ter uma relevância no nível público, entretanto estão incorporadas ao

acessível em <http://www.powerofculture.nl/en/specials/zam/mbembe>. Último acesso 16/09/2010)

²⁷¹ Em março de este ano (2010) o grupo dos Doadores internacionais (G-19) anunciou uma greve e o congelamento integral de todas as doações em dinheiro para a receita nacional do país. Os argumentos entre outros são a falta de transparência entre a separação de Estado e partido e, curiosamente, a atitude arrogante dos representantes moçambicanos percebidas por eles nas negociações. Acessível em: <http://www.kas.de/mosambik/de/publications/19216/> Último acesso 16/09/2010.

senso comum da maioria das pessoas da cidade. De alguma maneira, a figura do Magerman tornou-se no estereótipo radical deste moderno enquadramento moçambicano: o marginal, e no caso específico dos Magermane, um marginal que resiste e rejeita ser enquadrado nessa condição.

No entanto, e como já propúnhamos nos capítulos anteriores, a luta deste grupo tem estado povoada de elementos de ordem identitária, tanto na sua relação assimétrica com as estruturas do poder, quanto na sua relação entre si e com seu universo social direto, em torno das suas vizinhanças nos bairros que eles habitam, e o cotidiano relacionamento com a população maputense no jardim 28 de Maio, sua Base. Esta situação tem derivado na recriação e ressignificação de um imaginário abundante em classificações e figuras de novos sujeitos sociais. Para ilustrar melhor este ponto, tentaremos extrair alguns momentos do cotidiano compartilhado com este grupo, e mostrar como esta condição de marginalidade imposta, junto a sua luta pela reapropriação da verdade em torno da sua história, mas também um certo ímpeto na maneira de querer se diferenciar do “comum” das pessoas, sobretudo mediante sua maneira peculiar de entender os sentidos do trabalho, direito e cidadania (entre algumas noções), dão luzes para entender como são acionados os mecanismos de inclusão e exclusão em um universo mais amplo que o da Base.

4.2 "Burros, Confusos e Bandidos": delimitações do próprio e do alheio, dentro e fora da Base

Um dos aspectos que conforma o cotidiano deste grupo humano específico é a maneira diversificada de adscrições e tipos classificatórios que eles usam na sua linguagem para diferenciar uns dos outros. É frequente ouvir nas muitas conversas os termos “burro”, “confuso”, “bandido”, entre outros. O termo “confuso” é muitas vezes usada para designar uma pessoa problemática e violenta. O segundo, de origem colonial, remete-nos à ideia de analfabeto, ignorante e sujeito “pré-moderno”, ambos usados de maneira geral pela população moçambicana. Contudo, e para efeitos desta reflexão, concentro-me principalmente nas conotações que os próprios Magermane dão a estes termos, sobretudo porque, levando em conta que ambos possuem elementos

de temporalidade específicos, seus usos e sentidos variam de acordo com o imaginário que este grupo vêm elaborando através da sua luta em todos estes anos.

O termo "burro" é usado, fora do espaço da Base Magermane, da maneira como é "*habitual*" ouvir nos espaços de lazer, como cafés e restaurantes, os quais também frequentei, e onde a relação de assimetria e poder - entre o segmento de moçambicanos que poderíamos chamar de "ricos", com seus congêneres mais pobres - é visivelmente semelhante ao do tempo colonial. Na Base no entanto, uma pessoa qualificada de "burra" não denota apenas uma pessoa analfabeta ou um indivíduo passível de discriminação social, mais bem pretende significar a uma pessoa que permite ser enganada, quem aceita o estado de coisas. Classificação que, de alguma maneira, tenta relativizar uma condição forçada pelas circunstâncias que se vivem, ressignificando seu conteúdo em torno de um indivíduo que não pode ou não quer entender o que acontece ao seu redor, em outras palavras, alguém pouco "esperto". Ade Tamimo, em uma das várias conversações que teve com ele ao respeito, confessava:

Eu despreço essa palavra, porque normalmente neste planeta terra ninguém é burro. Se eu sou inteligente e essa pessoa não é inteligente, essa pessoa tem outras coisas que eu não sei [...] então quando se discute 'eh você é burro!' é porque nós vamos a completar 20 anos a lutar aqui e tem alguns que ainda não sabem que estão a fazer ai, o que é que ele reivindica, ele não sabe. Ele só sabe sair de casa para o jardim para criar confusão e fofoca, mas o porque ele esta ai e o que é que ele esta a exigir, não sabe... (Ade Tamimo, janeiro 2009)

Em outras conversações, esta figura parece repetir-se:

"Burro" é aquela pessoa que não quer aceitar o obvio, que todo mundo esta a ver, nos chamamos de burro. Como que ele não vê que isto pode ser materializado, pode ser objetivado, mas ele não aceita. "Burro" é quem não entende que isto aqui é um processo. (Arnaldo Mendes, fevereiro 2009)

Lembro o episodio relatado no capítulo anterior em torno do acontecido depois das eleições na Base. Nessa maneira de significar este termo pejorativo, se incorpora também um elemento hierárquico – paternalista - pois a maioria das vezes que ouvi esta classificação foi durante discussões relacionadas com o chamado *processo*. Aqui o sentido de chamar alguém de "burro", mesmo que em um primeiro momento tenha um caráter pejorativo, vem sempre acompanhado de uma atitude posterior que indica uma certa compreensão com àquela pessoa rotulada de tal, pois o que é interpelado não é

uma suposta essência individual e sim o contexto de miséria e exclusão em que este está inserido.

O termo “confuso”, por sua vez, propõe uma condição de embrutecimento; uma característica adscrita a pessoas “sem domínio” das normas de comportamento “aceptáveis”, violentas e boateiras (fofoqueiras). Na Base, esta figura é usada para definir os “responsáveis” pelo grau de desorganização e de desconfiança existente no universo de relações intergrupais. Mas também designou, muitas vezes, algumas pessoas ou grupos cujo nível de formação escolar era considerado insuficiente para compreender alguns mecanismos e dinâmicas dentro do chamado *processo*, e por tanto “propensos” a criar situações violentas que podiam fugir ao controle da chefia, durante assembleias, reuniões e as próprias negociações com o governo. Daí a necessidade de manter “sob controle” qualquer ação dos denominados “confusos” dentro da Base.

Já no caso do termo “bandido”²⁷², o tema é muito recorrente nas conversas do dia a dia. A particularidade dessas conversas está também na maneira deliberada de classificar na categoria de “bandido” tanto ao governo, quanto à polícia e criminosos, mas também, nigerianos, chineses, a Igreja Universal²⁷³ e os chamados “monhés”²⁷⁴. “Bandido”, para os Magermane, não identificaria apenas quem age “*fora da lei*”, mas quem age “*acima dela*”, e sobretudo, em benefício próprio. Colocamos aqui alguns exemplos ilustrativos: Em meados de dezembro de 2008, mais especificamente uma quarta -feira de assembleia, chego um pouco antes do início, e depois de cumprimentar

²⁷² Não podemos esquecer que este termo é derivado do período da guerra civil, quando a FRELIMO designava aos soldados da RENAMO como *Bandidos Armados*, ou B' As. A figura do bandido é objeto de uma série de trabalhos nas ciências sociais. No entanto, destacamos aqui o significativo trabalho de Hobsbawm (2009) quem, propõe-nos pensar esta figura como um produto social inserida em relações de poder históricas.

²⁷³ Referimo-nos aqui a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cuja origem é brasileira (Rio de Janeiro). em Moçambique foi fundada em 1992 e cuja sede encontra-se em frente da Base Magermane do lado do Museu da Revolução, na Av. 24 de Julho

²⁷⁴ Segundo Bento Siteo, o termo “monhé” é “1.- designação do comerciante muçulmano para o distinguir do comerciante hindu. 2.- designação dos asiáticos e seus descendentes praticantes da religião islâmica/muçulmana. 3.- designação atribuída ao indivíduo nascido do cruzamento de um árabe com, p.ex. um africano. A origem parece ser bantu *mwenye* (do Ciyao, Cinyanya ou Emakhuwa), com o significado de senhor, chefe, alguém que detém bens, honra e, por isso, merece certa deferência. Com o tempo e, em particular, durante o período colonial, este significado do termo deturpou-se, passando a ser usado com sentido pejorativo, que até hoje se mantém.” SITEO, Bento et al. “Moçambicanismos: para um léxico de Usos do Português Moçambicano”. Maputo: Livraria Universitária, 2002, pp. 108. Em outro texto Omar Thomaz faz referência da desconfiança e sentimentos de suspeita da população moçambicana em relação a este grupo social específico. Vide THOMAZ, Omar: “Entre inimigos e traidores: suspeita e acusações no processo de formação nacional no sul de Moçambique” em *Travessias* 4/5, 2004, Lisboa pp 269 - 287.

aos quatro diversos grupos reunidos em torno da casa de banho, me aproximo daquele onde se reúne parte do *Gruppe Fünf*. Baloi, um dos Magermane ali presente, me introduz no incêndio debate: “*Ontem à noite mataram o comandante de PRM*”, segundo ele “*foi uma cobrança entre bandidos*”, assim também “*o assalto à esquadra N° 2 da Matola*”, dias antes, onde os assaltantes teriam roubado armas e munições. Logo de discutir algumas diferenças em torno dos fatos relatados pelos jornais, o grupo coincide em que se trata de um ajuste de contas “*entre bandidos da FRELIMO*”, Manito me explica que “*Guebuza deve dar em poucos dias o relatório do 'estado da nação' e ao parecer o grupo de Chissano²⁷⁵ esta a fazer pressão*”.

Em janeiro de 2009, em outra das diárias visitas à Base, encontrei novamente o grupo discutindo acaloradamente. Percebo que o tema em questão era o assassinato de “*Todinho*”, publicitado pela imprensa nacional. Todinho era um “*cadastrado*”²⁷⁶, que duas semanas antes teria fugido com outros dois “*criminosos de alta perigosidade*”²⁷⁷ da prisão de segurança máxima da capital²⁷⁸. Segundo os jornais, Todinho teria sido morto pela própria *gangue*, porém, os Magermane reunidos na Base “*não acreditam muito nisso*”, Todinho foi morto pela polícia em outro “*ajuste de contas*” em torno da grande quantia de dinheiro encontrada com ele. Um dos Magermane me diz que eles estão melhor informados que a maioria da população em Maputo, pois teriam “*contato*” tanto

²⁷⁵ Joaquim Alberto Chissano, presidente de Moçambique entre 1986 e 2004. Antecessor de Armando Emilio Guebuza, atual presidente de Moçambique. O ex-presidente Chissano representa para os Magermane o período da repressão mais dura contra o movimento, um tempo marcado pela violência e confronto nas ruas. A diferença com Guebuza, radica em que este último seria “*mais político*” e por tanto “*mais inteligente*” do que seu predecessor quem, por sua vez, é percebido no senso comum Magermane como um ser obscuro e ambicioso. Em outro âmbito de coisas, esta referência a pugnas dentro das esferas do poder, leva-nos a pensar no manifestado por Bayart (1999), em relação à conformação do estado na África pós-colonial, na qual “*dado que las posiciones de poder em el partido dominante permiten acceder a muchos recursos sociales y económicos, suele prevalecer la lógica de la escisión, y se extiende el fraccionamiento político.*” (BAYART, 1999: 349) Não obstante, um aspecto singular deve ser destacado, e é que este tipo de pugnas interinas para o caso de Moçambique, são reguladas também por outros mecanismos, sejam estes de ordem clientelar e talvez mais eficazes, o que permitiria manter a coesão e lealdade entre seus membros.

²⁷⁶ A expressão cadastrado se usa para designar um indivíduo com antecedentes criminais e que já tenha cumprido pena de prisão por algum crime. Neste caso, Todinho estava detido ali por alegada cumplicidade com outro “*cadastrado*” foragido da lei e famoso no universo popular maputense: “*o Chauque*”

²⁷⁷ Neste caso tratasse de “*Anibalzinho*” e “*Samito*”. O primeiro é acusado de ser o autor material do assassinato do jornalista moçambicano Carlos Cardozo, morto a tiros em novembro de 2000, enquanto realizava uma investigação jornalística em torno de casos de corrupção e tráfico de drogas, na qual também estava implicado um filho do antigo presidente moçambicano Joaquim Chissano: Nhimpine Chissano. O segundo, Samito, acusado de assassinar policiais e de estar envolvido na morte do antigo diretor da cadeia central da Machava, Miguel Jorge Microsse.

²⁷⁸ Conhecida pelo vulgo capitalino como BO, localizada na área da Machava na zona peri-urbana maputense

com a polícia quanto com o mundo do “crime organizado”, para eles “*todos são bandidos*” e portanto “*não faz diferença quem morre.*”

Desta forma, sugere-se uma relação tácita entre “banditismo”, poder e dinheiro, e, como conseqüência, a riqueza dos poderosos torna-se questionável, e frequentemente é rotulada de ilegítima; assim também os funcionários do governo usam sua posição e autoridade para se enriquecer ilicitamente²⁷⁹. Esta relação de “cumplicidade” entre poder e crime, manifestada pelos Magermane, remete-nos, inevitavelmente, a uma outra figura controvertida no imaginário social da cidade: a feitiçaria. Esta prática, a pesar de estar envolvida em uma teia de silêncios e negações de todo tipo, está, sem dúvida, muito presente no imaginário da população, e atravessa a sociedade maputense de maneira transversal.

São cotidianas as histórias de calamidades e infortúnio pessoal, acusando a ação de algum “curandeiro”, quem pago por alguém com “desgosto” provoca o mal desejado à vítima²⁸⁰. No caso Magermane, muitos experienciaram a “*força implacável do infortúnio*”, mediada pela ação de feiticeiros contra eles. Especialmente no período imediato ao seu retorno, quando tinham bens materiais e dinheiro. Inúmeras são as histórias de acidentes, perdas dos bens trazidos, assim como do próprio emprego e de algumas pequenas empresas criadas por eles, mediadas pela suposta ação de feiticeiros. Muita gente “*andou tramando*” contra eles, tanto assim, que quando se especula em torno do futuro já com os dinheiros reembolsados, alguns auguram que muitos voltaram a sofrer, vítimas do “desgostos” de amigos e vizinhos, em alguns casos até da própria família.

No entanto, os aspectos que tencionamos destacar aqui estão mais relacionados ao contexto específico onde esta prática é vivenciada e não, necessariamente, a procurar causas de ordem cosmológicas como possíveis explicações²⁸¹ para a

²⁷⁹ Aqui é aludida a figura do “Cabritismo”. Segundo o dicionário de moçambicanismo online: “*n. m. apelo à corrupção ou aceitação de ser objecto desta; num sentido alargado, aceitação de qualquer fraude, participando directamente nela ou fechando apenas os olhos, para obter proveitos pessoais, normalmente materiais; extorsão. A palavra vem de um provérbio, “O cabrito come onde está amarrado”. Lopes, Siteo e Nhamunde explicam que se trata de uma tradução literal de um provérbio changana.*” (acesso 16/09/2010) Segundo Lopes, Siteo e Nhamunde, este provérbio seria uma tradução literal do changana: “*mbuti yija layingabohiwa kona*”. Em *Moçambicanismos...* Lopes, Siteo e Nhamunde, Livraria universitária UEM, 2002 pág 37

²⁸⁰ Neste caso, não me refiro às notícias aparecidas na imprensa em geral, seja escrita ou na própria televisão. Estou me referindo a relatos que recebi de primeira mão, das próprias vítimas. Histórias que falam de pessoas, práticas e conseqüências específicas. Em todas elas, dinheiro e poder são elementos recorrentes.

²⁸¹ A preocupação antropológica por esta prática mágico-religiosa é notável, existindo uma enorme quantidade de

presença e expansão desta prática. Neste sentido, consideramos importante frisar que a totalidade dos Magermane, com quem debati este tema, mostrou uma atitude permeada de ambivalências. Porém, reconheceram a existência, atualidade e transversalidade desta prática, e, por outro, a condenaram como uma prática que tende a crescer devido à situação de pobreza²⁸² e desamparo que vive a população, e que tem aos governantes como os principais responsáveis, levando muitas pessoas a agir presas da inveja²⁸³, no entanto com esse desejo manifesto de aceder ao dinheiro “a qualquer custo” para sair da sua situação de miséria. Esta prática seria, aos olhos deste grupo, um “mal hábito” herdado da “tradição africana”²⁸⁴, amparado na negligência institucional para combatê-la.

trabalhos. Já a primeira etnografia significativa da região, escrita por Junod (1913) dedicava alguns capítulos à descrição deste fenômeno. Assim também Feliciano (1989) analisava esta prática desde um enfoque econômico. Contudo, o enfoque privilegiado em este análise é aquele que diz respeito do dinamismo e poder de atualização desta prática no contexto africano. Appandurai (2006), fazendo referência ao trabalho de Peter Geschiere (1997) em torno deste fenômeno, resume: “*la brujería y la hechicería, lejos de ser formas culturales estáticas, son discursos morales elásticos y sumamente flexibles para tomar en consideración nuevas formas de riqueza, desigualdad y poder. Ambas alimentan y son alimentadas por noticias sobre la política nacional, flujos globales de mercancías y rumores sobre el tráfico ilegítimo de personas y bienes. Estos discursos, que florecen en una atmósfera de rumor, engaño e inseguridad, sitúan incertidumbres políticas y económicas de gran escala en mapas de parentesco y en discursos locales sobre la equidad y la moralidad.*” (APPANDURAI, 2006: 8) Na atualidade encontramos alguns trabalhos bastante sugestivo que voltam a colocar esta prática no palco das discussões antropológicas em Moçambique. Entre eles destacamos a West (2009, 2008) e Granjo (2009, 2008, 2003).

²⁸² Em relação a esta categoria, são muitas as definições articuladas nas ciências sociais. Para este caso se assume a definição entregada por Serra (2006) “*Ora, a pobreza pode e deve ser analisada como um produto histórico da relações sociais cuja lógica inexorável consiste, no caso de Moçambique e de muitos outros países, justamente em excluir*” (SERRA, 2006 ;13)

²⁸³ Inveja, “desgosto”, são algumas das expressões usadas como causas para explicar esta prática estendida por todo o país. Contudo, neste contexto específico, a crítica dos Magermane parece estar mais associada ao fato dos governantes não apenas negligenciar o combate desta prática, senão mais bem por mostrar uma atitude de permissividade de parte da institucionalidade, que transparece ao deixar à população resolver seus conflitos através desta espiral que começa com acusações, se alimenta dos boatos e acaba na punição extrajudicial de suas vítimas. Esta espiral, por outro lado, tem derivado no desejo manifesto da população de não querer “melhorar sua vida” por medo de cair pressa de alguma acusação de feitiçaria.

²⁸⁴ A atribuição desta prática à rotulada “tradição africana” não a relega necessariamente a um suposto passado “pré-moderno”. Muito pelo contrario, a sua atualidade, como já dizemos, é transversal. O desconforto é dirigido, mais bem, à persistência desta prática, definida por eles como um hábito ou costume ruim o qual é preciso combater, mas também se “blindar”, e por tanto muitos já foram ao curandeiro para procurar proteção. Neste sentido parece oportuno assumir uma posição ao respeito e me distanciar da perspectiva “milenarista” (Comaroff & Comaroff, 2001; Scheper Hughes, 2005) com que alguns autores se aproximam ao análise desta prática querendo ver rupturas estruturais entre o moderno e o tradicional. Mas bem, concordamos com Sarró (2007), no sentido de “... *En vez de rupturas que me parecen forzadas entre la modernidad y la tradición de la brujería o entre el “capitalismo milerarista” y el “capitalismo premilenarista” a mí me interesan más las continuidades. Lo que tenemos hoy es una globalización de unos temores que, a un nivel mucho más local, los individuos marginales probablemente tengan desde hace muchos siglos*” (SARRÓ, 2007: 341) Dai se prefere entender que se bem hoje a feitiçaria tem uma presença e atualidade indiscutível no mundo social dos meus interpelados, seus medos e desconfianças nos remetem a trajetórias individuais e familiares, cuja temporalidade parece ser mais continua do que as nossas tentativas de enquadramento analítico.

Central a todos estes relatos é a presença de um sentimento, o qual subjaz às expressões “*estar a comer o que é de outros*” ou “*andar a comer sozinho*”, e que falam de um estado generalizado de predação, organizado pela pose/carência de dinheiro, a qual definiria posições sociais assimétricas entre vítima e vitimador. Neste caso a analogia entre a prática da bandidagem e da feitiçaria, é sustentada por estes ex-trabalhadores, ao acusarem uma notória ausência, e conseqüente desinteresse, do Estado para intervir e punir estas práticas, o que, por sua vez, tornaria esta institucionalidade suspeita de estar tirando proveito de toda esta situação. Desta maneira, os beneficiários destas praticas acumulariam poder não apenas através do crime, mas sobretudo pelo enriquecimento incontrolável e individualista que isto produz, o qual, por sua vez, os colocaria em uma posição de intocáveis: “*acima da lei*”.

No entanto, precisamos fazer uma “ressalva” importante, nomeadamente para explicitar o dinamismo contextual de estas construções classificatórias, mas também para mostrar a maneria como elementos adscritos a supostas temporalidades diferentes, interatuam e se entrelaçam com um poder de atualização não menos significativo. Em maio de 2010, durante a minha última estadia em Maputo, a Base amanheceu discutindo o tema do dia: a morte de Chaúque²⁸⁵, alegadamente a mãos da policia. Desde meados dos anos 90, este personagem era procurado pela policia e considerado o criminoso mais perigoso do país. Acusado de trafico ilícito de mercadoria e drogas, assaltos a residencias de luxo e instituições bancárias, e roubos de carros de luxo, entre outros, curiosamente nunca foi prendido. O interessante deste personagem é que durante todo este tempo e até a sua morte, levantou uma serie de relatos e especulações em torno da sua pessoa, o que o transformou em uma das figuras mais controvertida do pós-guerra. Naquele dia, os Magermane reunidos na Base, especulavam respeito da sua alegada morte a mãos da policia. Um dos relatos mais recorrente girava em torno da sua não apreensão no passado, pois segundo alguns ele estaria “protegido” pelo poder de um feiticeiro²⁸⁶. Outros arguiam que no fundo ele tinha vínculos profundos com “altas figuras” da policia moçambicana e por isso nunca foi

²⁸⁵ Agostinho Chaúque nasceu em 1972, em Chicualacuala, distrito do norte da província de Gaza. Era também conhecido como o “Chefão da Mafalala”, bairro da zona suburbana de Maputo.

²⁸⁶ Isto pode dever-se ao fato que uma das suas irmãs era uma conhecida “curandeira” da zona de Inhagóia, na região periférica da capital. Segundo alguns relatos, Chaúque no momento da sua morte teria levado amarrado um “feitiço” ao corpo.

prendido. Certo é que estas duas argumentações, ao contrário de se manifestar como antagônicas, pareciam se complementar.

Depois da sua morte, alguns jornais dedicaram algumas páginas à vida deste personagem. Nela destacava a percepção generalizada de parte das pessoas mais próximas a ele, como de um indivíduo pacato, sem vícios, generoso e amante das mulheres²⁸⁷. Odiado pela polícia, querido pelos seus próximos devido a sua generosidade, na percepção dos Magermane reunidos na Base, Chaúque mais do que um criminoso, representava uma espécie de herói nacional, pois “*roubava aos ricos e distribuía aos pobres*”. De um lado ou de outro, uma questão era indiscutível: a admiração deste grupo pela controversa figura de Chaúque não se sustentava no fato de ser um *fora da lei*, senão no fato de ele representar exatamente o princípio de redistribuição que, segundo suas narrativas de injustiça, deveria existir para romper com este estado de predação organizado pelo dinheiro e legitimado pela própria ambição dos governantes.

No caso destes últimos, esta relação entre bandidagem, enriquecimento ilícito e poder, é mais explícita, pois foram estes - os governantes - que teriam roubado o dinheiro que lhes pertencia e ninguém foi, até hoje, responsabilizado: O sentimento geral é manifestado através de expressões como: “*A mali ya reforma vanga teka vada vanhangongo lava, va hifela mona*” (O dinheiro da reforma comeram estes filhos da mãe, e demonstram cinismo), ou “*não divido meu dinheiro com corruptos*”; “*combatem a pobreza roubando ao pobre*”, etc. Criticam o presidente de estar vendendo o país aos estrangeiros e permitindo o ingresso de “*muito elemento asiático*”, como também de estar fazendo negócios obscuros com eles: “*os monhés traficam pessoas e drogas a vista e paciência dos nossos governantes*”²⁸⁸. Estes seriam também os responsáveis da

²⁸⁷ Na ampla cobertura que alguns jornais deram ao funeral, um aspecto pareceu chamar a atenção dos jornalistas, os quais reportaram que ao evento teriam assistido pelo menos quatro esposas e outro número significativo de mulheres jovens. O semanário Savana descreveu o funeral da seguinte maneira: “*Da pouca gente que esteve no funeral era notável a presença de muitas mulheres. Soubemos que além das quatro mulheres oficialmente conhecidas, Agostinho Chaúque colecionava um conjunto de outras mulheres em quase todos os bairros das cidades de Maputo e Matola [...] O grande vício que Chaúque tinha era para com as mulheres, aliás, dizem as pessoas próximas dele que o finado não tinha problema de dar dinheiro, viaturas e arrendar casas luxuosas para as suas amantes. Nas zonas da Mafalala e Alto Maé, Chaúque era conhecido por esse seu lado bom de quase que nenhuma mulher resistia à tentação. De tanto ser cobiçado pelas mulheres, Agostinho Chaúque foi capaz de manter uma relação amorosa com duas irmãs no Bairro da Mafalala. Dessa relação resultou o nascimento de duas crianças. As duas irmãs, que estiveram no funeral, deram luz no mesmo mês.*” (SAVANA, 28/05/2010)

²⁸⁸ Aqui cabe destacar um evento ocorrido semanas depois do alvoroçado caso de Chaúque, e que, de alguma forma,

falta de emprego, pois estariam tirando o pouco trabalho que existe em Moçambique. Há nesta percepção um aspecto significativo de enunciar, e diz respeito da existência de uma externalidade constitutiva, adscrita aos acusados de bandidagem. Os sujeitos alvos desta classificação assumiriam, assim, um elemento alheio ao imaginário considerado como próprio. Em relação a isto último, deve-se esclarecer que pelo menos nos últimos cinco anos a presença de imigrantes, principalmente, chineses e paquistaneses na cidade de Maputo, particularmente no setor da construção civil e vial, e no comércio, tem se tornado relativamente “notória”.

Durante meu último período em Maputo, era cotidiano ver cidadãos chineses, empregados em grande parte das obras em construção, como era o caso da ampliação do aeroporto internacional de Mavalane, assim como diversas mansões de luxo na Costa do Sol e Sommerschild, mas sobretudo os trabalhos de reforma na casa de governo e outras dependências governamentais²⁸⁹. De outro lado, a entrada significativa de carros oriundos de Dubai e sua comercialização na capital moçambicana aumentou consideravelmente uma percepção antiga em torno dos cidadãos paquistaneses, de estarem monopolizando o comércio, nomeadamente o comércio automotriz. Não obstante, comparativamente a presença destes cidadãos estrangeiros seja insignificante em relação à população total residente na capital (aprox. 0,85% do total), a situação de desemprego, e portanto de incerteza, que atinge não apenas aos Magermane, mas também ao seu entorno familiar e social, acentua esta atitude de rejeição generalizada. Para os Magermane, o governo “*esta a esperar que nos morramos de fome*” e, enquanto isso, vende o país aos estrangeiros.

Em efeito, nas conversas diárias na Base, são recorrentes as acusações de que o país “*esta a ser invadido por elementos estrangeiros*”. Outro exemplo daquilo, o

foi usado pelos meus interlocutores para sublinhar a veracidade das suas suspeitas em torno do envolvimento tanto do governo como de alguns estrangeiros no tráfico de drogas. Na primeira semana de junho de 2010, apareceu em todos os jornais do país a notícia de que um conotado empresário moçambicano de origem paquistanesa, fora denunciado publicamente pelo governo dos Estados Unidos, como um dos “barões da droga” mundial. Mohamed Bachir Suleman, estaria sendo responsabilizado pela tráfico e lavagem de dinheiro em Moçambique. Embora a investigação do caso ficou paralisada meses depois, esta acusação, por ter sido precisamente de uma “potência mundial”, serviu para vincular o crime organizado às esferas do governo, precisamente porque o senhor Bachir era um reconhecido financiador das campanhas eleitorais da FRELIMO, e identificado como íntimo amigo do próprio presidente da república.

²⁸⁹ Cabe destacar que em torno destes cidadãos existe uma série de boatos, dos quais o mais interessante é aquele que relatava que nos barrações do aeroporto, onde moram amontoados estes cidadãos, se tem informações da prática do canibalismo, em outras palavras eles estariam se comendo entre eles.

podemos obter de um evento acontecido durante umas das minhas estadias de campo na cidade. Na única marcha que eles realizaram durante esta segunda estadia em Maputo, em novembro de 2008, ao atravessar a Avenida Guerra Popular, começaram a gritar “*Ausländer Raus!*” (estrangeiros fora!). Como ia acompanhando a marcha me virei e perguntei: “*eu também?*”, e eles, com um sorriso um tanto constrangido, me responderam: “*não é para si, é para os nigerianos, aqui mora muito nigeriano*”. O interessante neste evento, é que este grito foi proferido em alemão, não em changana nem em português. Nesse momento e nesse lugar os únicos que poderiam entender o sentido de tal exigência eram apenas eles e eu. Independente do desconforto que provocou esta inusitada atitude xenofóbica, tentei pensar as motivações que levaram a estes grupo a exigir, durante sua marcha, a expulsão dos cidadãos nigerianos.

Nas extensas e superpovoadas zonas circundantes à cidade de cimento, a figura “*do nigeriano*” é objeto de desconfiança e medo generalizado, todo isto acirrado por uma serie de boatos que associa este grupo ao tráfico de drogas e órgãos humanos. Associação na qual subjaze um obscuro vínculo com a pratica da feitiçaria²⁹⁰. Porém, através das conversas, e discussões com os Magermane, foi possível identificar que a origem do seu desconforto em relação a esta figura genérica²⁹¹, provem mais bem de um sentimento de concorrência (sentida como ilegítima e desigual) frente a escassez de recursos para garantir sua reprodução econômica e social. Numa conversa com Lázaro eles me explicava:

É esta camada que aparentemente vive bem, facilmente chegam aos recursos financeiro sem muito esforço, também quando se trata da época das eleições têm sido eles a financiar ou apoiar financeiramente a FRELIMO. Os nigerianos estão em quase todos os Bairros da Cidade de Maputo. Eles adquirem os contentores velhos ou danificados e transformam em lojas para venda de roupas usadas e produtos de primeira necessidade, como arroz, açúcar, feijão, sal, óleo da cozinha, etc. E outros para a venda de acessórios diversos para viaturas.

²⁹⁰ Neste âmbito, recomenda-se a leitura do ilustrativo relatório elaborado pela Liga de Direitos Humanos de Moçambique em 2009, em torno ao tráfico de órgãos humanos: “*Tráfico de Partes de Corpo em Moçambique e na África do Sul*”. No entanto, parece presumível pensar que esta associação da feitiçaria com a figura do “nigeriano” tenha uma origem alhures da própria cidade de Maputo. Muitos dos boatos parecem ter a sua origem na África do Sul, sendo “transportados” logo, para a capital moçambicana através do continuo fluxo migratório que existe na região.

²⁹¹ Lázaro Magalhães, com sua característica ponderação, resumia: “*Em Moçambique todo o estrangeiro de raça negra e que não fala ou não fala bem português, logo é conotado como sendo Nigerianos. Por mais que seja de Zimbabué, Tanzânia, Guiné-Conakry e por ai... todos estes são tidos como nigerianos.*” (Lázaro, 2009)

Cabe lembrar que meses antes desta marcha, mas especificamente no dia 5 de fevereiro, teve lugar em Maputo uma revolta social de proporções nunca vista desde o fim da guerra no país²⁹². Nesta revolta participou principalmente a população das zonas periféricas da capital. Entre os muitos lamentáveis acontecimentos ocorridos nessa jornada, destacou os ataques e pilhagem de algumas lojas e estabelecimentos comerciais, de cidadãos estrangeiros rotulados de “monhés” e “nigerianos”.

Esta atitude xenofóbica, encontrada na população de Maputo durante a revolta, e, de alguma forma, observada durante a marcha deste grupo de ex-trabalhadores, mencionada anteriormente, levou-me a pensar na própria experiência destes durante sua vida em Alemanha. Rotulados de “Mozis”, acusados de ganhar mais dinheiro que os nacionais alemães, assim como de se apropriar dos escassos bens de consumo disponíveis para a população da RDA. Também o medo e a desconfiança alimentara os boatos entre os alemães. Depois da queda do muro viraram o bode expiatório junto com os outros trabalhadores estrangeiros e tiveram que suportar os sistemáticos ataques racistas e xenofóbicos da população alemã, todos eles guiados por um lema: *Ausländer Raus!* Da mesma maneira, estes ex-trabalhadores foram percebidos pela população alemã como concorrentes ilegítimos e também como beneficiados pelo partido governante dessa ex- república socialista.

Poderia parecer lógico que todos estes eventos experimentados pelos meus interlocutores no seu passo pela Alemanha Oriental, de alguma maneira “deveriam” ter influído para desenvolver um comportamento diferenciado em relação aos cidadãos estrangeiros residentes em Maputo. Efetivamente, estes eventos que a simples vista constituíram um ato de discriminação e xenofobia injustificado, obrigou-nos a aprofundar nas próprias motivações destes ex-trabalhadores. É desta maneira como chegamos a entender a real importância que o Estado e toda sua institucionalidade ocupa para este grupo. Como já refletíamos nos capítulos anteriores, enquanto para a população o Estado se manifestava como uma sombra predatória e egoísta, através de

²⁹² O detonante desta revolta foi o anúncio do governo de aumento em um 100% da tarifa do “transporte público”, os chamados “chapa (cem)”, de 5 MZN para 10 MZN. Lembre-se também que no dia 1 e 2 de setembro de 2010 outra revolta social de grandes proporções teve lugar novamente em Maputo, produto da decisão dos governantes de aumentar o preço do pão e outros produtos de primeira necessidade. Estes dois eventos serão introduzidos mais adiante

suas extensões clientelistas, para estes ex-trabalhadores esta institucionalidade se manifestou, desde o início, de maneira paternalista e hierárquica.

O seu próprio processo de afetação e experiência migratória esteve organizado e supervisionado, por uma estrutura referencial. Todos eles viajaram com um motivo: sua formação técnico-profissional. Foi dentro desse processo que muitos entenderam direitos e deveres; formaram sua própria individualidade e, sobretudo, construíram a sua “moçambicanidade”. Na lógica deste grupo, o Estado é responsável pelos seus cidadãos, mas também pela forma de governância que implementa para dar conta do seu território nacional. É o Estado quem deve regular as relações interpessoais e, desta maneira, evitar a formação de rivalidades de qualquer origem, seja tribal ou regional. Antes de qualquer adscrição, eles são moçambicanos e por tanto deveriam ser eles os beneficiários diretos da ação desenvolvimentista do Estado. Neste sentido o que acusam estes Magermane é o abandono e conseqüente desinteresse de parte da institucionalidade em relação aos seus cidadãos, deixando à população em uma posição de aberta desvantagem frente a uma realidade economicamente adversa, mas sobretudo reforçando as clivagens sociais, ao privilegiar os negócios entre uns poucos poderosos e estrangeiros.

A relação entre o Estado e população de Maputo, pelo contrário, parece ter-se constituído a partir, precisamente, de outro referencial, a partir do qual este Estado se configuraria em oposição à comunidade. A heterogeneidade social de Maputo, seja esta étnica, regional ou cultural - o qualquer que for o enquadramento que a ciência social deseje colocar como modelo explicativo - é o produto de eventos históricos não só caracterizados por políticas coercitivas e pela violência, mas também, e sobretudo, pela própria ação de um Estado que na percepção da própria população se configuraria como uma entidade invasora e desagregadora das lealdades locais. E é esta percepção latente de estar sendo invadidos que reforça a mesma imagem de externalidade na qual são adscritos os estrangeiros residentes no centro da sua socialidade: as vizinhanças. A chegada destes imigrantes é entendida, conseqüentemente, como uma ocupação ilícita, patrocinada pelos “*donos do país*”. Como já explicava Lázaro, “*estes estrangeiros são consideradas pessoas ricas ou de outro nível de vida por parte da população empobrecida de Moçambique*”, e, como

conseqüência disso, são associadas ao “*poder instalado*”.

Embora parecesse querer justificar esta injustificada atitude de xenofobia, encontradas em estes dois eventos, devo me antecipar e esclarecer meu profundo desacordo com este tipo de expressões. Contudo, devo também advertir que a minha intenção, ao enunciá-las, não é transladar ao contexto moçambicano, um conceito cujo referente fundamental o encontramos na historia alargada do mundo ocidental e suas esferas de influências (eufemismo politicamente correto para expressar suas antigas colônias). Mais bem tentar esclarecer – como o fiz em linhas anteriores - as formas que, segundo minhas observações em campo, originam esta espécie de “chauvinismo moçambicano”. Digo isto, porque além dos boatos, medos e desconfianças, assim como a pontual destruição e pilhagem de algumas lojas de estrangeiros, durante a revolta social de fevereiro de 2008²⁹³, nas quais a vida humana de nenhum cidadão estrangeiro foi atingida, não existem antecedentes para falar de uma perseguição sistemática ao estrangeiro nesta cidade.

Efetivamente, em relação a este aspecto, não existem antecedentes sobre ocorrências, nas quais indivíduos de outras nacionalidades tenham sido vítimas sistemáticas de agressões físicas ou tratamento vexatório o até morte, produto de ódio racial e xenofóbico, como é cotidiano observar nas cidades europeias e latino-americanas, e inclusive na própria África do Sul²⁹⁴. Esta constatação também não pretende outorgar à realidade moçambicana quaisquer excepcionalidade, nem menos alimentar uma falsa imagem que apresentaria um sujeito moçambicano genérico, como sendo uma pessoa “intrinsecamente pacífica”. Prefiro pensar, neste ponto, que esta suposta “característica cultural” tem suas raízes em outras causas. Neste sentido, recorro novamente aos Magermane, pois este foi sempre um tema de debate com meus interlocutores, precisamente por serem eles acusados de violentos. São precisamente eles os que me entregam uma versão diferenciada em torno desta

²⁹³ Ao contrario das 13 vítimas mortais de cidadãos moçambicanos, produto da repressão policial. Durante a revolta do 1 e 2 de setembro de 2010, o numero de vítimas fatais foi de aprox. 9 e de aprox. 500 feridos nos confrontos entre manifestantes e policia. Uma característica nova foi o fato de esta revolta ter ecoado em outras cidades de algumas das províncias do país.

²⁹⁴ Sobre este ponto, recomenda-se a leitura do relatório elaborado pela Human Sciences Research Council, a proposito das revoltas xenofóbicas que afetaram cidades da África do Sul durante os anos 2007 e 2008: “Citizenship, Violence and Xenophobia in South Africa: Perceptions from South African Communities” Democracy and Governance Programme. Human Sciences Research Council. June 2008. 59 pp

suposta “natureza pacifista” do moçambicano, ao discutir sobre as revoltas sociais ocorridas em fevereiro de 2008 e setembro de 2010:

...este tipo de revolta não nos é familiar porque como é sabido o nosso povo é passivo e não pacífico como dizem os políticos no poder. O povo tem e anda com muito medo da perseguição. Em Moçambique ainda paira o clima de socialismo em que ninguém deve reclamar e muito menos protestar como aconteceu. Apesar da propalada Democracia que só existe no papel. Até que o socialismo como tal, não existe mas as marcas daquele modelo de governação ficou encarnado nas pessoas. E os dirigentes não se preocupam e libertar as pessoas desse pesadelo, e assim vão tirando também proveito. (Lázaro, 2010)

Passividade, não pacifismo. Uma passividade que pode ser entendida de letargia, inércia e até imobilismo, mas em nenhum momento é considerada sinônimo de pacifismo “*como dizem os políticos no poder*”... O projeto socialista da FRELIMO, a pesar de ter sido aplicado durante um período de apenas dez anos (1977 - 1986), comparado com o projeto neoliberal que já cumpre 24 desde sua implementação em 1987, parece ter deixado marcas na população? Quem sabe, algo de realidade existe nesta sentença, sobretudo se observamos que, para além dos nomes das ruas, avenidas e até bairros periféricos da capital, os quais ainda mantem seus nomes históricos vinculados ao socialismo, talvez a única marca visível deste projeto seria a própria estrutura orgânica do partido governante, a qual continua sendo sustentada pelos princípios do “*centralismo democrático*” leninista²⁹⁵. Talvez seja a isso que se refere Lázaro, quando vemos que a população manifesta seu medo de serem perseguidos, sua passividade, pois como pudemos perceber, nada no mundo social desta capital fica fora do “panóptico frelimista”, ao ponto de muitos chamarem este “*modelo de governação*” de ditadura. Manito em um momento provocava: “*nosso país é como a China, capitalismo para o partido e socialismo para os moçambicanos*”.

Por outro lado, a penetração e controle que exerce o partido não apenas na esfera estatal e no mundo dos negócios, mas também nas organizações sociais de diversa índole, através das suas tramas e redes clientelares, reforça esta sensação de

²⁹⁵ Vide: Lenin, Vladimir Ilich (1904): Un paso adelante, dos pasos atrás. Editorial Progreso, Moscou, 1975. O Estatuto do partido FRELIMO de 2002, no capítulo III em torno dos princípios organizativos, estipula como método de trabalho nas suas letras c,d, e, o seguinte: “c) Nos órgãos, as decisões são precedidas de livre discussão, caracterizada pela abertura e tolerância em relação aos pontos de vista ou opiniões divergentes manifestadas pelos membros; d) As decisões dos órgãos superiores são obrigatórias para os órgãos inferiores; e) Os órgãos superiores do Partido deverão auscultar os órgãos inferiores quando as matérias que exigem a tomada de posição ou decisão sejam de interesse geral.” (ESTATUTOS APROVADOS PELO VIII CONGRESSO, MATOLA, 2002) pág. 13 e 14. Embora nestes estatutos a expressão “centralismo democrático” não aparece de maneira explícita, os três artigos mencionados aqui, ilustram a estrutura e funcionamento orgânico do partido.

estar sendo “vigiados” e renova os medos na população em torno do poder de coação estatal. Coação da qual os estrangeiros mencionados anteriormente, estaria isentos. Para muitos, o país estaria sendo colonizado por uma elite que define suas lealdades alhures das próprias fronteiras nacionais, dividendo o poder e a ganancia apenas com aqueles que se subordinam e aceitam o estado de coisas. Depois da ocupação da Base pela policia, aquele dia de janeiro de 2009, em que o encontro das lideranças dos Magermane e dos desmobilizados de guerra teria lugar, Juma, se queixando do abuso de poder dos policiais fardados, descreveu aos governantes de “*novos colonos*”. Ao ser inquirido o porque dessa expressão, ele revida “*porque não faz diferença nenhuma a maneira como a elite governante trata ao povo e a dos colonos portugueses no tempo da ocupação*”. Em outro momento, Lazaro sentenciava: “*O poderoso nunca ataca o outro poderoso, apenas fazem aliança para melhor roubar ao pobre*”.

Todas estas formas de representação e classificação aqui colocadas, obrigam-nos a fazer uma especie de retrospectiva, e refletir que o processo emancipatório moçambicano, começado na década de 60, visava, entre muitas coisas, acabar definitivamente com uma desigualdade considerada estrutural. Esta desigualdade devia ser transformada, forçando um processo de inserção social que atingisse toda a população segregada desta vez sob a ideia de uma nação independente, abolindo assim a estratificação racista, construída pelo poder colonial português. Desta forma, os moçambicanos, já sob o estatuto de cidadão, teriam acesso “ilimitado” aos direitos e serviços que o estado independente pretendia garantir²⁹⁶. Certo é que este percurso, entre o pretendido e o finalmente realizado, foi criando, como já enunciamos, outras formas de exclusão e estratificação social, as quais até o dia de hoje parecem continuar se reproduzindo. Parece-nos significativo colocar aqui, que em todo este processo, a maneira como estes sistemas de afetação e coerção, desenvolvidos e aplicados pelo partido governante, nos diversos períodos, e, sobretudo, em um contexto de continua precarização, produzido, especialmente, pela monetarização do cotidiano, acabou por desbaratar formas de convívio e reprodução social, subordinando estas a um ordenamento definido por lealdades de outra ordem as já existentes.

²⁹⁶ Neste sentido, coincidimos com o manifestado por Harry West (2009) ao se referir ao projeto frelimista: “*Os dirigentes da Frelimo entregaram-se mais intensamente do que os seus antecessores coloniais alguma vez haviam feito à ideia de modernização, visionando um país onde as necessidades sociais fossem determinadas e satisfeitas não pelas forças de mercado mas sim através de uma governação científica*” (WEST, 2009: 232)

Finalmente, daí esta necessidade de refletir em torno da maneira diferenciada dos usos e sentidos que estes Magermane dão a estas classificações, pois enquanto o termo “burro” é usado mutuamente, no interior do universo agrupado em torno do Jardim, para se diferenciar uns aos outros, o termo “bandido” delimitaria sempre o alheio e, portanto, inimigo, principalmente quando é usado para se referir aos funcionários do governo e seus “aliados”. Neste sentido, considero importante indagar ainda mais sobre estas adscrições, pois, correlatamente, muitos destes Magermane têm familiares nas estruturas governantes. Muitos são os sobrenomes contestados por este grupo, mas também são nomes de alguns Magermane. Quando pergunto se é apenas coincidência eles me corrigem dizendo o grau de parentesco que eles têm com estas personalidades²⁹⁷. Por vezes, vejo certas analogias com o ocorrido no meu país durante a ditadura que dividiu muitas famílias, quebrando o convívio e a fraternidade. Neste caso aqui, a guerra deixou muitas marcas ainda não visíveis ou propositalmente invisibilizadas. Talvez seja possível entender, a partir daqui, o interesse de parte do governo em acabar com este grupo de indivíduos que reivindicam o que eles consideram seus direitos. Depois das eleições autárquicas de novembro de 2008, se fez mais vivível que o único grupo que contesta o governo e representa portanto uma referência, embora controversa, para a população moçambicana, seriam exatamente estes Magermane.

A luta reivindicativa dos Magermane não passa apenas pela exigência do reconhecimento, por parte do Estado e da sociedade, da dignidade, ou seja, de que são pessoas e indivíduos de direito, mas, passa também pela exigência do reconhecimento de seu sacrifício em prol do desenvolvimento do país, pois essa foi sua missão ao partir para a Alemanha Oriental. A luta passa também pela tentativa de se consolidarem como interlocutores válidos em um diálogo, percebido por eles, como cada vez mais pobre entre governados e governantes. Atualmente, assistimos em Moçambique a um pronunciado divórcio entre o Estado e a sociedade. Um divórcio que muitas vezes é acirrado por desconfianças mútuas. Desconfianças alimentadas pelo próprio Estado que, por um lado, duvida e, em alguns casos, teme manifestadamente do poder de transformação que a população, através de suas próprias formas, pode chegar a

²⁹⁷ Por razões óbvias omito colocar algum nome, desta forma, e conforme meu compromisso com eles, evitaria maiores conflitos aos meus interlocutores.

desenvolver, e por outro, por uma sociedade que sente o peso do abandono por parte de um Estado cada vez mais autorreferenciado e ambicioso. Daí a importância de resgatar a história deste grupo social tão controverso, pois não se manifesta apenas como uma organização com dinâmica própria, frente à mal entendida passividade das organizações formais da “sociedade civil” (sindicatos, organizações de mulheres, jovens, vizinhos, na sua maioria cooptada pelo partido no governo), mas também parece se posicionar de maneira concreta frente ao debate sobre as necessidades e demandas do país. Além disso, e pelas mesmas características, parece insistir, com sua maneira particular de entender a realidade e suas propostas de luta reivindicativa, na procura de novas orientações em torno das possibilidades de resolução de conflitos em contexto moçambicano.

4.3 "Homens Novos": figuras contraditórias de um projeto?

O que faz uma identidade Magermane? Ter estado na Alemanha. À primeira vista esta resposta parece resolver esta questão. Em uma segunda leitura, vemos como este “haver estado na Alemanha” traz consigo um leque impressionante de implicações. Significa também as reminiscências nostálgicas de uma “boa-vida”, implica também a aprendizagem ou confronto com uma moral de trabalho “exótica”, “*realmente socialista*”. Implica, além disso, o contato com pessoas que pensam e exercem sua cidadania, seu direito de participar da vida pública de “*maneira diferente*”. Pessoas que vêem o mundo com outros prismas. Implica também o retorno e uma marginalidade compulsória como nova forma de “enquadramento social”, contra a qual se deve lutar para sobreviver; implica ademais o reencontro, depois de anos de distância, com seus familiares e o confronto com seus universos cognitivos e costumes, com as expectativas criadas e alimentadas durante todo este tempo de separação. Implica, sobretudo, a busca de reconhecimento, uma luta por recuperar uma dignidade roubada, junto com seu dinheiro.

Assim sendo, esta pergunta inicial não interpela apenas uma adscrição identitária que é passível de ser resolvida simplesmente pelo fato dos Magermane terem estado naquele país europeu, hoje politicamente extinto. Ao contrário, nos obriga

a entender esta adscrição inserida em um jogo cruzado, dentro do qual identidade e memória se atravessam, configuram-se e justapõem-se sob um contexto de conflito, o qual atua como elemento constituinte dos processos de significação da realidade social na qual eles se inserem. Neste sentido, parece pertinente antecipar que o fato de apresentar o discurso e a visão dos Magermane de maneira genérica, não significou necessariamente assumir uma representação sobre sua posição política, pelo contrário tratou-se de colocar esta posição como uma tentativa de reconhecer neste fenômeno a construção de um sujeito político de caráter fortemente identitário, alimentado por um processo seletivo de memória, o qual, no seu percurso, foi delimitando processos de identificação e pertença, mas também de alteridade e desenraizamento.

É importante pensar também este sujeito político atravessado por duas experiências, por dois “tipos de socialismos” e em ambos concebidos como “*sujeitos*” de transformação. A ideia de *homem novo* parece aqui a mais pertinente para entender a sua auto percepção ou, pelo menos, entender que a ideia de pretender transformar estes sujeitos no ideal do *homem novo*, tão caro ao projeto modernizador socialista em Moçambique, através da disciplina militar²⁹⁸: “*Eles nos ensinaram a marchar porque é a disciplina militar que faz o homem novo, sem disciplina você não é homem novo*”²⁹⁹; e na Alemanha, através do trabalho e sua moral proletária: “*Se conseguimos tirá-los do seu clã, poderemos então reeducá-los*”³⁰⁰, foram experiências que, pensadas de maneira paternalista, atingiram, de uma ou outra forma, subjetividades individuais e coletivas de maneira complexa. Foram experiências que supunham como condição básica para ascender ao novo status de *homem novo*, em ambos os casos, o desenvolvimento de uma lealdade política com a elite governante. Este processo de formação de lealdades, por sua vez, nos remete à ideia de pertença. A dúvida para o

²⁹⁸ “A transformação do patriota moçambicano organizado politicamente na FRELIMO em homem novo partia de uma elaboração teórica fundada na interação da determinação estrutural (a participação na luta e no trabalho manual junto aos camponeses) com a superestrutura (a consciência de combater a dominação e as formas de exploração). Seria na luta, lado a lado com a população camponesa, que o guerrilheiro ganharia consciência de sua condição de classe organizada.” (Apud: Cabaço, José Luis: MOÇAMBIQUE:IDENTIDADES, COLONIALISMO E LIBERTAÇÃO. São Paulo: Tese Doutorado, 2007, p. 354.

²⁹⁹ Comunicação pessoal de Jaime Matola, magermane entrevistado durante a minha estadia em Maputo. Relato que se refere aos pelo menos três meses de treinamento e educação militar no bairro da Matola em Maputo, antes de partir para Alemanha. Ele já não participa diretamente das atividades dos Magermane devido ao trabalho de motorista em tempo integral na cruz vermelha alemã.

³⁰⁰ Estas foram as palavras de um chefe de turno na fábrica de produção de armas e veículos em Suhl, pequena cidade ao sul de Erfurt em Turingia. Trad. Livre: “Wenn wir sie aus der Sippe raus kriegen, dann können wir sie umerziehen ,,

caso dos Magermane é se esta produção de lealdades, com o tempo, implicou necessariamente num sentimento de pertença, e em caso afirmativo, pertença ao quê?

No capítulo anterior, refletiu-se sobre o problema da reiterada indisciplina destes trabalhadores moçambicanos, denunciada pelos encarregados da STASI durante o tempo de estadia nas fábricas alemãs. Esses relatórios colocavam esses sujeitos, de maneira genérica, como indivíduos extremamente sensíveis em relação aos problemas relacionados à cor de pele, de baixa moral socialista em relação ao trabalho, como promíscuos sexuais e bebedores excessivos, em suma, um sujeito contrário ao que se esperava sob a ideia de *homem novo* na RDA. Porém, nada disso é mencionado nas histórias que os próprios Magermane relataram. Ao contrário, eles privilegiam as histórias de sucesso e reconhecimento social, o socialismo alemão - exaltado pela sua modernidade -, e as possibilidades de consumo; enquanto as experiências de discriminação foram reduzidas a anedotas, e assim por diante. Esta aparente contradição entre os relatórios da STASI e os relatos dos Magermane só pode ser entendida levando em conta o contexto espaço temporal a partir do qual estes estão sendo elaborados.

Neste sentido, o grau de identificação com a experiência alemã, gerado através desta memória seletiva, está condicionado pelo contexto de exclusão que os Magermane vivem na atualidade. Uma espécie de sentimento nostálgico de pertencimento, no qual a lealdade se constrói em função de eventos idealizados com um país que não é o próprio, sobretudo, que já não existe. Talvez esta seja a base do desenraizamento e sentimento de alteridade que demonstram nas suas narrativas de injustiça social. Talvez um traço de identidade Magermane esteja se configurando a partir deste pretérito processo de aquisição de elementos culturais diferentes (a construção do homem novo socialista) e esta ideia de viver inseridos em dois mundos diferentes no tempo e no espaço e, no entanto, não fazer parte de nenhum.

A constante referência ao seu período de bem-estar na Alemanha, além de acarretar um elemento diferenciado com implicações de ordem fortemente identitárias, nos remete também a uma ideia de temporalidade muito específica, pois aparentemente, o fato de assumir-se como “Magermane” e, em termos de representatividade, como “antigos trabalhadores da RDA”, ambas as expressões

exaltando de maneira inequívoca sua passagem pela Alemanha, propõem novamente uma relação com uma ideia de modernidade diferente da defendida pelo discurso da elite governante na atualidade. Assim sendo, interessa entender quais as versões de modernidade, quais as referências espaço temporais presentes neste conflito, levando-se em conta que ambas as partes conflitantes, em um determinado momento da história, compartilharam e aceitaram um tipo de relação, embora hierárquica, mas de confiança mútua; uns, ao aceitarem ir para Alemanha, enviados pelo Governo para se tornarem, com a educação e a formação técnico profissional, nos *homens novos* que naquele momento o processo modernizador necessitava. E os outros, assumindo a responsabilidade e autoria destes projeto transformador.

É a partir desta experiência de transnacionalismo que fui desenvolvendo a necessidade de pensar nesta constante relação entre compulsão e modernidade, tanto pela violência e exclusão que traz implícitas, quanto pela produção, como conseqüência, de corpos sociais de caráter fortemente identitários e em muitos casos antagônicos. Aqui a presença dos Magermane, inseridos, através da migração³⁰¹, na mesma lógica dos mineiros na África do Sul, em relação ao sistema de produção de mercadoria, me parece concludente. Sendo que, diferentemente dos mineiros, os primeiros foram enviados para Alemanha como parte de um projeto de desenvolvimento nacional mais abrangente. As disposições apreendidas foram de ordem diversa das que atingiram os mineiros e se estabeleceram numa estrutura de relações de poder igualmente diferentes, embora enquadrados e submetidos a um controle rigoroso. O *habitus* dos moçambicanos enviados para Alemanha se constituiria aqui, hipoteticamente, de maneira diferente, por exemplo, nas diversas greves que estes realizaram para exigir aumento salarial ou ao se recusarem a fazer trabalhos considerados por eles como trabalho escravo, ou devido às constantes brigas com seus colegas alemães, para defender sua integridade como cidadãos atingidos pela discriminação e o racismo, todas estas situações fazendo parte do cotidiano vivido durante seu percurso na Alemanha. Todas elas também tendo como referência a existência concreta de um Estado e seus representantes, a quem dirigir suas

³⁰¹ Neste ponto insisto em refletir sobre essa migração, inserida em um conceito mais abrangente que o de mobilidade desenvolvido por Jean Paul Gaudemar (1977) e colocado na introdução como metodologia de análise e comparação. E assim evitar assumir perspectivas formalistas de modo a definir uma racionalidade subjetiva dos indivíduos a partir de um princípio de escassez.

reivindicações, assim como a convenção de um corpo de leis onde suas demandas estejam sustentadas. Todas estas atitudes, também, hoje em dia lembradas de maneira nostálgica, falam necessariamente de uma maneira diferente de lidar com uma temporalidade atravessada por todas estas mudanças históricas, no entanto, enfatizando manifesta e cotidianamente essa “modernidade adquirida”, de maneira seletiva e negociadora, com os significados adscritos ao conflito atual entre eles, Magermane, e o Governo.

Neste sentido, se aceitarmos a existência de uma “ritualidade” neste processo de afetação, devemos então lembrar que, em teoria, este processo estaria inscrito dentro do “programa” planejado pela própria FRELIMO: a formação do homem novo. Este “programa” visava processos de racionalização tanto na formação de um pensamento científico técnico profissional, quanto prático trabalhista (BUENDIA: 1995). Uma educação cartesiana de viés socialista e a consagração do trabalho como princípio e ferramenta emancipadora na construção dos indivíduos “idôneos” para o modelo de sociedade imaginado. Supunha-se então que “homem novo” foi sinônimo de “homem moderno”. Pensado no contexto moçambicano, a ida ou “separação” destes trabalhadores da sua “estrutura social originária”, para então ser “acolhidos” por outra, pode ser pensado como um “rito de passagem”. Contudo, a estadia destes trabalhadores moçambicanos na RDA é percebida na atualidade, por eles mesmos, de maneira ambivalente e, em muitos casos, é contestada. Para muitos, este percurso pela Alemanha é compreendido hoje sob a ideia de “escravatura contemporânea”, todos foram para a RDA sob a promessa de receber uma formação técnica profissional, no entanto, a partir de 1986 a maioria recebeu apenas um curso de alemão para entender os elementos básicos de uma linguagem voltada para a produção fabril e industrial e para a manipulação das maquinarias necessárias para efetivar sua inserção no processo produtivo. Apenas os primeiros enviados receberam uma formação como a prometida no momento da afetação e, mesmo assim, ao voltar, não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, nem aplicar seus conhecimentos adquiridos na formação de novos técnicos, pois, no próprio país não existiam indústrias ou fábricas no nível de sofisticação daquelas existentes na Alemanha. “Fomos para Alemanha para pagar a dívida que eles fizeram...”, esta é uma frase recorrente nas conversas com

estes ex-trabalhadores.

Desta forma, o que supostamente deveria ser a conseqüência “lógica” da sua afetação para este país europeu (hoje subsumido na “nova” Alemanha Federal), após seu regresso, resultou na formação de sujeitos sem possibilidade de enquadramento e, portanto, “marginais”. Mas não apenas isso, sujeitos que no seu percurso pela Alemanha não apenas acumularam bens materiais, mas também experiências diversas advindas da sua condição de *outsiders*, porque estrangeiros e negros, numa estrutura de relações assimétricas. “Marginais” produtivos que foram aprendendo a exigir seus direitos, como trabalhadores, como indivíduos frente ao racismo e à discriminação experimentados, diante do próprio Estado, mas também como sujeitos auto referenciados enquanto “modernos”. Um dos elementos que podemos resgatar desta experiência é esta afirmação identitária, forçada pelo enquadramento dentro das estruturas nas quais estes ex-trabalhadores foram inseridos. Sua auto percepção como “moçambicanos” diante do alemão. Entretanto, após seu retorno, defrontamo-nos também com a realização de outro sujeito, um “outro” não desejado (Magermane) que confrontará sua “estrutura original”: Moçambique. Na Alemanha, rotulados de “Mozi”, manifestaram sua “moçambicanidade” frente ao alemão; em Moçambique colocam sua alteridade “alemã” frente aos seus conterrâneos.

Esta passagem de “sujeito colonial” para um “sujeito moderno”, tão cara ao discurso da formação do *homem novo*, da FRELIMO, naquela altura, além de evidenciar o caráter doutrinariamente desenvolvimentista do Estado, faz-me pensar o discurso socialista subsumido neste processo, muito mais como um aditivo de ordem pragmática e conjuntural. Neste sentido, julgo pertinente pensar que a formação deste “homem novo” obedeceu a toda uma ideologia desenvolvimentista que visava mudar “padrões culturais” considerados retrógrados, porque coloniais, tribalistas e burgueses. Assim, ao falar aqui de uma “exigência de mudança cultural determinada”, devemos levar em consideração também que a formação da elite que hoje governa o país, foi se gerando a partir de um projeto idealizado também sob uma matriz “cultural alheia”, e cuja característica principal foi a própria afetação como “assimilados” dentro da ordem colonial e, portanto, incorporados dentro dos padrões de dominação daquele momento, mas também inseridos em um circuito de mobilidade social e circulação migratória, que

teria permitido adquirir estas "novas matrizes"³⁰².

Esta circulação internacional e o transnacionalismo adquirido, como parte constituinte do *habitus* desta elite frelimista, parecem explicar este processo de ideologização e a ascensão de um corpo doutrinário desenvolvimentista. Parece também nos ajudar na reflexão em torno da chamada “constituição do homem novo”, enquanto “paradigma radical”, inserido em um outro mais abrangente e atual: a transformação de Moçambique num Estado-nação moderno, a todo custo. Contudo, se pensarmos nos procedimentos de afetação, enquadramento e compulsão da sua população como mão de obra, devemos reconhecer que, definitivamente, sua origem remete-nos à práticas anteriores, entendidas como única fórmula viável para o desenvolvimento em face dos diversos grupos inseridos neste territorializado corpo social chamado Moçambique. Esta utopia modernista não é interessante só porque, além de deixar entrever o fracasso do projeto, acima de tudo, permite-nos pensar na possibilidade de estar frente a uma clivagem importante: a obrigatoriedade do processo desenvolvimentista, porque unidirecional, sustentado na ideia de progresso. Daí a importância de se entender estas diversas alteridades - elite governante e Magermane -, construídas durante os últimos trinta anos, e pensá-las como duas caras da mesma moeda.

Ao confrontarmos com esta utopia modernista, teríamos que nos confrontar, simultaneamente, com esta circulação da força de trabalho e o que habituamos chamar de “transnacionalismo”. A experiência transnacional destes antigos trabalhadores representariam então um manifesto de mobilidade, o qual só pode ser entendido se contextualizado junto a o processo de modernização começado imediatamente depois da independência. Uma mobilidade pensada não como uma categoria liberal desenvolvimentista preexistente, e sim como um produto obrigatório deste processo estruturante. Seu passo pela Alemanha, serve como a prova irrefutável da sua mobilidade passada, e serve também como base de uma perspectiva transnacional à revelia. Mobilidade e transnacionalismo à revelia: duas figuras ambivalentes que coexistem na maneira de “ser” Magermane. Dois aspectos de uma subjetividade construída no tempo e no espaço, a qual hoje em dia tenta conquistar um lugar na

³⁰² Neste ponto recomenda-se a leitura de dois significativos trabalhos: José Luís Cabaço (2008) e Isabel Maria Casimiro (2004)

história do seu país.

4.4 Trabalho e direitos: percepções locais e sentidos conflitantes em torno da cidadania

Como já se refletiu ao começo deste capítulo, um dos âmbitos onde maior se expressa este receio e desconfiança, em relação ao Estado por parte da população capitalina, é o mundo do trabalho. Este, na sua manifestação material, parece ter perdido o sentido formador defendido pelos projetos colonial e modernizador impostos nas últimas décadas. Projetos, cuja política integradora baseou-se num discurso que colocava ao trabalho como o elemento chave do progresso emancipador e civilizatório, mas que na sua aplicação prática acabou desintegrado e desagregado múltiplas subjetividades. Desta maneira o Estado, ou talvez seja melhor dizer as diversas manifestações – colonial, moderno - como este foi percebido pela população, caracterizou-se por representar apenas uma “maquina produtora de exclusão”. Especificamente, as formas históricas como foram impostos os regímenes laborais na região, vieram associadas a uma serie de práticas e políticas compulsórias, tanto no período colonial quanto pós-colonial. Assim temos que para a população de Maputo o xibalo ou trabalho forçado e as culturas obrigatórias da colonia, assim como a "reeducação" e a obrigatoriedade do cultivo das machambas comunais do período socialista, mas também a exigência de comida pela tropas de ambos bandos, durante a guerra civil, assumem o mesmo sentido: o uso compulsório da força do trabalho dos indivíduos, para a produção de bens, dos quais não obtiveram benefício nenhum para si nem para suas famílias.

Esta percepção tem contribuído significativamente para a criação de condições, a partir das quais, a população foi desenvolvendo formas diversificadas de sobrevivência econômicas, que de alguma maneira garantissem uma socialidade básica para a sobrevivência e própria reprodução social (Narotzky, 2004), atingida também pelo infortúnio e a guerra. Efetivamente, fomentaram o desenvolvimento de interessantes modos de articulação entre as formas de reprodução social entendidas dentro do universo local e as formas impostas pelo enquadramento no sistema internacional de

produção capitalista ao qual foram empurrados. Neste sentido, mobilidade e circulação tanto de pessoas e bens, ocupam um lugar significativo nesta racionalidade econômica desenvolvida. Um exemplo destas formas foi a migração para África do Sul, entendida dentro de um processo de mobilidade social maior, mas também formas de intercâmbio, poupanças e crédito.

Justamente, na atualidade os espaços, por excelência, onde confrontamos estas formas e sentidos em relação ao trabalho, são os circuitos comerciais existentes dentro do espaço principalmente periférico desta capital. Agitados e efervescentes espaços de troca que conteriam formas econômicas muito mais diversificadas. Todas elas fazendo valer de maneira simultânea e negociadora, seu *direito* de acesso ao dinheiro. Basicamente, dentro da lógica racional aprendida, este acesso ao dinheiro é mediado por relações de ordem material “quantificáveis”, instaladas em um sistema formal de troca: o mercado. Esta formalidade também estaria instalada na noção de trabalho e circulação, parceiras inseparáveis do processo de produção do valor da mercadoria. No entanto, ao confrontarmos com a realidade de Maputo, vemos como estas categorias parecem perder necessariamente o vínculo a este tipo de lógica, assumindo um caráter menos mercantil. Nesta lógica o Estado apareceria menos como um facilitador, e mais como um concorrente, e em muitos casos como um concorrente desonesto.

Atualmente, Moçambique é apresentado como um dos países com indicadores de pobreza muito significativos e, como tal, as agências de cooperação e financeiras internacionais vem injetando quantidades substanciais de dinheiro em projetos econômicos para garantir o chamado desenvolvimento sustentável. No entanto, não é apenas capital o que se injeta em Moçambique; também vêm sendo implementados, desde 1987, uma série de projetos de reativação econômica de forte caráter neoliberal, liderados pelo do partido governante³⁰³, tornando-se o maior empregador (HANLON, 2007). Contudo, todas essas medidas não estão produzindo os efeitos “esperados” e o que se torna visível até agora é um processo de hierarquização social extrema junto a processos de integração de viés clientelista acrescidos de muita corrupção³⁰⁴. É neste

³⁰³ O mesmo partido que imediatamente depois da independência estatizou a vida econômica da nascente república, assumindo um caráter omnipresente em todas as áreas da produção, regulando o acesso ao trabalho, mas também aos bens e serviços derivados de este.

³⁰⁴ Para ter uma visão geral e atualizada desta situação recomenda-se o livro de Joseph Hanlon e Teresa Smart, *Há mais Bicicletas – mas há Desenvolvimento?* cap. I.

contexto que devemos localizar a longa luta dos Magermane, pois acredito que representam muito mais que um grupo social reivindicativo contestatório: eles são de alguma maneira uma consequência social do processo de modernização que este país tem experimentado, imediatamente após a independência de Portugal.

Nesta parte, pretende-se atingir três aspectos entendido como inerentes ao processo de modernização experimentado pelo país: trabalho, dinheiro e cidadania. Pretende-se discutir como estes aspectos atravessam as situações de exclusão e marginalidade, mas também como, ao mesmo tempo, as diversas significações que os indivíduos lhe outorgam, são construídas no interior de um complexo tecido social que combina elementos tidos como “modernos” com outros de “ordem tradicional”. Desta forma, tentarei contrapor as noções de formalidade e informalidade econômica aos diversos sentidos com que o trabalho é entendido pelos meus interlocutores. O propósito é confrontar estas classificações um tanto rígidas à própria experiência e percepção do que é considerado trabalho na atualidade. Pretende-se inserir esta reflexão numa perspectiva histórica, através da qual será possível entender as percepções em torno da visível destruição do sentido social do trabalho que assistimos hoje e, como consequência, sua desvalorização em benefício da posse de dinheiro. Esta última, muitas vezes, apresentada como desvinculada da produção e do esforço. Aqui, o aspecto da circulação é crucial, pois incorpora a mobilidade trabalhista e o consumo e distribuição da mercadoria numa importante relação de interdependência.

Contudo, creio necessário refletir sobre a complexidade que supõe esta interdependência, pois a suposta racionalidade econômica individualista, muitas vezes se manifesta de modo conflitante com as relações sociais existentes, acentuando relações de desconfiança, disputas e invejas mútuas em todos os níveis, aumentando assim a demanda e a valorização da chamada “magia africana” nos processos de diferenciação social e de resolução de conflitos. Aqui, elementos considerados “tradicionais” se misturam aos de “caráter moderno”, de maneira recíproca, atravessando-se e atualizando-se mutuamente. Uma hipótese possível de ser colocada aqui, a modo de provocação para esta reflexão, diz respeito do interessante fenômeno em torno da regulação e manutenção dos preços nos circuitos comerciais periféricos, pois parece que esta obedeceria não apenas a critérios e leis desenvolvidos nas terras

da “oferta e procura” liberal e individualista, mas também a critérios de ordem “comunitário”, qual seria o controle e regulação do “enriquecimento ilícito” visto muitas vezes como uma manifestação da própria prática da feitiçaria.

Este fato não deixa de ser instigante, pois revela que práticas rotuladas de “tradicionais” para a resolução de conflitos em contextos “modernizantes”, de alguma forma constituem aspectos e formas locais necessárias para a sucessão da vida, para a domesticação do infortúnio (Granjo, 2008); para a revitalização e manutenção das alianças, todas elas atuando de forma paralela às políticas de estabilização e reinserção social apregoadas pelo discurso modernista do Estado e apoiadas pelas instituições internacionais. Em todas as partes, nos mercados, na vizinhança, nos chamados “comentários de rua”, encontramos uma multiplicidade de expressões que parecem não ser apenas uma queixa aflita de pessoas famintas e moribundas, mais bem representam uma maneira de confrontar uma persistente condição de profunda exclusão social e uma complexa situação de marginalidade econômica, a qual parece caminhar e se desenvolver de maneira paralela ao debate modernizador não apenas da elite governante, mas também de uma intelectualidade distante, assentada na segurança que a cidade de cimento lhe garante.

4.5 “Desenrascar-se”: dinâmicas de sobrevivência em uma urbe precarizada

As reflexões colocadas anteriormente são introdutórias e pretendem nos situar em um universo social para além da Base no Jardim 28 de maio, um contexto muito diversificado. Durante minha última estadia em Maputo acompanhei o cotidiano de alguns Magermane nos seus bairros de residencia. O propósito foi tentar localizar estes sujeitos em um entramado social mais complexo, levando em consideração sua interação com a suas famílias e vizinhos, e desta forma tentar contrastar o discurso político identitário, em torno do conflito com o governo, às formas de inserção e articulação com o mundo de fora (SERRA, 2003: 16)

Não foi uma tarefa fácil, em primeiro lugar porque em alguns bairros, os mais afastados do centro da cidade, a minha presença suscitou uma serie de reações de

parte da população que iam desde uma aberta curiosidade de parte dos mais novos, um certo receio e desconfiança de parte dos mais velhos e, em alguns casos aberta rejeição de parte de alguns jovens. No casos específicos, esta rejeição inicial, foi me explicada depois pelo meu acompanhante Magermane, deveu-se a que a presença de um branco naqueles becos sempre trouxe associadas consigo imagens negativas. Sul-africano, foi sempre uma das primeiras associações com a qual teve que me confrontar.

Chamanculo, Polana Caniço, Luis Cabral, 25 de julho (Chopal), Aeroporto, Hulene, Ferroviário, Benfica (G. Dimitrov), Jardim, Kongolote (Zimpeto), Zona Verde, até a Matola, forma alguns dos bairros que mais frequentei. O percurso para chegar nos lugares de moradia dos Magermane que concordaram em que os visitasse, foi quase sempre o mesmo: Saindo da Base para a Av. Eduardo Mondlane para daí pegar um “chapa (cem)” em direção dos bairros mencionados. Dependendo do trajeto, pagava-se a soma de 5 ou 7,5 MZN. A duração da viagem de chapa era de entre 20 e 40 minutos. Em todos os casos, chegava-se em um ponto (paragem) e daí caminhava-se entre 5 e 15 minutos em direção dos lares dos meus anfitriões, passando por ruas e becos de terra, os quais durante o dia fervilhavam de pessoas realizando um sem fim de atividade, seja carregando água ou bacias com pão. Cada 20 ou 30 metros encontrava-se com uma pequena estera ou mesinha fabricada de caixotes, na qual eram oferecidas algumas hortaliças tiradas dos próprios quintais, como cenoura, mafurra³⁰⁵, cacana³⁰⁶, pepino, tomates, alfaces, quiabo, mandioca, mas também pequenos saquinhos de farinha de trigo ou milho, arroz, etc. Percebo que as “administradoras” desta pequenas e improvisadas barracas³⁰⁷, são as mulheres donas de casa. Mas também percebo que crianças e idosos faz parte também de uma diversidade de “esquemas” em prol da angariação de rendimentos que ajudaram na manutenção de uma realidade precária e instável.

Durante minhas visitas, participei de diversas reuniões familiares, sendo eu nalguns caso o motivo da dita reunião. Em outros, foram o *xitique* ou *fundo solidário* os

³⁰⁵ A mafurra é o fruto de uma árvore que brota nos meses de verão e é usado como um complemento alimentar. Porém varias vezes me vi confrontado com relatos da vida cotidiana de alguns Magermane, cuja única fonte alimentar a constituía este fruto. Os lares que visitei em sua maioria possuem uma mafureira, mas também mangueira ou cajueira, que conforma o suprimento básico não apenas das famílias donas das árvores, mas também da vizinhança. No momento da colheita o excedente é vendido ou intercambiado por outros produtos.

³⁰⁶ Planta rasteira de uso doméstico e cujas folhas servem como alimento, o sabor do fruto é fortemente amargo

³⁰⁷ É esta a expressão que usam as pessoas para denominar o lugar de venda destes produtos.

motivos para estas reuniões. O *xitique*, da mesma maneira que o *fundo solidário*, são sistemas “extralegais” de crédito e poupança muito diversificados e expandidos na população de Maputo. Sua estrutura e funcionamento não será objeto de análises, e sim os sentidos que estas práticas albergam³⁰⁸. Talvez o mais significativo na procura de sentido para estas práticas, tenha sido o fato que dentro das motivações para organizar estas formas de crédito e poupanças, sobressaísse, além de suprir as insuficiências dos sistemas bancários e de micro finanças espalhados pela capital, o desejo de reestruturar as famílias e a partir daí, exercer um controle mais próximo da vida de cada integrante, assim como dos seus agregados. Desta maneira o sentimento de segurança e proteção intra familiar frente à percebida instabilidade econômica dominante, parecia estar garantido. O interessante em todo este sistema é que obriga aos indivíduos participantes a cumprir com sua parte cada mês, e desta forma parecesse redirecionar a construção de lealdades a um âmbito mais local e previsível. De alguma forma, estas práticas junto com manifestar uma aspiração de querer garantir o futuro material, testemunha o enorme abismo as que separa dos tipos de crédito e poupança, definidas como formais, mas também denuncia a própria orientação individualista do sistema bancário formal.

Durante minhas visitas, também teve a oportunidade de observar de perto a incrível variedade de “esquemas” e práticas que cada família desenvolve para “desenrascar” a vida. Esquemas e práticas que transitam em constante ir e vir entre as fronteiras do legal e o ilegal, definidas pela institucionalidade, cada vez mais desacreditada. Sob esta expressão - “desenrascar-se” - reúne-se toda uma “engenharia social de sobrevivência”, sustentada em toda uma lógica de compreensão da realidade enquanto situação de vida. Um engenharia cuja dinâmica incorpora relações,

³⁰⁸ O Xitique e o Fundo Solidário, são sistemas rotativos de empréstimos de dinheiro, sem a cobrança de juros, um sistema determinado por um numero controlado de pessoas, que podem ser colegas de trabalhos, ou grupo de mulheres (na maioria dos casos) da mesma igreja, ou entre comerciantes dos mercados informais espalhados pela capital. Sobre estes sistemas, seu funcionamento e diversas estruturas, recomenda-se a leitura de alguns trabalhos significativos, entre eles: Cruz e Silva, Tereza: “O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal- ASSOTSI” Cap. 2, programa global Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP), OIT, Genebra, 2005. 57 pp. Dava, Gabriel et all: Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social: Estudo de Caso das Provincias de Gaza e Nampula e a Cidade de Maputo. Cap. 6, em Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 1996-97. Maputo 1997, 57 pp. Quive, Samuel: Sistemas formais e informais de protecção social desenvolvimento em Moçambique. Conference Paper N°43, IESE: “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”. Maputo, 2009, 52pp. Cuamba, Denise António: A função social da prática do xitique na cidade de Maputo – O caso do grupo Ntwanano. Dissertação para o grau de Licenciatura em Sociologia, UEM, Maputo 2008, 52pp.

mobilidade e circulação como elementos imprescindíveis para a reprodução social dos sujeitos em situação de precariedade. É uma lógica que outorgaria o sustento moral e racional às formas de articulação destes sujeitos dentro do universo social ao qual estão adscritos. Dentro desta dinâmica, as linhas divisórias que “costumam” delimitar a formalidade e informalidade econômica, tornam-se menos precisas e o que parece prevalecer é mais o trânsito entre uma e outra na procura do bem-estar material na forma de emprego ou, diretamente, acedendo a dinheiro. Contudo antes, esta situação precisa ser entendida dentro de todo um processo de transformação socioeconômica, impulsada em primeira linha pelo Estado.

Um processo de transformação e reestruturação que ademais irá desenhando todo um sistema de interdependências, e dentro do qual o próprio Estado ver-se-á envolvido. Privilegiando este enfoque, se descarta qualquer imagem consolidada de estado, e a partir daí pretende-se refletir esta institucionalidade como um sujeito mais na reprodução das estruturas sociais, e desta maneira pensar o contexto proposto em termos de inter-relações e não só de determinantes estruturais. Pensar o Estado como um sujeito mais, porém um sujeito que aos olhos dos outros sujeitos sociais, foi se constituindo naquele que hoje sustenta o monopólio dos recursos e as próprias fontes de acesso ao bem-estar social, e por tanto; aquele que define o sistema de produção de lealdades, como também as margens do bem-estar social, através de mecanismos de inclusão/exclusão que muitas vezes não são compreendidas pela população; enfim um Estado que delimita os estatutos dos integrados e dos que não tem lugar.

“Desenrascar-se” neste contexto, definiria não apenas as estratégias de sobrevivência que a população maputense veio desenvolvendo nos últimos anos. Senão também a maneira de perceber e justificar estas práticas, numa relação entendida por eles como assimétrica e desonesta. É a partir desta situação que evoco aqui alguns relatos e experiências vividas. Principalmente as experienciadas juntos dos Magermane, pois é precisamente a partir da perspectiva com a que eles pretendem me mostrar o estado das coisas em relação a situação de desemprego generalizado e a ausência de possibilidades de acesso ao dinheiro, que esta prática de “se desenrascar”, pode ser entendida dentro da dinâmica e a lógica que lhe subjazem:

De novo em Maputo, percebo que algumas coisas mudaram desde a minha última

visita. (a primeira foi entre Agosto e Setembro de 2007) Acho necessário relatar meu primeiro dia e desta forma tentar me situar, embora de maneira superficial, neste tecido de relações cotidianas um pouco fora do perfil de pesquisador e mais como um “turista” recém-chegado. Sai de Joanesburgo via “Panthera Azul” rumo a Maputo, numa viagem que demorou mais do que previsto (foram quase 12 horas de viagem, e não as sete anunciadas). Durante a viagem conheci dona Esmeralda. No começo ela achava que eu era um sul-africano e senti seu receio inicial, mas à medida que a viagem ia se prolongando mais do que o necessário acabamos “puxando” conversa. É incrível ver a mudança no trato quando disse que vinha do Brasil. Dona Esmeralda sorriu e começou a falar sem parar da sua experiência no Brasil no ano passado. Ela morou na Lapa, em São Paulo, na casa de uma amiga, também moçambicana, e afirmou ter gostado muito do lugar. Quando perguntei o que ela fez lá, primeiro comentou que tinha ido visitar essa amiga, mas logo revelou a verdadeira razão de sua viagem: ela compra produtos brasileiros para logo vender em Maputo, principalmente roupa feminina. Ela introduzia os produtos na África do Sul e logo, por meio de um sistema sofisticado que não quis revelar, os introduzia em Moçambique.

“Em Moçambique a alfândega sempre quer uma parte”, disse-me, como se quisesse se justificar o porquê de não querer revelar o sistema de traslado dos produtos. No entanto, entendi melhor esta frase ao chegar ao posto fronteiriço entre os dois países. (Ressano Garcia não é o posto, mas a cidade do lado moçambicano) Ai os oficiais da alfândega realizaram o que ela definiu de *“pente fino”*, que consistia em revistar pormenorizadamente cada bagagem, situação que atrasou a viagem em duas horas. Enquanto isto acontecia, ela me comenta “eu estou tranquila, pois as minhas coisas já passaram em outro carro”. Fiquei curioso por conhecer o sistema de traslado que ela tinha montado, como funcionava a rede e que pessoas participam, mas percebi também que ela não estava interessada em falar muito a respeito. Chamou-me a atenção, porém, o argumento que ela usou para explicar seu trabalho: *“não podemos ficar parados, temos que nos movimentar”*. Pensei nos meus colegas Magermane, na circulação migratória tão cara à realidade de Moçambique. Pensei também nas discussões – muitas delas carregadas de categorias positivadas - sobre como definir trabalho formal para entender o informal. Mas, nesta parte do globo, parece que o

importante é mesmo fazer dinheiro: como? Parecia depender da própria criatividade individual das pessoas, o “desenrascar-se”, e, portanto, o trânsito do supostamente formal ao informal, e vice-versa, faz parte de uma estratégia bastante expandida.

Dona Esmeralda não cansava de repetir que “*sem dinheiro você morre*”. Esta ideia de estar em movimento parece colocar a migração sob uma perspectiva mais conjuntural, mais situacional. Tentando relacionar estes dois argumentos, é como se nos movêssemos atrás do dinheiro, pois assim asseguramos nossa sobrevivência, enquanto ficar parado significa morrer. Um fato que merece ser salientado é que 90% das pessoas que estavam no ônibus eram mulheres e a maioria carregando de três a quatro volumes (“pastas” como se usa no português de Moçambique) de bagagem, entre caixas, sacolas e malas. Dona Esmeralda podia não ser a única participando deste “esquema”³⁰⁹. Ela me deu seu número de telefone e mostrou-me a foto da sua filha de 27 anos, ainda solteira... pediu para visitá-la assim que me estabelecesse em Maputo. Percebi a intenção implícita nesse convite, pois não era a primeira vez que recebia propostas dessa “natureza”. Aceitei, mas preferi não prometer nada, pois desde a minha primeira vez em Maputo aprendi que os compromissos são levados a sério, mesmo parecendo uma “mera formalidade” como esta.

Já em Maputo, ao chegar e desembarcar do ônibus na agência localizada na baixa (centro) da cidade, fui abordado por pelo menos três taxistas. Avisei que primeiro ia tirar minha bagagem do ônibus e logo discutiríamos o preço. Ao voltar com a minha bagagem, o primeiro deles, que tinha me oferecido levar até o lugar onde ia me hospedar os primeiros dias, por 150 MTN (aproximadamente 15 reais - no ano passado eram 100 MTN), já tinha outros passageiros no carro. Decidi então levar a minha bagagem para o segundo, pois estava vazio. O primeiro quis pegar a minha mochila, mas aí o segundo reagiu tentando tirar a bagagem das mãos do outro, numa situação um tanto constrangedora. Enquanto isso acontecia, eu assistia um pouco perplexo:

³⁰⁹ Dona Esmeralda, assim como um significativo número de pessoas, principalmente mulheres, fazem parte desta prática que no vulgo é designada como “muhkerista”. Segundo o dicionário de “Moçambicanismos” de Siteo, Lopes e Nhamuende, esta expressão significa “*contrabando, fuga ao fisco, na importação e exportação de mercadorias [...] designa uma prática exercida pelos residentes das vilas fronteiriças da Ressano Garcia e Namaacha que, com a condescendência das autoridades de fronteira, consiste no transporte de mercadorias em pequenas quantidades, tantas vezes quantas as necessárias de e para cada um dos lados da fronteira*” (SITEO et al, 2002: 102) Um dado significativo é que esta prática hoje tem se institucionalizado, chegando inclusive a conformar uma associação (Associação dos Importadores e Vendedores do Sector Informal de Moçambique), cuja presidência estaria em mãos de um Magermane, o senhor Sudecar Novela.

afinal, eram dois indivíduos brigando por uma mochila e acusando um ao outro de malandro e bandido. Após um breve lapso, decido reagir e intervir dizendo ao primeiro que ele já tinha clientes, e que então eu iria com o segundo taxista.

Imediatamente o segundo taxista foi procurar outros clientes. Diferente da última visita, o táxi parecia ter-se transformado numa espécie de lotação, admitindo mais de um passageiro por veículo. Não disse nada, preferi observar a evolução dos acontecimentos. Em seguida, o primeiro taxista veio até o carro do segundo e tirou a minha mochila do porta-malas e gritou para ele que era um bandido. Quando vi que o segundo taxista tinha convencido a senhora que trazia mais bagagem de Joanesburgo (cinco malas enormes), falei para um terceiro taxista que preferia ir com ele. Foi ai que o segundo taxista desistiu de levar a senhora e propôs fazer a viagem apenas comigo. A partir dai, surge “um bate boca” entre os taxistas no qual entre risos e certa perturbação nos seus rostos as acusações de banditismo eram mútuas. Finalmente, conseguimos sair, espero um momento e comento logo em seguida: *“ano passado era um passageiro por táxi”*; o taxista me responde: *“a vida está a mudar aqui em Moçambique, a vida esta mais cara e o dinheiro falta”*.

Em uma das visitas ao grupo, cheguei no Jardim, porque tinha combinado com Lázaro e Zeca para revisar o único computador que eles conseguiram arrumar, e que está tendo problemas (vírus). Ofereci minha ajuda para limpar o computador com o antivírus que estava usando no meu. Pouco tempo depois chega Lázaro e, em seguida, ligamos para Zeca, mas ele estava muito longe do Jardim e não ia conseguir chegar a tempo para o nosso encontro. Decidimos ir até o lugar onde se encontrava o computador sem esperar ao chefe. Caminhamos pela Av. 24 de Julho em direção da rotatória que conduz para a Matola, perto do mercado de N'kakana. Durante o trajeto, Lázaro me relata a história do Magermane que possui o computador: Zeca Mondlane. Ele é natural de Maputo, de origem ronga e ficou na RDA por quatro anos. Quando voltou da RDA, aprendeu alguns conhecimentos sobre gráfica com outro irmão que também tinha estado na RDA e aprendido a trabalhar com gráfica por lá. Com o pouco dinheiro que recebeu, comprou copiadoras de segunda mão e começou a fazer trabalhos gráficos, alugou um “flat”³¹⁰, num prédio perto dessa rotatória, onde começou

³¹⁰ Como eles costumam chamar os apartamentos pequenos e funcionais do centro da cidade. Possuir um “flat” também é sinônimo de estar bem, de ascensão social. Muitos dos Magermane colocam a perda do “flat” como

a morar com a mãe e outros irmãos. De alguma maneira, ele teve que se fazer cargo da família inteira.

Lázaro me relatou que a mãe começou a exigir mais dinheiro e ameaçou que se ele não entregasse mais dinheiro o denunciaria ao Ministério por sonegação de impostos. Ele teve que abandonar o flat com a família e procurar um lugar para morar com a mulher e o filho e continuar trabalhando como gráfico. Finalmente, conseguiu “esse canto aí” onde chegamos. Antes de chegar na rotatória, entramos num beco estreito com uma rua de terra, a terceira porta era de latão em estado precário, entramos na casa. Dentro, vejo uma esteira deitada no chão onde duas crianças brincam despreocupadas, ao me verem elas param para me observar. A casa é composta por três cômodos de cimento bruto em forma de “L”. O cômodo de Zeca tem uma superfície de seis por quatro metros quadrados e compõe uma escrivaninha onde estão instalados dois computadores, um deles é o da associação, três fotocopiadoras industriais, as três com defeito e mal funcionamento. Separados por uma cortina de gênero, está o dormitório, conformado por uma cama onde ele, sua mulher e filho dormem, e algumas malas empilhadas.

Quando chegamos, Zeca estava com um cliente, tentando redigir uma carta. Ele pede para Lázaro continuar, pois ele tem maiores conhecimentos na escrita do português e em redação. Enquanto Lázaro assume a tarefa e fica com o cliente redigindo o texto, Zeca e eu saímos do quarto e sentamos no quintal. Ele começa, então, a me relatar sua história... voltando da RDA ele conseguiu trazer um contenedor com alguns bens acumulados lá. Com o dinheiro recebido no começo, alugou aquela flat na Av. 24 de Julho, que teve que abandonar por causa da mãe. Nos primeiros tempos conseguiu arranjar com o irmão uma copiadora industrial e começou a trabalhar como gráfico, confeccionando cartazes, cartões de visitas, faixas e afins. O negócio rendia o suficiente para manter toda a família e principalmente a um irmão que foi trabalhar no *joni* (minas da África do Sul) e voltou doente³¹¹. Em seguida, o outro irmão, quando viu que o negócio da gráfica estava gerando lucros, decidiu pegar todo o dinheiro e desaparecer para África do Sul. As pressões da mãe, a doença de um irmão e o roubo do dinheiro de parte do outro irmão, acabaram por afundar a única

uma manifestação da degradação social que viveram durante todos estes anos.

³¹¹ Ele não me disse que doença, mas pelas características o irmão teria contraído a Aids

possibilidade de sobrevivência naquele momento, pois o resto do dinheiro da RDA não chegava.

Ele pertence à Igreja Universal, e é daí que ele consegue seus clientes. Disse-me que não estava muito feliz com a Igreja, pois esta tiraria muito dinheiro, mas não sabe o que fazer pois:

aqui o problema é a tradição... Meu avô andava a fazer burrices... ia onde estava o curandeiro para fazer essas coisas... o problema era que se não funcionava, tinha que se proteger e rezar porque senão ou mal volta para o curandeiro e sem dinheiro estamos desprotegidos. (Zeca, 2009)

Por isso entrou na Igreja Universal, pois assim pode rezar e se proteger. No entanto, ele tem agora um problema porque a Igreja entrou no que ele chamou de “fogueira divina”, que é um ritual de purificação muito parecido ao Ramadã muçulmano. A particularidade deste ritual é que cada crente, no período de 40 dias, teria que “*contribuir com um sacrifício*”. O dele seriam 2000 meticais que não dispunha, posto que durante esse tempo também os crentes não devem trabalhar e como consequência ele também não tinha pedidos e, os outros clientes são muito poucos que contratam seus serviços.

A vida esta difícil, aqui as pessoas vivem com um dólar por dia (aproximadamente 26 MTN na altura), eu consigo às vezes arranjar até quatro dólares por dia e isso ajuda nas despesas da minha família, mas tenho que ajudar também os meus parentes. A minha mãe me botou da minha própria flat com a ameaça de me denunciar ao ministério pois não estava a pagar impostos, mas mesmo assim devo continuar a ajudar a ela e aos meus irmãos e irmãs.

Em relação à sua filiação à associação me diz “*os trabalhos que faço para a associação são de graça pois eles estão a trabalhar por mim também... se eles vencerem eu ganho também, pois recebo meu dinheiro*”. Após algumas horas de conversa sobre a falta de dinheiro, os problemas deixado pelos antepassados e luta dos Magermane, Lázaro termina de redigir a carta. Nos despedimos deixando a possibilidade de voltar aberta. No caminho de volta, Lázaro me diz que Zeca havia aparecido no Jardim fazia pouco tempo, mas que tem ajudado muito a associação na elaboração e impressão de documentos, assim como na reprodução de material que eles têm acumulado até hoje.

Tomando a experiência deste Magermane, ao se quebrar a aliança com a família através do conflito com a mãe e o irmão, esta situação parece criar a necessidade de estabelecer outras alianças. Antes a Igreja Universal para se proteger das práticas que seus antepassados “andavam a fazer”, mas também desta maneira, obter um capital social e econômico através dos serviços que ele faz aos membros desta Igreja e, logo, os próprios Magermane no Jardim, pois tudo isso acontece na vida dele de maneira concomitante. Ele foge da denúncia da mãe e se refugia na associação. Tanto a associação quanto a igreja trazem implícitas o acesso ao dinheiro. Juma queixava-se em outro momento:

Esse é o problema, é a situação de vida que esta a viver-se aqui, que as coisas já não se controlam mais... aquela “doçura” da amizade, aquela “doçura da família não existe mais... porque a familiaridade (parentesco) existe, mas nos falta amizade (aliança, fraternidade), o sentimento. Porque me diz, como vai ajudar a ele se eu estou a pedir a mesma coisa, se você diz que não tem comida é porque eu também não tenho e as vezes pior...

Rompimento e criação de novas alianças no intuito de continuar a vida. Pacificamos nossos possíveis inimigos na medida que os incorporamos ao nosso universo de alianças e os destruímos ou mesmo “neutralizamos” criando novas alianças mais poderosas, afinal a vida é difícil mas devemos continuar, o ciclo se renova na medida que conseguimos negociar, “*quem fica parado morre*” (Esperança), “*sem dinheiro não tens vida*” (Maria, empregada doméstica), são expressões que se ouvem em todas as partes, são os chamados “cometários de rua”, cometários que se ouvem em cada encontro familiar, ou durante o jogo de futebol no Chamanculo ou na Costa do Sol, nos encontros em torno de algumas cervejas. Comentários que de alguma maneira identificam uma população que não esta usufruindo do desenvolvimento propalado pelos governantes.

Na cotidiana interação com os Magermane, estas expressões são recorrentes também, no entanto, diferente das outras pessoas como dona Esmeralda ou os mesmos taxitas, nos relatos destes Magermane podem ser visualizadas algumas tentativas de explicação a estes problemas. Em todas elas aparece o Estado, na forma do governo ou partido, como a figura que regula o acesso ao bem-estar social. Contudo, este “regular o acesso” vem sempre associado a um mal-estar acumulado,

precisamente porque esse Estado seria mais bem quem limitaria ou obstaculizaria este já difícil acesso ao bem-estar que eles idealizam. Mas não só isso, junto com não facilitar o desenvolvimento individual, este seria o portador do mal exemplo para a população. Durante um almoço em casa de Juma, ele referiu-se a esta situação desde a própria realidade que ele experimenta ao ver a maneira como as pessoas atuam no bairro:

Com dinheiro domina-se às pessoas, não só em Moçambique, um país de grande riquezas, a minoria que são os donos das coisas, então esses indivíduos, porque fora de governantes, são indivíduos, querem poucas empresas e pagam mal, e além disso diminuem as empresas para eles poderem sobressair, porque eles diminuem as empresas? Porque a maioria das pessoas não tem onde trabalhar, significa que com emprego ninguém mais vai se preocupar em querer vender isto ou aquilo... Se neste país as fábricas começassem a funcionar e cada passo, cada pessoa consegue um emprego, então estas pessoas passariam a depender do emprego e deixar de depender destes sustentos...

Esta engenharia social de sobrevivência é vista pelos Magermane não apenas como uma condição que caracteriza a vida econômica da capital, senão que também é assumida como o produto de um projeto de empobrecimento que tem aos governantes como seus principais artífices. Este empobrecimento é identificado na destruição de uma indústria nacional, que “nos tempos de Machel” teria garantido a reprodução econômica da população urbana: *“No tempo de Samora, não havia falta de comida, roupa. Agora não há problemas com isso, mas o que falta é o dinheiro para comprar”* (Aida, 2009) Já tínhamos mencionado esta referência em torno do líder morto da revolução. Mas desta vez a figura do líder vem associada à imagem do Estado, em torno dos seus governantes: *“No tempo de Machel, ele respeitava às pessoas, todos éramos moçambicanos. Hoje a diferença é que o próprio governo não respeita ao povo moçambicano. Naquela altura de Machel havia emprego, trabalhava-se, o que a pessoa ganhava dava para alimentar à família e as coisas não eram caras como hoje”* (Ade, 2009)

Diferentemente das expressões encontradas nos “comentários de rua”, nos quais a presença do Estado é mais relativa, ou melhor, aparece apenas como um referente da situação de predação de uns contra outros. No caso dos Magermane, parece existir

ainda um apelo direcionado à institucionalidade, sobretudo quando a crítica assume uma conotação moral:

Então quando em um Estado, num país não há as possibilidades de emprego as pessoas o número é maior como desempregadas e a única sobrevivência é fazendo pequena coisa na sua vida... porque essas pessoas que tem esse lugares a vender qualquer coisa não evoluem , porque vamos lá ver isso: Estamos num bairro, esta casa vende, esta casa compra, aquela vende, aquela compra... como você vai evoluir? Antes todo estava controlado pelo Estado e havia emprego, as pessoas trabalhavam muito através do Estado... se aparecer qualquer senhor em um bairro com uma barraca, com uma loja, seria só você ali, todas as pessoas viriam a comprar ali, então você começaria a evoluir, você poderia fazer mais outras lojas em outros bairros ou ampliar aquela loja que você tem naquele sitio, então aí haveria poder de compra porque haveria trabalho, Más hoje só existe poder de venda. Sim, poder de venda, mas não ganhar nada! (Juma, 2009)

Em outra conversação em casa de Ade, quando ele se referia a seu passo pela Alemanha, este ressentimento em torno da sua situação atual se repete, só que desde uma perspectiva um tanto diferenciada:

...O governo não quer entregar nossos valores porque eles tem medo de nós. Como tem medo? Eles pensam que quando eles reembolsarem o dinheiro, o país vai se desenvolver e eles não querem que o país se desenvolva. Porque se eles me dessem o dinheiro eu já o investia em projetos, levaria cinco ou seis comigo, e quantos (Magermane) somos de Rovuma à Maputo? Muitos! É dai que o desemprego vai diminuir e o país vai desenvolver, e eles não querem o país a desenvolver, eles só querem governar o país, roubar o país...Nos fizemos muito já por Moçambique, eles só aplicam leis, mas eles não contam, e confiam na policia para maltratar aquele povo... (Ade, 2009)

Assim como Ade, muitos outros Magermane manifestaram seu desejo de investir em projetos que iam desde a compra de um talão para cultivo de hortaliça ou capoeiras para a produção de pintos e ovos, para venda na cidade, passando por alguns projetos de escolas e outros de corte energéticos, como era o desejo de Constantino de construir um moinho de vento para a produção de energia eólica. Ou o caso de Juma que precisava de dinheiro para concertar uma combi com a qual ele iria a trabalhar no transporte de pessoas e mercadorias fora de Maputo, porque segundo ele se ganhava mais. Muitos foram os projetos apresentados, alguns com uma ideia bastante definida, outros apenas com uma noção do que gostariam fazer, no entanto todos tinham duas características significativas. A primeira: todos eram projetos que apontavam ao

desenvolvimento local e orientadas para a melhora direta da vida material das famílias em torno de uma casa própria, dos que vivem de aluguel, e da reforma e finalização dos que já possuíam um terreno. A segunda característica era mais bem um mesmo problema: o acesso ao financiamento.

Precisamente é neste aspecto que grande parte das reclamações e narrativas de injustiça convergem. Não se trata do dinheiro do dia a dia, já que esse todo o mundo “arruma” de uma ou outra maneira, pois todos fazem parte deste esquema sistemático de “desenrascar” a vida. Esta engenharia social inclui, entre outros, a combinação de uma serie de estratégias na qual são accionadas uma serie de alianças, tanto familiares, como de amizade e inclusive, a través destas, são potenciadas outras de ordem mais hierárquica, seja com membros de alguns partidos ou do próprio governo, na procura desse dinheiro para pagar o transporte ou comprar o saco de farinha ou arroz, ou resolver as compras dos materiais que os filhos precisam na escola, ou mesmo pagar a propina exigida no momento da matrícula.

A carestia da vida é identificada mais bem nessa manifesta falta de oportunidades para aceder a os recursos que permita a qualquer um deles resolver uma fonte de rendimentos regular, seja este um posto de trabalho ou um capital inicial, com a qual “domesticar o infortúnio” e garantir a vida. Esta falta de oportunidades, por outro lado, é associada de maneira unânime ao monopólio que os governantes exercem sobre as fontes para a aceder a estes recursos:

Onde que há pobreza não há compreensão de nada, não porque as pessoas querem fazer as coisas assim...Então deixarem de pensar como pobre e pensar como ricos, pois temos muitas riquezas. Deixar de fazer barreiras, por exemplo o Senhor quer explorar alguma riqueza na Zambézia, tipo ouro, camarão, madeira, ele iria a encontrar barreira. Eles dizem assim: esse ai é seu associado e quer explorar aqui em Moçambique? Tá bem, mas nós queremos entrar também. Então nós já combinamos os dois, porque já fizemos os cálculos e já não pode entrar mais ninguém, então pronto, você vai pagar tantos milhões de dólares de impostos, então eu vou recuar e assim como este país perde investimentos estrangeiros, porque nossos governantes são também empresários, então eles impedem outros empresários para não fazer concorrência...(Juma, 2009)

Este monopólio, por sua vez é representado muitas vezes na forma de um oligopólio, cujo centro gravitacional o constitui as famílias alargadas dos próprios governantes³¹²:

³¹² Recentemente, saiu publicada uma noticia no jornal “Canal de Moçambique” sob o titulo de “*Famílias da nomenclatura e as sociedades com empresas públicas*” (Canal de Moçambique, 02/08/2011), na qual aparecem

Quem pode ter dinheiro neste país são eles e os familiares deles, eles já estão ricos... você apanha um ministro e ele tem um hotel, um restaurante, um não sei que, que, que empresas... Porque eles não usaram aquelas empresas para a gente vir a trabalhar? Hoje vou procurar emprego com 47 anos, quem vai me dar a reforma? Já passei a idade, por mais que exista um sector privado (Ade, 2009)

Mas também as inúmeras condicionantes formais colocadas por uma burocracia estatal, distantes dos bairros periféricos e concentrada na cidade de cimento, que na percepção da maioria da população, só aparece quando se trata de “descascar amendoí”³¹³. Fora de algumas escolas, muitas igrejas de diversos credos e alguns bancos de microcrédito, a institucionalidade é visível maioritariamente, através da presença contínua dos efetivos policiais fardados com armas de guerra. Nos mercados e circuitos comerciais, a presença dos funcionários de alfandega não é percebida como representantes de um Estado que pretende regular as transações comerciais que se realizam, e sim muitos mais como uma figura obscura e ambiciosa que esta aí para cobrar impostos, da mesma forma que tempos atrás funcionários coloniais faziam.

Policiais, funcionários de alfandega, de maneira geral, mas também, embora de maneira mais particular, funcionários públicos nas áreas da educação e saúde, são percebidos como concorrentes neste mundo precarizado. Concorrentes os quais, mediante este “descascar amendoí”, são incorporados também nesta engenharia social de sobrevivência, e de alguma maneira “neutralizados”. Nesta engenharia, no entanto, o que parece se manter, ou bem transparecer, é que a solidadriedade e a trapaça convivem de maneira cotidiana, e são assumidas e “justificadas” pela pessoas através da necessidade imediata de angariar rendimentos. Este “imediatismo”, que em primeira instancia, contradiria estas narrativas de injustiça e apelos ao Estado por melhor regulação, em uma segunda leitura, leva-nos a confrontarmos inevitavelmente com outras motivações.

Como foi mencionado, o entrecruzamento de uma serie de eventos históricos, através dos quais distinguiu-se a violência como um principio ordenador das relações de confiança e lealdade, contribuiu para a configuração social desta urbe que hoje alberga uma multiplicidade de realidades. Não obstante, esta configuração social

alistada as diversas empresas que possuem duas das mais conotadas famílias da elite governante.

³¹³ Es uma expressão émica que denota a ação de subornar, é construída a partir do movimento que se faz ao descascar amendoí com o dedão e o dedo indicador

diversificada, foi evoluindo sob a base de uma escassez material diferente da observada nas regiões rurais afastadas, e um sentimento de insegurança transversal, filho da memória das políticas coercitivas e da própria guerra vivida. Quando se mencionava, linhas atrás, que a guerra trasladou-se do campo para a cidade, a intenção não era apenas manifestar uma situação política em torno da maneira como os outrora bandos beligerantes e hoje devenus em partidos políticos disputavam seu lugar no poder, se mencionava também com a intenção de transparecer a configuração paralela de um imaginário social, dentro do qual veio-se nutrido uma especie de medo “arquetípico”, representado nesta busca de benefícios “imediatista”, e alimentado basicamente pelo entrelaçamento de dois aspectos substanciais. Por um lado, a incapacidade governamental de promover uma sensação de segurança integral em torno das expectativas da população, e por outro, a persistência ou latência de uma violência não apaziguada, percebida nomeadamente nas políticas de coação que a governação, até o dia de hoje, vem aplicando.

Neste contexto, não apenas exclusão e marginalidade são percebidas pela população como formas de castigo, mas também as formas de emprego e os sentidos do trabalho, da mesma maneira que, em seu tempo, o xibalo, as chibatadas, a reeducação o foram. Figuras cuja temporalidade se renova nas expressões cotidianas de “*estar a sofrer*”, como uma especie de condição de perpetuidade que parece extrapolar a ação coercitiva governamental e trasladar-se ao mundo do aleatório, do infortúnio, dentro do qual qualquer pessoa pode ser vítima. Mas também, contra o qual qualquer fórmula, esquema ou método é válida para “desenrascar-se” do seu destino. Serra (2003) no seu estudo de caso em torno da marginalidade em Maputo, reflete:

O presente é encarado com os olhos do passado, o passado com os olhos do presente. Oscila-se como um pêndulo, à procura da vertigem do futuro ao mesmo tempo que se faz marcha-atrás à busca das âncoras de todos os dias, subverte-se hábitos, acomodam-se subversões. Este é, afinal, um mundo misto, polissémico [...] mundo da *mestiçagem*, heterogénea panóplia de actores, de práticas e processos, federados todos na marginalidade em relação ao oficial e à lei mais sem quebrar os laços com ambos, onde tudo se vende (incluindo pontos de exame, drogas, armas e medicamentos) numa permanente negociação sem recibo, onde os preços são feitos e refeitos a cada instante ao sabor do poder estruturante do aleatório, onde o inesperado e a ambivalência são a regra. (SERRA, 2003: 16-17)

De alguma maneira, todo este enorme mundo heteróclito e “problemático”, contrastado ao pequeno mundo “não-problemático”, o qual caracterizar-se-ia por possuir um lugar definido e definidor, por ditar as regras do bem-estar social (SERRA, 2003: 19), deixa transparecer aquilo que constitui um dos fundamentos das narrativas de injustiça Magermane, e que consistem em denunciar uma realidade social que se sustenta e reproduz na presença e persistência de um Estado contra sua sociedade, e cujo sustento principal seriam estes sujeitos sem rosto, nem lugar próprio, dividendo um espaço superlotado e instável. Um Estado que recria uma estrutura social conhecida, que na ponta da sua hierarquia situa uma elite empresarial, com uma forte tendência patrimonialista. Uma estrutura de relações hierárquicas e assimétricas que parece contemporizar com as percepções e representações de tempos passados, entendidos como superados. Uma estrutura, afinal, que persiste em ver à população que governa como súbditos.

No entanto, nos últimos anos estas narrativas de injustiça parecem estar convergindo na aparição de massificadas manifestações de repúdio e rejeição por parte de setores da população contra esta elite governante. Parece ser que este medo ao poder coercitivo, incorporado nas gerações que viveram o socialismo e a guerra, estaria sendo contestado pela irrupção na cena cidadina das novas gerações. Exemplo daquilo seriam as revoltas citadas anteriormente, cujo principal ator foram os jovens, homens e mulheres, dos bairros periféricos. Suas características e a forma como se articularam, surpreenderam a toda a classe política e não apenas aos governantes. Contudo, motivos existem para relacionar estes momentos de declarada rebeldia contra as estruturas do poder, às formas de protesto que este grupo de ex-trabalhadores, pelos menos nos últimos dez anos, vem aplicando sistematicamente.

A análise a partir desta reflexão, permitiria pensar na possibilidade de sugerir que as formas reivindicativas desse grupo social podem ser localizadas em uma nova ordem para o contexto específico moçambicano. Para esclarecer melhor este ponto, podemos referir-nos aos 10 anos de guerra de libertação nacional contra o Império português, liderada pela Frelimo, e também aos quase 16 anos de guerra civil pós-independência. Poderíamos pensar ingenuamente que em Moçambique,

historicamente, a única maneira de se resolver os conflitos seria pela via da violência³¹⁴, e, portanto, da mesma maneira, os Magermane poderiam haver “pegado em armas” para resolver seu conflito. Estes Magermane, no entanto, optaram pelo que chamam de “desobediência civil”, que consiste em contestar pública e abertamente o poder coercitivo das estruturas governantes. Através de marchas nas ruas e de ações não violentas, sem a presença de armas - mas nem por isso mais pacíficas -, os Magermane vêm exigindo seus direitos lesados.

Hoje, para ser mais exato, durante os últimos dez anos, é este grupo social, com características de movimento organizado - ou, como eles mesmos se intitulam, “movimento sócio profissional reivindicativo” - que, na percepção deles, se constitui como “única” oposição real ao poderio quase incontestável do partido governante, e por tanto numa referencia para outros grupos organizados no contexto social da capital. Exemplo disso é que não só partidos políticos, como a própria Renamo (Resistência Nacional de Moçambique), assim como a Unamo (União Nacional de Moçambique), mas também na atualidade o novo Movimento Democrático de Moçambique, procuram alianças com os Magermane para constituir seus quadros dinamizadores³¹⁵. Além disso, desde 2008 os trabalhadores dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) começaram a sair às ruas às quintas-feiras, da mesma maneira como os Magermane às quartas, sob orientação e assessoria dos próprios Magermane³¹⁶. Ainda nesta perspectiva, a Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG) tentou uma aliança e assessoria junto aos Magermane, de tal modo que o governo teve que intervir repressivamente para evitar esta reunião, ocupando a Base no dia 29 de janeiro de 2009, ocasião em que teria lugar o encontro oficial entre as lideranças de

³¹⁴ Na atualidade, existem inúmeros casos de mortes de indivíduos, homens e mulheres, acusados de feitiçaria, assim como incontáveis são os casos de mortes provocadas por linchamentos públicos em diversas cidades de Moçambique.

³¹⁵ Arnaldo Mendes, vice-presidente da associação com a qual trabalhei durante todo este tempo, disse-me em entrevista que este movimento está buscando Magermane para entrar nos municípios, pois a população necessita de líderes, hoje mais do que nunca, e os Magermane, pela sua experiência de luta, seriam os quadros idôneos para este trabalho.

³¹⁶ Ade Tamimo, relata este episódio da seguinte maneira: *“Aqui em Moçambique ainda não sai um grupo que faça manifestações a não ser pelos antigos trabalhadores da RDA. Os dos CFM vieram a pedir ideias anós e nós demos a pista. Nós manifestamos nas quartas-feiras e eles nas quintas-feiras. A volta deles era a Av. 24 de julho e descia até o MITRAB, daí descia até Av. 25 de Setembro e ia até o terminal, até a Televisão de Moçambique. Mas quem podia ver a eles, porque lá não tem muitas instituições qu podiam ver essa manifestação, então nós demos a rota.”* (Ade Tamimo, fevereiro 2009). Certo é que as marchas dos trabalhadores do CFM tiveram uma duração relativamente curta, já em 2010 estes trabalhadores deixaram de sair nas ruas.

ambos os grupos³¹⁷.

Do mesmo modo, e ainda mais interessante resulta ser o fato que muitos Magermane terem participado das revoltas, principalmente da primeira. Chegando inclusive a insinuar que foram eles os que teriam começado ao intercambiar mensagens de texto chamando aos seus conhecidos e amigos para uma greve, para protestar contra o aumento do preço dos chapas. Situação que logo os teria extrapolado, pela grande quantidade de jovens. Um deles, tempo depois me confirmava:

Os Magermane estiveram empenhados em organizar como levar a cabo esta revolta, em termos de ações diretas. Assumiram sim a liderança mas de uma forma tímida para não confundir com a nossa causa e também poderiam esvaziar o sentido da manifestação.³¹⁸

Contudo, estas revoltas conseguiram visibilizar alguns dos aspectos que vínhamos discutindo antes. De fato, o primeiro de todos é aquele que diz respeito a esta imagem de um Estado predador e invasivo. Os detonantes diretos para esta explosões sociais foram as medidas que o governo anunciou, sem consulta previa à população, do aumento dos preços do transporte (5 de fevereiro) e o aumento do preço do pão e alguns alimentos de primeira necessidade, luz e água (1 e 2 de setembro). Devemos destacar que para a população o gasto em transporte público é considerado como um dos mais problemáticos, depois dos gastos em educação e alimentação. O gasto em transporte público representa quase um tercio do orçamento familiar, chegando a se gastar, por agregado familiar, entre 600 e 1200 MZN por mês só para ir

³¹⁷ Anteriormente, e devido a esta proposta da Associação de colocar aos desmobilizados nas ruas, em agosto de 2008, a policia moçambicana, sitiou a casa do líder desta organização, Hermínio dos Santos, durante todo um fim de semana, como maneira de pressão para obrigá-lo a mudar de rumo. O jornal Canal de Moçambique deu cobertura a este evento intitulando a notícia da seguinte maneira: *“FIR encurrela líder do Fórum dos Desmobilizados de Guerra”*. Além da magnitude do evento, o que chama a atenção na notícia é o seguinte parágrafo: *“Os moradores do Bairro de Infulene “A”, vizinhos do líder dos desmobilizados de guerra, estão em pânico, devido à presença de cerca de 40 homens da Força de Intervenção Rápida (FIR). Para além do presidente dos desmobilizados, que fez as guerras nas fileiras do exército fiel ao partido Frelimo, vive também naquele bairro o líder do Fórum dos chamados “Madgermanes” que há anos se vem manifestando contra o facto do governo não acertar com eles contas com os ex-trabalhadores moçambicanos na ex-RDA, antes da unificação da Alemanha. Mendes, dos “Madgermanes”, e Hermínio dos Santos são vizinhos. Pelo menos 40 homens da Força de Intervenção Rápida (FIR), munidos de canhões e outros instrumentos de grande potencial bélico, em viaturas blindadas, estão posicionados naquele bairro desde sábado, em frente da residência do presidente do Fórum dos Desmobilizados de Guerra, Hermínio dos Santos”* (CANALMOZ – 10.08.2010)

³¹⁸ Neste ponto omito dar nomes, precisamente por ser uma situação que esta ainda sendo investigada.

ao trabalho ou escola. Este aumento indiscriminado do preço do transporte iria a significar para grande parte da população localizada nas zonas periféricas da capital a destruição do já apertado orçamento familiar. De outro lado, esta no senso comum do cidadãos maputenses que os “chapas” são de propriedade, entre outros, de alguns membros do governo³¹⁹. Da mesma maneira este aumento dos preços de luz e água, tencionado pelos governantes, em setembro de 2008, junto com serem percebidos como injustos, também vieram associados ao fato de membros do partido governante, serem “os donos” destes serviços.

A espontaneidade e massividade destas revoltas, surpreenderam à elite governante ao ponto de esta, durante a primeira, em fevereiro de 2008, acusar à RENAMO de estar instigando estes protesto, mas sem dúvida o grau de surpresa da manifestação foi tão extensivo que nem a própria RENAMO, soube inicialmente se posicionar. Dai o próprio governo, provou outra explicação, aducindo a intromissão de uma ambígua e estranha “mão externa” na revolta. Outro Magermane indignado, contestava:

"Mão externa", é o termo que os nossos dirigentes encontraram para identificar a origem dos protestos. Na óptica deles o povo sozinho sem o apoio moral de quem quer que seja, não seria capaz de ter uma atitude similar. No fundo das coisas, eu entendo como sendo uma desculpa dos seus fracassos e não só, afinal de contas eles também saíram do povo e lá tem os seus irmãos, amigos e vizinhos. Desculpa da vergonha...

Uma coisa é certa, o fato de serem protesto populares sem uma condução partidária, obriga-nos a pensar nas formas de organização e articulação da população e o grau de coordenação entre todos os participantes para levar a cabo estes protesto. O uso de celulares como o meio de comunicação e coordenação dos protestos, é muito significativo, pois nos remete a uma prática anterior e que tem o uso do celular como seu meio privilegiado. Mas também o fato de que os chamados “revoltosos” se conhecessem com anterioridade e estivessem vinculados entre si por diversos motivos

³¹⁹ Segundo Adam (2006), “a actual estrutura social deriva das opções de desenvolvimento que conduziram à emergência e consolidação de um novo tipo de classe social que tem um suporte económico apoiado em três pilares: *cunha* (redes políticas e de amigos), *candonga* (extorsão comercial sem nenhum respeito por custos, impostos, investimento) e *chapa-cem* (transporte). O topo da pirâmide social pós-colonial é ocupado pela burguesia CCCC.” (ADAM, 2006: 381- 382).

e não quaisquer militância partidária. A respeito o mesmo Magermane que declarou a participação do movimento nas revoltas, garantia:

Se conhecem porque vivem no mesmo Bairro. Por um lado foi para evitar o risco de estar a protestar ao lado de um policial a paisana, por outro lado, para evitar o risco de ser denunciado no futuro em caso de uma eventual investigação ou perseguição por parte das autoridades. O que contou é juntar esforços apenas contra o inimigo comum que é o governo

A participação dos Magermane, junto da juventude, nestas revoltas, não deve ser motivo nem de surpresa, nem menos de rejeição. Afinal, é este grupo de ex-trabalhadores que desde 1990, vem se confrontando não apenas com uma elite governante que continuamente ensaia modelos procurando seu silenciamento social, mas sobretudo com uma realidade social e material, em extremo adversa, compartilhando desta maneira um destino comum com a maioria da população maputense. Uma realidade que tem significado em muitos casos uma continua desagregação social e familiar; uma realidade, finalmente, que os colocou, ou melhor, os obrigou a se posicionar de maneira atualizada e sempre atentos frente as reiteradas tentativas de enquadramento oriundas de um poder que aos poucos começa a dar sinais de esgotamento, na sua forma de governar. Nestes dias, talvez seja prudente, começar a entender a luta desta agrupação, para além da sua reivindicação específica. Afinal, eles são também filhos desta jovem república, e mesmo até mais velhos do que ela, são, como diria Mia Couto: *“um impulso construtor da cidadania”*.

Reflexões finais

Nossa ida para Alemanha foi um aproveitamento da nossa mão de obra para pagar a dívida com Alemanha, porque não havia intenções de formar as pessoas, porque se existisse intenções não teriam enviado pessoas com quarta classe... aliás, quando eles chegaram ao poder muitos tinham quarta classe, logo eram também burros. Enfim, eles não queriam indivíduos que tivessem a capacidade suficiente para entender; assim burros, para não entender nada, para poder usar como quissem... sim os tais burros chegaram em Alemanha e também algo tiraram de proveito, algo tiraram de útil, viram o muro em Berlim a cair; viram pessoas silenciosas a marchar... então os burrinhos que mandaram para Alemanha viraram cavalos...” (Lázaro, 2009)

Percorremos um longo caminho. Um caminho pedregoso e difícil; um caminho povoado de rupturas e conflitos, e, no entanto, um caminho empolgante e rico em relatos e experiências de vida. Na introdução já anunciava que a tentativa de reconstruir pouco mais de vinte anos da vida e luta deste diversificado grupo humano seria uma empresa trabalhosa e não isenta de lacunas. Em todo este percurso deparamo-nos com percepções, representações e perspectivas de índole diversa e, por vezes, antagônicas. Todas querendo ocupar um lugar diferenciado na enunciação do real, do vivido... como já dizia: cada uma delas com a sua versão da história. Nesta tarefa de reconstrução, defrontamo-nos também com uma série de aspectos relacionados ao próprio processo de modernização moçambicano. De todos, talvez o mais importante seja aquele de diz respeito ao tipo de relação que este grupo de ex-trabalhadores desenvolveu, e ainda desenvolve, frente ao Estado moçambicano. Uma relação envolvida em uma teia de disputas e percepções paralelas. Todas referidas e significadas pela linguagem de poder (WEST, 2009) elaborada por este grupo durante todos estes anos. Situação que nos remeteria a dois aspectos significativos e com os quais pretendo concluir este trabalho.

O primeiro é aquele que diz respeito à forma como a população percebeu e continua percebendo o Estado. O segundo, diretamente relacionado ao primeiro, destaca a maneira particular dos Magermane de enfrentar esta instituição, exigindo

uma reparação. Algo inusitado num país em que o Estado, em seus distintos momentos – colonial, socialista, pós-socialista – pouco parece assumir as conseqüências de suas políticas e iniciativas junto à população. Neste sentido, o que pretendo introduzir aqui é uma breve reflexão com o propósito de contribuir para uma compreensão mais refinada entre o Estado e distintos setores da sociedade moçambicana.

Recuando um pouco no tempo, percebe-se que a passagem radical de uma economia colonial para uma economia pretensamente socialista e centralmente planificada mostrou-se francamente insuficiente para superar o caráter dependente da formação de Moçambique. Some-se a de agressão seguida de uma verdadeira guerra civil (1977 – 1992), e nos deparamos com os dois fenômenos estruturantes das relações de poder instauradas. As medidas econômicas adotadas pelos “libertadores”, pelo fato de serem fórmulas definidas alhures do contexto histórico social e cultural no qual estavam inseridos, acabaram por marginalizar grande parte da sociedade agrária e suas economias locais em favor do desenvolvimento de uma agricultura mecanizada orientada à produção para exportação.

A guerra que se instala no território, produto, concomitantemente, da agressão externa e da insatisfação crescente de parte significativa da população, acabará por destruir o fragilizado sistema agrícola herdado da colônia, o qual teria garantido, quase exclusivamente, a maior parte da produção e circulação do consumo interno nos primórdios da independência. Contudo, essa desarticulação gradual das unidades comunitárias, convertidas compulsoriamente em aldeias comunais e cooperativas, continha outra série de implicações. A mais importante delas foi o desenvolvimento de uma entidade política autônoma e em contraposição direta com as suas comunidades de origem e regionais, provocando uma quebra do prematuro contrato social que a FRELIMO vinha pregoando. Embora exista uma infinidade de leituras em torno do momento histórico que definiu os alicerces do que virá se constituir o que hoje entendemos como Estado pós-colonial moçambicano, parece-me importante insistir na dimensão autoritária do Estado, certamente modelado no caráter doutrinário e civilizatório do próprio processo modernizador impulsionado desde os primórdios da guerra de libertação.

Um processo fundado, entre outras coisas, na imposição de uma contradição

definida ideologicamente - modernidade versus tradição. Contradição que justificou a instauração de um sistema político e burocrático, deliberadamente antagônico às práticas e motivações de uma população extremamente diversificada, tanto nas suas formas culturais, como nas suas práticas econômicas. Todas elas confrontadas durante os últimos trinta anos, através desta instituição, a um processo uniformizador e produtor de exclusão social. Efetivamente, este constante estado de guerra, iniciado na luta de libertação e logo após a assunção da FRELIMO ao poder, parece mostrar-nos a face paradoxal da modernização. A relação entre o discurso que definia o problema de desenvolvimento dos diferentes períodos e as medidas efetivadas para sua solução era muitas vezes incongruente ou, no pior dos casos, era analisada de maneira superficial, privilegiando muitas vezes o formalismo ideológico aos aspectos históricos e culturais da diversidade dos povos presentes. De alguma maneira, essa fórmula simplista não deixa de ser provocadora, pois quando refletimos em relação ao rompimento da “fraternidade”, da qual João de Pina Cabral (2005) escreve, parecemos esquecer que este processo de modernização, ainda em curso, continua atingindo sensibilidades e subjetividades de maneira abrangente e complexa.

As conexões entre o processo desencadeado pela sofisticação do espaço colonial moçambicano sob o domínio português e o projeto emancipatório da FRELIMO são, aos olhos de parte significativa da população, evidentes: em ambos períodos o Estado se afirmou da promoção de formas de trabalho compulsório não devidamente remunerados. Tais projetos revelaram não apenas arrogância e essencialismos de ordem ideológica³²⁰, mas, sobretudo, exaltaram a inseparabilidade dos processos de modernização com os da produção de exclusão social; processos, como veremos, carregados de conflitualidade e violência, assim como de enquadramentos integracionistas compulsórios (xibalo, desterritorialização forçada, reclusão em campos de trabalho, etc.).

No entanto, são também processos nos quais é possível enxergar alternativas de respostas por parte dos indivíduos afetados, “respostas” que não se manifestam, necessariamente, a partir de um confronto ou dissidência - enquanto excluídos, marginalizados e explorados - contra os grupos dominantes, e sim, como se pretendeu

³²⁰ Neste sentido me refiro à ideologia do desenvolvimento, aquela ideologia que supõe o progresso do sujeito, seja individual ou coletivamente, como o produtor da felicidade humana

desenvolver ao longo deste trabalho, apreendidas dentro de um universo de circulação e mobilidade forçada, as quais irão variando, precisamente, de acordo com as subjetividades produzidas no contexto em que cada indivíduo seria enquadrado. Além de constatar o fato de que nenhuma destas políticas conseguiu acertar no alvo, ou seja, atingir globalmente, com as suas idéias modernizadoras específicas, os sujeitos dos seus respectivos projetos. E, ao contrário, criar não apenas uma contestação a estas políticas, mas também, e principalmente, obrigar à recorrência ao acervo social e cultural que os próprios sujeitos foram desenvolvendo de maneira paralela. Resulta interessante observar como a violência e seu aspecto compulsório, parece ser a única marca visível destes processos modernizadores.

O Estado pós-colonial moçambicano como forma administrativa racional de organização política (DAS & POOLE, 2008: 220), constitui-se assim como um construto híbrido e autoritário, o qual se manifesta e reproduz a partir da simbiose entre várias formas de dominação. Esta configuração atual, “neoliberal”, ou construto híbrido, o qual se constitui numa espécie de democracia despótica, parece combinar, de maneira simultânea e eficiente, estatismo, descentralização e clientelismo, contestando de maneira deliberada estas tendências que insistem ver em dita institucionalidade a figura de um estado falido ou frágil. Ao contrário, se existe algo que caracteriza esta instituição por sobre muitas outras coisas, e sua impressionante vitalidade e voracidade. Trata-se de um Estado moderno em sua estrutura e funcionamento³²¹, que na sua acepção estatista concentra e reivindica de maneira insistente seu monopólio da propriedade e a violência sobre os corpos dos seus cidadãos. Na sua face descentralizadora, uma obediência e disciplina irrepreensível e bastante eficaz, sustentada no apoio e financiamento, principalmente estrangeiro, das organizações e estruturas administrativas espalhadas pelas nove províncias do país³²². E

³²¹ Definição entendida na perspectiva que Milibrand propõe: “*lo que ‘el estado’ representa es un número de instituciones particulares, las que reunidas constituyen su realidad, y las que interactúan como parte de aquello que puede ser llamado el sistema estatal*” (MILIBAND 1969: 48)

³²² Este aspecto se menciona, levando em consideração também as críticas oriundas dos próprios doadores internacionais em torno do “mal desempenho” estatal neste sentido, e que diz respeito à incapacidade, por parte do próprio estado, de dar cobertura integral às populações das zonas rurais e isoladas do país. Esta crítica pode ser resumida como segue: “*No entanto, parece-nos que o discurso do governo moçambicano é pouco convincente, uma vez que, se um verdadeiro esforço descentralizador estivesse sendo posto em prática, este deveria alterar também a distribuição das receitas e as competências tributárias, assim como esforçar-se na capacitação dos quadros ao nível local.*” (AfriMAP, 2009: 17) Contudo, esta crítica parece-nos contraditória e insuficiente, pois concentra-se apenas em manifestar um descontentamento de parte das organizações

conseqüentemente com esta última, na sua acepção clientelista, não oculta o sistema de prebendas para seus aliados e leais, sejam estas na ordem de promover uma restrita mobilidade social ao interior do partido, assim como proteção e benefícios para seus simpatizantes.

Contudo, e como já vimos, esta entidade adoece de uma falta de legitimidade frente a sua população, difícil de obviar. Esta constatação, claramente não é nova, porém contrariamente ao que uma visão consolidada do estado poderia inferir no sentido de colocar este fenômeno com um processo de *perda* de legitimidade, em nosso caso, trata-se menos de uma perda, e mais de uma instituição construída historicamente com deliberada autonomia e, o que é mais importante, em *contra* a sua sociedade. Este aspecto é importante, pois nos últimos anos, temos assistido a uma produção incrível de artigos, relatórios e livros, dedicados a discutir precisamente esta instituição moçambicana. Interessante é o fato de que, salvo algumas significativas exceções, quase a totalidade desta produção bibliográfica concentra seu interesse em colocar a figura deste Estado como ator principal nas transformações do país. Desta forma são analisadas, de maneira retroativa e crítica, as políticas impostas durante o período colonial, passando pelo socialista, como também as transformações sofridas produto da guerra; a sua relação com as organizações de cooperação e doadores em geral; as políticas de descentralização e seu impacto na população, entre as mais recorrentes. Todas estas descrevendo uma figura ainda em processo de “construção” e “aperfeiçoamento”, “precária”, “não consolidada”, enfim, como a causa privilegiada para entender os problemas de pobreza, “subdesenvolvimento” e exclusão social, que atinge a grande maioria da população moçambicana. Porém, é difícil achar algum trabalho, salvo algumas significativas exceções, que se oriente a descrever e desvendar a maneira como este Estado penetra sua sociedade e como esta penetração é percebida pelo conjunto de indivíduos que compõem sua sociedade.

É precisamente a partir desta constatação que procurei neste trabalho me afastar deste enquadramento analítico com o propósito de entender esta institucionalidade, a partir de uma perspectiva local, qual seja, através da perspectiva destes Magermane, pois é a partir desta constatação que a figura dos Magermane adquire sua relevância.

internacionais, as quais, por sua vez, ao mesmo tempo vêm exigindo processo de desregulamentação econômica para incentivar a inversão privada

Precisamente, é este grupo, ao se posicionar nas margens da institucionalidade, porém vinculada a ela através das suas narrativas de injustiça e suas dinâmicas de ação reivindicativa, negociação, e também pela sua maneira particular de representar a realidade que vive, que nos possibilita enxergar de uma ótica inversa (as mesmas margens) como esta instituição veio configurando e delimitando seus vínculos com a sua população.

Desta maneira, chegamos a entender a real importância que o Estado e toda sua institucionalidade ocupa para este grupo. Como já refletíamos nos capítulos anteriores, enquanto que para a população o Estado se manifestava como uma externalidade invasiva e predatória, através de suas extensões clientelistas, para estes ex-trabalhadores esta institucionalidade se manifestou, desde o início, de maneira paternalista e hierárquica. O seu próprio processo de afetação e experiência migratória esteve organizado e supervisionado, por uma estrutura referencial. Foi dentro desse processo que muitos entenderam sua condição de cidadania; formaram sua própria individualidade e, sobretudo, construíram a sua “moçambicanidade”

Este é o principal fundamento das narrativas de injustiça Magermane, e que consistem em denunciar uma realidade social que se sustenta e reproduz a partir de uma contradição fundacional retratada na presença e persistência histórica de um Estado contra sua sociedade, e cujo sustento principal seria a produção de sujeitos sem rosto, nem lugar próprio, dividindo um espaço superlotado e instável. Um Estado que recriaria uma estrutura social conhecida. Uma estrutura que parece contemporizar com as percepções e representações de tempos passados, entendidos como superados. Uma estrutura, afinal, que persiste em ver à população que governa ainda como súbditos passíveis de afetação e enquadramentos arbitrários.

É neste aspecto compulsório, compreendido como um dos pilares do projeto modernizador da FRELIMO, onde quis centrar um ponto de diferenciação entre as respostas que a população desenvolveu, e as que este grupo de Magermane elabora, e a partir daí entender o porquê da importância deste grupo no mundo social e político, particularmente no contexto de Maputo. Basicamente, as estratégias que o conjunto da população moçambicana desenvolveu como modo de resposta às condições de pobreza e miséria a que era empurrada, variam substancialmente das que os

Magermane foram elaborando desde seu retorno ao país em 1990. A mais significativa é o fato deste grupo insistir na exigência frente ao Estado de um ressarcimento, uma reparação social e econômica, por terem sido afetados para Alemanha. Até hoje, não existe em Moçambique organização alguma que reivindique uma reparação de parte do Estado pelas suas políticas compulsórias; políticas que afetaram a milhares de cidadãos moçambicanos, como é o caso dos deslocados internos ou os enviados aos campos de reeducação, entre outros.

Dentro deste contexto, pretendeu-se também identificar as versões coincidentes e conflitantes que as parte beligerantes elabora em torno do papel do Estado na sociedade. Desta forma, centramos a atenção não tanto nas práticas governamentais, mas nos efeitos destas práticas. Optou-se por entender esta situação específica na forma de um drama social, e pensar a realidade moçambicana no seu conjunto, e não apenas como se, no caso dos Magermane, se tratasse de um grupo isolado e excepcional no interior de uma estrutura social definida, a qual, a meus olhos, continua em sua totalidade fundada no conflito. A partir daí, propor a presença e ação deste grupo dentro de uma lógica que não emanou unicamente deles, mas os atravessou. Para logo entendê-los como uma exteriorização dinâmica na representação dos diversos conflitos, dentro dos quais a tensão entre ressentimento e reconhecimento atuou como elemento constituinte de sua discursividade e práticas subalternas.

Efetivamente, não podemos reduzir esta luta reivindicativa a uma forma apenas programática de agenciamento. Nela existem elementos suficientes para pensar que se trata de uma maneira particular de dialogar no conflito, e aqui me refiro não apenas ao conflito específico entre Magermane e Governo, mas ao conflito pensado como estrutura constituinte das relações sociais no contexto moçambicano. Pensá-la além disso, como uma espécie de ritual necessário, o qual se reproduz para manter e fortalecer uma identidade coletiva, sobretudo frente a um Estado monopolizado por uma elite que constrói alteridades como uma forma específica de demarcação entre incluídos e marginalizados.

Estes eventos permitiram-nos refletir em torno dos dispositivos incorporados e excluídos no tempo, os manifestos e os obliterados, como contínuas atualizações em um contexto de descontinuidade e ruptura, o qual caracterizou, e ainda caracteriza,

este processo de modernização excludente, e o qual exige negociar, seja de maneira conflitante e, muitas vezes, ambígua para serem reconhecidos e ressarcidos em seu ressentimento. Daí atrever-se a pensar o sujeito Magermane, sobretudo como um sujeito eminentemente coletivo, independente do fato de haver passado por um processo de individuação ou subjetivização específico na sua ida para a Alemanha. Tanto esta experiência como seu retorno se caracterizam por processos de afetação coletiva de ordem compulsória. Para o caso da Alemanha tanto nas brigadas de trabalho, como nos momentos de lazer e descanso. No caso de seu retorno, sua posterior marginalização e segregação social, ambos momentos experimentados de maneira coletiva. No entanto, este mesmo sujeito coletivo, gestado e produzido pela ação coercitiva do Estado, persiste em se colocar além deste enquadramento como um sujeito embrionário, gestor próprio do seu destino, definindo ele próprio seu papel como ator social numa relação difícil e conflitante com o seu entorno, seja este o poder que os marginaliza ou a população que os abriga e reconhece. Uma pergunta ficará, no entanto, aberta: continuaram existindo os Magermane da maneira como são conhecidos na atualidade, se todos finalmente são ressarcidos social e economicamente? Pessoalmente, me atrevo a aventurar uma resposta afirmativa.

Bibliografia Consultada

- ADAM, Yussuf. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória do Moçambique pós-colonial (1975 - 1990)*. Maputo: Promedia, 2006.
- ADLER, Harry. *Zwischen Räumen: Studien zur sozialen Taxonomie des Fremden*. Berlin: Ges. für Ethnographie, 1999.
- AFRIMAP. *Moçambique: democracia e participação Política*. Reino Unido: Open Society Institute Network, 2009. 202 pp.
- ALEXANDER, Jocelyn. The Local State in Post-War Mozambique: Political Practice and Ideas about Authority. *Journal of the International African Institute*, Maputo, v. 67, n. 1, p. 1-26, 1997.
- ANDERSON, Benedict. *Die Erfindung der Nation: Zur Karriere eines folgenreichen Konzepts*. Berlin: Campus Verlag, 1998.
- APPANDURAI, Arjun. *Muerte segura: Violencia étnica en la Era de la Globalización*. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 4, p. 1-26. 2006.
- APPIAH, Kwame A.. Identidade, autenticidade, sobrevivência: sociedades multiculturais e reprodução social. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 165-180.
- ARLT, Kurt. Sowjetische (russische) Truppen in Deutschland (1945-1994). In: DIEDRICH, Torsten; EHLERT, Hans; WENZKE, Rüdiger (Org.). *Im Dienste der Partei: Handbuch der bewaffneten Organe der DDR*. Berlin: Forschungen zur DDR-Gesellschaft, 1998. p. 593-631.
- ASHOLT, Wolfgang; FÄHNDEERS, Walter. *Arbeit und Müsiggang 1789 bis 1914: Dokumente und Analysen*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1991.
- AZEVEDO, Licínio. *Com os Mirage sul-africanos a 4 minutos*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- BACHMEIER, Christine. *Wer sind die Deutschen?: nationale Identität unter neuen Vorzeichen*. Frankfurt am Main: , Neues Forum, 1992.
- BADE, Klaus J.. Einheimische und Fremde im vereinigten Deutschland. In: DEMANDT, Alexander u.a. (Org.). *Mit Fremden leben: Eine Kulturgeschichte von der Antike bis zur Gegenwart*. München: C.H. Beck Verlag, 1995. p. 220-234.
- _____. *Ausländer - Aussiedler – Asyl: Eine Bestandsaufnahme*. München: C.H. Beck Verlag, 1994.
- _____. *Deutsche im Ausland - Fremde in Deutschland: Migration in Geschichte und Gegenwart*. München: C.H.Beck Verlag, 1992.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Rasse, Klasse, Nation*. Hamburg: Argument-Verlag, 1998.
- BAR-ON, Dan. *Die "Anderen" in uns: Dialog als Modell der interkulturelle Konfliktbewältigung*. Hamburg: Edition Körber-Stiftung, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Vereint in Verschiedenheit. In: BERGHOLD, J.; MENASSE, E.; OTTOMEYER, K. (Hg.). *Trennlinien*. Klagenfurt: Drava, 2000. p. 35-46.
- BAYART, Jean François. *El Estado en África*. Barcelona: Bellaterra, 2000.
- BECK, Ulrich. *Die Erfindung des Politischen: Zu einer Theorie reflexiver Modernisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.
- _____. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- BEHABIB, Seyla. *Kulturelle Vielfalt und demokratische Gleichheit: Politische Partizipation im Zeitalter der Globalisierung*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999.

BEHREND, Jan C.. (Hrsg) *Fremde und Fremd-Sein in der DDR: zu historischen Ursachen der Fremdenfeindlichkeit in Ostdeutschland*. Berlin: Metropol, 2003.

BERDAHL, Daphne. *Where the world ended: re-unification and identity in the German borderland*. Berkeley: Univ. of California, 1999.

BERGER, Almuth. "Die Ausländerpolitik der DDR im Spannungsfeld von ideologischem Anspruch und Sicherheitsbedürfnissen", in: POUTRUS, Patrice G.; BEHREND, Jan C.; KUCK, Dennis (Org.), *Historische Ursachen der Fremdenfeindlichkeit in den neuen Bundesländern*. in Wismar, pp. 6-11, 2000.

BERUFLICHE und soziale Integration ehemaliger DDR-VertragsarbeiterInnen in Rostock. ein Modellprojekt im Auftrag des Bundesministeriums für Arbeit und Sozialordnung; Juni 1994 - Dezember 1997 / Dien Hong - Gemeinsam unter einem Dach e. V. - Stand: Januar 1998. - Rostock, 80 pp., 1998.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BITTNER, Regina. *Kolonien des Eigensinns: Ethnographie einer ostdeutschen Industrieregion*, Frankfurt am Main, Campus-Verlag, 1998.

BOLLINGER, Stefan. *Die DDR war anders: kritische Würdigung ihrer wichtigen sozialkulturellen Einrichtungen*, Berlin: Ost im Verlag, 2002.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

BRITTES Lemos, TORIBIO Maria Teresa & ALVES de Moraes, Nilson. *Memória e Construções de Identidades*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2001.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: Identidade, colonialismo e Libertação*, São Paulo, Editora Unesp, 2009

CABECINHAS, Rosa; CUNHA, Luís. *Colonialismo, identidade nacional e representações do "negro"*. Estudos do Século XX, 3, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 157-184, 2003.

CABRAL, João de Pina. Crise de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 229-253, 2005.

CABRITA, João M.. *A morte de Samora Machel*, Maputo, Edições Novafrica, 2005.

CAHEN, Michel: *Os Outros, um historiador em Moçambique 1994*, Basel, Schlettwein Publishing, 2004.

CAMPOS, Alicia. "Historia y configuración del estado en África". Em: SELDÍN, José Carlos (Org.): *África: entre la percepción externa y el proyecto emancipador*, Bakeaz. Bilbao, 2004.

CANJALE, Lucas Xavier. *O Fórum dos ex-trabalhadores da ex-RDA na cidade de Maputo (1999-2006)*. Monografias (Licenciatura) Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 2007.

CAPELA, José. *Donas, senhores e escravos*. Ed. Afrontamento, Porto 1995

_____. *O escravismo colonial em Moçambique*, Ed. Afrontamento, Porto 1993

_____. *Moçambique pelo seu Povo*, Ed. Afrontamento, Porto 1974

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2003.

CASTELO, Claudia. Um segundo Brasil ou um terceiro Portugal? Políticas de colonização branca na África portuguesa, Em *Travesias*, Revista de Ciências Sociais e Humanas em lingua Portuguesa N° 4/5, Lisboa, pp 155-180, 2004.

CASTRO-Gómez, Santiago. "Geografías poscoloniales y translocalizaciones narrativas de 'lo latinoamericano': La crítica al colonialismo en tiempos de globalización"; en FOLLARI, Roberto y LANZ, Rigoberto (Org.): *Enfoques sobre Posmodernidad en América Latina*, editora Sentido, Caracas 1998. pp: 155-182

CENTROS de Estudos Africanos. *Os mineiros moçambicanos na África do Sul*.

Relatório do CEA N° 80/1, Universidade Eduardo Mondlane 1980, entregue ao Ministério do Trabalho. Arquivo CIDAC, material fotocopiado.

_____. *Relatório CEA sobre a situação camponesa no Sul de Moçambique*, entregue ao Ministério do Trabalho em 1977. Arquivo CIDAC, material fotocopiado.

COLAÇO, João Carlos. “Trabalho como política em Moçambique do período colonial ao regime socialista”, em FRY, Peter: *Moçambique ensaios*, Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.

COSTA, Luis Afonso da. *Guerra colonial em Moçambique*, Folheto da Unidade Democrática Portuguesa, Lisboa, 1973

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*, Belo Horizonte, UFMG, 2006.

COSTA, Sérgio. “Verwobenheit, Hybridität, Dezentrierung:(Un-) Möglichkeiten einer postkolonialen Soziologie”, em: _____, Sergio & BRUNKHORST, Hauke (Org.) *Jenseits von Zentrum und Peripherie: Zur Verfassung der fragmentierten Weltgesellschaft*, Mering: Hampp Verlag, pp. 221-250, 2005.

COVANE, Luís Antonio. *O Trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920 – 1992)*. Maputo, Promedia, 2001

_____. *As relações econômicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964 : acordos e regulamentos principais*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1989

CROAN, Melvin: New Countries, Old Nationality. *Foreign Policy*, N° 37, (Winter 1979-1980), pp. 142 -160

CRUZ e Silva, Tereza. “O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do sector informal- ASSOTSI” Cap. 2, Programa global estratégias e técnicas contra a exclusão social e a pobreza (STEP), OIT, Genebra, 57 pp. 2005.

_____. *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: o caso da missão suíça (1930 – 1974)*. Maputo, Promedia, 2001.

CUAMBA, Denise António. *A função social da prática do xitique na cidade de Maputo – O caso do grupo Ntwanano*. Dissertação para o grau de Licenciatura em Sociologia, Maputo UEM, 2008.

DAS, Veena & POOLE, Deborah: El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Em: *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8, México, GERI-UAM, pp 218 – 256, 2008.

DAVA, Gabriel et all. “Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a Cidade de Maputo”. Cap. 6, em *Pobreza e bem-estar em Moçambique*. Maputo, Cruzeiro do Sul, 1997.

DAVIDSON, Basil: *The black man's burden. Africa and the curse of the nation-state*. London, James Currey, 1992.

DIRLIK, Arif. The postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism, *Critical Inquiry* Vol. 20, No. 2, pp. 328-356, 1994.

DÖRING, Hans-Joachim; Rüchel, Uta (Org). *Freundschaftsbande und Beziehungskisten: Die Afrikapolitik der DDR und der BRD gegenüber Mozambik*. Frankfurt am Main, Brandes & Apsel, 2005.

_____. *„Es geht um unsere Existenz“*. Die Politik der DDR gegenüber der Dritten Welt am Beispiel von Mosambik und Äthiopien, Berlin, Forschungen zur DDR-Gesellschaft, 1999.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron: *O Mundo dos Bens*. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

DURKHEIM, Emile: *Der Selbstmord*. Dt. von Sebastian und Hanne Herkommer. Luchterhand, Neuwied/Berlin 1973

EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*, São Paulo, Unesp, 2003.

- EGERÖ, Bertil. *Moçambique: Os primeiros dez anos de construção de democracia*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1992.
- EIDSON, John. "Compulsion, Compliance, or Eigensinn?: Examining Theories of Power in an East German Field Site". Working Paper: 61. Halle / Saale, Max Planck Institute for Social Anthropology, 2003
- _____. "Collectivization, Privatization, Dispossession: Changing Property Relations in an East German Village, 1945-2000" Working Paper: 27. Halle / Saale, Max Planck Institute for Social Anthropology, 2001.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.
- ELSNER, Eva-maria. *Zwischen Nationalismus und Internationalismus: über Ausländer und Ausländerpolitik in der DDR 1949 - 1990; Darstellung und Dokumente*, Rostock : Norddt. Hochschulschriften Verlag, 1994.
- _____. *Ausländerpolitik und Ausländerfeindschaft in der DDR (1949 - 1990)*, Leipzig, Rosa-Luxemburg-Verein e. V. 1994.
- _____. *Ausländer und Ausländerpolitik in der DDR*, Berlin, Hefte zur DDR-Geschichte 2, 1992.
- ELSNER, Lothar; ELSNER, Eva-maria. "Ausländer und Ausländerpolitik in der DDR", em: HESSLER, Manfred (Org.) *Zwischen Nationalstaat und multikultureller Gesellschaft*. Einwanderung und Fremdenfeindlichkeit in der Bundesrepublik Deutschland, Berlin 1992.
- ENGEL, Ulf. *Die beiden deutschen Staaten in Afrika: zwischen konkurrenz und koexistenz 1949 - 1990*. hamburgener Beiträge zur Afrikakunde 57, pp 437 - 454, 1998.
- FASSMANN, Heinz (Org.) *Abgrenzen-ausgrenzen-aufnehmen: Empirische Befunde zu Fremdenfeindlichkeit und Integration*. Bd. 1, Reihe DRAVA-Verlag, Klagenfurt 1999.
- FELDMAN-bianco, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. Global Universitária, São Paulo, 1987.
- FELICIANO, José Fialho. *Antropologia econômica dos thonga no sul de moçambique*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- FERREIRA, António Rita. *Presença Luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique (até c. 1900)*, Lisboa, Instituto de Investigação, 1982.
- _____. *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa, Junta de Investigações de Ultramar, 1963.
- FIRST, Ruth. *Black Gold: The Mozambican miner, proletarian, peasant*. New York, Harvester Press. 1983.
- _____. *The Mozambican Miner: A study of export labour*. Maputo, UEM, 1977.
- FRY, Peter (Org.). *Moçambique Ensaio*, Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.
- GEFFRAY, Christian. *A causa das armas, antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Porto, Afrontamento, 1991.
- GEYER, Michael. Why cultural history? What Future? Which Germany? New German Critique, *Cultural History/Cultural Studies* No. 65, pp. 97-114, 1995
- GESCHIERE, Peter. Shaka and the limits of colonial invention. *African Studies Review*, Vol. 44, No. 2, pp. 167-176, 2001.
- _____. Applications of the Lineage Mode of Production in African Studies. *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol.19, No. 1, pp. 80-90, 1985.
- _____, CIEKAWY, Diane. Containing witchcraft: conflicting scenarios in postcolonial

- . Source: *African Studies Review*, Vol. 41, No. 3, pp. 1-14, 1998.
- _____, ROWLANDS, Michael. The Domestication of Modernity: Different Trajectories. *Journal of the International African Institute*, Vol. 66, No. 4, pp. 552-554, 1996.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LACH, Scott. *Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, São Paulo, UNESP, 1995.
- _____. *As Conseqüências da Modernidade*, São Paulo, UNESP, 1991.
- GIRRBACH, Bernd. Die Ninjas von Mosambik, *Mosambik-Rundbrief*, N° 26 KKM Bielefeld, 1992.
- GLUCKMAN, Max. *Política, derecho y ritual en la sociedad tribal*, Madrid, Akal Editor, 1978.
- _____. Analysis of a Social Situation in Modern Zululand. *Bantu Studies*. 14:1-30. 1940.
- GOETHE, Tina (Org.). *Im Handgepäck Rassismus: Beiträge zu Tourismus und Kultur*, Freiburg, Verlag Informationszentrum Dritte Welt (iz3w), 2002.
- GÖKTÜRK, Deniz et al.(Org.). *Germany in Transit. Nation and Migration 1995 – 2005*. London California, University of California Press, 2007.
- GRUNER-Domić, Sandra. Zur Geschichte der Arbeitskräftemigration in die DDR: die bilateralen Verträge zur Beschäftigung ausländischer Arbeiter (1961 - 1989). Em: *Internationale wissenschaftliche Korrespondenz zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*, pp 204 – 230, 1996.
- HA, Kien Nghi. *Ethnizität und Migration*, Münster, Verlag Wesfällisches Dampfboot, 1999.
- _____. *Ethnizität und Migration RELOADED: Kulturelle Identität, Differenz und Hybridität im postkolonialen Diskurs*. Berlin, Wissenschaftliche Verlag, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *Die postnationale Konstellation. Politische Essays*, Frankfurt am Main, Suhrkamp 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006.
- HALL, Margaret & YOUNG, Tom. *Confronting Leviathan: Mozambique since Independence*. London, Hurst & Co., 1997.
- HALL, Stuart. *Ideologie, Identität, Repräsentation*. Ausgewählte Schriften 4, Hamburg Argument-Verlag, 2004.
- _____. *Cultural Studies: Ein politisches Theorieprojekt*. Ausgewählte Schriften 3. Hamburg, Argument-Verlag, 2000.
- HAMMOND, Richard. *Portugal and Africa 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford, Stanford University Press, 1966.
- HAMNETT, Ian (Org.) *Social Anthropology and Law*. ASA monographs 14. London, Academic Press, 1977.
- HANLON, Joseph. *Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?* Maputo, Kapicua livros, 2008.
- _____. *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*, Maputo, CEM, 1997.
- _____. *Mozambique: the Revolution under Fire*. London, Zed Books, 1990.
- HANN, Chris. *Studying peoples in the people's democracies: socialist era anthropology in East-Central Europe*. Münster, LIT, 2005.
- _____. *Postsozialismus: Transformationsprozesse in Europa und Asien aus ethnologischer Perspektive*, Frankfurt am Main, Campus Verlag, 2002.
- HARRIES, Patrick. *Work, Culture and Identity: Migrant Labourers in Mozambique and South Africa 1860-1910*. London: James Currey, 1994.
- _____. The Anthropologist as Historian and Liberal: H-A Junod and the Thonga.

- Journal of Southern African Studies* 8, 1: 37-50. 1981
- _____. "Exclusion, Classification and Internal Colonialism: The Emergence of Ethnicity Among the Tsonga-Speakers of South Africa". Em LEROY, L. Vail: *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. London, James Currey, 1989.
- HARRIS, Marvin. Labour migration among the Mocambique Thonga: cultural and political factors. *Africa* 29, 1: 50-66. 1959.
- HÄUSER, Iris. *Gegenidentitäten: zur Vorbereitung des politischen Umbruchs in der DDR ; Lebensstile und politische Soziokultur in der DDR-Gesellschaft der achtziger Jahre*. Münster, LIT, 1996.
- HEAD, Judith. "Migrant Mine Labour From Mozambique: What Prospects?". Em CRUSH, Jonathan & WILMOT, James (Org) *Crossing Boundaries: Mine Migrancy in a Democratic South Africa*. Cape Town, IDASA, 1995.
- HERBST, Andreas. *So funktionierte die DDR*. Reinbek bei Hamburg, Rowohlt-Taschenbuch-Verl., 1994.
- HERTOG, Frank. *Den Minderheit im eigenen Land?: zur gesellschaftlichen Position der Ostdeutschen in der gesamtdeutschen Realität*. Frankfurt am Main, Campus-Verl., 2004.
- HEYDEN, Ulrich van der. *Die Afrikawissenschaften in der DDR: eine akademische Disziplin zwischen Exotik und Exempel, eine wissenschaftsgeschichtliche Untersuchung*. Berlin, LIT, 1999.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER Terence. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 3.Edição, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- _____. La izquierda y la política de la identidad, em *New Left Review*, Nº0, Madrid, Ediciones Akal, 2000.
- _____. *A Invenção das Tradições*, 3 Edição, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- HONG, Dien (Org). *Berufliche und soziale Integration ehemaliger DDR-VertragsarbeiterInnen in Rostock*. Ein Modellprojekt im Auftrag des Bundesministeriums für Arbeit und Sozialordnung, Rostock, 1998.
- HONWANA, Alcinda Manuel. *Espíritos Vivos, tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Nova Iorque, Promedia, 2002
- HUININK, Johannes. *Kollektiv und Eigensinn : Lebensverläufe in der DDR und danach* Berlin, Akad. Verl., 1995.
- HUMAN Sciences Research Council. "Citizenship, Violence and Xenophobia in South Africa: Perceptions from South African Communities", Joanesburg, Democracy and Governance Programme, 2008.
- HÜRTGEN, Renate; REICHEL, Thomas (Org). *Der Schein der Stabilität. DDR-Betriebsalltag in der Ära Honecker*, Berlin, Metropol, 2001.
- HUSEMANN, Bettina: *Die Afrikapolitik der DDR: eine Titeldokumentation von Akten des Politbüros und des Sekretariats des Zentralkomitees der SED 1949 – 1989*. Hamburg, Deutschen Übersee-Institut, 1994.
- ICMA: *Alemanha ida e volta. Deutschland, hin und zurück*. Vivências dos Moçambicanos antes durante e depois da estadia em Alemanha, Maputo, Instituto Cultural Moçambique-Alemanha, 2005.
- IGLÉSIAS, Olga. O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962). *Africanologia - Revista Lusófona de Estudos Africanos*, Jun. 2010. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/africanologia/article/view/1319>. Acesso em: 16/09/2010
- INFORMATIONSZENTRUM Afrika e.V.. *Schwarz-weiße Zeiten: AusländerInnen in Ostdeutschland vor und nach der Wende; Erfahrungen der Vertragsarbeiter aus*

- Mosambik; Interviews, Berichte, Analysen. Bremen, Informationszentrum Afrika e. V. (IZA), 1993.
- ISAACMAN, Allen & ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado, Westview Press. 1983.
- JAGEMANN, Katharina. *Biographien von mosambikanischen „Vertragsarbeitnehmern“ im Spannungsfeld individueller Lebensentwürfe und politischer Geschichte. – Eine empirische Analyse*. Magisterarbeit an der Technischen Universität Chemnitz, 2007
- JANSSEN, Wiebke. *Halbstarke in der DDR: Verfolgung und Kriminalisierung einer Jugendkultur*, Berlin, Ch. Links Verlag, 2010.
- JARDIM, Marta. *Cozinhar, adorar, fazer negócio: um estudo sobre a família indiana (hindu) em Moçambique*. Campinas, Unicamp. Tese de doutoramento, 2006
- JUNOD, Henri. *Uso e Costumes dos Bantus*, Tomo I e II, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- KASSOTCHE, Florentino Dick. *Globalização: receios dos países em vias de desenvolvimento : Reflexões sobre o caso de Moçambique*. Maputo, Instituto Superior de Relações Internacionais, 1999.
- KATZENELLENBOGEN, S.E. *South Africa and Southern Mozambique: Labour, Railways and Trade in the Making of a Relationship*. Manchester, Manchester University Press. 1982.
- KELLER, Carsten. *Leben im Plattenbau: zur Dynamik sozialer Ausgrenzung*. Frankfurt am Main, Campus-Verl., 2005.
- KHAN, Sheila. Emigrantes Africanos moçambicanos: a Construção social de Identidade e Etnicidade, Em *Travesias*, Revista de Ciências Sociais e Humanas em língua Portuguesa N° 4/5, Lisboa, pp. 251-268, 2004.
- KOHLER, Friedemann. *„Der Mohr hat seine Schuldigkeit getan“: das Schicksal von Gastarbeitern in der ehemaligen DDR*. Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung, 1991.
- KÖLNISCHER Kunstverein: *Projekt Migration*. Köln, DuMont Literatur und Kunst Verlag, 2005.
- KRELL, Gert; NICKLAS, Hans; OSTERMANN, Änne. Immigration, Asylum, and Anti-Foreigner Violence in Germany. *Journal of Peace Research*, Vol. 33, No. 2., pp. 153-170, 1996.
- KRÜGER-Potratz, Marianne. *Anderssein gab es nicht: Ausländer und Minderheiten in der DDR*. Münster, Waxmann, 1991.
- KUCK, Dennis. "Für den sozialistischen Aufbau ihrer Heimat"?: Ausländische Vertragsarbeitskräfte in der DDR. Em BEHRENDT, Jan (Org). *Fremde und Fremd-Sein in der DDR*, Berlin, Metropol, 2003. - S. 271 - 281
- LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, CLACSO, 1 Edición, 2000.
- LUBKEMANN, Stephen C.. Migratory Coping in Wartime Mozambique: An Anthropology of Violence and Displacement in 'Fragmented Wars'. *Journal of Peace Research*, Vol. 42, No. 4, pp. 493-508, 2005.
- LUCAS, Aníbal Fernando. *Mão-de-obra moçambicana emigrante na ex.República Democrática Alemã, 1979-1990*. Monografias (Licenciatura) Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Maputo, UEM, 2002.
- LÜDTKE, Alf. Herrschaft als soziale Praxis. *Historische und sozial-anthropologische Studien*, pp 9-63, 1991.
- MAGALHÃES Costa; ICLÉIA Thiessen; GONDAR, Jô (Org.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.
- MAGODE, José (Org.). *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismos e o Estado;*

Transição inacabada. Maputo, CEEI/ISRI, 1996.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano Súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. Mexico, Edición Siglo XXI, 1998.

MANNING, Carrie. Constructing Opposition in Mozambique: Renamo As Political Party. *Journal of Southern African Studies*, Vol. 24, No. 1, pp. 161-189, Special Issue on Mozambique, 1998

MARBURGER, Helga (Org.). *“Und wir haben unseren Beitrag zur Volkswirtschaft geleistet”*: eine aktuelle Bestandsaufnahme der Situation der Vertragsarbeiter der DDR vor und nach der Wende. Berlin, Werkstattberichte, Nr. 4, 1993.

MATUSSE, Renato. *Guebuza: A Paixão pela Terra*. Maputo, Macmillan, 2004.

MAYER, Philip. *Black villagers in an industrial society*. Cape Town, New York, Oxford University Press, 1980.

MAZULA, Brazão. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, Porto, Afrontamento, 1995.

MBALLA, Louis Valentin. El Estado Africano: Entre Crisis Y Conflictos. *Revista Razón y Palabra*. Mexico 2011, online: http://www.razonypalabra.org.mx/n62/lmballa_m.html Último acceso 16/07/2011.

MEUSCHEL, Sigrid. *Legitimation und Parteiherrschaft: Zum Paradox von Stabilität und Revolution in der DDR 1945-1989*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1992.

MIGNOLO, Walter D.. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos, online: <http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev34.html> Último acceso 16/09/2010

_____. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: Lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. *Tabula Rasa*. Bogotá, No.3: 47-72, 2005.

MILES, Robert. *Rassismus. Einführung in die Geschichte und Theorie eines Begriffs* Hanburg, Argument Verlag 1999

MITTLEMAN, James H.. State Power in Mozambique. *Issue: A Journal of Opinion*, Vol. 8, No. 1, pp. 4-11, 1978.

MOIANE, José Phahlane. *Memórias de um Guerrilheiro*. Maputo, King Ngungunhane Institute, 2009.

MOSCA, João. *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.

MÜGGENBURG, Andreas. *Die ausländischen Vertragsarbeiter in der ehemaligen DDR* Mitteilungen der Beauftragten der Bundesregierung für die Belange der Ausländer 1, Berlin, 1996.

MÜLLER, Birgit. *Die Entzauberung der Marktwirtschaft: ethnologische Erkundungen in ostdeutschen Betrieben*. Frankfurt am Main, Campus-Verl., 2002.

_____. *Anthropologie der Wende: Kontroversen im Alltag der deutschen Vereinigung*. Berlin, Centre Marc Bloch, 1997.

NEWIT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa, Publicações Europa-América. 1997.

NICOLAU, Victor Hugo. Cultura “tradicional” e processo de democratização em África. Em *Travessias* N° 1, pp 170-171, 2000.

NKOMO, Barnabé L.. *Uria Simango: Um homem, uma causa*. Maputo, Edições Novafrica, 2004.

NORMAN, William Oliver. *Living on the Frontline: Politics, Migration and Transfrontier Conservation in the Mozambican Villages of the Mozambique-South Africa Borderland*. London School of Economics and Political Science Ph D in Anthropology 2004.

OHSE, Marc-Dietrich. *Jugend nach dem Mauerbau*, Berlin, Chr. Links Verlag, 2003.

OPPENHEIMER, Jochen. Magermanes: Os trabalhadores moçambicanos na antiga

República Democrática Alemã, *Revista Lusotopie*, Leiden, pp 85 - 105, 2004.

PASSADOR, Luiz Henrique. "As mulheres são más": pessoa, gênero e doença no sul de Moçambique. *Cadernos Pagu*, n.35, pp. 177-210, 2010.

PAUL, Susanne. *Inseldasein im fremden Land: der rechtliche und soziale Status der Arbeitsmigranten in der DDR*, *Zeitschrift des Forschungsverbundes SED-Staat*. pp 59 – 67, 1999.

PAULO, Margarida, et all. "*Xiculungo*" *Relações Sociais da Pobreza Urbana Em Maputo, Mozambique*. Discussion papers No. 61 Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Maputo 2008.

PEDROSO de Lima, Antónia & SARRÓ Ramon. *Terrenos Metropolitanos*. Ensaio sobre produção etnográfica. Lisboa. ICS, 2006.

PEREIRA, João C. G.. "Antes o 'diabo' conhecido do que um 'anjo' desconhecido": as limitações do voto económico na reeleição do partido FRELIMO. *Análise Social*, vol.XLIII (2.º), 419-442, 2008.

PINKERT, Anke. Postcolonial Legacies: The rhetoric of race in the East/West Germans National Identity Debate of the late 1990s. *The Journal of the Midwest Modern Language Association*, Vol. 35, N°32 pp 13-32, 2002.

PITCHER, M. Anne. Recreating Colonialism or Reconstructing the State? Privatisation and Politics in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, Vol. 22, No. 1, Special Issue, pp 49-74, 1996.

PLETSCH, Carl. "The Socialist Nation of the German Democratic Republic" or the Asymmetry in Nation and Ideology between the Two Germanies. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 21, No. 3, pp 323-345, 1979.

QUIVE, Samuel. Sistemas formais e informais de protecção social desenvolvimento em Moçambique. *Conference Paper N°43*, IESE: "Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique". Maputo, 2009.

RANDERIA, Shalini. "Verwobene Moderne: Zivilgesellschaft, Kastenbindungen und nicht-staatliches Familienrecht im (post)kolonialen Indien", em: COSTA & BRUNKHORST(Org.) *Jenseits von Zentrum und Peripherie: Zur Verfassung der fragmentierten Weltgesellschaft*, Mering, Hampp Verlag, pp. 169-196, 2004.

RÄTHZEL, Nora (Org.). *Theorien über Rassismus*, Hamburg, Argument-Verlag, 2000.

ROCHA, Aurelio. *Associativismo e nativismo em Mozambique. Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano 1900-1940*, Promedia, Maputo 2002

ROMMELSPRACHER, Birgit. *Anerkennung und Ausgrenzung: Deutschland als multikulturelle Gesellschaft*, Campus Verlag, Frankfurt/New York 2002

SAHLINS, Marshall. "Adeus aos Tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial", em *Cultura na Prática*, Rio de Janeiro, UFRJ, pp 503 – 534, 2004.

_____. *Esperando a Foucault, ainda*, São Paulo, Cosac Naify, 1993.

SAID, Edward. *Orientalismo; Introducción*, online: www.cholonauta.edu.pe/BibliotecaVirtualdeCienciasSociales. Último acesso 16/09/2010.

SARRÓ, Ramón. Órganos vitales y metáforas mortales: Un relato sobre hospitales portugueses y diáspora africana. *Revista de Antropología Social*, N° 16, pp 325-348, 2007.

SCHAAD, Martin. *Dann geh doch rüber. Über die Mauer in den Osten*. Berlin, Ch. Links Verlag, 2009.

SCHEPER Hughes, Nancy. El comercio infame: capitalismo milenarista, valores humanos y justicia global en el tráfico de órganos. *Revista de Antropología Social*, año/vol. 014, pp 195-236, 2005.

- SCHERZER, Landolf. *Die Fremden: unerwünschte Begegnungen und verbotene Protokolle*, Berlin, Aufbau-Taschenbuch-Verl, 2004.
- SCHLEICHER, Hans-Georg. DDR-Geheimdienst und AFRIKA-Politik. *Außenpolitik – Zeitschrift für internationale Fragen*. Jg 47 IV, 1996.
- SCHMELZ, Andréa. *Migration und Politik im geteilten Deutschland während des Kalten Krieges. Die West-Ost-Migration in der DDR in den 1950er und 1960er Jahren*. Opladen, Leske + Budrich, 2002.
- SCHNEIDER, Jens. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: Considerações etnográficas de identidade nacional. *MANA* 10(1):97-129, 2004.
- SCHÜLE, Annegret. "Die ham se sozusagen aus dem Busch geholt.": die Wahrnehmung der Vertragsarbeitskräfte aus Schwarzafrika und Vietnam durch Deutsche im VEB Leipziger Baumwollspinnerei. Em BEHREND, Jan: *Fremde und Fremd-Sein in der DDR*, Berlin, pp 309 – 324, 2003.
- SCOTT, Catherine V.. Socialism and the 'Soft State' in Africa: An Analysis of Angola and Mozambique *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 26, No. 1, pp 23-36, 1988.
- SEXTRO, Uli. *Gestern gebraucht, heute abgeschoben: die innenpolitische Kontroverse um die Vertragsarbeitnehmer der ehemaligen DDR*. Sächsische Landeszentrale für Politische Bildung, 1996.
- SIMMEL, George. "Exkurs über den Fremde" em Soziologie: *Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Der Raum und die räumlichen Ordnungen der Gesellschaft*. Duncker & Humblot, Berlin (1. Auflage) pp 509-512, 1908.
- SIMPSON, Mark. Foreign and Domestic Factors in the Transformation of Frelimo *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 31, No. 2, pp 309-337, 1993.
- SITOE, Bento. *Dicionário Changana – Português*. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação. Maputo 1996
- SOIRI, Lina. *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza*. Helsínkia, IDS,1999.
- SOREMSKY, Heinz. Vom solidarischen internationalismus zum Rassismus? Ausländerfeindlichkeit in der DDR, *Vorgänge*, Heft 1, Nr. 109, pp 81-87, 1991.
- SOUZAS Santos, Boaventura de & CRUZ e Silva Teresa (Org.). *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social*. Maputo, Centro de Formação jurídica e Judiciária, 2004.
- STADELMANN-Wenz, Elke. *Widerständiges Verhalten und Herrschaftspraxis in der DDR: vom Mauerbau bis zum Ende der Ulbricht-Ära*, Schöning, 2009
- STEFFENS, Anja. *Selbstbefragung: kommunistische Denkwirklichkeiten nach der Wende; biographische Interviews*. Frankfurt am Main, Inst. für Kulturanthropologie und Europ. Ethnologie, 1996.
- STEWART, Michael. "Underclass oder soziale Ausgrenzung? Der Fall der Roma", em HANN, Cris (Org), *Postsozialismus: Transformationsprozesse in Europa und Asien aus ethnologischer Perspektive*. Campus, Frankfurt am Main, pp 201-231, 2002.
- STEYERL, Hito; GUTIERREZ Rodríguez, Encarnación (Org.). *Spricht die Subalterne deutsch?: Migration und postkoloniale Kritik*, Münster, Unrast, 2003.
- STOLL, Ulrich. *Einmal Freiheit und zurück. Die Geschichte der DDR-Rückkehrer*. Berlin, Ch. Links Verlag, 2009.
- STÖVER, Bernd. *Zuflucht DDR. Spione und andere Übersiedler*. München, C. H. Beck, 2009.
- SUMICH, Jason. "Partido fuerte, ¿Estado débil?: Frelimo y la supervivencia estatal a través de la guerra civil en Mozambique". *Revista de Estudios Sociales* No. 37. pp

13-29, 2010.

SUMICH, Jason. "Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana". *Análise Social*, vol.XLIII (2.º), pp 319-345, 2008.

THELEN, Tatjana. "Experiences of Devaluation: Work, Gender and Identity in eastern Germany". No. 85 Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle / Saale, 2005.

_____. "The Loss of Trust: changing social relations in the workplace in eastern Germany." Working Paper No. 78 Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle / Saale, 2005a.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "Entre inimigos e traidores: suspeitas e acusações no processo de formação nacional no Sul de Moçambique", em *Travessias* 4/5, pp 269 – 287, 2004.

_____. *Ecoss do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, UFRJ-FAPESP, 2002a.

_____. "O Bom Povo Português: Antropologia de Nação e Antropologia do Império", Em SIGAUD, Lygia et all (Org.): *Antropologia Impérios e Estados Nacionais*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002b.

_____. "Introdução. Moçambique em movimento: dados quantitativos". Em: FRY, Peter (Org.): *Moçambique Ensaios*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001a.

_____. "Contextos cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e a formação de Moçambique (notas de uma pesquisa em andamento)" Em: FRY, Peter: *Moçambique ensaios*, Rio de Janeiro, UFRJ, 2001b.

TROUILLOT, Michel-Rolph. La antropología del Estado en la era de la globalización. *Current Anthropology*, Vol.42, N°1, 2001

_____. *Haiti: State Against Nation. Origins & Legacy Duvalierism*. New York, Monthly Peview Press, 1990.

TURNER, Victor: *Dramas, Campos e Metáforas*. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói, EdUFF, 2008.

ULBRICH, Theresia. "*Madgermanes*" - *Moçambicanische VertragsarbeiterInnen in der DDR und ihre Rückkehr nach Moçambique; zur kollektiven Identität der Madgermanes*. Diplomarbeit, Fakultät für Sozialwissenschaften, Universität Wien 2009

VAN Velson, Jan. "Labour migration as a positive factor in the continuity of Tonga tribal society." In SOUTHALL, Aidan (Org.) *Social Change in Modern Africa*. London, Oxford University Press, 1961.

VELOSO, Jacinto. *Memórias em Voo Rasante*: contributos para a história política recente da Africa austral. Lisboa, Papa Letras, 2007.

VERDERY, Katherine. "Wohin mit der Postsozialismus." Em HANN, Chris (Org): *Postsozialismus: Transformationsprozesse in Europa und Asien aus ethnologischer Perspektive*, Frankfurt am Main, Campus Verlag, 2002.

VIEIRA, Sérgio. *Participei, por isso Testemunho*. Maputo, Ndjira, 2010.

VOLLNHALS, Clemens; WEBER, Jürgen. *Der Schein der Normalität: Alltag und Herrschaft in der SED-Diktatur*, München, Olzog, 2002.

VOLLNHALS, Clemens; ENGELMANN, Roger. *Justiz im Dienste der Parteierrschaft: Rechtspraxis und Staatssicherheit in der DDR*, Berlin, Ch. Links Verlag, 1999.

WATSON, William. *Tribal Cohesion in a Money Economy: A Study of the Mambwe People of Northern Rhodesia*. Manchester, Manchester University Press, 1958.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen, 1985.

WEBSTER, David J.. *A sociedade chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique (1969-1976)*, Lisboa, ICS, 2009.

WECHSELBERG, Carl. *VertragsarbeiterInnen - Rassismus in der DDR*,

Perspektiven, 10. - pp 26-34, 1993/94.

WEIMER, Bernhard. *Die Mozambiquanische Außenpolitik 1975-1982*. Baden–Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1983.

WEISSMEIER, Brigitte (Org.). *Wer ist fremd? Ethnische Herkunft, Familie und Gesellschaft*, Opladen, Leske + Budrich Verlag, 2000.

WERBNER, Richard P.. The Manchester School In South-Central Africa. *Annual Review of Anthropology* 13:157-85. 1984.

WEST G. Harry. *Kupilikula: o poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa, ICS, 2009.

_____. "Governem-se vocês mesmos! Democracia e carnificina no Norte de Moçambique" *Análise Social*, Vol. XLIII (2°), pp 347 – 368, 2008.

WIESCHIOLEK, Heike. "... ich dachte immer, von den Wessis lernen heißt siegen lernen!": Arbeit und Identität in einem mecklenburgischen Betrieb. Frankfurt am Main, Campus Verlag, 1999.

WILSON, Francis. *Labour in the South African Gold Mines. 1911-1969*. Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

WILSON, Godfrey. The economics of detribalization in northern Rhodesia. *Rhodes Livingstone Paper* 5-6 (1942), 1968.

WINROW, Gareth M.. *The foreign policy of the GDR in Africa*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1990.

WOLF, Markus. *Spionagechef im geheimen Krieg – Erinnerung*. München, Econ & List, 1998.

WOLLE, Stefan. *Die heile Welt der Diktatur. Alltag und Herrschaft in der DDR 1971 - 1989*. Berlin, Ch. Links Verlag, 1998.

YLÖNEN, Aleks: . Conflicto y crecimiento: la configuración y supervivencia del estado fallido em Sudán. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8, GERI-UAM, pp 125-158, 2008.

ZACARIAS, Agostinho. *Repensando sobre Moçambique e África Austral*. Maputo, Instituto Superior de Relações Internacionais, 1991.

ZAWANGONI, Salvador André. *A Frelimo e a Formação do Homem Novo (1964-1974 e 1975-1982)*, Maputo, CIEDIMA, 2007.

ZIMMERMANN, Verena. *"Den neuen Menschen schaffen": die Umerziehung von schwererziehbaren und straffälligen Jugendlichen in der DDR (1945-1990)*, Köln Weimar, Böhlau Verlag, 2004.

Leis e Resoluções:

Resolução nº 11/2003 de 8 de Maio, Boletim da República, I Série, nº 23, 4 de Junho de 2003.

Gesetz über die Gewährung des Aufenthaltes für Ausländer in der Deutschen Demokratischen Republik - Ausländergesetz - vom 28. Juni 1979 (Gesetzblatt der DDR, 1979, Teil 1 Nr. 17 vom 2. Juli 1979, S. 149-150)

Gesetz zur Ergänzung des Gesetzes über die Wahlen zu den Volksvertretungen der Deutschen Demokratischen Republik - Wahlgesetz - vom 3. März 1989 (Gesetzblatt der DDR, 1989, Teil 1 Nr. 7 vom 6. März 1989, S. 109)

Gesetz zur Änderung und Ergänzung der Verfassung der Deutschen

Demokratischen Republik vom 20. Februar 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 9 vom 23. Februar 1990, S. 59)

Arbeitsförderungsgesetz (AFG) vom 22. Juni 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 36 vom 28. Juni 1990, S. 406-407)

Decretos/Disposições/Diretrizes

Verordnung über den Aufenthalt von Ausländern im Gebiet der Deutschen Demokratischen Republik. Vom 14. Dezember 1956 (Gesetzblatt der DDR, 1957, Teil 1 Nr. 1 vom 8. Januar 1957, S. 1-2)

Anordnung über den Aufenthalt von Ausländern in der Deutschen Demokratischen Republik (Ausländeranordnung - AAO -) vom 28. Juni 1979 (Gesetzblatt der DDR, 1979, Teil 1 Nr. 17 vom 2. Juli 1979, S. 154)

Rahmenrichtlinien des DDR-Ministerrates (Staatssekretariat für Arbeit und Löhne) zur Durchführung von Regierungsabkommen zwischen der Deutschen Demokratischen Republik und anderen Staaten über die zeitweise Beschäftigung ausländischer Werktätiger in Betrieben der DDR. Vom 1. Juli 1980

Verordnung zur Gewährung des ständigen Wohnsitzes für Ausländer in der Deutschen Demokratischen Republik und zur Eheschließung von Bürgern der Deutschen Demokratischen Republik mit Ausländern vom 30. November 1988 (Gesetzblatt der DDR, 1988, Teil 1 Nr. 25 vom 13. Dezember 1988, S. 274-276)

Verordnung über die Gewährung staatlicher Unterstützung und betrieblicher Ausgleichszahlung an Bürger während der Zeit der Arbeitsvermittlung vom 8. Februar 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 7 vom 12. Februar 1990, S. 41-42)

Verordnung über die Veränderung von Arbeitsrechtsverhältnissen mit ausländischen Bürgern, die auf der Grundlage von Regierungsabkommen in der DDR beschäftigt und qualifiziert werden, vom 13. Juni 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 35 vom 27. Juni 1990, S. 398)

Anordnung über die Arbeitserlaubnis für nichtdeutsche Arbeitnehmer (Arbeitserlaubnisanordnung) vom 1. Juli 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 53 vom 22. August 1990, S. 1083)

Durchführungsbestimmung zur Verordnung über die Veränderung von Arbeitsrechtsverhältnissen ausländischer Bürger, die auf der Grundlage von Regierungsabkommen in der DDR beschäftigt und qualifiziert werden, vom 13. Juni 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 42 vom 20. Juli 1990, S. 666)

Verordnung über finanzielle Leistungen bei vorzeitiger Beendigung der Beschäftigung ausländischer Bürger in Unternehmen der DDR vom 18. Juli 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 46 vom 3. August 1990, S. 813)

Durchführungsverordnung zum Gesetz über die Gewährung des Aufenthaltes für Ausländer in der Deutschen Demokratischen Republik - Ausländergesetz - über die Gewährung von Asyl (Asylverordnung) vom 11. Juli 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 48 vom 8. August 1990, S.868-869)

Durchführungsverordnung zum Gesetz über die Gewährung des Aufenthaltes für Ausländer in der Deutschen Demokratischen Republik - Ausländergesetz - zur Gewährung des ständigen Wohnsitzes bzw. des länger befristeten Aufenthaltes (Wohnsitzverordnung) vom 11. Juli 1990 (Gesetzblatt der DDR, 1990, Teil 1 Nr. 48 vom 8. August 1990, S. 869-871)

Acordos e Convênios com Moçambique

Abkommen zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werkträger in sozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik (vom 24. Februar 1979)

Vereinbarung zur Durchführung des Abkommens vom 24. Februar 1979 zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werkträger in sozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik (vom 13. April 1979)

Vereinbarung zwischen dem Staatssekretariat für Arbeit und Löhne der Deutschen Demokratischen Republik (nachfolgend DDR-Seite genannt) und dem Ministerium für Arbeit der Volksrepublik Mocambique (nachfolgend mocambiquanische Seite genannt) zu Fragen der Durchführung des "Abkommens zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werkträger in sozialistischen Betrieben der DDR" vom 24. Februar 1979 (vom 26. Oktober 1984)

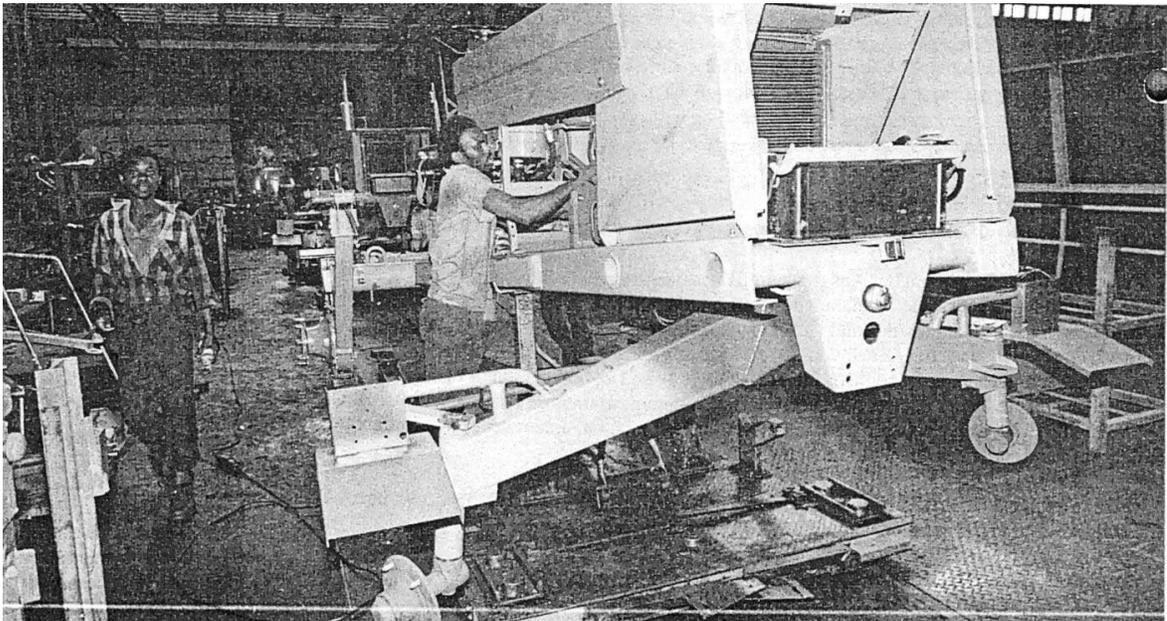
Protokoll über die Änderung und Ergänzung des Abkommens zwischen der Regierung der Deutschen Demokratischen Republik und der Regierung der Volksrepublik Mocambique über die zeitweilige Beschäftigung mocambiquanischer Werkträger in sozialistischen Betrieben der Deutschen Demokratischen Republik vom 24. Februar 1979 (vom 23.9.1985)

ANEXOS:

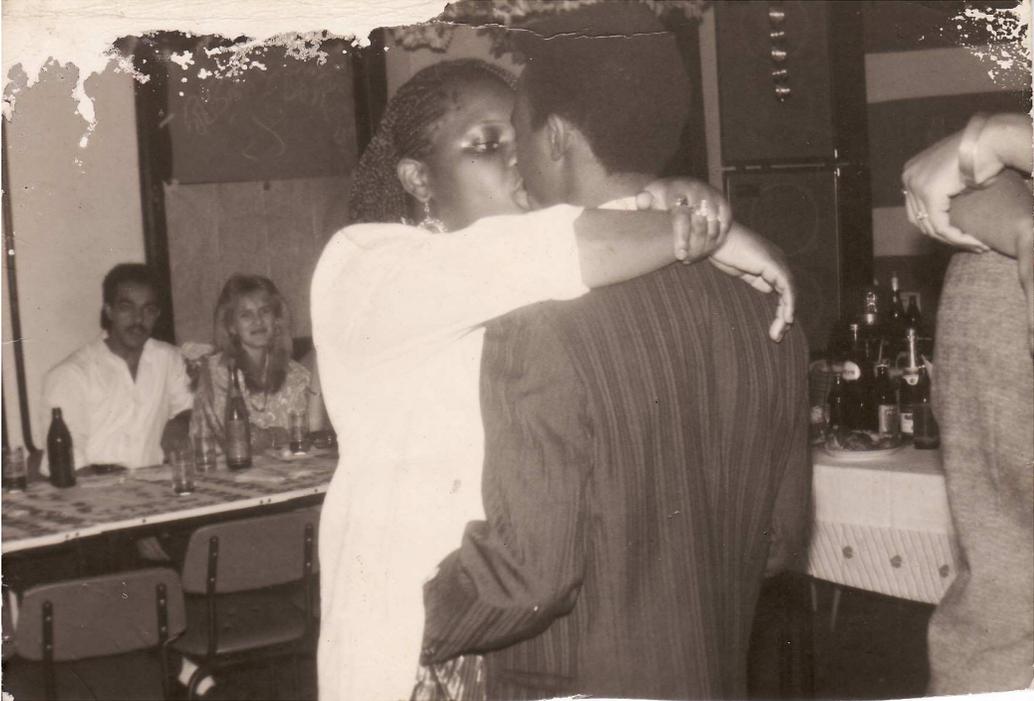
ANEXO 1: Fragmentos do tempo em Alemanha:

Trabalho e formação:



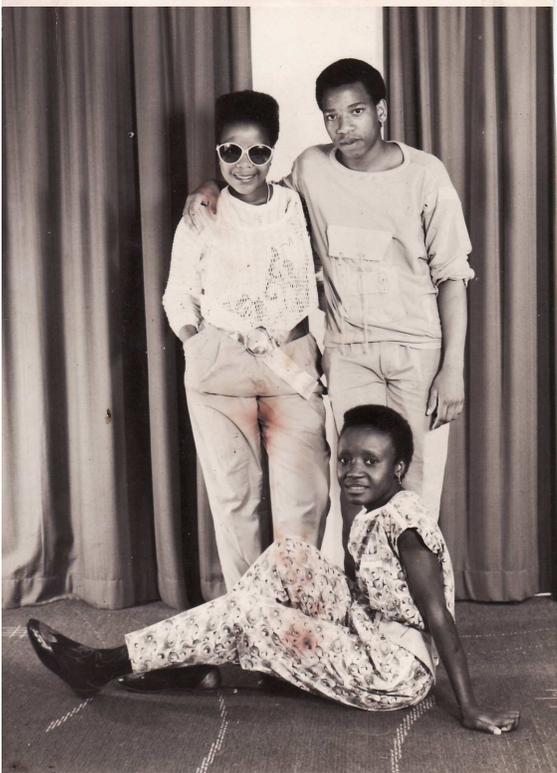


Convívio e Lazer:





Moda e Consumo Socialista:

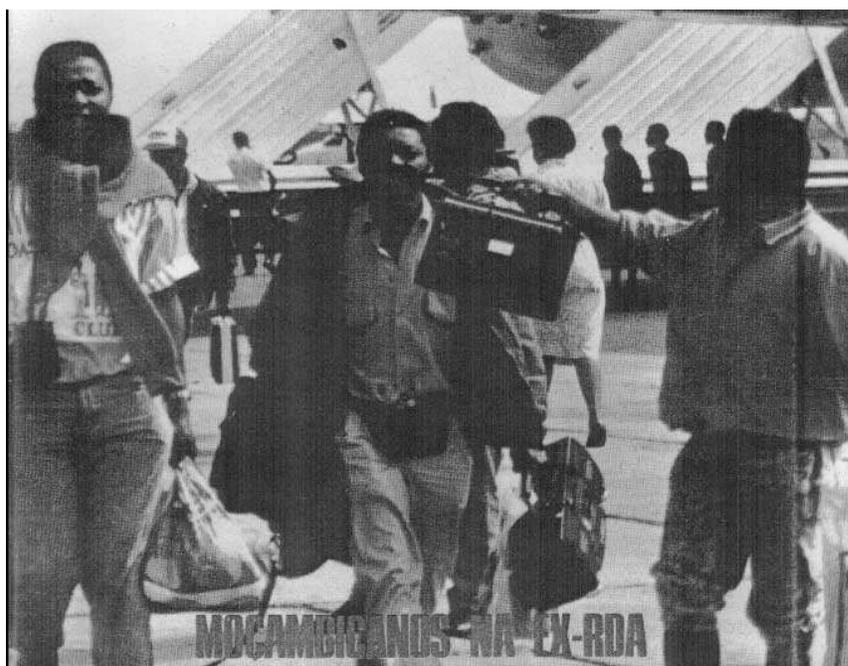




ANEXO 2: O Retorno em Imagens

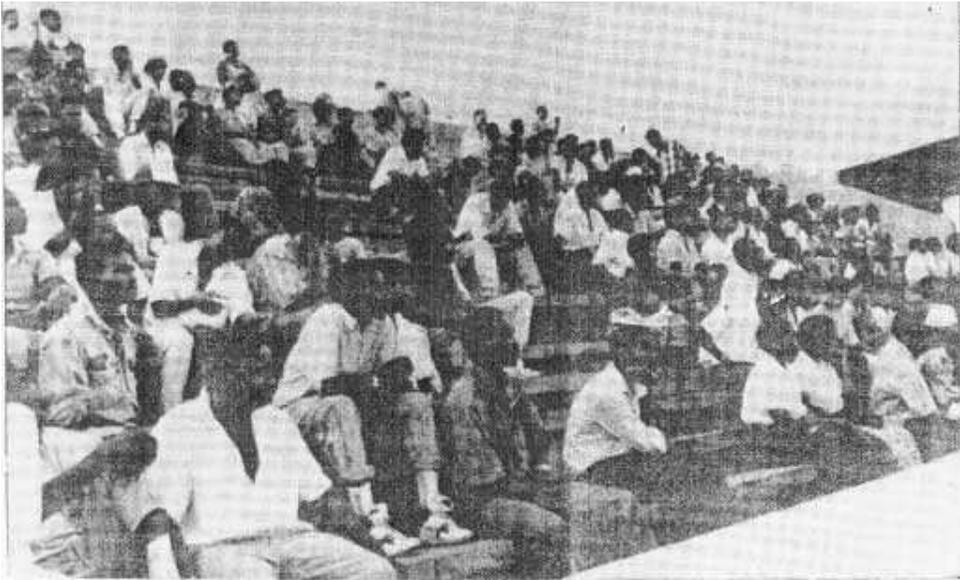
(Fonte: Revista Tempo)

Traziam mais do que lembranças:

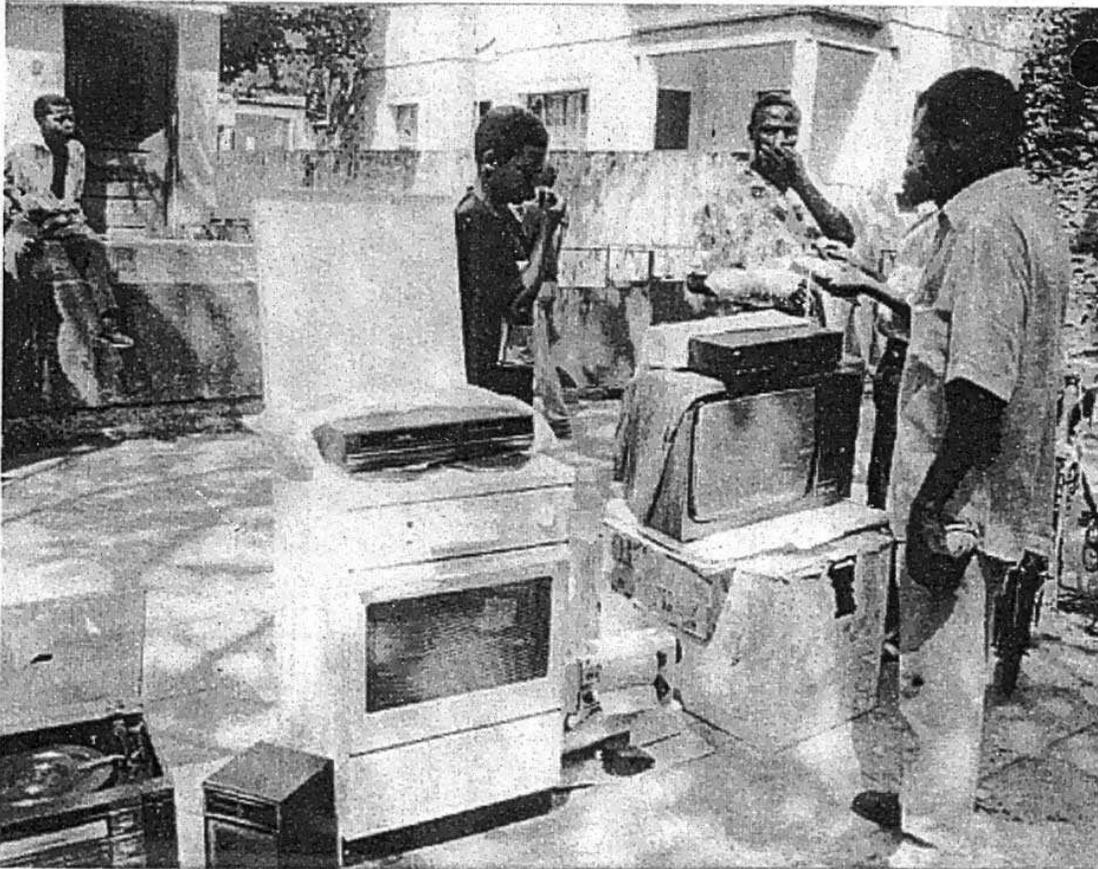




E ao pouco tempo incerteza e necessidade de respostas:



A falta de respostas e dinheiro os obrigou a vender:
(fontes: KKM)



E a começar a protestar:
(Fonte: Jornal Noticias)



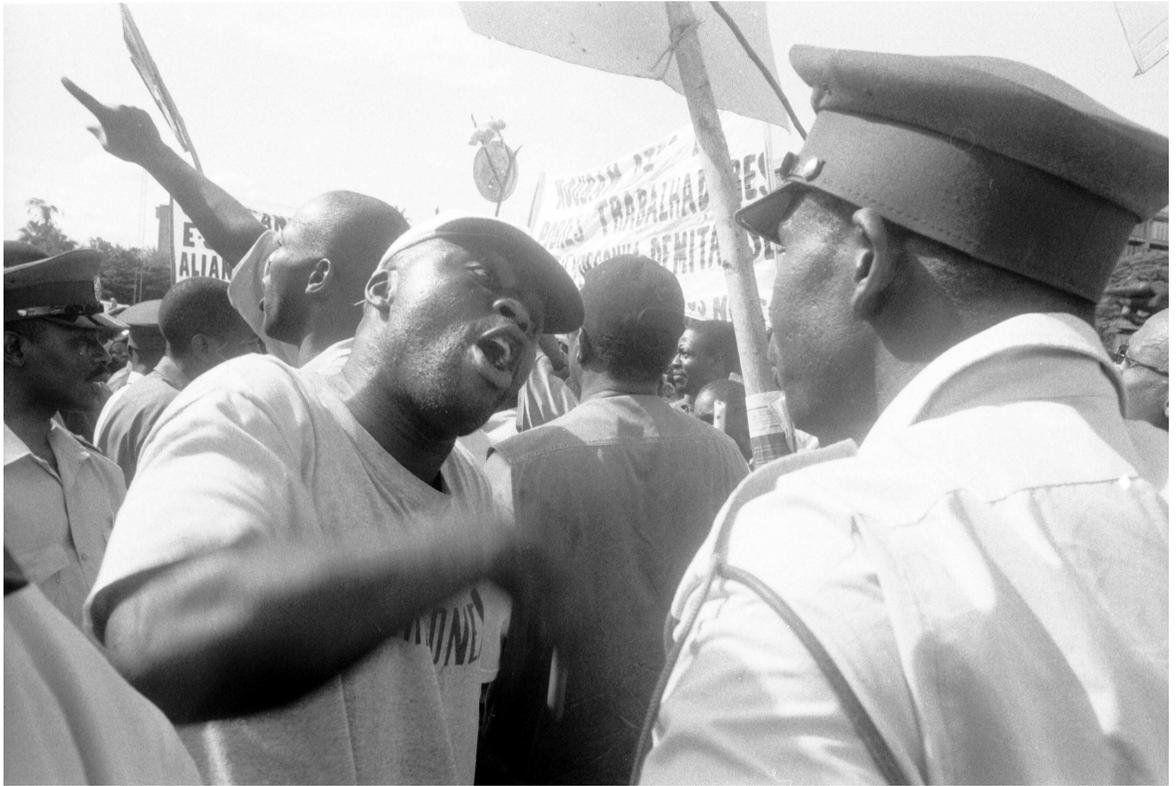
Forte dispositivo policial esteve ontem presente no Jardim 28 de Maio



Os famosos "Madjermane" voltam hoje à rua em mais uma jornada de protesto

E chegou o tempo da violência e a repressão:







Virgílio Amade (Morto pela polícia em 2003)



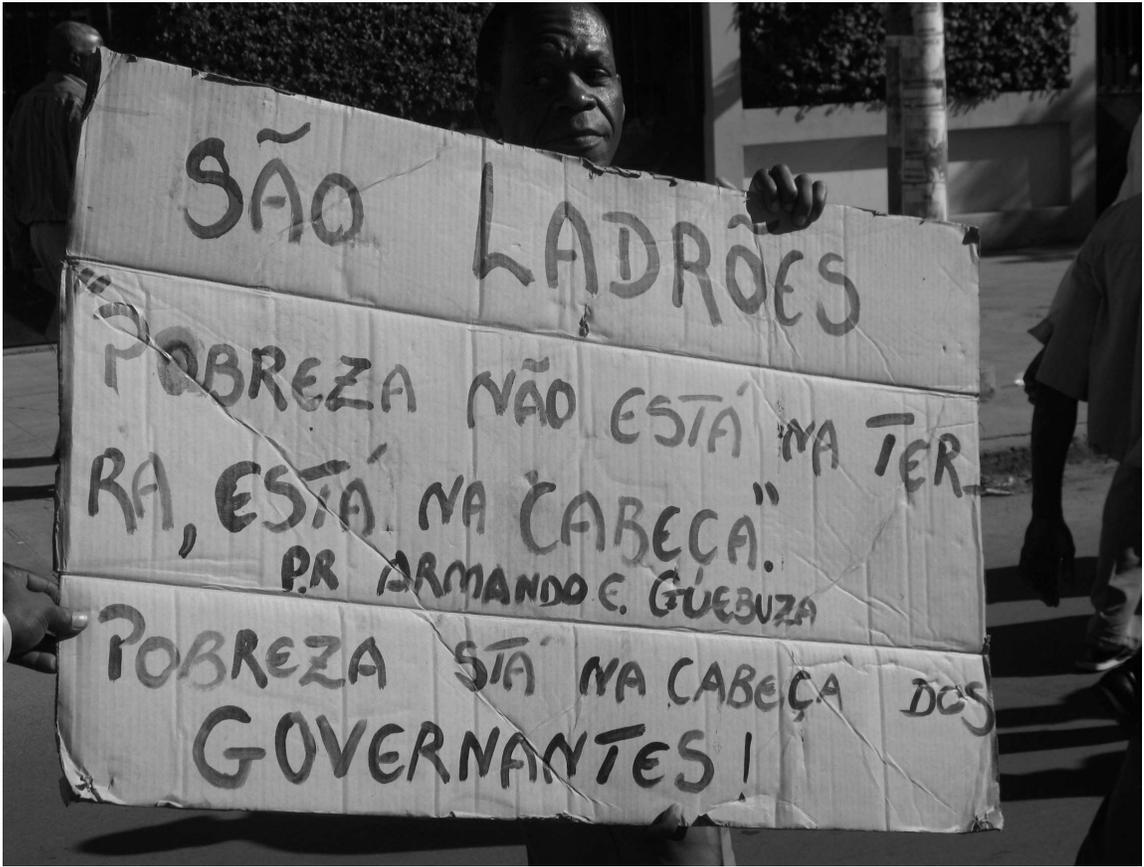
ANEXO 3 Magermane hoje.

Imagens de uma Marcha:









Fragmentos de uma Assembléia:











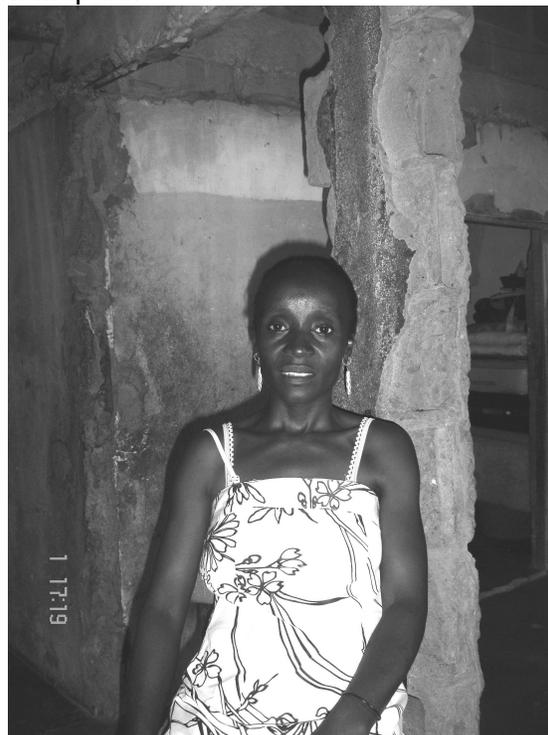
ANEXO 4: Alguns perfis Magermane

Aida Chimene:

Na RDA:



Em Maputo:

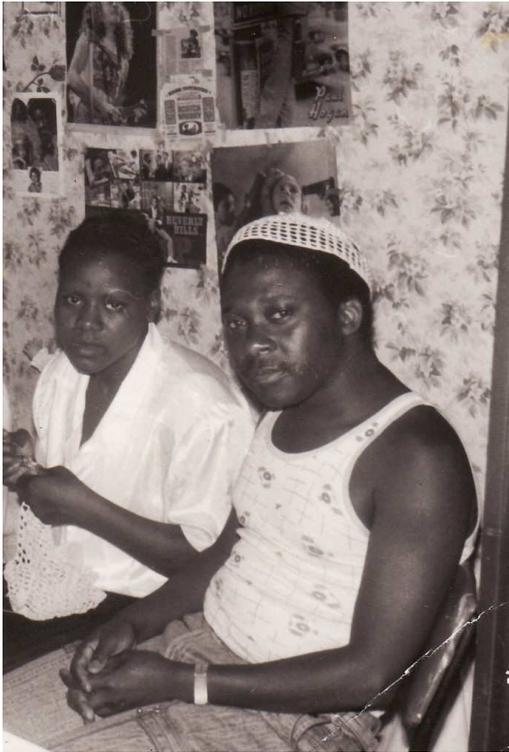


Com seus sobrinhos e sobrinhas:



Carmona L. Siguaque:

Na RDA



Em Maputo:



Com a Família na sua casa:



Lázaro Magalhães:

Na RDA:



Em Maputo:



Com seus colegas Magermane na Base Central:



Mauro Carlos

Na RDA:



Em Maputo:



Conversando com a vizinhança:

